

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 195/2011 CIRO NOGUEIRA	Altera as Leis nºs 9.503, de 23 de setembro de 1997, e 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para tornar obrigatória a disponibilidade de veículos adaptados, que poderão ser adquiridos com isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados, para o aprendizado de pessoas com deficiência física nas instituições de formação de condutores que especifica.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 199/2011 HUMBERTO COSTA	Dispõe sobre o sigilo de informações, dados e documentos nas investigações policiais e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PEC 30/2011 HUMBERTO COSTA	Altera a Constituição Federal para disciplinar o cálculo e a correção dos proventos de aposentadoria dos servidores das áreas de segurança pública e defesa civil que se invalidem em serviço, bem como das pensões instituídas por eles no caso de morte nas mesmas condições.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 228/2011 - Complementar PAULO PAIM	Dispõe sobre a concessão da aposentadoria especial ao trabalhador na construção civil.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 232/2011 PAULO PAIM	Concede benefícios para projetos que favoreçam a integração regional na América do Sul.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PEC 36/2011 HUMBERTO COSTA	Institui o serviço civil obrigatório para egressos dos cursos de graduação das profissões de saúde regulamentadas.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 274/2011 ALVARO DIAS	Altera o art. 62 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 286/2011 HUMBERTO COSTA	Altera o art. 809 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, para que a autoridade policial seja informada sobre o resultado do processo-crime.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 293/2011 HUMBERTO COSTA	Dispõe sobre o voto em listas partidárias pré-ordenadas, alterando a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral) e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições).	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 298/2011 - Complementar KÁTIA ABREU	Estabelece normas gerais sobre direitos e garantias do contribuinte.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 309/2011 - Complementar CIRO NOGUEIRA	Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento, e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Baixo Parnaíba.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PEC 51/2011 CIRO NOGUEIRA	Acresce o art. 98 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para instituir o Fundo para a Revitalização Ambiental e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio Parnaíba.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 321/2011 HUMBERTO COSTA	Altera a Lei nº 12.037, de 1º de outubro de 2009, para estabelecer a identificação criminal mediante material genético e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 365/2011 HUMBERTO COSTA	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para determinar a suspensão do direito de dirigir nas condições que especifica.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 367/2011 HUMBERTO COSTA	Altera o art. 150 do Código Penal, para excluir o crime de violação de domicílio por parte do agente de saúde que, no cumprimento de dever funcional, entra em imóvel não habitado para promover ações de saneamento ou de controle sanitário.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 438/2011 HUMBERTO COSTA	Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989 e a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para criminalizar a venda ilegal de agrotóxicos e condutas correlatas.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PRS 37/2011 ALVARO DIAS	Dispõe sobre a retirada de assinaturas dos requerimentos para a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 463/2011 HUMBERTO COSTA	Acrescenta arts. 46-A e 74-A à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para responsabilizar pessoalmente, no âmbito civil e penal, os administradores de empresas fornecedoras de bens ou serviços que causem danos ao consumidor em razão de contratos que contenham cláusulas abusivas ou violadoras da boa-fé objetiva, ou ainda que contenham linguagem obscura em razão do uso de expressão técnica ou pertencente a língua estrangeira.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 466/2011 HUMBERTO COSTA	Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, para dispor sobre a prioridade de atendimento às pessoas com deficiência no embarque e desembarque nos meios de transportes coletivos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 485/2011 HUMBERTO COSTA	Acrescenta o art. 5º-A à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para vedar a contratação com a administração pública de pessoas ou empresas cujos sócios tenham relações de parentesco ou união estável com servidor ocupante de cargo em comissão em órgão ou entidade pública, na mesma área de atuação.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 492/2011 CIRO NOGUEIRA	Altera o art. 306 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, para retirar a referência à dosagem etílica no tipo penal e prever a possibilidade de caracterização da infração por outros meios de prova admitidos em direito.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PEC 78/2011 HUMBERTO COSTA	Modifica o art. 144 da Constituição Federal, para determinar que o Diretor-Geral da Polícia Federal tenha a designação de Delegado-Geral de Polícia Federal, escolhido dentre Delegados de Polícia Federal, maiores de trinta e cinco anos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 507/2011 HUMBERTO COSTA	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, para estabelecer prioridade absoluta no julgamento dos crimes envolvendo violência sexual contra crianças ou adolescentes.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 512/2011 - Complementar PAULO PAIM	Acrescenta dispositivos ao art. 186 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e ao art. 57 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a aposentadoria especial dos segurados portadores de deficiência decorrente da Síndrome da Talidomida e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 519/2011 HUMBERTO COSTA	Acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, para estabelecer que a apresentação de preso provisório aos meios de comunicação de massa, com o intuito de expô-lo a vexame, configura abuso de autoridade.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 520/2011 HUMBERTO COSTA	Altera o § 4º do art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para incluir como causa de aumento de pena o cometimento de crime homicídio de servidor público no exercício de suas funções, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir como crime hediondo esse tipo de homicídio.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 529/2011 LINDBERGH FARIAS	Altera a Lei nº 10.179, de 06 de fevereiro de 2001, para vedar a emissão de títulos da dívida pública remunerados pela taxa de juros SELIC e por taxas de câmbio, após prazo de dois anos da alteração proposta.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PEC 84/2011 PAULO PAIM	Acrescenta o § 17 ao art. 100 da Constituição Federal, para conceder aos dependentes e pensionistas dos credores de precatórios o direito de serem pagos com preferência, nos termos do § 2º do mesmo artigo.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLC 68/2011 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Estabelece incentivos às empresas para financiamento da formação profissional de seus empregados.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLC 71/2011 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para proibir a venda de armas e similares, mesmo que de brinquedo, à criança ou ao adolescente.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 555/2011 CIRO NOGUEIRA	Altera o Código Penal e a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para punir a prática de atos preparatórios tendentes à execução de homicídio e de crimes hediondos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 584/2011 HUMBERTO COSTA	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, pela inclusão do art. 49-A, para determinar que o objeto da licitação somente poderá ser adjudicado para licitante que comprovar, por meio de certidões emitidas pela junta comercial, que nenhum dos seus sócios ou seus parentes até o terceiro grau integrava o quadro societário de outra empresa que tenha participado do certame, nos momentos da abertura do procedimento licitatório, da apresentação das propostas e do julgamento, e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLC 82/2011 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Proíbe a pesca amadora com rede, tarrafa e puçá em todo o território nacional, durante o período de 3 (três) anos, para pescadores amadores e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PEC 98/2011 KÁTIA ABREU	Acresce o art. 98 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para realizar revisão constitucional por meio de uma Câmara Revisional exclusiva e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PEC 100/2011 PAULO PAIM	Altera a redação do § 13 do art. 100 da Constituição Federal, para incluir a possibilidade de utilização de precatórios para o pagamento de financiamentos habitacionais.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 629/2011 PAULO PAIM	Altera os arts. 3º e 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para incluir o apoio cultural ao Serviço de Radiodifusão Comunitária entre os projetos aptos a receber recursos incentivados.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 641/2011 HUMBERTO COSTA	Autoriza a fixação, em endereço residencial, da sede de empresa que opera por meio exclusivamente virtual.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 650/2011 HUMBERTO COSTA	Altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para tornar obrigatório, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, o atendimento de demandas de acessibilidade por parte de beneficiários idosos ou com deficiência.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 653/2011 HUMBERTO COSTA	Altera o Código Penal, para criminalizar a venda, importação e o descarte irregular de resíduo hospitalar.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PEC 104/2011 PAULO PAIM	Altera o art. 100 da Constituição para instituir novo modelo de execução em face da Fazenda Pública.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PEC 106/2011 HUMBERTO COSTA	Altera o art. 55 da Constituição Federal, para estabelecer critérios para admissibilidade de representações e denúncias por quebra de decoro parlamentar.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 669/2011 HUMBERTO COSTA	Institui a obrigatoriedade da discriminação do valor dos produtos pré-medidos em razão do conteúdo expresso na embalagem e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 694/2011 HUMBERTO COSTA	Altera o Código de Processo Penal para prever que a autoridade policial não deverá efetuar prisão em flagrante quando verificada excludente de ilicitude.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 706/2011 KÁTIA ABREU	Altera o art. 32 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para determinar a incineração de drogas no prazo de 24 horas.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 4/2012 HUMBERTO COSTA	Altera os Códigos Penal e de Processo Penal para prever e regular o ato de indiciamento e inseri-lo no rol das causas interruptivas da prescrição.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 8/2012 CIRO NOGUEIRA	Altera a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, para dispor sobre a distribuição entre os estados de recursos públicos federais para a agricultura familiar e para os empreendimentos familiares rurais.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 17/2012 HUMBERTO COSTA	Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para garantir o direito à substituição de próteses e órteses defeituosas, no âmbito do sistema público e privado de saúde.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PEC 14/2012 HUMBERTO COSTA	Acrescenta o inciso LXXXIX ao art. 5º da Constituição Federal, para estabelecer que o Estado indenizará o erro judiciário.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 94/2012 CIRO NOGUEIRA	Institui, em processos licitatórios para exploração de petróleo, gás natural ou outros hidrocarbonetos, a necessidade de incluir disposição que trate de planos de emergência para os casos de vazamento ou derramamento de óleo ou derivados, como requisito de edital, como critério de julgamento de licitação e como condição contratual.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PEC 17/2012 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera o art. 132 da Constituição Federal.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 127/2012 CIRO NOGUEIRA	Modifica o inciso XI do art. 10 da Lei nº 7.783, de 28 de junho de 1989, para incluir todas as atividades bancárias no rol de serviços ou atividades essenciais.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 151/2012 PAULO PAIM	Acrescentam-se o inciso VIII ao § 1º do art. 10 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), e o § 4º ao art. 19 da Lei nº 5.478, de 25 de julho de 1968 (Lei da Ação de Alimentos), para impedir a prisão do idoso devedor de obrigação alimentícia.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 153/2012 PAULO PAIM	Inclui a disciplina Direito e Relações Étnicas nos cursos de graduação em Direito, de formação de oficiais e soldados da Polícia Militar, delegados de polícia e agentes, de delegados de polícia e agentes da Polícia Civil e de oficiais e soldados das Forças Armadas Brasileiras.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 158/2012 CIRO NOGUEIRA	Altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que "regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial", para conferir prioridade ao exame do pedido de patentes verdes.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLC 80/2012 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Acresce parágrafo único ao art. 243 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 308/2012 PAULO PAIM	Altera o art. 120 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências para fixar a competência da Justiça do Trabalho para julgar as ações regressivas.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PEC 47/2012 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAPÁ	Altera os arts. 22, 24, 61 e 220 da Constituição Federal.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 349/2012 CIRO NOGUEIRA	Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para tratar do fornecimento, pelas instituições financeiras e operadoras de cartão de crédito, de serviços ao consumidor portador de deficiência visual.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 354/2012 - Complementar KÁTIA ABREU	Altera os arts. 113 e 115 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional) para dispor que as obrigações tributárias acessórias decorrem da lei e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 356/2012 PAULO PAIM	Altera o artigo 53 do Código Civil para permitir aos transportadores de pessoas ou cargas organizarem-se em associação de direitos e obrigações recíprocas para criar fundo próprio, desde que seus recursos sejam destinados exclusivamente à prevenção e reparação de danos ocasionados aos seus veículos por furto, acidente, incêndio, entre outros.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 363/2012 PAULO PAIM	Altera o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir no rol dos crimes hediondos os crimes de formação de quadrilha, corrupção passiva e ativa, peculato, e os crimes contra licitações, quando a prática estiver relacionada com contratos, programas e ações nas áreas da previdência social.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 361/2012 PAULO PAIM	Dispõe sobre a política de valorização dos benefícios da previdência social.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 372/2012 PAULO PAIM	Altera o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir no rol dos crimes hediondos os crimes de formação de quadrilha, corrupção passiva e ativa, peculato, e os crimes contra licitações, quando a prática estiver relacionada com contratos, programas e ações, referentes à Seguridade Social.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 395/2012 PAULO PAIM	Altera a Lei nº 11.442, de 5 de janeiro de 2007, que dispõe sobre o transporte rodoviário de cargas por conta de terceiros e mediante remuneração e revoga a Lei nº 6.813, de 10 de julho de 1980, para nele incluir a atividade de transporte de cargas indivisíveis, superdimensionadas em peso ou dimensão; e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 404/2012 HUMBERTO COSTA	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para tornar obrigatório o uso do colete inflável de proteção (colete "airbag") por condutores de motocicletas e assemelhados, e a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, para conceder benefícios fiscais referentes ao Imposto sobre Produtos Industrializados, ao Imposto de Importação, à Contribuição para o PIS/PASEP e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes sobre operações com esses produtos, suas partes e acessórios.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 405/2012 HUMBERTO COSTA	Altera a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências, para instituir a doação presumida de órgãos	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 406/2012 HUMBERTO COSTA	Confere prioridade aos inquéritos e ações penais nos delitos de peculato, concussão, corrupção passiva e corrupção ativa como crimes hediondos e estabelece regras para a obtenção da prova.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 418/2012 PAULO PAIM	Altera a Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial, para inserir capítulo sobre o direito à propriedade definitiva das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 424/2012 PAULO PAIM	Altera a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, para dispor sobre a concessão de bolsa ou outra forma de contraprestação para os estagiários.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 423/2012 PAULO PAIM	Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a aplicação da legislação trabalhista brasileira aos empregados de embaixadas e consulados de Estados acreditados no Brasil e em Organismos Internacionais.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLC 131/2012 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Dispõe sobre a obrigatoriedade de todas as agências de modelos, com sede no Brasil, manterem médicos especialistas (endocrinologistas e psicólogos), para acompanhamento da saúde física e mental de todas as jovens contratadas e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PRS 1/2013 PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	Estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, nas operações e prestações interestaduais.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PEC 2/2013 CIRO NOGUEIRA	Altera o art. 66 da Constituição Federal, para determinar a apreciação dos vetos na ordem definida pelo Congresso Nacional.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 16/2013 KÁTIA ABREU	Altera a Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005 e revoga dispositivo da Lei nº 10.814, de 15 de dezembro de 2003, para disciplinar o uso da tecnologia genética de restrição de uso e dar nova definição à substância pura quimicamente definida obtida por meio de processo biológico. Acrescenta artigo a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para estabelecer regras para a rotulagem de produto que contenha OGM ou derivados de OGM.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 23/2013 PAULO PAIM	Altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para determinar que a avaliação da aptidão de pessoa com deficiência aprovada em concurso para exercício de cargo ou de emprego público seja feita durante o estágio probatório.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 41/2013 CIRO NOGUEIRA	Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que trata dos crimes hediondos, para qualificar o crime de homicídio contra agentes públicos e torná-lo hediondo.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 68/2013 CIRO NOGUEIRA	Altera o Código de Defesa do Consumidor para atribuir a natureza de título executivo extrajudicial ao acordo celebrado perante órgãos de defesa do consumidor.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PEC 12/2013 FLEXA RIBEIRO	Altera o art. 159 da Constituição Federal para incluir o produto da arrecadação das contribuições sociais que especifica no compartilhamento com Estados e Municípios e alterar os percentuais dos repasses.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 92/2013 HUMBERTO COSTA	Altera o art. 134 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, para impedir o exercício da advocacia perante os tribunais compostos por magistrados que sejam parentes do advogado postulante.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 104/2013 PAULO PAIM	Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro, de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLC 13/2013 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, caracterizando como essenciais e exclusivas de Estado as atividades exercidas por Engenheiros, Arquitetos e Engenheiros-Agrônomos ocupantes de cargo efetivo no serviço público federal, estadual e municipal.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PEC 21/2013 ALVARO DIAS	Altera o art. 228 da Constituição Federal com vistas à diminuição da maioria penal.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 170/2013 CIRO NOGUEIRA	Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências, para permitir a dedução de despesas com a Previdência Social pela contratação de cuidadores.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 202/2013 CIRO NOGUEIRA	Institui a Política Nacional de Estímulo à Transição para a Economia Verde.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 212/2013 PAULO PAIM	Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social –, para elevar o limite da renda familiar que enseja o recebimento do benefício de prestação continuada.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 250/2013 CIRO NOGUEIRA	Acrescenta o art. 24-A à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para impor ao poder público o dever de coletar informações biométricas e de material genético dos pais e parentes das crianças desaparecidas ou em situação de risco, e das crianças e adolescentes em processo de adoção ou em situação de risco, cujas famílias não sejam conhecidas, reunindo-as em um banco de dados nacional de perfis genéticos e biométricos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLC 42/2013 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Regulamenta a profissão de Salva-Vidas.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 284/2013 CIRO NOGUEIRA	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente –, para ampliar o período máximo de internação para seis anos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 304/2013 HUMBERTO COSTA	Altera o art. 73 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, para tornar mais rígidas as regras referentes à vedação da publicidade institucional durante o período de propaganda eleitoral.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 314/2013 PAULO PAIM	Altera o art. 5º da Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, para que os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal, não venham a excluir da condição de dependente quem assim estiver definido pelo Regime Geral da Previdência Social.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 349/2013 KÁTIA ABREU	Altera a Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973 (Estatuto do índio).	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 357/2013 HUMBERTO COSTA	Altera o § 3º do art. 140 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para que a ofensa com a utilização de elementos referentes ao estado de saúde seja considerado crime de injúria qualificada.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLC 61/2013 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, para criar a categoria de Unidade de Conservação denominada Estrada-Parque e institui a Estrada-Parque Caminho do Colono no Parque Nacional do Iguaçu.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PEC 45/2013 KÁTIA ABREU	Altera o artigo 231 da Constituição Federal, para vedar a demarcação de terras indígenas em áreas invadidas.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 373/2013 CIRO NOGUEIRA	Altera o art. 2º do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, e o art. 27 da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, para dispor sobre a notificação do devedor previamente à venda extrajudicial de bem objeto de alienação fiduciária em garantia, e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 377/2013 CIRO NOGUEIRA	Dispõe sobre a atualização monetária e os juros de mora incidentes sobre os débitos judiciais.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 382/2013 PAULO PAIM	Altera a Lei nº 8.894, de 21 de junho de 1994, para isentar as operações de crédito consignado do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 386/2013 ALVARO DIAS	Altera a Lei nº 8.038, de 28 de maio de 1990, para extinguir os embargos infringentes nas ações penais de competência originária do Supremo Tribunal Federal.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 407/2013 CIRO NOGUEIRA	Altera o art. 43 do Código de Defesa do Consumidor para dispor sobre a natureza, a finalidade e o acesso às informações dos bancos de dados e cadastros relativos a consumidores.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 418/2013 PAULO PAIM	Dispõe sobre a concessão de visto, a repatriação de marítimos empregados a bordo de navio de turismo estrangeiro que opere em águas jurisdicionais brasileiras e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 419/2013 PAULO PAIM	Regulamenta o trabalho de tripulantes brasileiros em embarcações ou armadoras estrangeiras, com sede no Brasil, e que explorem economicamente o mar territorial e a costa brasileira, de cabotagem a longo curso e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 420/2013 PAULO PAIM	Dispõe sobre a competência de investigação e julgamento de crimes cometidos a bordo de embarcações.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 426/2013 ALVARO DIAS	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para dispor sobre o Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI).	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PEC 54/2013 PAULO PAIM	Altera o art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, para estabelecer critérios para o cálculo e a correção dos proventos da aposentadoria especial dos servidores públicos que ingressaram no serviço público até a data da publicação daquela Emenda Constitucional.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLC 105/2013 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Ecólogo.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 477/2013 HUMBERTO COSTA	Estabelece normas gerais em contratos de seguro privado.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PEC 63/2013 JORGE AFONSO ARGELLO	Acrescenta os §§ 9º e 10 ao art. 39 da Constituição, para instituir a parcela indenizatória de valorização por tempo na Magistratura e Ministério Público, e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 488/2013 PAULO PAIM	Dispõe sobre trabalhadores marítimos empregados a bordo de navios de turismo estrangeiro e brasileiro que operem em águas jurisdicionais brasileiras e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PEC 71/2013 RICARDO FERRAÇO	Altera o inciso VII do art. 20 da Constituição Federal, para retirar da dominialidade da União os terrenos de marinha e acrescidos que especifica.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PFS 3/2013 KÁTIA ABREU	Propõe acompanhar os processos investigativos e administrativos em curso perante a Polícia Federal - PF e o Ministério da Previdência Social - MPS, relacionados à apuração de desvios e prejuízos nos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS, revelados recentemente pela "Operação Miquéias" da Polícia Federal.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 532/2013 CIRO NOGUEIRA	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para criar subdivisões de categorias de habilitações para a condução de veículos de duas rodas.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 21/2014 CIRO NOGUEIRA	Altera a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências, para obrigar a operadora de plano ou seguro privado de assistência à saúde a garantir a cobertura dos exames necessários à comprovação do diagnóstico de morte encefálica e a autorizar a realização desses exames no prazo máximo de três horas.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 47/2014 HUMBERTO COSTA	Proíbe a distribuição de animais a título de sorteio ou brinde.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 45/2014 ALVARO DIAS	Altera a Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008, para proibir a utilização de animais na pesquisa e no desenvolvimento de produtos cosméticos e de higiene pessoal.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 51/2014 CIRO NOGUEIRA	Altera a Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, para estabelecer que o material escolar, quando de uso coletivo, deve ser fornecido pelo estabelecimento de ensino, sendo vedada a indicação de marca específica para materiais a serem utilizados por todos os alunos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 58/2014 PAULO PAIM	Acrescenta § 5º ao art. 58 da Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991, para dispor que o fornecimento de Equipamento de Proteção Individual – EPI, por si só, não descaracteriza o trabalho em condições especiais que justifiquem a concessão de aposentadoria especial e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 59/2014 PAULO PAIM	Altera dispositivos do art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para permitir que o empregado possa deixar de comparecer ao trabalho, por até 8 (oito) dias, por motivo de falecimento de familiar ou afim ou casamento, e por até 15 (quinze) dias, para tratamento de saúde de familiar ou afim, e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 69/2014 PAULO PAIM	Acrescenta o art. 20-A à Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, e altera o § 3º do art. 140 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para transferir o crime de injúria qualificada, quando forem utilizados elementos referente a raça, cor, ou etnia, para a Lei que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 76/2014 CIRO NOGUEIRA	Altera a Lei nº 8.894, de 21 de junho de 1994, para isentar de IOF as operações de câmbio efetuadas por bolsistas brasileiros em estudo no exterior.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 79/2014 PAULO PAIM	Altera o art. 11 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estabelecer hipótese de interrupção da prescrição.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 84/2014 ALVARO DIAS	Estabelece competências de fiscalização do Tribunal de Contas da União no caso em que especifica e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 91/2014 ALVARO DIAS	Dá nova redação, acrescentando parágrafos, ao art. 6º da Lei nº 8.666, de 1993, que "regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências".	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLC 10/2014 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a sinalização semafórica piscante.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLC 11/2014 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Estabelece prioridade de tramitação para os processos penais relativos aos crimes hediondos, alterando o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PEC 5/2014 PAULO PAIM	Altera o inciso XVI do art. 37 da Constituição Federal, para autorizar a acumulação de um cargo de professor ou de um cargo privativo de médico com outro cargo público.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLC 31/2014 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Estabelece a Política Nacional de Manutenção Predial; cria o Plano de Manutenção Predial; institui a obrigatoriedade de inspeções técnicas visuais e periódicas em edificações públicas ou privadas, residenciais, comerciais, de prestação de serviços, industriais, culturais, esportivas e institucionais, destinadas à conservação e/ou à recuperação da capacidade funcional das edificações; e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLC 30/2014 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera a Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, para dispor sobre o provimento da titularidade da delegação das serventias notariais e de registro.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PEC 7/2014 ALVARO DIAS	Altera o Art. 73 da Constituição Federal para estabelecer que a investidura no cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União somente dar-se-á mediante concurso público de provas e títulos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 137/2014 CIRO NOGUEIRA	Insero o § 1º-A no art. 33 da Lei nº 11.343, de 26 de agosto de 2006, para agravar as penas relacionadas ao tráfico de crack.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 138/2014 CIRO NOGUEIRA	Dispõe sobre a implantação de programas de software nas bibliotecas públicas para uso de deficientes visuais.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 139/2014 HUMBERTO COSTA	Altera o art. 25 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento), para prever a competência da Polícia Federal para destruir ou doar armas de fogo de uso permitido, e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 144/2014 HUMBERTO COSTA	Acrescenta inciso XII e parágrafo único ao art. 24 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, para vedar as doações de empresas com contrato de publicidade oficial com a Administração direta ou indireta da União, dos Estados do Distrito Federal ou dos Municípios.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 170/2014 ALVARO DIAS	Altera a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União para estabelecer quarentena para o Ministro do Tribunal que deixar o cargo.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 172/2014 PAULO PAIM	Modifica a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para possibilitar ao trabalhador aposentado ou seu pensionista o direito à desaposentadoria.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLC 53/2014 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera o art. 56 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 186/2014 CIRO NOGUEIRA	Dispõe sobre a exploração de jogos de azar em todo o território nacional.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 191/2014 CIRO NOGUEIRA	Altera a redação do art. 105 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para incluir a câmara de marcha a ré como equipamento obrigatório dos veículos automotores.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 194/2014 ACIR GURGACZ	Institui a Política Nacional dos Corpos de Bombeiros Militares na Segurança Pública.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 220/2014 PAULO PAIM	Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, Consolidação das Leis do Trabalho, para regular aspectos do meio ambiente do trabalho e ditar a competência para os litígios correspondentes, e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 221/2014 ALVARO DIAS	Estabelece a política e os instrumentos de fiscalização e controle sobre as entidades responsáveis pelo futebol brasileiro e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 229/2014 CIRO NOGUEIRA	Altera o art. 266 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para aumentar a pena do crime de interrupção ou perturbação de serviços de comunicações nos casos em que o crime é cometido para facilitar ou assegurar a execução de outro crime.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLC 64/2014 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Regulamenta a profissão de fotógrafo e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLC 66/2014 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Dispõe sobre a emissão gratuita da segunda via de documentos necessários ao exercício da cidadania que tenham sido furtados, roubados ou destruídos devido a ocorrência de desastres, para pessoas que recebam até 1 (um) salário mínimo e/ou para os inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais - CadÚnico, do Governo Federal.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 259/2014 HUMBERTO COSTA	Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, para regular as atividades de observadores de atletas e as atividades-teste de recrutamento de atletas em formação.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 261/2014 PAULO PAIM	Altera o § 3º do art. 3º da Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001, para tornar facultativa a competência dos Juizados Especiais Cíveis no âmbito da Justiça Federal.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 262/2014 PAULO PAIM	Altera a Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, a fim de dispor sobre o tempo de mandato, a posse e a época de realização de eleição dos representantes das organizações da sociedade civil atuantes na promoção e defesa de direitos da pessoa idosa e sobre posse dos conselheiros representantes do Poder Público.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PEC 44/2014 PAULO PAIM	Altera o inciso IV do art. 167 e acrescenta os §§3º, 4º e 5º ao art. 230 da Constituição Federal, para assegurar, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a destinação de recursos mínimos ao financiamento das ações e programas da Política Nacional do Idoso.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLC 93/2014 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Institui o Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura – PROCULTURA; altera as Leis nºs 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e 9.250, de 26 de dezembro de 1995; revoga as Leis nºs 8.313, de 23 de dezembro de 1991, 9.312, de 5 de novembro de 1996, 9.999, de 30 de agosto de 2000, 11.646, de 10 de março de 2008, e dispositivos das Leis nºs 8.849, de 28 de janeiro de 1994, 9.064, de 20 de junho de 1995, 9.065, de 20 de junho de 1995, 9.874, de 23 de novembro de 1999, e das Medidas Provisórias nºs 2.189-49, de 23 de agosto de 2001, e 2.228-1, de 6 de setembro de 2001; e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PEC 45/2014 PAULO PAIM	Altera o inciso XXIX do art. 7º da Constituição Federal, para estabelecer que a prescrição incidente sobre o não-recolhimento dos valores destinados ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) é de trinta anos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLC 113/2014 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Faculta aos consumidores ou usuários de serviços públicos instalarem medidores para aferir o quantitativo gasto na utilização dos referidos serviços.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 368/2014 ALVARO DIAS	Altera o Código de Processo Penal para prever que o juiz, com o fim de assegurar a aplicação da lei penal, levará em consideração se o produto do crime foi integralmente recuperado para decidir se o condenado por crime de peculato, concussão ou corrupção, passiva ou ativa, poderá apelar em liberdade.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 411/2014 KÁTIA ABREU	Altera a Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, que dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PEC 56/2014 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Dá nova redação ao inciso I do § 1º do art. 40 da Constituição Federal e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 416/2014 CIRO NOGUEIRA	Altera o Código Penal para aumentar a pena mínima do crime de estelionato e condicionar a incidência da causa de diminuição de pena para os casos que não gerem grave dano à vítima.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 422/2014 KÁTIA ABREU	Altera a Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências, e a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, e dá outras providências, para modernizar o controle do tráfego marítimo no acesso às instalações portuárias.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 424/2014 KÁTIA ABREU	Altera as Leis nº 7.573, de 23 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Ensino Profissional Marítimo; nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional; e nº 11.279, de 9 de fevereiro de 2006, que dispõe sobre o ensino na Marinha, para permitir a formação de pessoal para a Marinha Mercante por instituições de ensino públicas e privadas.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 1/2015 CIRO NOGUEIRA	Altera o Código Penal para agravar a pena do furto a caixas eletrônicos quando praticado com o emprego de explosivos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 3/2015 PAULO PAIM	Altera o art. 115 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para desonerar o segurado da restituição, ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, dos valores recebidos em decorrência de decisão judicial, com base nos arts. 273 e 798, da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que Institui o Código de Processo Civil.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 11/2015 JOSÉ MEDEIROS	Acrescenta o inciso XVIII ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a liberação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço do trabalhador que necessite executar projeto de acessibilidade em imóvel próprio.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PRS 1/2015 JOSÉ MEDEIROS	Institui o “Prêmio de Jornalismo Roberto Civita” e o “Prêmio Personalidade Jornalística do Ano Ruy Mesquita”, e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 13/2015 HUMBERTO COSTA	Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, (Política Nacional de Recursos Hídricos) e a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 (Lei de Saneamento Básico) para promover o uso de fontes alternativas de abastecimento de água.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 1/2015 WELLINGTON FAGUNDES	Altera o inciso III da letra "d" do art. 159 da Constituição Federal e suprime o § 4º do mesmo artigo, para destinar, de forma mais coerente e equânime, recursos oriundos do produto da arrecadação da contribuição de intervenção no domínio econômico (CIDE) para estados e municípios.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 4/2015 REGUFFE	Dá nova redação ao § 5º do art.14 da Constituição Federal, proibindo a reeleição do Presidente da República, Governadores de Estado e do Distrito Federal e Prefeitos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 3/2015 REGUFFE	Dá nova redação aos dispositivos da Constituição Federal que especifica, estabelecendo a possibilidade de uma única reeleição aos cargos eletivos legislativos federais, estaduais, distritais e municipais.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PEC 5/2015 REGUFFE	Suprime o inciso I e o § 3º, ambos do art. 56 da Constituição Federal, condicionado a posse de Senadores, Deputados Federais, Deputados Estaduais e Vereadores em cargos do Poder Executivo à renúncia ao mandato e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 2/2015 REGUFFE	Acrescenta a alínea "d" ao inciso III do art. 150 da Constituição Federal, tornando imunes à tributação os medicamentos destinados ao uso humano.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 6/2015 REGUFFE	Suprime e acrescenta dispositivos à Constituição Federal, possibilitando o lançamento de candidaturas avulsas, independentemente de filiação partidária.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 10/2015 REGUFFE	Dá nova redação ao § 1º do art. 14 da Constituição Federal, acabando com o voto obrigatório e instituindo o voto facultativo no Brasil.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 8/2015 REGUFFE	Acrescenta o art. 14-A à Constituição Federal, instituindo a revogabilidade de mandatos políticos no Brasil.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 9/2015 REGUFFE	Dá nova redação ao caput do art. 45 da Constituição Federal, adotando o voto distrital puro como sistema eleitoral vigente no Brasil.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 21/2015 JOSÉ MEDEIROS	Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Sorriso, no Estado do Mato Grosso.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 22/2015 FERNANDO BEZERRA COELHO	Altera a Lei 9.096 de setembro de 1995.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PRS 2/2015 ROBERTO ROCHA	Denomina "Ala Senador Darcy Ribeiro" o segundo andar do bloco B do Anexo II do Senado Federal.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 23/2015 ROBERTO ROCHA	Acrescenta os art. 26-A e art. 26-B à Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, para dispor sobre a perda de mandato em razão de desfiliação partidária sem justa causa.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 26/2015 ROMÁRIO	Dispõe sobre a criação do Fundo Nacional de Legado Olímpico e Paralímpico.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 28/2015 CRISTOVAM BUARQUE	Institui a Política Nacional de Bibliotecas.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 11/2015 ALVARO DIAS	Altera os §§ 1º e 2º do art. 14 da Constituição Federal, para tornar o voto facultativo.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PDS 4/2015 RANDOLFE RODRIGUES	Susta o Decreto nº 8.395, de 28 de janeiro de 2015, que "altera o Decreto nº 5.059, de 30 de abril de 2004, que reduz as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre a importação e a comercialização de gasolina, óleo diesel, gás liquefeito de petróleo e querosene de aviação, e o Decreto nº 5.060, de 30 de abril de 2004, que reduz as alíquotas da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados e álcool etílico combustível".	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 31/2015 ALVARO DIAS	Altera as Leis nos 6.360, de 23 de setembro de 1976, e 9.782, de 26 de janeiro de 1999, para regular o registro e a importação de medicamentos órfãos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PRS 5/2015 REGUFFE	Dispõe sobre a publicação da frequência dos Senadores às sessões deliberativas no plenário do Senado Federal.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 38/2015 REGUFFE	Acrescenta o inciso V ao art. 36 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para incluir “Cidadania” como disciplina obrigatória no currículo do ensino médio do Brasil e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 35/2015 HUMBERTO COSTA	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal – para prever o crime de enriquecimento ilícito.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PFS 1/2015 ROBERTO ROCHA	Propõe, com fulcro nos arts. 102-A e 102-B, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, Proposta de Fiscalização e Controle à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, que seja investigado o processo de autorização da construção da Refinaria Premium I em Bacabeira, no Estado do Maranhão, e, sobretudo, a legalidade e legitimidade da determinação da Petrobras de suspender sua execução.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 36/2015 REGUFFE	Dispõe sobre a proibição de doações privadas, institui o financiamento exclusivamente público de campanhas eleitorais no Brasil e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PRS 6/2015 REGUFFE	Dispõe sobre a composição dos Gabinetes Parlamentares do Senado Federal.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 37/2015 - Complementar REGUFFE	Estabelece a obrigatoriedade de aprovação legislativa para que o Poder Executivo possa ampliar a dívida mobiliária federal e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PRS 7/2015 REGUFFE	Dispõe sobre a publicação dos gastos dos Senadores com a contratação de assessores.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 43/2015 RANDOLFE RODRIGUES	Altera o Decreto-lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941, para tipificar o crime de conspiração.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 41/2015 RANDOLFE RODRIGUES	Altera o Decreto-lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941, para prever nova possibilidade autorizativa da prisão preventiva.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 44/2015 RANDOLFE RODRIGUES	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para incluir o crime de frustração ou fraude ao caráter competitivo de processos licitatórios.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PDS 6/2015 RANDOLFE RODRIGUES	Susta a Instrução Normativa - TCU nº 74, de 11 de fevereiro de 2015, que "dispõe sobre a fiscalização do Tribunal de Contas da União, com base no art. 3º da Lei nº 8.443/1992, quanto à organização do processo de celebração de acordo de leniência pela administração pública federal, nos termos da Lei 12.846/2013.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 13/2015 ROBERTO ROCHA	Altera o caput do art. 5º da Constituição Federal, para nele inserir o direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 49/2015 FÁTIMA BEZERRA	Institui a Política Nacional do Livro e regulação de preços.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 53/2015 OTTO ALENCAR	Altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para revogar o § 4º do art. 33.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 52/2015 OTTO ALENCAR	Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências, e a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para alterar o percentual de transferência dos recursos do DPVAT destinado ao Sistema Único de Saúde (SUS).	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 54/2015 OTTO ALENCAR	Revoga o art. 115 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 14/2015 CÁSSIO CUNHA LIMA	Altera o inciso XVI do art. 37 da Constituição Federal para permitir que profissionais da engenharia e arquitetura possam exercer, cumulativamente, dois cargos públicos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 3/2015 - Complementar CÂMARA DOS DEPUTADOS	Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a transparência, controle e fiscalização da execução de contratos de repasse, termos de parceria, convênios e instrumentos congêneres, celebrados entre órgãos e entidades públicas e as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos; altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990; e revoga dispositivo da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 67/2015 ROMÁRIO	Altera o artigo 45 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, para estender o seguro de vida e acidentes para atletas em competições internacionais.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 69/2015 ROMÁRIO	Dispõe sobre a contratação de APAES e PESTALOZZIS, entidades sem fins lucrativos, como prestadoras de serviços do Poder Público, com especialização em educação especial e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 65/2015 ROMÁRIO	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal -, para tipificar a aplicação de qualquer forma de castigo corporal, ofensa psicológica, tratamento cruel ou degradante à criança ou adolescente com deficiência física, sensorial, intelectual ou mental.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 66/2015 ROMÁRIO	Acrescenta artigo ao Código Penal, tipificando a conduta do agente público que utilizar o cargo ou função pública para se eximir de cumprir obrigação a todos imposta ou para obter vantagem ou privilégio indevido. (Lei da Carteira)	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 63/2015 ROMÁRIO	Acrescenta artigo ao Código Penal, tipificando a conduta de divulgar fotos ou vídeos com cena de nudez ou ato sexual sem autorização da vítima e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 73/2015 ROMÁRIO	Altera o disposto no art. 213, do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, para agravar a pena para quem cometer o crime de estupro.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 84/2015 RANDOLFE RODRIGUES	Altera a Lei 9.296/96, para regulamentar o envio de fatos não conexo ao juízo competente e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 72/2015 ROMÁRIO	Acrescenta dispositivo ao Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, estabelecendo prioridade para os processos relativos aos crimes de peculato, concussão, excesso de exação e os de corrupção passiva e ativa.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 71/2015 ROMÁRIO	Altera o art. 217-A do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, e o art. 1º da Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, para dispor sobre a prisão temporária e agravar a pena para quem tiver conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com pessoa com deficiência física, mental ou intelectual.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 81/2015 HUMBERTO COSTA	Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal, para proibir o fumo no interior de veículo automotor no qual trafegue passageiro com idade inferior a 18 anos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 82/2015 DAVI ALCOLUMBRE	Altera a redação do art. 244 do Decreto-Lei nº 2.848, de 1940 (Código Penal).	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 16/2015 PAULO PAIM	Dá nova redação ao inciso V do § 3º do art. 14 da Constituição, para dispor sobre a candidatura de pessoas não filiadas a partidos políticos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 64/2015 ROMÁRIO	Acrescenta artigo ao Código Penal, tipificando a conduta de constranger alguém, mediante contato físico com fim libidinoso.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PRS 10/2015 DAVI ALCOLUMBRE	Altera o Regimento Interno do Senado Federal para adequá-lo à legislação que trata das licenças maternidade e paternidade.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PRS 11/2015 RONALDO CAIADO	Altera o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 87/2015 - Complementar HUMBERTO COSTA	Altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), para vedar expressamente a transferência da responsabilidade pela cobrança da dívida ativa dos entes federados a pessoas físicas ou a pessoas jurídicas de direito privado.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 18/2015 RAIMUNDO LIRA	Altera o art. 46 da Constituição Federal para instituir novo critério para ordem de suplência de Senador.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 90/2015 HUMBERTO COSTA	Altera as Leis nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), nº 8.069, de 13 de julho de 1.990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e nº 11.340, de 7 de agosto de 2.006 (Lei Maria da Penha), para aprimorar os mecanismos de proteção às pessoas em situação de vulnerabilidade.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 89/2015 HUMBERTO COSTA	Altera a Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, para criar mecanismos de proteção às vítimas e testemunhas vulneráveis.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
RQS 124/2015 RANDOLFE RODRIGUES	Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Fazenda acerca das análises feitas pelo COAF (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) sobre as contas abertas irregularmente junto ao HSBC.	Prejudicada em 21/12/2022

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PEC 20/2015 TELMÁRIO MOTA	Altera o art. 46 da Constituição Federal, para reduzir de dois para um o número de suplentes de Senador, e proíbe a eleição de suplente que seja cônjuge, companheiro ou parente do titular.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 92/2015 RANDOLFE RODRIGUES	Altera o Decreto-lei nº 2.848, de 7 de setembro de 1940, para tipificar o crime de perjúrio.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 19/2015 TELMÁRIO MOTA	Altera a Constituição Federal para extinguir a reeleição dos cargos do Poder Executivo.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 94/2015 FÁTIMA BEZERRA	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a gestão democrática nas escolas.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 96/2015 FERNANDO BEZERRA COELHO	Altera a Lei n.º 9504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições e a Lei nº 4.737, de 17 de julho de 1965 – Código Eleitoral, para proibir a coligação partidária para a eleição proporcional.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 97/2015 DAVI ALCOLUMBRE	Altera a redação do art. 538 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2001 – Código Civil.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 98/2015 DAVI ALCOLUMBRE	Altera a redação dos artigos 147 e 148 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para exigir a avaliação psicológica de todos os motoristas a partir da primeira habilitação.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 99/2015 DAVI ALCOLUMBRE	Altera a redação do art. 244 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para substituir o termo “gênero” pelo termo “espécie”.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PEC 21/2015 ANTONIO CARLOS VALADARES	Altera a redação do art. 14 da Constituição Federal, inserindo incisos que criam dois novos institutos da democracia participativa, o Direito de Revogação e o Veto Popular.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 102/2015 SÉRGIO PETECÃO	Altera a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, que dispõe sobre as transferências de recursos da União aos órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios para a execução de ações de prevenção em áreas de risco de desastres e de resposta e de recuperação em áreas atingidas por desastres e sobre o Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil, para dispor sobre a concessão de benefício às famílias durante os períodos de eventuais calamidades.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 22/2015 ROBERTO ROCHA	Altera a Constituição Federal para incluir os tribunais de contas na jurisdição do Conselho Nacional de Justiça.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 5/2015 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Anistia as penalidades aplicadas com base no art. 253 e nos incisos V, VII, X e XII do art. 181 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 — Código de Trânsito Brasileiro, no período de 18 de fevereiro a 2 de março de 2015, em todo o território nacional, aos veículos classificados nos itens 6 e 7 da alínea b e na alínea e do inciso II do art. 96 da mesma Lei.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 106/2015 ALVARO DIAS	Altera o inciso II do § 2º do art. 47 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para excluir, do cálculo do tempo de propaganda no rádio e na TV dos candidatos de coligação, o tempo correspondente aos partidos que não lançam candidatos ao cargo em disputa.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 109/2015 ROBERTO ROCHA	Altera o art. 47 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), para estabelecer sistema de rodízio na ordem de apresentação dos cargos em disputa nas eleições federais e estaduais, no horário da propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 114/2015 VANESSA GRAZZIOTIN	Altera a Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, para instituir novo piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica; e as Leis nos 9.615, de 24 de março de 1998, e 11.345, de 14 de setembro de 2006; e institui o percentual de cinco por cento incidente sobre o total de recursos arrecadados com as loterias administradas pela Caixa Econômica Federal.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 115/2015 ACIR GURGACZ	Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para dispor sobre a concessão de incentivos fiscais e creditícios a pessoas físicas e jurídicas que promovam a exploração de florestas plantadas localizadas fora das Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 117/2015 HUMBERTO COSTA	Disciplina a recepção dos novos alunos nas instituições de ensino superior e acrescenta o art. 65-A ao Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941, para prever como contravenção penal a realização de trote vexatório.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PDS 8/2015 DAVI ALCOLUMBRE	Susta os efeitos da Resolução Homologatória da ANEEL nº 1.857, de 27 de fevereiro de 2015, que Homologa as quotas anuais definitivas da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE para o ano de 2015 e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 121/2015 DAVI ALCOLUMBRE	Altera o § 3º e acrescenta o § 4º ao art. 334-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal), que trata do contrabando.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 122/2015 JOSÉ SERRA	Institui programa de concessão de créditos da União no âmbito do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física, denominado “Nota Fiscal Brasileira”, com o objetivo de incentivar os Estados e o Distrito Federal a implantarem programas de estímulo à solicitação de documento fiscal na aquisição de mercadorias e serviços.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 126/2015 RANDOLFE RODRIGUES	Altera Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, para aperfeiçoar o tipo penal de evasão de divisas.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 29/2015 MAGNO MALTA	Altera a Constituição Federal para acrescentar no art. 5º, a explicitação inequívoca “da inviolabilidade do direito à vida, desde a concepção.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 9/2015 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera dispositivo da Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, para proibir a soltura, no ambiente natural, de organismos aquáticos geneticamente modificados.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 135/2015 CIRO NOGUEIRA	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal – para acrescentar mais uma causa especial de aumento de pena ao § 2º do art. 157.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 133/2015 REGUFFE	Altera o parágrafo único do art. 13 e o §2º do art. 35-E, ambos da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para assegurar que os planos de saúde coletivos ou empresariais com até cem beneficiários tenham o mesmo regime jurídico que os planos de saúde individuais e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 134/2015 REGUFFE	Dá nova redação ao § 1º do art. 459 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho, para estabelecer multa de 5% em caso de atraso do pagamento, acrescido de 1% ao dia de atraso.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 139/2015 RONALDO CAIADO	Altera a Lei nº 9.250, de 1995, que “altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências”.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 138/2015 RONALDO CAIADO	Altera a Lei nº 9.250, de 1995, que “altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências”.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 32/2015 FERNANDO COLLOR	Institui o Sistema Parlamentar de Governo e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PDS 33/2015 CÁSSIO CUNHA LIMA	Susta o Terceiro Termo de Ajuste ao 80º Termo de Cooperação Técnica para o desenvolvimento de ações vinculadas ao projeto “Ampliação do acesso da população brasileira à atenção básica em saúde”, celebrado entre o Ministério da Saúde/Fundo Nacional de Saúde e a Organização Pan Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
RQS 184/2015 RONALDO CAIADO	Nos termos do art. 50, § 2, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, solicita informações ao Senhor Ministro da Previdência Social acerca do fundo de pensão POSTALIS.	Prejudicada em 21/12/2022
PLS 145/2015 RONALDO CAIADO	Altera a Lei nº 12.096, de 2009, que “autoriza a concessão de subvenção econômica ao Banco nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES” e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 144/2015 RONALDO CAIADO	Altera a Lei nº 12.096, de 2009, que "autoriza a concessão de subvenção econômica ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES" e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 152/2015 ROBERTO ROCHA	Altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, para instituir cláusula de desempenho para os partidos políticos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 148/2015 OTTO ALENCAR	Altera o art. 33 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, institui o § 3º no art. 112 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, e altera o § 2º do art. 2º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para vedar a progressão de regime aos condenados que praticarem delitos penais em situação de reincidência.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 151/2015 OTTO ALENCAR	Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para estipular em cinco anos o prazo de quarentena de conselheiros da Agência Nacional de Telecomunicações e para impedir o exercício desse cargo a indivíduos que ocupem, ou tenham ocupado nos cinco anos anteriores, funções de direção em empresas regulamentadas ou fiscalizadas pela autarquia.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 150/2015 OTTO ALENCAR	Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para tipificar criminalmente a discriminação ou preconceito de opção ou orientação sexual.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 33/2015 FERNANDO COLLOR	Uniformiza regras de escolha do Procurador-Geral da República e dos Procuradores-Gerais dos Ministérios Públicos estaduais.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 153/2015 RANDOLFE RODRIGUES	Dispõe sobre a concessão de assistência financeira temporária aos artesãos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 155/2015 - Complementar LÚCIA VÂNIA	Acrescenta dispositivos na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para disciplinar os benefícios tributários.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLC 16/2015 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera a Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, para tratar do prazo de entrega de imóveis adquiridos em fase de incorporação e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 35/2015 LASIER MARTINS	Altera o art. 101 da Constituição Federal, para modificar a forma de escolha dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 158/2015 CIRO NOGUEIRA	Dispõe sobre a criação do sistema de comunicações ópticas para a Defesa Nacional.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 157/2015 CIRO NOGUEIRA	Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), para obrigar as prestadoras de serviços de telecomunicações a disponibilizar recursos para atendimento a situações de perigo público iminente e de interesse público relevante.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 160/2015 PAULO PAIM	Acrescenta parágrafos aos arts. 317 e 333 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para tornar insuscetíveis de fiança e de liberdade provisória os crimes de corrupção ativa e passiva.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 164/2015 - Complementar RONALDO CAIADO	Altera a Lei Complementar nº 105, de 2001, que “dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras e dá outras providências”.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 165/2015 - Complementar FERNANDO BEZERRA COELHO	Altera a Lei Complementar 101 de Maio de 2000.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 166/2015 DONIZETI NOGUEIRA	Altera as Leis nº 9.096, de 1995 e nº 9.504, de 1997, para dispor sobre o financiamento democrático das eleições e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PEC 37/2015 DONIZETI NOGUEIRA	Altera a Constituição Federal, para estabelecer o mandato de seis anos dos Chefes do Poder Executivo e membros do Poder Legislativo, proibir a reeleição e estabelecer eleições unificadas.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 38/2015 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Dá nova redação ao § 1º do art. 58 da Constituição Federal, para garantir a representação proporcional de cada sexo na composição das Mesas e Comissões do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 172/2015 - Complementar FERNANDO COLLOR	Altera o art. 237 e institui o art. 243-A na Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, que "dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União", para estabelecer a responsabilidade administrativa, civil e criminal do membro do Ministério Público da União que praticar ato temerário ou com deliberada má-fé, ou ainda visando promoção pessoal ou perseguição política.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
INS 1/2015 DAVI ALCOLUMBRE	Indicação de estudo e de providência pela Comissão de Serviços de Infraestrutura para que manifeste à ANAC a importância de revisar a Resolução nº 138/2010.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022
PLS 174/2015 FÁTIMA BEZERRA	Isenta as motocicletas nacionais do Imposto sobre Produtos Industrializados, nas condições que estabelece.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 179/2015 RAIMUNDO LIRA	Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior, para estabelecer critérios qualitativos e regionais na oferta de financiamento estudantil para os cursos de graduação.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 175/2015 DAVI ALCOLUMBRE	Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, estabelecendo prazos, garantias e condições relativas à comercialização dos produtos que especifica.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 178/2015 DAVI ALCOLUMBRE	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940 (Código Penal), para incluir, no seu Título VIII, o Capítulo IV – Dos Crimes de Terrorismo.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 176/2015 DAVI ALCOLUMBRE	Altera a redação do art. 134 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para estabelecer a obrigatoriedade dos Cartórios e/ou Tabelionato de Notas encaminharem ao órgão executivo de trânsito dos Estados o comprovante de transferência de propriedade.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 177/2015 DAVI ALCOLUMBRE	Altera a redação do art. 59 do Decreto-Lei nº 2.848, de 1940 (Código Penal), para permitir que a situação econômica do réu seja considerada como parâmetro no momento da aplicação da pena.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 181/2015 ALVARO DIAS	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever o crime de trote vexatório.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 39/2015 WELLINGTON FAGUNDES	Altera o art. 175 Constituição Federal, para determinar que as concessões e permissões de serviços públicos sejam normatizados por lei complementar.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 184/2015 ROBERTO ROCHA	Veda a substituição de livros didáticos antes de decorridos, no mínimo, três anos letivos desde a sua adoção.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
SCD 8/2015 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera o art. 83 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, de modo a tornar mais rigorosos os requisitos necessários ao deferimento do livramento condicional.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 41/2015 ALVARO DIAS	Altera a Constituição Federal para ampliar a duração da licença-maternidade e licença-paternidade.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 188/2015 RONALDO CAIADO	Altera o art. 83 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para “restringir a concessão de livramento condicional”.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 187/2015 FERNANDO COLLOR	Altera o art. 1º da Lei nº 8.038, de 28 de maio de 1990, para assegurar o sigilo na fase investigatória e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 189/2015 RANDOLFE RODRIGUES	Dispõe sobre a denominação e a red denominação de logradouros, obras, serviços e monumentos públicos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 191/2015 RONALDO CAIADO	Altera dispositivos da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que 'Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências'	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 192/2015 ROBERTO ROCHA	Acrescenta parágrafo único ao art. 83 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral) para estabelecer que, na eleição para o Senado Federal, cada eleitor poderá votar em um único candidato, ainda que o pleito seja para a renovação de dois terços da representação de cada Estado e do Distrito Federal.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 194/2015 HUMBERTO COSTA	Dispõe sobre o dano moral decorrente do descumprimento das obrigações trabalhistas e sua respectiva reparação pelo infrator.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PRS 17/2015 WELLINGTON FAGUNDES	Altera o artigo 104 do Regimento Interno do Senado Federal para incluir os §§ 1º e 2º, no sentido de dispor sobre audiências públicas regulares dos presidentes de Agências Reguladoras na Comissão de Serviços de Infraestrutura.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 44/2015 ALVARO DIAS	Altera os arts. 52 e 71 da Constituição Federal, para determinar a aprovação prévia pelo Senado Federal da escolha de dirigentes brasileiros de pessoas jurídicas de direito internacional que exerçam atividade econômica ou prestem serviço público, de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, bem como para exigir, de forma expressa, a necessidade de que os tratados internacionais que constituam essas pessoas jurídicas contenham dispositivo que garanta a fiscalização das respectivas contas nacionais pelo Tribunal de Contas da União.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 201/2015 HÉLIO JOSÉ	Dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica por fonte primária renovável, sobre a definição dos grupos e classes tarifárias, recepciona o Programa de Desenvolvimento Energético de Estados e Municípios (Prodeem) e redireciona o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), cria novas fontes de financiamento da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE), dá novas redações às leis de nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, e de nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 204/2015 ACIR GURGACZ	Altera o art. 54 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para majorar a pena do crime de poluição de manancial de água.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 24/2015 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, dispondo sobre uso de explosivos na destruição ou rompimento de obstáculo para o crime de furto e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 205/2015 PAULO PAIM	Acrescenta ao Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, que dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista, o art. 9º-A, para assegurar a contratação de seguro de vida em grupo por parte do empregador para os empregados envolvidos em reportagens externas.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 206/2015 PAULO PAIM	Acrescenta o art. 327-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para estabelecer que, nos crimes de peculato, concussão ou corrupção passiva, a multa deverá ser aplicada no valor equivalente ao dobro do desvio ou da vantagem indevida.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 211/2015 RANDOLFE RODRIGUES	Acresce ao Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal o art. 578-A, para disciplinar os pedidos de vistas no âmbito dos tribunais.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 212/2015 ACIR GURGACZ	Disciplina a profissão de Cientista.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 213/2015 VANESSA GRAZZIOTIN	Dá nova redação ao §2º do art. 2º da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 - Lei do Serviço Militar - garantindo às mulheres o direito de opção ao serviço militar.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PRS 18/2015 RANDOLFE RODRIGUES	Acrescenta artigo à Resolução nº 93, de 27 de novembro de 1970 – Regimento Interno do Senado Federal, para dispor sobre o afastamento de membro da Mesa Diretora, de Presidente e Vice-Presidente de Comissão e de membro do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar que tenha contra si instaurado inquérito ou denúncia no âmbito do Supremo Tribunal Federal.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 219/2015 ROMÁRIO	Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências, para obrigar as empresas aéreas a possuírem rampas de acesso ou mecanismos acessórios para auxiliar no embarque e desembarque de pessoas com deficiência.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 47/2015 FERNANDO BEZERRA COELHO	Altera a Constituição Federal, para estabelecer a coincidência das eleições, fixar o mandato de cinco anos dos chefes do Poder Executivo e dos membros do Poder Legislativo, vedar a reeleição e alterar a data da posse dos chefes do Poder Executivo.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 221/2015 CÁSSIO CUNHA LIMA	Altera a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que “dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências”, para incluir como objetivo fundamental da educação ambiental o estímulo a ações que promovam o uso sustentável dos recursos naturais e a educação ambiental como disciplina específica no ensino fundamental e médio, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação, para tornar a educação ambiental disciplina obrigatória.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 225/2015 WILDER MORAIS	Altera a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, para dispor sobre a utilização de meios eletrônicos para concentração de informações dos indivíduos na Carteira de Identidade.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 227/2015 WILDER MORAIS	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para aumentar as penas mínima e máxima do crime do art. 244-B.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 231/2015 VALDIR RAUPP	Altera o art. 60 do Estatuto da Criança e do Adolescente para dispor sobre a participação artística, desportiva e afim.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 230/2015 FÁTIMA BEZERRA	Autoriza o Poder Executivo a criar campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, nos municípios de São José de Mipibu, Jucurutu, Touros, Mossoró, Umarizal, São Miguel, Alexandria e Tangará.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 235/2015 ALVARO DIAS	Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, na aquisição de veículos automotores para utilização no transporte autônomo de cargas.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 234/2015 RONALDO CAIADO	Acrescenta o artigo 4º-A na Lei 12.232, de 29 de abril de 2010.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 233/2015 - Complementar BLAIRO MAGGI	Dispõe sobre o inquérito civil, sobre procedimentos administrativos correlatos a cargo do Ministério Público para a colheita de provas e sobre as peças de informações, previstos na Constituição Federal, art. 129, incisos III e VI, e na Lei Complementar nº 75 de 20 de maio de 1993, arts. 6º, inciso VIII, e 8º.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 236/2015 RANDOLFE RODRIGUES	Altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos) e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), para vedar a doação de pessoa jurídica a partidos e candidatos e limitar a doação de pessoa física a R\$ 700,00 (setecentos reais).	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 237/2015 RANDOLFE RODRIGUES	Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para estabelecer a necessidade de manifestação do Ministério Público antes da concessão de Habeas Corpus e delimitar as hipóteses de cabimento.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 238/2015 RANDOLFE RODRIGUES	Altera o art. 674 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para dispor sobre o trânsito em julgado da sentença penal.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 239/2015 ACIR GURGACZ	Institui o art. 37-A e altera os arts. 29, 36 e 37 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para determinar que o Poder Público incentive a criação de polos industriais próximos aos complexos penitenciários, para fomentar o estabelecimento de empresas que contribuam para a formação profissional e o exercício de atividade laboral pelo condenado.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 27/2015 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera o art. 180 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940- Código Penal.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 241/2015 RONALDO CAIADO	Modifica o disposto no art. 5º, caput, e revoga o parágrafo único do art. 9º da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, visando fixar regras para a nomeação de diretor de agência reguladora.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 29/2015 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, para determinar que constituem recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública bens, direitos e valores apreendidos pela Polícia Federal, com perdimento decretado pela Justiça Federal como fruto de contrabando ou descaminho, e que possam ser usados na repressão ao crime.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PRS 19/2015 JOSÉ MEDEIROS	Institui o Prêmio Senador Jonas Pinheiro do Mérito Agropecuário no âmbito do Senado Federal.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 30/2015 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Dispõe sobre os contratos de terceirização e as relações de trabalho deles decorrentes.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 247/2015 - Complementar REGUFFE	Altera o inciso I do art. 48-A da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para incluir informações pormenorizadas nos meios eletrônicos de acesso público, acerca dos gastos públicos, especificando e detalhando o valor unitário efetivamente pago por cada produto adquirido ou serviço prestado à Administração Pública.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 250/2015 OTTO ALENCAR	Altera as Leis nºs 9.433, de 8 de janeiro de 1997, 1.079, de 10 de abril de 1950, e 8.429, de 2 de junho de 1992, para vedar a transposição de águas de rios ou bacias hidrográficas sem a comprovação da prévia revitalização integral do rio ou da bacia doadora.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 251/2015 - Complementar REGUFFE	Altera a redação do art. 1º da Lei Complementar nº 78, de 30 de dezembro de 1993, para fixar em trezentos (300) o número máximo de Deputados Federais, nos termos do art. 45, § 1º, da Constituição Federal.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PDS 83/2015 REGUFFE	Revoga o § 1º do art. 1º do Decreto Legislativo nº 276, de 2014, para extinguir a ajuda de custo devida aos membros do Congresso Nacional no início e no final do mandato parlamentar.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 254/2015 - Complementar ANTONIO CARLOS VALADARES	Altera a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, para dispor sobre a aplicação anual de recursos mínimos, pela União, em ações e serviços públicos de saúde, conforme a Emenda Constitucional nº 86, de 2015, e para incluir as despesas com promoção e recuperação da saúde, realizadas por Hospitais Universitários Federais, com recursos alocados por emendas individuais ao projeto de lei orçamentária, na apuração desse montante.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 33/2015 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera o art. 319-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 34/2015 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera a Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 258/2015 ROMERO JUCÁ	Institui a obrigatoriedade de desenvolvimento de ações de fortalecimento da atenção primária oftalmológica no âmbito do Sistema Único de Saúde.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PDS 85/2015 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Susta o art. 13 da Resolução Normativa nº 479, de 3 de abril de 2012, e os arts. 21 e 218 da Resolução Normativa nº 414, de 9 de setembro de 2010, da Agência Nacional de Energia Elétrica — ANEEL, que repassa aos Municípios a responsabilidade pelos serviços de elaboração de projeto, implantação, expansão, operação e manutenção das instalações de iluminação pública e a transferência de tais ativos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 260/2015 FERNANDO BEZERRA COELHO	Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para reduzir o período das campanhas eleitorais.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 261/2015 REGUFFE	Dispõe sobre a proibição de o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) financiar e conceder crédito a governos estrangeiros e projetos a serem realizados em outros países, e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 262/2015 RONALDO CAIADO	Acrescenta artigo a Lei nº 8.692, de 28 de julho de 1993, que “Define planos de reajustamento dos encargos mensais e dos saldos devedores nos contratos de financiamentos habitacionais no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação e dá outras providências”.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 263/2015 RONALDO CAIADO	Altera o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que “Institui o Código de Trânsito Brasileiro.”	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PDS 86/2015 RONALDO CAIADO	Susta a aplicação do art. 8º da Resolução nº 3, de 16 de setembro de 2011, da Comissão Nacional de Residência Médica da Secretaria de Educação Superior, que dispõe sobre o processo de seleção pública dos candidatos aos Programas de Residência Médica.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 52/2015 REGUFFE	Altera os arts. 49, 52, 73, 75, 84, 101 e 104 da Constituição Federal, para estabelecer que os ministros do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, do Tribunal de Contas da União, bem como os conselheiros dos Tribunais de Contas dos Estados e dos Municípios, sejam selecionados mediante concurso público de provas e títulos e nomeados para mandatos de cinco anos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 36/2015 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera o art. 65 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para alterar as penas nele previstas para o crime de pichação de edificação ou monumento urbano.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 271/2015 ROBERTO ROCHA	Determina que a escolha do presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) depende de aprovação prévia pelo Senado Federal, por voto secreto, após arguição pública, e modifica a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências, para determinar a mesma exigência para a escolha do presidente da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras).	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 270/2015 CIRO NOGUEIRA	Altera o art. 28 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, que dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, V, da Constituição Federal, para permitir que órgãos partidários de qualquer esfera utilizem recursos próprios, compreendidos os oriundos do Fundo Partidário, para assumir obrigações de outro, inclusive na hipótese de suspensão da participação do órgão originalmente responsável no referido Fundo.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 273/2015 FERNANDO BEZERRA COELHO	Dispõe sobre o financiamento de campanhas eleitorais, alterando a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos) e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), para vedar a doação de pessoa jurídica diretamente a partidos e candidatos e reforçar o financiamento público das campanhas eleitorais, entre outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PRS 22/2015 GLADSON CAMELI	Altera a redação do inciso III do art. 412 do Regimento Interno do Senado Federal, para garantir a prevalência da norma regimental.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 275/2015 GLADSON CAMELI	Altera artigo 4º, inciso IX, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 277/2015 WILDER MORAIS	Altera a Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, para permitir que as concessionárias, as permissionárias e as autorizadas de serviço público de distribuição de energia elétrica desenvolvam atividades de geração de energia elétrica.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PDS 87/2015 RONALDO CAIADO	Susta o § 5º do art. 9º e o inciso III do § 2º do art. 10, ambos do Decreto nº 4.449, de 30 de outubro de 2002, com redação dada pelo Decreto nº 5.570, de 31 de outubro de 2005.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PRS 23/2015 RONALDO CAIADO	Altera o arts. 224 e revoga o inciso II do 225 do Regimento Interno do Senado Federal, a fim de permitir o envio de indicação a outro Poder para que proponha projeto de lei sobre matéria de sua competência.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 278/2015 ROMÁRIO	Altera a Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, para estender sua duração por mais dez anos, aumentar o total de dedução do imposto devido e aumentar exigências para proponentes e beneficiários.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 279/2015 ROMÁRIO	Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, para atribuir direito à aposentadoria especial ao atleta profissional e regular a atividade de prática desportiva profissional em entidades de prática desportiva de todas as modalidades esportivas.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 282/2015 RAIMUNDO LIRA	Altera as Leis nos 9.424, de 24 de dezembro de 1996, e 9.766, de 18 de dezembro de 1998, para dispor sobre a distribuição nacional dos recursos do salário-educação.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 280/2015 COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA	Dispõe sobre a obrigatoriedade da disponibilidade de acesso à internet para os alunos nas escolas de ensino fundamental e médio das redes pública e privada.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 54/2015 RAIMUNDO LIRA	Altera os arts. 73, 101, 104, 107, 111-A, 115, 119, 120, 123 e 125 da Constituição Federal, para elevar a idade mínima requerida para a investidura no Supremo Tribunal Federal, no Tribunal de Contas da União, nos Tribunais Superiores, nos Tribunais Regionais Federais, nos Tribunais Regionais do Trabalho, nos Tribunais Regionais Eleitorais e nos Tribunais de Justiça dos Estados.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 285/2015 BLAIRO MAGGI	Modifica o art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o percentual de cotas de beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência a ser preenchido pela empresa.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 55/2015 TASSO JEREISSATI	Altera os arts. 52 e 153 da Constituição Federal, para estabelecer condições para o exercício da faculdade do Poder Executivo de alterar a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 291/2015 GLEISI HOFFMANN	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal – para modificar a redação do § 3º do art. 140, a fim de penalizar a injúria praticada por razões de gênero.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 288/2015 RONALDO CAIADO	Altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para estabelecer critérios de valorização do mérito no regime jurídico dos servidores públicos da União, suas autarquias e fundações públicas.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 57/2015 WELLINGTON FAGUNDES	Acrescenta os §§ 2º, 3º, 4º e 5º ao art. 52 da Constituição Federal, para estabelecer prazos para a escolha e nomeação das autoridades definidas no inciso III e tornar crime de responsabilidade o seu descumprimento.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 297/2015 RANDOLFE RODRIGUES	Altera os arts. 109, 110, 112, 114, 115, 116 e 117 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), que dispõem sobre a prescrição penal.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 58/2015 CÁSSIO CUNHA LIMA	Altera o § 9º do art. 144 da Constituição Federal, para instituir adicional de periculosidade para os servidores policiais.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 59/2015 MARTA SUPLICY	Acrescenta os §§ 2º, 3º, 4º e 5º ao art. 101 da Constituição Federal, para estabelecer prazos para a indicação, apreciação e nomeação de Ministros do Supremo Tribunal Federal e definir como crime de responsabilidade o seu descumprimento.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 62/2015 GLEISI HOFFMANN	Altera os arts. 27, 28, 29, 37, 39, 49, 73 e 93 da Constituição Federal para vedar a vinculação remuneratória automática entre subsídios de agentes públicos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 40/2015 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Dispõe sobre o cancelamento das sanções administrativas que discrimina, aplicadas a servidores públicos, e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 39/2015 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Criminaliza condutas praticadas contra cães e gatos e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 304/2015 DAVI ALCOLUMBRE	Dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de "Terraço Verde" nos locais que especifica e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 307/2015 FERNANDO BEZERRA COELHO	Altera a Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, que dispõe sobre a destinação para as áreas de educação e saúde de parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural, com a finalidade de cumprimento da meta prevista no inciso VI do caput do art. 214 e no art. 196 da Constituição Federal; altera a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989; e dá outras providências, para vincular 50% (cinquenta por cento) da destinação para as áreas de educação ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PRS 25/2015 DAVI ALCOLUMBRE	Altera o Regimento Interno do Senado Federal para estabelecer novo procedimento para o Requerimento de Informação.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 313/2015 PAULO PAIM	Modifica o § 1º do art. 477 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a interveniência de sindicato ou de autoridade administrativa na rescisão de contrato de trabalho de empregado com mais de três meses de serviço.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 314/2015 ACIR GURGACZ	Altera o artigo 71 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de Maio de 1943 e a Lei nº 12.587, de 03 de janeiro de 2012, para dispor sobre a redução e/ou fracionamento de intervalo intrajornada e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 310/2015 RONALDO CAIADO	Altera o art. 11 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que "estabelece normas para as eleições."	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 315/2015 - Complementar PAULO PAIM	Institui o Imposto sobre Grandes Fortunas, de que trata o art. 153, inciso VII, da Constituição Federal e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 65/2015 RONALDO CAIADO	Altera o art. 21 da Constituição Federal, transferindo para a União a exploração dos serviços de transporte rodoviário de passageiros entre os municípios do Entorno do Distrito Federal e Brasília.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 317/2015 DÁRIO BERGER	Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de sistema de captação de energia solar e de sistema de captação, armazenamento e utilização de águas pluviais na construção de novos prédios públicos para a utilização em atividades que não necessitem de água potável.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 319/2015 ROBERTO ROCHA	Cria a Zona Franca de São Luís, no Estado do Maranhão, e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 318/2015 JOSÉ MEDEIROS	Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, com a finalidade de estabelecer as sanções aplicáveis em caso de descumprimento das normas previstas na referida lei.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 322/2015 ROMÁRIO	Institui a Política Nacional de Conscientização e Orientação sobre o Lúpus Eritematoso Sistêmico; altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir o saque dos valores depositados na conta vinculada do trabalhador com a doença no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para estender aos portadores da doença a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de veículos automotores; e altera a Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, para incluir os pacientes no Programa Universidade para Todos (PROUNI).	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 324/2015 DONIZETI NOGUEIRA	Institui obrigatoriedade para as novas construções, residenciais, comerciais, e industriais, público ou privado, a inclusão no projeto técnico da obra, item referente a captação de água da chuva e seu reuso não potável e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 323/2015 DONIZETI NOGUEIRA	Dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas fabricantes, envasadores e importadores de bebidas alcóolicas a incluírem nos rótulos de seus produtos informações sobre riscos e restrições de consumo.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 329/2015 ANTONIO CARLOS VALADARES	Concede isenção do Imposto de Importação incidente sobre instrumentos musicais, suas partes e acessórios, e altera a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, para conceder, à importação desses produtos, isenção da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público incidente na Importação de Produtos Estrangeiros ou Serviços (PIS/PASEP Importação) e da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social devida pelo Importador de Bens Estrangeiros ou Serviços do Exterior (COFINS-Importação).	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 332/2015 VANESSA GRAZZIOTIN	Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor, para vedar a discriminação baseada no gênero nas relações de consumo.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 67/2015 DONIZETI NOGUEIRA	Altera o Art. 229 da Constituição Federal para vincular a assistência paternal a filhos maiores portadores de necessidades especiais e dos filhos maiores aos irmãos portadores de necessidade especiais.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 337/2015 DONIZETI NOGUEIRA	Acresce os incisos XVIII, XIX, XX ao Art. 20 da Lei nº 8036/90 – que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço para permitir a utilização da conta vinculada do trabalhador na quitação de débitos vinculados à imóveis de parentes de primeiro grau.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 338/2015 FERNANDO BEZERRA COELHO	Altera as Leis nos 11.494, de 20 de junho de 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), e 11.738, de 16 de julho de 2008, que institui o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, para dispor sobre a responsabilidade da União na remuneração docente.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 342/2015 JOSÉ SERRA	Altera o Decreto-Lei nº 1.876, de 15 de julho de 1981, e o Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, para isentar da cobrança de laudêmio, foro e taxa de ocupação os imóveis enfitêuticos da União situados em perímetro urbano.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 346/2015 - Complementar SIMONE TEBET	Altera a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, para permitir o abatimento do saldo da dívida dos Estados, Distrito Federal e Municípios junto à União em montante equivalente à insuficiência da compensação por conta da perda de receita decorrente da desoneração de ICMS sobre as exportações de bens primários e semielaborados e aquisições destinadas ao ativo imobilizado.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 70/2015 ANTONIO ANASTASIA	Altera o arts. 119, 120 e 121 da Constituição Federal, para vedar o exercício da advocacia dos juízes eleitorais oriundos da advocacia e ampliar o tempo do respectivo mandato, vedando a recondução.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 352/2015 COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA	Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, para determinar a absorção, pelo Sistema Único de Saúde, de profissionais de saúde recém-formados na rede pública de ensino.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 354/2015 ROMÁRIO	Dispõe sobre a instituição do Dia Nacional de Luta pelos Direitos das Pessoas com Fenilcetonúria.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 74/2015 DONIZETI NOGUEIRA	Altera a Constituição Federal para incluir o Planejamento Estratégico de Longo Prazo como norteador das despesas e investimentos previstos no orçamento da União.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 75/2015 DOUGLAS CINTRA	Altera os artigos 24 e 37 da Constituição Federal para prever a competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal para legislar sobre concursos públicos e facultar ao Poder Legislativo a iniciativa legislativa sobre a matéria.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 355/2015 REGUFFE	Altera a redação do art. 1º da Lei n.º 11.482, de 31 de maio de 2007, para corrigir anualmente os limites de isenção da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física pela variação anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), acrescido de 1% (um por cento) ao ano, até que se recupere a defasagem acumulada da tabela.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 46/2015 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Dá nova redação ao art. 9º da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, que regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro, para permitir a prática de atos notariais no âmbito da circunscrição da Comarca.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
SCD 10/2015 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 2.349-B de 2007 do Senado Federal (PLS Nº 509/03, na Casa de origem), que “determina a estadualização da realização das provas de concursos públicos para cargos federais”.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLC 45/2015 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Inclui §§ 3º e 4º ao art. 893 e § 5º ao art. 894, todos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, estabelecendo regras para a contagem dos prazos para recursos trabalhistas.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 48/2015 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, dispondo sobre o encaminhamento das mensagens curtas de texto de telefonia celular destinadas aos serviços públicos de emergência.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 43/2015 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera dispositivo da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 357/2015 PAULO PAIM	Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e a Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, para disciplinar a comercialização de alimentos nas escolas de educação básica e a elaboração de cardápios do programa de alimentação escolar, e promover ações para a alimentação e nutrição adequadas de crianças e adolescentes.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
RQS 685/2015 FERNANDO COLLOR	Requer, nos termos dos artigos 215, caput, e 334, I, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, combinados com o art. 1º, da Lei nº 11.372/2006, e com o art. 130-A, da Constituição Federal, que seja considerado prejudicado, com a consequente devolução ao órgão de origem, o Ofício "S" nº 72, de 2015 (nº 6/2015, na origem), referente à indicação de recondução do Sr. Fábio George Cruz da Nóbrega, como representante do Ministério Público Federal, junto ao Conselho Nacional do Ministério Público.	Prejudicada em 21/12/2022
PLS 360/2015 PAULO PAIM	Acrescenta o § 4º ao art. 25 da Lei nº 8.692, de 28 de julho de 1993, que define planos de reajustamento nos contratos de financiamento habitacional no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 364/2015 DOUGLAS CINTRA	Altera as Leis nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011, e nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e revoga a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, para reconhecer a competência do Poder Executivo para alterar os componentes do Sistema Federal de Viação.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 359/2015 PAULO PAIM	Altera os incisos V, VI e VII do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para reduzir o prazo de carência para utilização da conta vinculada do FGTS para fins de aquisição de moradia própria e amortização e pagamento de prestações de financiamentos habitacionais.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PDS 228/2015 RONALDO CAIADO	Susta a tramitação congressional dos atos bilaterais firmados com a Venezuela.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 49/2015 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Dispõe sobre a comercialização, a estocagem, o processamento, a industrialização, o acondicionamento e o trânsito, no território nacional, de produtos agropecuários, seus derivados e subprodutos, importados de outros países, e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 365/2015 ROBERTO ROCHA	Altera a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, para conferir representatividade às secretarias subnacionais de segurança pública no Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 367/2015 PAULO PAIM	Estabelece diretrizes e objetivos para as políticas públicas de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 368/2015 ALVARO DIAS	Modifica o art. 12 da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949, para determinar que a concessão de repouso semanal remunerado em dias diferentes não implica em infração administrativa, quando o intervalo entre a sua concessão exceder de sete dias.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 370/2015 REGUFFE	Dá nova redação ao caput do art. 3º e revoga o artigo 13, todos da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras e dá outras providências, tornando privativos de servidores de carreira todos os cargos comissionados das Agências Reguladoras no âmbito da União.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 371/2015 CIRO NOGUEIRA	Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir o uso de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) na aquisição e na instalação de equipamentos destinados à geração própria de energia elétrica em residências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 79/2015 JOSÉ AGRIPINO	Acrescenta parágrafo único ao art. 49 da Constituição Federal, para prever a obstrução da pauta do Congresso Nacional, no caso de não haver manifestação, no prazo fixado, sobre as contas prestadas pelo Presidente da República.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PEC 80/2015 FERNANDO BEZERRA COELHO	Institui a carreira nacional do magistério público da educação básica.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 375/2015 FERNANDO BEZERRA COELHO	Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 374/2015 - Complementar FERNANDO BEZERRA COELHO	Altera o parágrafo 2º do Artigo 3º da Lei Complementar 63 de 1990, tornando facultativo para os Estados a possibilidade de considerar ou não, para efeito de cálculo do valor adicionado, as parcelas isentas ou com benefícios fiscais e as operações imunes do imposto .	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 81/2015 WELLINGTON FAGUNDES	Altera o art. 24 da Constituição Federal, para incluir no rol das competências da União, dos Estados e do Distrito Federal legislar concorrentemente sobre proteção ao idoso.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 51/2015 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Dispõe sobre a utilização pelo Governo do Distrito Federal das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, de que trata o § 4º do art. 32 da Constituição Federal, e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 376/2015 FERNANDO COLLOR	Altera o art. 61 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para acrescentar uma nova hipótese de agravante genérica.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 378/2015 REGUFFE	Acrescenta o parágrafo único ao artigo art. 13 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências, para vedar a cobrança de tarifa de assinatura básica por empresas, públicas ou privadas, prestadoras de serviços públicos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 379/2015 DAVI ALCOLUMBRE	Altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que "Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências", para inserir a gastronomia como beneficiária do Programa.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 380/2015 DAVI ALCOLUMBRE	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para tipificar o crime de assédio verbal ou físico.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 381/2015 DAVI ALCOLUMBRE	Acrescenta § 5º ao art. 787 do Código Civil, a fim de prever a devolução do prêmio ao segurado no caso que especifica referente a locações de veículos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 382/2015 DAVI ALCOLUMBRE	Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, para estabelecer, no caso de perda ou quebraimento de fiança, de recolhimento de 50% à vítima e/ou seus familiares.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 385/2015 LASIER MARTINS	Altera a Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código Brasileiro de Trânsito para incluir idade mínima entre os requisitos necessários para obtenção de Carteira Nacional de Habilitação.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 392/2015 REGUFFE	Dispõe sobre alterações no inciso II do art. 6º da Lei n.º 10.259, de 12 de julho de 2001 e no inciso II do art. 5º da Lei nº 12.153, de 22 de dezembro de 2009, a fim de incluir no rol de competências dos Juizados Especiais da Fazenda Pública o julgamento das ações ajuizadas em face das sociedades de economia mista da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 398/2015 ANTONIO ANASTASIA	Acrescenta o art. 38-A a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, para obrigar a gravação e manutenção, por prazo mínimo de cinco anos, o áudio das sessões deliberativas dos conselhos de administração e fiscal das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas, das sociedades de economia mista e das demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 399/2015 - Complementar ANTONIO CARLOS VALADARES	Altera a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, para estabelecer que os recursos devidos aos Estados e Municípios, a título de ressarcimento, não poderão ser objeto de contingenciamento por parte da União.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 396/2015 DAVI ALCOLUMBRE	Altera o art. 32 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para aumentar a pena do crime de maus-tratos contra animais.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLC 55/2015 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Dispõe sobre a obrigatoriedade da inscrição via rede mundial de computadores - internet em concurso público.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 83/2015 RENAN CALHEIROS	Acrescenta o art. 166-A à Constituição Federal, para dispor sobre a Autoridade Fiscal Independente.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 406/2015 PAULO PAIM	Considera a atividade profissional de motorista de táxi prejudicial à saúde para efeito da concessão de aposentadoria especial.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 404/2015 PAULO PAIM	Dispõe sobre as vagas nas empresas para os trabalhadores com mais de quarenta e cinco anos, nos casos que especifica.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 408/2015 HÉLIO JOSÉ	Altera a Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, para determinar a obrigatoriedade de vagas públicas e gratuitas nos estacionamentos dos aeroportos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 409/2015 OMAR AZIZ	Dispõe sobre a realização de concursos públicos para a Carreira Policial Federal e o Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 412/2015 ROMÁRIO	Altera a Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, que "institui a Unidade Fiscal de Referência, altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências", para alterar expressões relativas a pessoas com deficiência e ampliar o escopo da isenção do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros (IOF) para outras deficiências, além da física.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 417/2015 OMAR AZIZ	Cria o banco nacional de impressões digitais.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PRS 29/2015 ANTONIO CARLOS VALADARES	Altera a Resolução nº 24, de 8 de junho de 1995, para dispor sobre a acessibilidade da programação veiculada pela TV Senado.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 88/2015 GLADSON CAMELI	Modifica os arts. 54 e 56 da Constituição Federal, para vedar aos Deputados e Senadores a investidura em outro cargo ou mandato público.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 424/2015 OTTO ALENCAR	Altera o Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, e as Leis nº 9.636, de 15 de maio de 1998, e nº 13.139, de 26 de junho de 2015.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 425/2015 OTTO ALENCAR	Altera o art. 8º da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, para estabelecer alíquotas específicas da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público incidente na Importação de Produtos Estrangeiros ou Serviço (PIS/PASEP-Importação) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social devida pelo Importador de Bens Estrangeiros ou Serviços do Exterior (COFINS-Importação) em relação aos produtos farmacêuticos sem similar nacional.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 89/2015 PAULO ROCHA	Altera o inciso XIII do art. 7º da Constituição Federal, para reduzir a jornada semanal de trabalho.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 91/2015 CÁSSIO CUNHA LIMA	Altera o art. 101 da Constituição Federal, para estabelecer o prazo máximo de três meses para a indicação de ministro do Supremo Tribunal Federal por parte do Presidente da República, sob pena de crime de responsabilidade.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 59/2015 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Institui o Plano Nacional de Abastecimento de Hortifrutiflorigranjeiros – PLANHORT; fixa normas gerais para os entrepostos públicos de abastecimento alimentar; e altera a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 431/2015 PAULO PAIM	Acrescenta os §§ 3º e 4º ao Art. 29-C da Lei 8.213, de 24 de julho de 1991.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 433/2015 CÁSSIO CUNHA LIMA	Altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para tornar obrigatória a participação mínima de 15% (quinze por cento) das fontes renováveis alternativas na matriz elétrica brasileira até o ano de 2025.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 92/2015 ROBERTO ROCHA	Altera os arts. 149, 150, 153, 155, 156, 158 e 161 da Constituição Federal para incluir parâmetros socioambientais no Sistema Tributário Nacional.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 434/2015 DAVI ALCOLUMBRE	Dispõe sobre a obrigatoriedade de estabelecimentos comerciais realizarem análises químicas e microbiológicas de alimentos colocados à venda para o consumidor final.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 436/2015 DAVI ALCOLUMBRE	Altera o art. 212, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 –Código Penal, para elevar a pena de quem pratica o crime de exposição de cadáver.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 439/2015 DONIZETI NOGUEIRA	Dispõe sobre o exercício de atividades nos campos da Administração.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 443/2015 RANDOLFE RODRIGUES	Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, para obrigar a exibição de advertência sobre os riscos do consumo de bebida alcoólica por gestante.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 63/2015 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera a redação do inciso III do § 1º do art. 3º da Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 67/2015 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.868, de 10 de novembro de 1999, para autorizar o julgamento de processo pelo Supremo Tribunal Federal que tenha por objeto dispositivo revogado de lei ou ato normativo.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLC 68/2015 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, que dispõe sobre a criação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – CODEVASF e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 65/2015 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Dá nova redação ao art. 8º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 66/2015 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera o art. 50 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PRN 5/2015 DAVI ALCOLUMBRE	Altera a Resolução nº 1, de 2006-CN, que Dispõe sobre Comissão Permanente a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição, para disciplinar a escolha do Coordenador de Bancada Estadual.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 94/2015 ANTONIO ANASTASIA	Altera o art. 14 da Constituição Federal, para acrescentar hipótese de inelegibilidade.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 449/2015 DAVI ALCOLUMBRE	Altera os §§ 1º e 5º do art. 97 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para definir o limite dos prazos máximo e mínimo de internação ou tratamento ambulatorial.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 450/2015 ROBERTO ROCHA	Altera a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, para incluir entre os direitos do assinante do serviço de acesso condicionado o direito de cancelar o serviço sem pagamento de cláusula penal e de ter à sua disposição atendimento pessoal.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 452/2015 ANTONIO ANASTASIA	Acrescenta o art. 92-A ao Capítulo X da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), para disciplinar o procedimento administrativo de interdição.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PEC 96/2015 FERNANDO BEZERRA COELHO	Outorga competência à União para instituir adicional sobre o imposto de que trata o inciso I do art. 155, destinado ao financiamento da política de desenvolvimento regional.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 95/2015 FERNANDO BEZERRA COELHO	Altera a Constituição Federal, nos seus Incisos I e II do Parágrafo Único do Artigo 158 das regras de repartição da parcela dos Municípios sobre ICMS.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 454/2015 SIMONE TEBET	Altera a Lei nº 8.036, de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências, para permitir a utilização do FGTS para pagamento de mensalidade escolar do ensino superior do trabalhador, de seu cônjuge e de seus dependentes.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 456/2015 OMAR AZIZ	Dispõe sobre o fornecimento, pelas prestadoras de serviços de telecomunicações, mediante ordem judicial e sob sigilo de Justiça, de dados que permitam o rastreamento físico de terminais móveis, para fins de investigação criminal, instrução processual penal e execução penal.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 455/2015 OMAR AZIZ	Altera a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, para incluir as agências dos Correios que atuem como Banco Postal e as unidades lotéricas entre os estabelecimentos financeiros que devem possuir sistema de segurança; tornar obrigatório o circuito fechado de televisão (CFTV), a porta giratória com detector de metais e a cabine blindada nos estabelecimentos financeiros; e tornar obrigatória a filmagem frontal dos usuários nos terminais de autoatendimento bancário.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 460/2015 - Complementar HUMBERTO COSTA	Regulamenta o art. 79, parágrafo único, da Constituição Federal, para dispor sobre as competências e atribuições do Vice-Presidente da República.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 461/2015 JOSÉ SERRA	Altera a Lei nº 9.504, de 1997, para dispor sobre os debates entre candidatos durante o processo eleitoral.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 462/2015 JOSÉ SERRA	Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para modificar a disciplina da propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 465/2015 ROSE DE FREITAS	Institui o Fundo Nacional dos Pequenos Municípios (FNPM) e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 466/2015 - Complementar ROSE DE FREITAS	Altera a redação do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para vedar a limitação de empenho e movimentação financeira das despesas com convênios nas condições que especifica.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 467/2015 ROSE DE FREITAS	Altera a Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990, para excluir o bem de família com valor venal inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) da penhorabilidade decorrente de cobrança de impostos, predial ou territorial, taxas e contribuições tributárias devidas em função do imóvel familiar.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 469/2015 RAIMUNDO LIRA	Altera o Código Penal para agravar a pena de crimes praticados em situação de tocaia nas imediações de residência, no interior de escola ou em raio de até cem metros de escola.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 72/2015 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Dispõe sobre a obrigatoriedade da adoção do Programa de Segurança e Redução de Acidentes no Trânsito – PRAT por órgãos ou empresas públicas e privadas.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 70/2015 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Estabelece a forma da tributação do imposto de renda sobre salários, recebidos acumuladamente.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 71/2015 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Dispõe sobre a incidência da tabela mensal do imposto de renda das pessoas físicas, a que se refere o art. 3º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 73/2015 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção ao consumidor e dá outras providências, para facilitar a identificação de anunciantes e de quem oferta bens e serviços.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLC 74/2015 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, para obrigar a divulgação dos valores arrecadados com as multas de trânsito e sua destinação.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 480/2015 MARCELO CRIVELLA	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998 (Lei dos Planos de Saúde), para considerar abusiva a cláusula contratual que estabeleça autorização prévia como condição para a realização de atendimento de saúde e para tipificar o crime de condicionar atendimento de saúde à exigência de autorização prévia da operadora do plano de saúde.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 486/2015 - Complementar SIMONE TEBET	Reduz o limite de comprometimento de receitas dos Estados, Distrito Federal e Municípios com o pagamento dos encargos da dívida junto à União.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 103/2015 CÁSSIO CUNHA LIMA	Revoga o § 2º do art. 57 da Constituição Federal.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 76/2015 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Dispõe sobre a renúncia de aposentadoria por tempo de contribuição.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 104/2015 COMISSÃO ESPECIAL PARA O APRIMORAMENTO DO PACTO FEDERATIVO 2015	Acrescenta o art. 101 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para estabelecer patamares mínimos de gastos com rodovias, ferrovias, portos e aeroportos para os anos de 2016 a 2022.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PRS 31/2015 RICARDO FERRAÇO	Altera a alínea “d” da Resolução do Senado Federal nº 41, de 2013, que trata dos requisitos para apreciação das indicações a chefes de missão diplomática de caráter permanente, acrescentando necessidade de apresentação de relatório de gestão do último posto desempenhado.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PEC 105/2015 ALOYSIO NUNES FERREIRA	Altera a redação do inciso IV do art. 52 da Constituição Federal para determinar que a arguição para a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente ocorra em sessão aberta.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 498/2015 LASIER MARTINS	Altera a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, para reajustar o valor das indenizações pagas pelo Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, ou por sua Carga, a Pessoas Transportadas ou não - Seguro DPVAT.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
SCD 12/2015 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Dispõe sobre a nomeação de candidatos aprovados em concursos públicos no âmbito da administração pública federal.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 79/2015 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera a redação do § 1º do art. 42 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 499/2015 LASIER MARTINS	Altera o art. 112 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), e art. 2º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para restabelecer o exame criminológico e aumentar os prazos para progressão de regime.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 83/2015 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Dispõe sobre o Dia Nacional de Prevenção e de Combate ao Alcoolismo e às Drogas; altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996; e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 84/2015 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Veda a publicação em jornais de anúncio de emprego sem a identificação da empresa contratante.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 85/2015 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Dispõe sobre as empresas de sistemas eletrônicos de segurança e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLC 90/2015 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, para dispor sobre a curatela compartilhada.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 501/2015 OMAR AZIZ	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para incluir o tema do envelhecimento nos currículos da educação básica.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 503/2015 SANDRA BRAGA	Institui estímulos a doações de produtos alimentícios, altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, e a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, que altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 506/2015 ROMÁRIO	Destina percentual da arrecadação das loterias administradas pela Caixa Econômica Federal para as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAEs e para as Associações Pestalozzi.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 93/2015 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera a Lei nº 6.615, de 16 de dezembro de 1978, para dispor sobre o piso salarial dos radialistas.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 507/2015 WELLINGTON FAGUNDES	Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para majorar a pena do crime previsto no art. 29 e criar o tipo penal de tráfico de animais silvestres e de plantas silvestres.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 509/2015 ACIR GURGACZ	Altera a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, para ampliar o alcance das ações de regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 510/2015 ROMÁRIO	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para incluir penalidade de apreensão do veículo em caso de estacionamento irregular em vaga para pessoa com deficiência.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 517/2015 DONIZETI NOGUEIRA	Altera a Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, para modificar as alíquotas e as faixas de tributação constantes na tabela progressiva do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 518/2015 PAULO PAIM	Define o crime de veiculação de informações que induzam ou incitem a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, na rede Internet, ou em outras redes destinadas ao acesso público.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 520/2015 PAULO PAIM	Proíbe a publicação em jornais de anúncio de emprego, sem a devida identificação da empresa contratante.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 521/2015 PAULO PAIM	Dá nova redação o caput do art. 40 e seu inciso I e caput do art. 94 da Lei n.º 10.741, de 01 de outubro de 2003.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 99/2015 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Cria cargos de provimento efetivo no âmbito da administração pública federal; altera as Leis nº s 10.871, de 20 de maio de 2004, 11.171, de 2 de setembro de 2005, e 11.907, de 2 de fevereiro de 2009; e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 98/2015 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 96/2015 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Acrescenta os §§ 6º, 7º e 8º ao art. 54 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, relativos aos contratos de adesão.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 522/2015 DAVI ALCOLUMBRE	Estabelece diretrizes, critérios e parâmetros para projeto, fabricação e instalação ou montagem de equipamentos eletromecânicos do tipo escada ou esteira rolante.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 528/2015 ROMÁRIO	Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para dispor sobre o uso de panfletos em sistema Braille nas campanhas eleitorais dos candidatos aos cargos majoritários.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PDS 328/2015 RONALDO CAIADO	Determina a sustação do Decreto nº 8.497, de 4 de julho de 2015, do Poder Executivo, que "regulamenta a formação do Cadastro Nacional de Especialistas de que tratam o § 4º e o § 5º do art. 1º da Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, e o art. 35 da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013."	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 109/2015 ANTONIO ANASTASIA	Acrescenta inciso V ao art. 158 da Constituição Federal para prever a entrega aos Municípios de vinte por cento da arrecadação do imposto que a União instituir no exercício da competência que lhe é dada pelo art. 154, I.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 110/2015 AÉCIO NEVES	Altera o art. 37 da Constituição Federal, para restringir a quantidade de cargos em comissão na administração pública e estabelecer processo seletivo público.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 538/2015 - Complementar RICARDO FERRAÇO	Dá nova redação ao parágrafo único do art. 199 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional) para dispensar da aprovação do Congresso Nacional tratados que disponham sobre troca de informações com Estados estrangeiros.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 537/2015 RICARDO FERRAÇO	Regulamenta o parágrafo único do art. 116 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), com a finalidade de estabelecer regras e procedimentos para desconsideração de atos ou negócios jurídicos para fins tributários.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 111/2015 RENAN CALHEIROS	Altera o Artigo 62, § 1º, da Constituição Federal, que dispõe sobre as vedações à edição de medidas provisórias.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 541/2015 ANTONIO CARLOS VALADARES	Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para restringir o registro e uso de agrotóxicos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 540/2015 GLADSON CAMELI	Altera o art. 5º da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, para estabelecer que os cargos de direção das agências reguladoras serão preenchidos exclusivamente por servidores públicos ocupantes de cargos de provimento efetivo do quadro da entidade respectiva.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 548/2015 TELMÁRIO MOTA	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre o atendimento educacional especializado em classes hospitalares ou mediante atendimento pedagógico domiciliar.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 103/2015 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Dispõe sobre a remuneração das contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS; estabelece regime de transição para o aumento dessa remuneração; altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990; e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 549/2015 - Complementar BENEDITO DE LIRA	Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Turismo da Grande Maceió e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Turismo da Grande Maceió e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 550/2015 - Complementar CÁSSIO CUNHA LIMA	Altera o art. 1º da Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, para dispor sobre o término da cobrança de contribuição social devida pelos empregadores em caso de despedida de empregado, sem justa causa.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 552/2015 RANDOLFE RODRIGUES	Altera o Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho, para dispor sobre a ação promocional.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 106/2015 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera a redação da Lei nº 781, de 17 de agosto de 1949, para instituir o Dia Nacional de Ação de Graças e de Oração.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 115/2015 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLC 107/2015 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera o art. 144 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre condução de tratores e máquinas agrícolas.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 108/2015 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Dispõe sobre as condições de envio de mensagens por parte das operadoras de telefonia, a título de alerta ou cobrança de pagamento de conta em atraso, para o número do telefone do cliente em condição de inadimplência.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 557/2015 ROBERTO ROCHA	Altera o art. 73 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), para vedar o uso de qualquer marca ou símbolo que caracterize administração ou governo na propaganda realizada durante o período eleitoral.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 559/2015 ROBERTO ROCHA	Altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral, para determinar a simultaneidade do horário da votação em todo o território nacional.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 561/2015 - Complementar PAULO PAIM	Altera a Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014, para estabelecer novo índice de cálculo para atualização monetária das dívidas dos Estados e Municípios, e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 116/2015 FERNANDO BEZERRA COELHO	Acrescenta § 7º, no artigo 198 da Constituição Federal para dispor sobre a carreira nacional dos cargos de Médico e Dentista de Saúde da Família do Sistema Público de Saúde.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 564/2015 MAGNO MALTA	Dispõe sobre a realização de provas de concursos públicos e de acesso ao ensino superior aos candidatos impossibilitados de comparecer ao certame, por motivos de liberdade de consciência e de crença religiosa.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 565/2015 DAVI ALCOLUMBRE	Altera dispositivos da Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, que estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLC 111/2015 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Estabelece diretrizes para a celebração de consórcios públicos, cooperação interfederativa entre a União, os Estados e os Municípios, na forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, visando à aquisição, ao custeio e ao uso de perfuratrizes de poços artesianos, no contexto de política pública de combate à seca e de desenvolvimento econômico e social das zonas rurais de Municípios integrantes do semiárido brasileiro.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 110/2015 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera o art. 12 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 562/2015 DAVI ALCOLUMBRE	Define como crime a disponibilização, em rede internet ou em qualquer rede de computadores, de informações, mensagens ou imagens, subliminares ou explícitas, que induzam ou incitem a anorexia ou bulimia.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 112/2015 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Concede anistia aos débitos decorrentes de multas cominadas pelo Ibama aos Municípios por infrações administrativas ambientais ocorridas antes da vigência da Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, nos termos que especifica.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 570/2015 - Complementar JOÃO CAPIBERIBE	Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de normatizar a transparência das informações sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 573/2015 FERNANDO BEZERRA COELHO	Altera os arts. 70 e 71 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para considerar como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas com alimentação e uniformes escolares.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 576/2015 DAVI ALCOLUMBRE	Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para estabelecer a remição nas hipóteses de superlotação prisional e encarceramento em circunstâncias desumanas ou degradantes.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PRS 40/2015 JOSÉ SERRA	Revoga o parágrafo único do art. 336, do Regimento Interno do Senado Federal.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLC 118/2015 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera o art. 2º do Decreto-Lei nº 2.296, de 21 de novembro de 1986, o § 9º do art. 28 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, o art. 63 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988; e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 119/2015 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Acrescenta o art. 54-A à Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Estatuto do Índio.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 580/2015 WALDEMIR MOKA	Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para estabelecer a obrigação de o preso ressarcir o Estado das despesas com a sua manutenção.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 120/2015 WALTER PINHEIRO	Acrescenta o § 2º ao art. 160 da Constituição Federal a fim de possibilitar a adoção de medidas de provisionamento de recursos para compensação de redução de repasses do Fundo de Participação dos Municípios.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 121/2015 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Regulamenta a profissão de protesista/ortésista ortopédico.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 122/2015 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera a Lei nº 8.955, de 15 de dezembro de 1994 - Lei das Franquias, para vedar a sublocação de imóveis, pelo franqueador, por valor superior ao da locação.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 123/2015 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera o Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, que dispõe sobre bagagem de passageiro procedente do exterior, disciplina o regime de entreposto aduaneiro, estabelece normas sobre mercadorias estrangeiras apreendidas e dá outras providências, para inserir dispositivos que tratam da destinação de equipamentos de informática abandonados, entregues à Fazenda Nacional ou objeto de pena de perdimento para as escolas públicas federais, estaduais ou municipais.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 124/2015 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Dispõe sobre o tratamento dado aos pontos creditados em nome do consumidor por programas de fidelidade ou redes de programa de fidelidade, instituídos por fornecedores.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLC 126/2015 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Dispõe sobre a responsabilidade civil do Estado e revoga dispositivo da Lei nº 9.494, de 10 de setembro de 1997.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 592/2015 LASIER MARTINS	Dispõe sobre o transporte aéreo de autoridades e seus acompanhantes em aeronave de propriedade, arrendada ou locada pela Administração Pública Federal.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 593/2015 LASIER MARTINS	Altera a Lei 9.096, de 19 de setembro de 1995 para estabelecer limites para a doação de pessoas físicas a partidos políticos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PRS 41/2015 VANESSA GRAZZIOTIN	Altera a Resolução nº 9, de 25 de março de 2013, que cria a Procuradoria Especial da Mulher no Senado Federal, para alterar a forma de escolha da Procuradora e tratar do quadro de pessoal da Procuradoria.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 595/2015 DONIZETI NOGUEIRA	Dispõe sobre a proteção ambiental e a promoção do ecoturismo em Unidades de Conservação através da gestão compartilhada com hotéis-cassino autorizados à exploração de jogos de apostas, cria Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a operação de hotéis-cassino (Cide Verde), altera o Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941, e as Leis nºs 9.718, de 27 de novembro de 1998, e 11.516, de 28 de agosto de 2007.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PRS 42/2015 ROMÁRIO	Altera o art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), para definir regras sobre a composição e prazos para as comissões parlamentares de inquérito.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 603/2015 DELCÍDIO DO AMARAL	Disciplina o licenciamento ambiental dos aproveitamentos de potenciais hidroenergéticos considerados estratégicos e estruturantes e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 604/2015 JOSÉ SERRA	Altera o art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para atualizar os valores de que trata o dispositivo.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 605/2015 ROBERTO ROCHA	Amplia os incentivos fiscais para fomentar atividades de caráter desportivo.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PRN 8/2015 BETINHO GOMES	Dispõe sobre a realização de audiências públicas periódicas no Congresso Nacional, para apresentação de relatório detalhado quadrimestral, pelo Ministro da Saúde, conforme estabelece o art.36, da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 611/2015 - Complementar RONALDO CAIADO	Altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), para estabelecer limitações à Fazenda Pública e reforçar garantias do contribuinte, e a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, para incluir hipótese em que a saída interna de mercadoria é equiparada a operação de exportação.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 610/2015 RONALDO CAIADO	Altera o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, a Lei nº 6.830, de 15 de dezembro de 1980, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e a Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 122/2015 DONIZETI NOGUEIRA	Altera a Constituição Federal para incluir o Plano Pluriquadrienal como norteador das despesas e investimentos previstos no orçamento da União.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 123/2015 RONALDO CAIADO	Inclui o art. 101 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para vedar a instituição e o aumento de tributo por um período de 4 (quatro) anos	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PDS 348/2015 DAVI ALCOLUMBRE	Susta o Decreto nº 8.515, de 3 de setembro de 2015, que "Delega competência ao Ministro de Estado da Defesa para a edição de atos relativos a pessoal militar".	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
ECD 5/2015 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 3.401-B, de 2012, do Senado Federal (PLS Nº 521/2011 na Casa de origem), que altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, para incluir na composição do Sistema Nacional de Turismo os representantes dos Municípios pertencentes ao rol das Regiões Turísticas do Brasil, conforme definido pelo Programa de Regionalização do Turismo do Ministério do Turismo.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLC 129/2015 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Proíbe a cobrança de adicional por chamada no caso de ligações de telefonia móvel originadas e finalizadas em redes de empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 620/2015 MARCELO CRIVELLA	Altera as Leis nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, nº 9.984, de 17 de julho de 2000, nº 9.636, de 15 de maio de 1998, nº 9.984, de 17 de julho de 2000, e nº 11.959, de 29 de junho de 2009, para disciplinar o processo de licenciamento de parques e áreas aquícolas de pequeno porte.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 130/2015 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Acrescenta § 3º ao art. 3º da Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 624/2015 RONALDO CAIADO	Altera a Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, a fim de estabelecer que os produtores rurais inadimplentes possam vir a se beneficiar da referida lei.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 625/2015 VALDIR RAUPP	Altera o inciso XVIII do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a movimentação da conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) quando o trabalhador com deficiência necessitar adquirir veículo automotor próprio.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 127/2015 JOSÉ PIMENTEL	Altera o art. 109 da Constituição Federal, para dispor sobre a competência da justiça federal para o julgamento de ações decorrentes de acidentes de trabalho em que a União, entidades autárquicas, empresas públicas ou sociedades de economia mista federal forem interessadas.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 126/2015 DAVI ALCOLUMBRE	Altera o art. 84 da Constituição Federal, para estabelecer prazo para a apreciação da prestação de contas do Presidente da República pelo Congresso Nacional.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 627/2015 JOSÉ MEDEIROS	Acrescenta art. 5º-A à Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, para disciplinar as horas extraordinárias no trabalho rural.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 630/2015 PAULO ROCHA	Concede anistia a servidores do Instituto Nacional do Seguro Social-INSS que participaram de movimento grevista dentro dos meses de junho e julho de 2009 e dá outras providências	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 138/2015 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Veda a importação de pele de cães, gatos e animais selvagens exóticos e de artigos dela derivados.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 135/2015 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Acrescenta parágrafo ao art. 6º da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 137/2015 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera a redação do art. 453 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de dispor sobre a não extinção do contrato de trabalho em virtude de aposentadoria do empregado.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 139/2015 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Dispõe sobre a obrigação de as operadoras de cartão de crédito ou débito disponibilizarem aos clientes de bares, restaurantes, hotéis e assemelhados fatura específica para gorjeta.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 140/2015 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera o art. 130 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre o licenciamento eletrônico de veículos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
ECD 6/2015 CÂMARA DOS DEPUTADOS	“Acrescenta parágrafo único ao art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 - Lei Geral de Telecomunicações, e inciso XV ao art. 5º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, para instituir a obrigatoriedade de as prestadoras de serviços de telecomunicações oferecerem planos de serviços para atendimento específico de pessoas com deficiência auditiva ou de fala.”	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 631/2015 MARCELO CRIVELLA	Institui o Estatuto dos Animais e altera a redação do art. 32 da Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 637/2015 ALVARO DIAS	Altera os artigos 1º, 2º, 5º e 9º da Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994, e o inciso II do § 1º do artigo 8º da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, para introduzir modificações nos processos de registro e inspeção de bebidas e harmonizar competências entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária sobre o tema.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 646/2015 COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA	Cria o Programa Bolsa Jovem Estudante.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 649/2015 DAVI ALCOLUMBRE	Estabelece a obrigatoriedade do psicólogo e/ou psiquiatra informar ao empregador de paciente atestado incapaz temporariamente para o trabalho em razão de comprometimento da saúde mental.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 129/2015 DAVI ALCOLUMBRE	Altera os arts. 20, 159, 198 e 212 da Constituição Federal, para suavizar as transferências da União para os Municípios decorrentes da exploração de recursos minerais e hídricos e do Fundo de Participação dos Municípios, bem como para suavizar o piso para as despesas com educação e saúde.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 651/2015 TELMÁRIO MOTA	Altera os arts. 7º e 80 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para incluir a categoria de educador social na composição da Comissão Técnica de Classificação e do Conselho da Comunidade.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 654/2015 ROMERO JUCÁ	Dispõe sobre o procedimento de licenciamento ambiental especial para empreendimentos de infraestrutura considerados estratégicos e de interesse nacional.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 130/2015 VANESSA GRAZZIOTIN	Acrescenta parágrafo ao art. 37 da Constituição Federal, para que seja suspenso o prazo de validade de concurso público quando a administração suspender nomeações ou a realização de novos concursos públicos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLC 145/2015 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 – Lei das Eleições, dispondo sobre a transferência voluntária de recursos da União e dos Estados em ano de eleição.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PRS 45/2015 RICARDO FERRAÇO	Altera as Resoluções do Senado Federal nº 43, de 2001, e nº 48, de 2007, para ampliar a transparência e consistência fiscal da apreciação e autorização de operações de crédito e concessão de garantias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 658/2015 ALVARO DIAS	Altera o Código Penal para dar novo tratamento a marcos temporais que causam a prescrição da pretensão executória e a interrupção da prescrição da pretensão punitiva.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 131/2015 TASSO JEREISSATI	Dá nova redação aos arts. 21, 22, 32, 144 e 167 da Constituição Federal, para reestruturar os órgãos de segurança pública.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 661/2015 RAIMUNDO LIRA	Altera a Lei nº 10.858, de 13 de abril de 2004, que autoriza a Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz a disponibilizar medicamentos, mediante ressarcimento, e dá outras providências, para dispor sobre a disponibilização de medicamentos de forma gratuita ou subsidiada pelo Poder Público.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 147/2015 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Estabelece condições e requisitos para a classificação de estâncias; revoga as Leis nºs 2.661, de 3 de dezembro de 1955, e 4.458, de 6 de novembro de 1964; e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 662/2015 - Complementar FERNANDO BEZERRA COELHO	Altera a Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014, para permitir a diminuição temporária dos valores das prestações dos contratos de refinanciamento de dívidas celebradas entre a União, os Estados e o Distrito Federal.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PRS 46/2015 REGUFFE	Altera o art. 163 do Regimento Interno do Senado Federal para estabelecer a prerrogativa de o Senador requerer a inclusão automática de uma proposição de sua autoria na Ordem do Dia do Senado.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PEC 132/2015 COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA	Altera o § 11 do art. 37 da Constituição Federal, para atribuir a lei nacional a fixação de regras gerais sobre a aplicação do teto remuneratório dos agentes públicos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 669/2015 TELMÁRIO MOTA	Altera o inciso I do art. 44 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para possibilitar a substituição de penas privativas de liberdade por penas restritivas de direito para condenadas gestantes ou que possuam filho até 6 (seis) anos de idade.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 670/2015 SANDRA BRAGA	Obriga os estabelecimentos comerciais a indenizarem os consumidores quando o preço do produto exposto para venda for diferente do preço efetivamente cobrado.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 668/2015 - Complementar WELLINGTON FAGUNDES	Altera a Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, para mudar a destinação de recursos à Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) e as fontes de recursos do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO).	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 671/2015 CIRO NOGUEIRA	Altera o art. 28 e revoga os arts. 27, 29 e 30 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para tipificar o crime de porte de drogas para consumo pessoal.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 673/2015 RANDOLFE RODRIGUES	Altera as Leis nºs 10.560, de 13 de novembro de 2002, e 10.336, de 19 de dezembro de 2001, para desonerar da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Contribuição para o PIS/Pasep), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível (Cide-Combustíveis) o querosene de aviação que for destinado a abastecimento de aeronave na Amazônia Legal.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PRS 47/2015 REGUFFE	Extingue a verba indenizatória pelo exercício da atividade parlamentar dos Senadores da República.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLC 153/2015 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei nº 11.975, de 7 de julho de 2009, para possibilitar a emissão de segunda via do bilhete de passagem no transporte coletivo rodoviário interestadual e internacional.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 154/2015 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Assegura validade nacional às Carteiras de Identidade Parlamentar emitidas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 155/2015 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera a Lei nº 4.594, de 29 de dezembro de 1964, que regulamenta a profissão do corretor de seguros.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 676/2015 JOSÉ MARANHÃO	Dispõe sobre a embalagem para a comercialização de soda cáustica líquida e água sanitária, e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 681/2015 ALVARO DIAS	Altera o art. 15 da Lei no 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, para restabelecer que o pagamento do FGTS quando vencer em final de semana ou feriado poderá ser efetuado no primeiro dia útil.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 159/2015 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Dispõe sobre normas de segurança e de manutenção em brinquedos dos parques infantis localizados em áreas de uso coletivo e em estabelecimentos de educação infantil e de ensino fundamental.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 160/2015 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 161/2015 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera o Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, e a Lei nº 6.615, de 16 de dezembro de 1978, para dispor sobre as atividades de repórter cinegrafista e cinegrafista radialista, respectivamente.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
SCD 18/2015 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera o art. 90 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União e dá outras providências, para determinar a realização de audiência periódica do Presidente do Tribunal de Contas da União perante as comissões competentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 162/2015 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Acrescenta inciso IX ao art. 70 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para inserir, como despesa de manutenção e desenvolvimento do ensino, aquela realizada com atividades curriculares complementares.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 165/2015 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Acrescenta inciso XIII ao art. 833 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 - Código de Processo Civil, para tornar impenhoráveis os recursos públicos recebidos por instituição privada para o desempenho de serviços ou atividades de interesse público, em decorrência da celebração de contrato de gestão, termo de parceria, de colaboração ou de gestão.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 166/2015 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Dá nova redação ao § 7º do art. 115 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
SCD 19/2015 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Acrescenta parágrafos ao art. 9º da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para vedar, nas condições que menciona, a cobrança, por concessionário ou permissionário de serviços públicos, de tarifa relativa a serviço não efetivamente prestado.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 691/2015 DONIZETI NOGUEIRA	Fica instituído o Programa Nacional de Investimento e Fortalecimento da Educação (Pronife), com a finalidade de captar e canalizar recursos destinados à reforma, ampliação, e estruturação de escolas e creches municipais, estaduais, federais e do Distrito Federal, e às instituições privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos, registradas no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) como beneficentes de assistência social de atendimento direto e gratuito ao público, e altera as Leis nos 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e 9.532, de 10 de dezembro.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 696/2015 CRISTOVAM BUARQUE	Altera a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, para determinar o uso obrigatório de recursos em pesquisa e desenvolvimento por empresas do setor elétrico em fontes alternativas, e as Leis nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para determinar o uso obrigatório de recursos em pesquisa e desenvolvimento pela Indústria do Petróleo em fontes alternativas.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PEC 135/2015 RANDOLFE RODRIGUES	Altera os arts. 28 e 32 da Constituição Federal para dispor que a instauração de processo contra o Governador, o Vice-Governador e os Secretários de Estado dos Estados e do Distrito Federal independe de autorização do Poder Legislativo.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 136/2015 RONALDO CAIADO	Altera a parcela do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados a ser entregue pela União aos Estados e ao Distrito Federal, bem como os respectivos critérios de rateio de que tratam o inciso II e o § 2º do art. 159 da Constituição.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 137/2015 RONALDO CAIADO	Altera os arts. 62, 150 e 195, da Constituição Federal, para vedar a edição de medida provisória em matéria tributária e para reforçar o princípio da anterioridade.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 174/2015 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Acrescenta o art. 260-A à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, dispondo sobre a prescrição das multas de trânsito.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 171/2015 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera a Lei nº 7.089, de 23 de março de 1983, que veda a cobrança de juros de mora nos casos que especifica.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 176/2015 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera a redação do art. 833 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 - Código de Processo Civil.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 178/2015 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas sintéticas, alterando a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 703/2015 ROMÁRIO	Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências, para conceder ao trabalhador o benefício de saque dos valores do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) quando ele ou qualquer de seus dependentes for acometido por doença ou condição enquadrada nas categorias elencadas.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 704/2015 ROMÁRIO	Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências, para garantir a reserva de vagas para pessoas com deficiência.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 705/2015 OTTO ALENCAR	Altera a redação do § 7º do art. 12 da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências, para excluir da obrigatoriedade da reserva legal as áreas nas quais funcionem empreendimentos de geração de energia elétrica de fonte eólica ou solar.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PDS 381/2015 RONALDO CAIADO	Susta a Resolução da Agência Nacional de Transportes Terrestres nº 4.777, de 06 de julho de 2015, que dispõe sobre a regulamentação da prestação do serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros em regime de fretamento.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PDS 382/2015 COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA	Susta a Portaria nº 404, de 28 de dezembro de 2012, da Secretaria do Patrimônio da União.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 140/2015 RONALDO CAIADO	Altera o Título VIII, Capítulo II, Seção II - "Da Saúde" - da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PRS 51/2015 LASIER MARTINS	Altera a Resolução nº 8, de 2009, para definir categorias ao Prêmio Jornalista Roberto Marinho de Mérito.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 180/2015 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera as Leis nºs 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, e 10.891, de 9 de julho de 2004, que institui a Bolsa-Atleta, para incluir medidas com o objetivo de garantir a escolarização de atletas menores de dezoito anos que não tenham concluído o ensino médio.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 715/2015 REGUFFE	Dispõe sobre a utilização de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para o custeio de despesas com educação e qualificação profissional.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 143/2015 DALIRIO BEBER	Acrescenta os arts. 101 e 102 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para instituir a desvinculação de receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PRS 52/2015 REGUFFE	Altera o Código de Ética e Decoro Parlamentar para qualificar como irregularidade grave, incompatível com o decoro parlamentar de Senador da República, a indicação de pessoa para ocupar cargo em comissão ou função de confiança no Poder Executivo da União.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 722/2015 SÉRGIO PETECÃO	Revoga o parágrafo único do art. 114, o inciso II do art. 116 e o Capítulo III do Título III da Lei nº 6.015 de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e trata do Registro de Jornais, Oficinas Impressoras, Empresas de Radiodifusão e Agências de Notícias.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 719/2015 DAVI ALCOLUMBRE	Proíbe a comercialização e o uso de embalagens e recipientes de poliestireno destinados ao acondicionamento de alimentos e bebidas.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 724/2015 - Complementar SIMONE TEBET	Altera a Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, para regular a forma de concessão de isenções, incentivos e benefícios fiscais relacionados ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, em atendimento ao disposto no art. 155, § 2º, inciso XII, alínea g, da Constituição Federal.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 725/2015 RONALDO CAIADO	Dispõe sobre a eleição, pelo Congresso Nacional, do Presidente e do Vice-Presidente da República, na hipótese do art. 81, § 1º, da Constituição Federal.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 726/2015 LASIER MARTINS	Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, e a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 para disciplinar o serviço de transporte privado individual de passageiros.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 729/2015 LASIER MARTINS	Altera dispositivos da Lei nº 8.218, de 29 de agosto de 1991, para limitar a aplicação de multas aos contribuintes que descumprirem obrigações acessórias tributárias.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 728/2015 FERNANDO BEZERRA COELHO	Altera a Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013, para prorrogar o prazo de liquidação das operações de crédito rural de que tratam os arts. 8º e 9º.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 181/2015 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 182/2015 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Denomina Viaduto Vereador Ângelo Baccin o viaduto construído no km 489 da Rodovia Regis Bittencourt, no Município de Cajati, Estado de São Paulo.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 183/2015 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera a Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 184/2015 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Acrescenta os arts. 133-A e 145-A à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre as férias do empregado aposentado por invalidez.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 145/2015 OTTO ALENCAR	Altera o art. 73 da Constituição Federal, para estabelecer a obrigatoriedade de os servidores da área fim dos tribunais e conselhos de contas realizarem estágio em atividades de planejamento e gestão de obras públicas como condição para aprovação no estágio probatório.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 147/2015 LASIER MARTINS	Dá nova redação ao § 3º do art. 58 da Constituição Federal, para prever a hipótese de criação de Comissão Parlamentar de Inquérito por meio de iniciativa popular.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PEC 148/2015 PAULO PAIM	Altera o inciso XIII do art. 7º da Constituição Federal, para reduzir a jornada de trabalho semanal.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 743/2015 CIRO NOGUEIRA	Altera a Lei 12.305 de 2 de Agosto de 2010 e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 193/2015 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Institui o Dia Nacional do Trabalhador em Locação.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 195/2015 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Acrescenta parágrafo único ao art. 598 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 191/2015 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Acrescenta § 6º ao art. 94 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, com o objetivo de estender os efeitos da falência às sociedades coligadas e controladas pela sociedade falida, quando se constatar a influência de um grupo societário nas decisões do outro, em prejuízo da massa de credores.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PRS 56/2015 JORGE VIANA	Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Mongólia.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 747/2015 COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA	Altera a destinação dos royalties do petróleo de forma a privilegiar a educação pública básica e o ensino profissional.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 749/2015 RANDOLFE RODRIGUES	Altera o inciso XVI do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir o levantamento dos depósitos realizados na conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), em caso de desastre natural não ocasionado pela ação humana ou crime ambiental de larga proporção.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PRN 9/2015 TASSO JEREISSATI	Cria a Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional junto à União Europeia - UE.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 752/2015 RANDOLFE RODRIGUES	Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PRS 57/2015 REGUFFE	Dispõe sobre a adaptação do Regimento Interno do Senador Federal à Constituição Federal, definindo como aberta a votação nos casos em que especifica.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 756/2015 COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA	Dispõe sobre Educação Integral e estabelece diretrizes para a sua implementação na educação básica.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 761/2015 DAVI ALCOLUMBRE	Regulamenta o uso de algemas em todo o território nacional.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 760/2015 DAVI ALCOLUMBRE	Altera as Leis nºs 10.406, 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), e 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para revogar a obrigatoriedade do regime da separação de bens no casamento da pessoa maior de setenta anos e limitar a autorização para a promoção da interdição até parentes consanguíneos de terceiro grau.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 758/2015 ROMÁRIO	Autoriza a dedução de doações destinadas à pesquisa científica básica do Imposto sobre a Renda devido e altera as Leis nos 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e 9.532, de 10 de dezembro 1997.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
SCD 23/2015 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Dispõe sobre a obrigatoriedade de equipar com desfibriladores cardíacos os locais e os veículos que especifica.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 199/2015 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Regula a fabricação, a importação, a exportação, a comercialização, o armazenamento, o tráfego, a posse e a utilização de armas e munições que permitam o disparo de balas de borracha.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 196/2015 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Institui no âmbito da administração pública federal a Semana da Consciência Negra, a ser realizada, anualmente, no mês de novembro, na semana em que recair o dia 20 de novembro, Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, data que lembra o dia em que foi assassinado, em 1695, o líder Zumbi do Quilombo dos Palmares, um dos principais símbolos da resistência negra à escravidão.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 197/2015 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera a Lei nº 6.888, de 10 de dezembro de 1980.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 764/2015 ANTONIO ANASTASIA	Dispõe sobre o compartilhamento de informações entre órgãos de investigação.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 765/2015 ANTONIO ANASTASIA	Acrescenta o art. 22-A à Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, para instituir o Fundo Nacional de Combate à Corrupção – FNCC.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 763/2015 ACIR GURGACZ	Dispõe sobre a adoção de medidas administrativas para coibir a prática de trotes dirigidos a órgãos públicos, e altera as Leis nºs 9.472, de 16 de julho de 1997, 5.070, de 7 de julho de 1966, e 10.703, de 18 de julho de 2003.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 768/2015 WELLINGTON FAGUNDES	Altera a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, e dá outras providências, para tratar da cessão não onerosa do espaço aéreo sobre instalações aeroportuárias e do espaço físico em águas públicas em instalações portuárias.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 202/2015 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Dispõe sobre a publicidade das informações relativas aos fundos que especifica.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 201/2015 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera o art. 10 da Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, que dispõe sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 771/2015 - Complementar ANA AMÉLIA	Acrescenta o art. 44-A à Lei Complementar nº 150, de 1º junho de 2015, para dispor sobre a multa por infração à legislação do trabalho doméstico.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 775/2015 RANDOLFE RODRIGUES	Altera o art. 105-B da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para garantir transporte público coletivo urbano gratuito aos eleitores nos dias de eleição.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 156/2015 JOSÉ SERRA	Inclui os §§ 13, 14 e 15 no art. 37 da Constituição Federal, para dispor sobre o recrutamento de diretores de agências reguladoras e limitar a quantidade de cargos em comissão nessas entidades.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 157/2015 JOSÉ SERRA	Altera a redação do art. 50 da Constituição Federal, para permitir a convocação de titulares de entidades da administração indireta da União para prestar informações.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 206/2015 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera a redação dos arts. 5º e 14 da Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, que “estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados”.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLC 207/2015 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera a Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, para aditar formas de afixação de preço de bens e serviços para o consumidor.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 779/2015 LASIER MARTINS	Acrescenta o § 3º ao art. 38 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, para impor limite ao reajuste dos valores das dotações orçamentárias destinadas ao Fundo Partidário.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 113A/2015 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Reforma as instituições político-eleitorais, alterando os arts. 14, 17, 57 e 61 da Constituição Federal, e cria regras temporárias para vigorar no período de transição para o novo modelo, acrescentando o art. 101 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.	Transformado(a) no(a) EMC nº 91/2016
PLS 780/2015 JORGE VIANA	Altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre a Isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, e dá outras providências, e a Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, que institui a Unidade Fiscal de Referência, altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências, para isentar do Imposto sobre Produtos Industrializados e do Imposto sobre Operações Financeiras o automóvel elétrico ou híbrido adquirido para uso como táxi ou por pessoas portadoras de deficiência física e para isentar do Imposto sobre Operações Financeiras o trabalhador desempregado ou subempregado, titular de financiamento do denominado Projeto Balcão de Ferramentas.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PRS 62/2015 RONALDO CAIADO	Altera o Regimento Interno para estabelecer regras para o horário de funcionamento das Comissões.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PRS 63/2015 RONALDO CAIADO	Revoga o § 3º do art. 108 do Regimento Interno do Senado Federal.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 785/2015 - Complementar PAULO PAIM	Acrescenta a Seção IV e respectivos artigos ao Capítulo IV da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, a fim de estabelecer um teto para os gastos com a contratação de serviços de propaganda e publicidade.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 789/2015 - Complementar DOUGLAS CINTRA	Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento Econômico do Polo Caruaru/PE e Campina Grande/PB e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento desse Polo.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PRS 66/2015 ANTONIO ANASTASIA	Altera os arts. 131 e 132 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), para dispor sobre a síntese de relatório.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 216/2015 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera o art. 1º da Lei 8.989, de 24 de fevereiro de 1995.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 162/2015 RANDOLFE RODRIGUES	Altera o art. 31 da Emenda Constitucional n.º 19, de 4 de junho de 1988, para estabelecer o parâmetro remuneratório dos militares dos extintos Territórios Federais incluídos em Quadro em Extinção da Administração Federal e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 218/2015 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Acrescenta o art. 9º-A à Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, que “disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (VETADO) e dá outras providências”.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 217/2015 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Acrescenta §§ 1º a 4º ao art. 43 da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, que dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 215/2015 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Estabelece a inclusão do leite na pauta de produtos amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 798/2015 COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA	Institui o Programa Ciência sem Fronteiras (CsF).	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 7/2016 - Complementar LASIER MARTINS	Altera a Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, a fim de vedar o sigilo bancário nas operações do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 10/2016 COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA	Altera a Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, e a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, para dispor sobre o financiamento e a prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 12/2016 RANDOLFE RODRIGUES	Dá nova redação ao caput do art. 10 do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, “que altera as disposições da Lei nº 3.173, de 6 de junho de 1957 e regula a Zona Franca de Manaus”, para modificar a denominação da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA).	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 13/2016 RANDOLFE RODRIGUES	Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Massoterapeuta e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 14/2016 RANDOLFE RODRIGUES	Acrescenta o art. 317-A ao Decreto Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para criar o crime de solicitação ou recebimento de presentes por agentes políticos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 15/2016 - Complementar OTTO ALENCAR	Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000,	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 20/2016 FERNANDO BEZERRA COELHO	Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para garantir aos consumidores de plano de saúde coletivo empresarial ou coletivo por adesão, se violado algum direito ou interesse juridicamente protegido, legitimidade ativa ad causam contra Plano Privado de Assistência à Saúde.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 22/2016 RANDOLFE RODRIGUES	Altera a redação do art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir no rol dos crimes hediondos a poluição ambiental com resultado morte, e o art. 54 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para dobrar a pena se da poluição resultar morte.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 25/2016 RANDOLFE RODRIGUES	Altera o art. 11 da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, para incluir na Área de Livre Comércio de Macapá e Santana os municípios amapaenses fronteiriços.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PRS 3/2016 JOSÉ AGRIPINO	Institui, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, o “Diploma do Mérito Escola de Excelência”.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 2/2016 RANDOLFE RODRIGUES	Altera o art. 6º da Constituição da República, para incluir, dentre os direitos sociais, o direito ao saneamento básico.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 33/2016 VANESSA GRAZZIOTIN	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para prever a garantia de acesso e permanência da criança no estabelecimento de ensino frequentado por sua mãe, por seu pai ou por seu responsável.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 40/2016 DÁRIO BERGER	Altera a Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, que institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); altera as Leis nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, e nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); e dá outras providências, para estimular a capacitação de agentes de educação sanitária para o setor agropecuário.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 37/2016 DÁRIO BERGER	Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para dispor sobre a gratuidade da utilização de vagas em estacionamentos abertos ao público por veículos que transportem pessoas com deficiência.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 39/2016 DÁRIO BERGER	Altera o art. 37 da Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, para facultar ao locatário de imóvel urbano a escolha da garantia locatícia.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 43/2016 JOÃO CAPIBERIBE	Modifica a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para facultar a partidos ou coligações o registro de candidatos que promovam campanha eleitoral exclusivamente pela Internet.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 42/2016 TELMÁRIO MOTA	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal –, para tornar mais gravosas as penas da injúria racial e da injúria relacionada à condição de pessoa com deficiência, quando cometidas contra criança ou adolescente.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 6/2016 SIMONE TEBET	Altera o inciso II do § 2º do art. 177 da Constituição Federal para determinar o regime de partilha na exploração de petróleo e acrescenta o art. 251 às Disposições Constitucionais Gerais para determinar a participação da Petrobras como operadora na exploração do petróleo em águas profundas.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 46/2016 - Complementar FERNANDO BEZERRA COELHO	Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para prever que a revisão periódica da base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 50/2016 CIRO NOGUEIRA	Altera a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para incluir a proibição de o condenado por crime com emprego de violência ou grave ameaça auferir benefício financeiro decorrente de obra de sua autoria alusiva ao crime cometido.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 52/2016 CIRO NOGUEIRA	Altera as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, nº 10.436, de 24 de abril de 2002 e nº 13.046, de 6 de julho de 2015, para prever a obrigatoriedade de oferta, pelo Poder Público, de serviços de tradução e de interpretação da Linguagem Brasileira de Sinais (Libras) nos locais que especifica.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 54/2016 CÁSSIO CUNHA LIMA	Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, para tornar crime ambiental o derramamento de chorume no solo ou nos recursos hídricos por caminhão de lixo.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 7/2016 LINDBERGH FARIAS	Dá nova redação ao art. 6º da Constituição Federal, para introduzir o direito humano ao acesso à terra e à água como direito fundamental.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 55/2016 DONIZETI NOGUEIRA	Acrescenta o art. 18-A à Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, para permitir o custeio da operação de rádios comunitárias através da venda de publicidade e propaganda comercial.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 56/2016 DÁRIO BERGER	Dispõe sobre a realização, pela Caixa Econômica Federal, de concursos especiais de loterias de números, cuja renda líquida será destinada aos municípios em estado de calamidade pública.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 60/2016 DAVI ALCOLUMBRE	Altera a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para regular a utilização de obras protegidas por direitos autorais em meios de hospedagem e prever a participação dos usuários e suas entidades representativas no estabelecimento de preços pela utilização de seus repertórios.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 61/2016 GLADSON CAMELI	Altera o artigo 2º da Lei nº 8.857, de 8 de março de 1994, que "autoriza a criação de áreas de livre comércio nos Municípios de Brasília e Cruzeiro do Sul, no Estado do Acre, e dá outras providências".	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 62/2016 RONALDO CAIADO	Determina que os gastos pessoais realizados pela Presidência da República, bem como as despesas do governo federal realizadas por meio do Cartão de Pagamento do Governo Federal sejam listados e publicados na Internet, vedando a classificação de parte desses gastos como sigilosos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 66/2016 WELLINGTON FAGUNDES	Institui o Fundo para Investimentos em Infraestruturas de Transporte Aquaviário e altera a Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, para destinar-lhe parcela do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 65/2016 RICARDO FERRAÇO	Cria o Ato Nacional dos Direitos das Vítimas de Crimes e altera o Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal).	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 67/2016 RICARDO FRANCO	Altera os arts. 50, 51, 106, 109, 110, 111, 112, 116 e 117 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, os arts. 283 e 313 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e os arts. 105, 106, 147 e 164 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para prever a possibilidade de execução da pena após a decisão condenatória proferida por tribunal de segunda instância ou por órgão colegiado nos casos de foro por prerrogativa de função.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 68/2016 RANDOLFE RODRIGUES	Altera Lei nº 11.898, de 8 de janeiro de 2009, que Institui o Regime de Tributação Unificada - RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai, para conceder isenção do Imposto de Importação aos insumos, às máquinas e aos equipamentos necessários à produção na Zona Franca Verde.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 8/2016 REGUFFE	Acrescenta o § 3º ao art. 61 da Constituição Federal para aplicar aos projetos de lei de iniciativa popular o célere rito de tramitação das Medidas Provisórias.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
RQS 136/2016 COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR	Requer nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinados com os arts. 215, inciso I, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, observado o disposto no art. 4º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, e nos arts. 8º e 9º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda informações sobre os ganhadores dos prêmios de loterias, relativas à alçada da Caixa Econômica Federal na condição de administradora das loterias federais.	Prejudicada em 21/12/2022
PLS 74/2016 REGUFFE	Acrescenta o art. 2º-A à Lei n.º 9.613, de 3 de março de 1998, tornando o crime de lavagem de dinheiro inafiançável e insuscetível de liberdade provisória.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 76/2016 COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para prever provas práticas nos processos seletivos de professores da educação básica pública e promover a criação de incentivos à permanência dos professores na mesma escola ao longo da carreira.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 80/2016 PAULO PAIM	Dispõe sobre a prática de crime de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional por intermédio da rede Internet ou de outras redes de computadores de acesso público.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 78/2016 PAULO PAIM	Considera a atividade profissional de motorista de táxi prejudicial à saúde para efeito da concessão de aposentadoria especial.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 77/2016 PAULO PAIM	Dispõe sobre a substituição processual pelo sindicato da categoria profissional.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 83/2016 PAULO PAIM	Altera a Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, para especificar as doenças incapacitantes, para fins de incidência da contribuição previdenciária de servidores públicos inativos e seus pensionistas.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 88/2016 DAVI ALCOLUMBRE	Dispõe sobre a concessão de pensão especial, de caráter indenizatório, mensal, vitalícia e intransferível aos portadores de microcefalia.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PRS 10/2016 ROMÁRIO	Altera a redação do inciso IV do art. 77 do Regimento Interno do Senado Federal, para modificar a composição da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 90/2016 - Complementar DONIZETI NOGUEIRA	Regulamenta Artigo 7º, inciso I da Constituição Federal	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 95/2016 RANDOLFE RODRIGUES	Acresce ao Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal – o art. 578-A, para disciplinar os pedidos de vistas no âmbito dos tribunais.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 96/2016 RANDOLFE RODRIGUES	Altera os arts. 600, § 4º, 609, 613, 620, 647, 652, 664, todos do Código de Processo Penal e acrescenta o art. 638-A, também ao Código de Processo Penal, no intuito de melhorar a eficiência da Justiça a partir da revisão dos recursos cabíveis.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 97/2016 RANDOLFE RODRIGUES	Disciplina, nos termos do art. 5º, inciso XIV, da Constituição Federal, o sigilo da fonte da informação que deu causa à investigação relacionada à prática de atos de corrupção.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 105/2016 RANDOLFE RODRIGUES	Disciplina a aplicação de percentuais de publicidade para ações e programas, bem como estabelece procedimentos e rotinas para prevenir a prática de atos de corrupção.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 98/2016 RANDOLFE RODRIGUES	Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para majorar as penas dos crimes contra a Administração Pública, suprime a regulação específica do crime de corrupção praticado no contexto tributário da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, e do crime de peculato praticado por prefeito, previsto no Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, e inclui a forma mais gravosa de corrupção no rol de crimes hediondos da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 100/2016 RANDOLFE RODRIGUES	Altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, a fim de prever a responsabilização dos partidos políticos por atos de corrupção e similares; acrescenta os arts. 32-A e 32-B à Lei nº 9.504, de 30 de setembro 1997, para tornar crime o caixa 2, e altera a redação do art. 105-A da mesma lei.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 91/2016 RANDOLFE RODRIGUES	Prevê a criação de Turmas, Câmaras e Varas Especializadas para o julgamento das ações relativas a atos de improbidade administrativa, no âmbito dos Tribunais Regionais Federais e os Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal e Territórios, e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 106/2016 RANDOLFE RODRIGUES	Acrescenta o art. 312-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para tornar crime o enriquecimento ilícito de agentes públicos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 99/2016 RANDOLFE RODRIGUES	Altera os arts. 157, 563, 564, 567 e 570 a 573 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, para redefinir o conceito de provas ilícitas e revisar as hipóteses de nulidade.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 107/2016 RANDOLFE RODRIGUES	Disciplina a ação para extinção de domínio sobre bens de qualquer natureza, ou valores, que sejam produto ou proveito, direto ou indireto, de atividade ilícita ou com as quais estejam relacionados na forma desta lei, e na sua transferência em favor da União, dos Estados ou do Distrito Federal, sem direito a indenização.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 108/2016 RANDOLFE RODRIGUES	Altera os §§ 7º, 8º, 9º e 10 do art. 17 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, para agilizar a tramitação da ação de improbidade administrativa.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 101/2016 RANDOLFE RODRIGUES	Altera a redação do art. 312 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, a fim de prever a possibilidade de prisão preventiva para evitar dissipação do dinheiro desviado.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 109/2016 RANDOLFE RODRIGUES	Prevê a criação de regras de accountability no âmbito dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal e Territórios e dos Ministérios Públicos respectivos, e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 92/2016 RANDOLFE RODRIGUES	Acresce o art. 17-A à Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, para disciplinar o acordo de leniência.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 102/2016 RANDOLFE RODRIGUES	Altera o art. 17-C da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para estabelecer o pagamento de multa em caso de descumprimento de ordem judicial por instituições financeiras obrigadas a prestar informações bancárias e fiscais.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 93/2016 RANDOLFE RODRIGUES	Altera os arts. 110, 112, I, 116 e 117, e acrescenta § 2º ao art. 337-B, todos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, que versam sobre o prazo prescricional penal.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 103/2016 RANDOLFE RODRIGUES	Acrescenta o art. 91-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para tornar possível o confisco alargado.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 104/2016 RANDOLFE RODRIGUES	Cria o teste de integridade dos agentes públicos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 94/2016 RANDOLFE RODRIGUES	Acresce ao Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal – o art. 580-A, para disciplinar o trânsito em julgado de recursos manifestamente protelatórios.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 110/2016 WALDEMIR MOKA	Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para reduzir em 10% (dez por cento) a jornada de trabalho dos trabalhadores que tenham sob sua guarda filhos com deficiência.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 111/2016 PAULO PAIM	Altera os incisos V, VI e VII do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para reduzir o prazo de carência para utilização da conta vinculada do FGTS para fins de aquisição de moradia própria e amortização e pagamento de prestações de financiamentos habitacionais.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 113/2016 - Complementar PAULO PAIM	Prorroga o prazo para se firmar o Termo de Adesão, relativo aos complementos de atualização monetária de saldos de contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, de que trata a Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 114/2016 PAULO PAIM	Revoga o inciso II do art. 37 da Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, a fim de excluir a fiança como modalidade de garantia nas locações em geral.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 112/2016 PAULO PAIM	<p>Acrescenta o § 4º ao art. 25 da Lei nº 8.692, de 28 de julho de 1993, que define planos de reajustamento nos contratos de financiamento habitacional no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação e dá outras providências.</p>	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 116/2016 RICARDO FRANCO	<p>Denomina Rodovia Governador Marcelo Déda Chagas o trecho da BR-101 que liga os municípios de Cristinápolis e Propriá, no Estado de Sergipe.</p>	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PFS 1/2016 DAVI ALCOLUMBRE	<p>Apresenta proposta, nos termos dos arts. 102-A e 102-B do Regimento Interno do Senado Federal, para que sejam investigadas e apuradas as denúncias objeto da Homologação de acordo de colaboração premiada pelo Supremo Tribunal Federal firmado com Delcídio do Amaral Gomez, com efeito erga omnes, vazado em todos os requisitos legais essenciais (formais e essenciais), assim entendido pelo Ministério Público Federal (Nº 22854/2016-GTLJ/PGR), no que tange ao depoimento constante do Anexo 07 - BELO MONTE, da Homologação.</p>	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022
PLS 120/2016 DAVI ALCOLUMBRE	<p>Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para obrigar o uso de equipamento de monitoração eletrônica nas hipóteses previstas, bem como autorizar ao juiz da execução a fixação de calendário anual de saídas temporárias.</p>	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PRS 14/2016 COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA	<p>Altera o art. 107, I, k, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), para dispor sobre o dia e o horário das reuniões da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).</p>	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 129/2016 ROBERTO ROCHA	<p>Dispõe sobre o regime de especial das Áreas Especiais para Desenvolvimento Turístico – AET, e dá outras providências.</p>	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 130/2016 ROBERTO ROCHA	<p>Dispõe sobre o pedido de explicações previsto no art. 144 do Código Penal, nos casos de informação ofensiva publicada na rede mundial de computadores.</p>	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 134/2016 AÉCIO NEVES	Altera a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, para obrigar a CAMEX a publicar o custo econômico estimado na concessão de seguro de crédito à exportação, por operação de crédito, em sítio público, e disponibilizar ao Tribunal de Contas da União, a metodologia de cálculo e os parâmetros utilizados.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 135/2016 AÉCIO NEVES	Altera a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, para obrigar a CAMEX a publicar em sítio público informações sobre as decisões de concessão de seguro de crédito à exportação.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 12/2016 PAULO PAIM	Possibilita a indenização dos detentores de títulos de domínio regularmente expedidos pelo Poder Público incidentes sobre terras indígenas e de remanescentes de quilombos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 138/2016 PAULO PAIM	Acrescenta dispositivos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para regulamentar o adicional de penosidade previsto no inciso XXIII do art. 7º da Constituição Federal.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 139/2016 JOSÉ MEDEIROS	Altera a Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, que “institui medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural e de crédito fundiário; altera as Leis nºs 11.322, de 13 de julho de 2006, 8.171, de 17 de janeiro de 1991, 11.524, de 24 de setembro de 2007, 10.186, de 12 de fevereiro de 2001, 7.827, de 27 de setembro de 1989, 10.177, de 12 de janeiro de 2001, 11.718, de 20 de junho de 2008, 8.427, de 27 de maio de 1992, 10.420, de 10 de abril de 2002, o Decreto-Lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966, e a Lei nº 10.978, de 7 de dezembro de 2004, e dá outras providências”, para autorizar o desmembramento de financiamento coletivo contratado no âmbito do Fundo de Terras e Reforma Agrária – Banco da Terra.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 140/2016 PAULO PAIM	Cria o Programa Nacional de Estímulo à Primeira Empresa (PNPEM) e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 144/2016 TELMÁRIO MOTA	Isenta as pessoas reconhecidamente pobres do pagamento de emolumentos pelo reconhecimento de firmas e autenticações. Acrescenta o art. 9º-A à Lei nº 10.169, de 29 de dezembro de 2000, e o art. 45-A à Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 145/2016 DONIZETI NOGUEIRA	Dispõe a proibição da comercialização de buzina de pressão à base de gás propano butano, envasado em tubo de aerossol a menores de 18 (dezoito) anos e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 13/2016 ALVARO DIAS	Altera o art. 159 da Constituição Federal, para destinar ao Fundo de Participação dos Municípios parte da arrecadação da União relativa às contribuições sociais previstas nas alíneas b e c do inciso I do art. 195.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 146/2016 - Complementar LINDBERGH FARIAS	Altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, para que passe a figurar como competência do Banco Central do Brasil a expressão “perseguir a estabilidade do poder de compra da moeda, fiscalizar e regular o sistema financeiro para garantir um sistema sólido e eficiente e contribuir para estimular o crescimento econômico e a geração de empregos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 149/2016 PAULO PAIM	Altera a Lei nº 8.213, de 24 de junho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para reajustar o valor da cota do salário-família.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 151/2016 - Complementar LASIER MARTINS	Acrescenta artigo na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte) para orientar a aplicação da Emenda Constitucional nº 87, de 16 de abril de 2015.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 152/2016 PAULO PAIM	Altera a Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, para determinar que o índice máximo de reajuste das contraprestações pecuniárias dos planos privados de assistência à saúde, em todos os tipos de contratação, seja o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 156/2016 JOSÉ MARANHÃO	Regula as formas de fiscalização pelo Estado e sociedade sobre as fundações públicas federais.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 155/2016 TELMÁRIO MOTA	Aumenta a pena do crime previsto no art. 290 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral).	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PEC 15/2016 PAULO PAIM	Acrescenta dispositivos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para dispor sobre a eleição de representantes do povo para participar de assembleia revisional para dispor exclusivamente sobre a reforma política, eleitoral e partidária, e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 159/2016 TELMÁRIO MOTA	Altera o art. 19 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para incluir, entre as competências da Agência Nacional de Telecomunicações, a publicação mensal de indicadores de qualidade e de reclamações dos serviços de interesse coletivo.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 17/2016 RANDOLFE RODRIGUES	Modifica os arts. 49 e 81 da Constituição Federal e insere o art. 86-A, para dispor sobre a revogação de mandato do Presidente e do Vice-Presidente da República.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 163/2016 RANDOLFE RODRIGUES	Altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, para dispor sobre a finalidade e aplicação dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 18/2016 PAULO PAIM	Alteram o § 4º do art. 201 da Constituição Federal, para determinar que o reajuste dos benefícios pagos pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS) preserve os respectivos valores reais, mediante a utilização, dentre os índices inflacionários divulgados pelas entidades especializadas, daquele mais benéfico aos segurados.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 165/2016 JOSÉ SERRA	Acrescenta os arts. 28-A, 69-B e 76-A à Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 166/2016 - Complementar WALDEMIR MOKA	Altera o art. 476 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para conceder estabilidade provisória aos empregados que retornarem ao trabalho após o término do auxílio-doença, concedido em decorrência de tratamento contra a neoplasia maligna.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 167/2016 RONALDO CAIADO	Altera as Leis nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 9.096, de 19 de setembro, que dispõe sobre partidos políticos, para dispor sobre a redistribuição do tempo de propaganda partidária e eleitoral no rádio e na televisão na hipótese de perda de mandato do parlamentar por força de decisão definitiva da Justiça Eleitoral.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PRS 22/2016 RICARDO FERRAÇO	Altera a Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, para vedar prorrogação ou reabertura do prazo para exercício da autorização para contratação de operação de crédito.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 19/2016 JOSÉ MARANHÃO	Altera a redação do § 9º do art. 144 da Constituição Federal para assegurar aos servidores policiais a percepção de vantagens remuneratórias.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 169/2016 TELMÁRIO MOTA	Dispõe sobre o Estatuto dos Povos Indígenas.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 172/2016 DÁRIO BERGER	Altera o art. 327 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que institui o Código Eleitoral, para incluir, entre as causas de aumento de pena, a prática de crimes contra a honra como parte da execução de pesquisas de opinião pública relativas às eleições ou aos candidatos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PRS 24/2016 DÁRIO BERGER	Acrescenta parágrafo ao art. 95 do Regimento Interno do Senado Federal, para submeter à comissão as recomendações e providências propostas em reunião de audiência pública por ela realizada.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 21/2016 PAULO PAIM	Estende as normas especiais para aposentadoria dos professores previstas na Constituição Federal para as regras de transição estabelecidas pelo art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 2005.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 181/2016 LASIER MARTINS	Dispõe sobre a destinação de parcela do Fundo Social de que trata o art. 47 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para o desenvolvimento da ciência e tecnologia, e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 184/2016 RICARDO FRANCO	Vincula cinco por cento da arrecadação da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social devida pelo Importador de Bens Estrangeiros ou Serviços do Exterior (COFINS-Importação) sobre operações com bebidas alcoólicas, cigarros, charutos e cigarilhas ao financiamento da recuperação e tratamento de usuários de drogas ilícitas, álcool e tabaco.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 183/2016 ROMÁRIO	Dispõe sobre a impenhorabilidade do veículo da pessoa com deficiência.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 185/2016 - Complementar PAULO BAUER	Altera o art. 48 e introduz o art. 48-B na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, com vistas a instituir avaliação de projetos e programas de elevado impacto fiscal.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 189/2016 TELMÁRIO MOTA	Autoriza a concessão de rebate e bônus de adimplência em operações de crédito rural contratadas ao amparo dos grupos "A" e "A/C" do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf para produtores rurais do Estado de Roraima.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 198/2016 PAULO PAIM	Altera o inciso VI do art. 319 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para possibilitar a decretação de suspensão de função pública ou de atividade de natureza econômica ou financeira por conveniência da instrução criminal, nos casos de utilização do cargo, função ou atividade para impedir ou dificultar a produção de provas.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 199/2016 MAGNO MALTA	Dispõe sobre a isenção da tarifa de pedágio nas vias federais, exploradas direta ou indiretamente, pelos veículos que transportem pessoas com doença grave ou degenerativa.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 205/2016 TELMÁRIO MOTA	Altera os arts. 47 e 51 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para direcionar parte das aplicações do Fundo Social para programas e projetos de desenvolvimento de energias renováveis.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PDS 15/2016 RANDOLFE RODRIGUES	Susta o inciso III e os § 1º, 2º e 3º do artigo 63 da Resolução nº 614, de 28 de maio de 2013, intitulado como Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia, que "aprova o Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia e altera os Anexos I e III do Regulamento de Cobrança de Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviços de Telecomunicações e pelo Direito de Exploração de Satélite".	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 214/2016 - Complementar PAULO PAIM	Dispõe sobre a aposentadoria especial dos guardas municipais e dos agentes das autoridades de trânsito segurados do regime geral de previdência social.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLC 19/2016 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Acrescenta parágrafos aos arts. 41 e 82 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, para que seja determinado o tempo de sustentação oral das ações originárias ou recursos nas Turmas Recursais dos Juizados Especiais.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 15/2016 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, para promover a fiscalização em edificações privadas de uso coletivo e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 17/2016 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, para acrescentar normas voltadas à proteção do meio ambiente e à garantia da qualidade ambiental nos perímetros urbanos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 14/2016 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Acrescenta inciso ao art. 105 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, para incluir entre os equipamentos obrigatórios dos veículos dispositivo antiesmagamento nas janelas cujo vidro é acionado por circuito elétrico.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 20/2016 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Dá nova redação ao caput do art. 8º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 16/2016 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera as Leis nºs 10.257, de 10 de julho de 2001, e 11.445, de 5 de janeiro de 2007, tendo em vista assegurar medidas de prevenção de enchentes, deslizamentos de terra e eventos similares.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 12/2016 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para regular as atividades de teleatendimento ou operações de telemarketing.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 13/2016 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Nacional de Incentivo ao Atendimento Voluntário para Alunos com Baixo Rendimento Escolar.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLC 18/2016 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Acrescenta §§ 2º e 3º ao art. 4º da Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010, para dispor sobre a forma de divulgação da Tarifa Social de Energia Elétrica.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 216/2016 REGINA SOUSA	Acrescenta art. 373-B à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o percentual mínimo de empregadas mulheres, nas atividades-fim das empresas com mais de dez empregados.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 26/2016 ALVARO DIAS	Acrescenta o parágrafo único ao art. 80 da Constituição Federal para prever que o parlamentar que seja réu em ação penal fica impedido de substituir o Presidente da República.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PRS 36/2016 TELMÁRIO MOTA	Altera a Resolução do Senado Federal nº 2, de 2001, que institui o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz e dá outras providências, para incluir, entre as pessoas agraciadas, pelo menos 1 (uma) que tenha atuação na causa indigenista.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 220/2016 RANDOLFE RODRIGUES	Dispõe sobre o cumprimento das decisões da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e das sentenças da Corte Interamericana de Direitos Humanos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 221/2016 RANDOLFE RODRIGUES	"Institui o dia 27 de outubro como o Dia Nacional de Proteção das Espécies em Extinção".	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PRS 37/2016 RONALDO CAIADO	Altera o Regimento Interno relativamente à inclusão de matérias não constantes da pauta dos trabalhos previamente distribuída no âmbito das Comissões.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 225/2016 - Complementar RICARDO FRANCO	Altera a Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), para vedar a utilização de empresas controladas pelo setor público com o objetivo de alterar preços de mercado, exceto por meio de criação de subvenção econômica de caráter geral.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PDS 16/2016 RANDOLFE RODRIGUES	Dispõe sobre a convocação de plebiscito para realização de nova eleição para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, nos termos do art. 49, inciso XV, da Constituição Federal.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 226/2016 JORGE VIANA	Altera a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, e a Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990, para aprimorar a atuação das ICTs nas atividades de ciência, tecnologia e inovação, e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 29/2016 PAULO PAIM	Altera o art. 37 da Constituição Federal, para dispor sobre concursos públicos para preenchimento de cargos e empregos públicos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 231/2016 PAULO PAIM	Altera a Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a política nacional do idoso, para instituir o Sistema Nacional de Proteção à Pessoa Idosa (SINAPI).	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 229/2016 TELMÁRIO MOTA	Dispõe sobre a consulta prévia às comunidades indígenas para fins de outorga para empreendimentos de geração de energia elétrica a partir das fontes solar e eólica e de transmissão de energia elétrica em terras indígenas.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PRS 38/2016 TELMÁRIO MOTA	Acrescenta o Capítulo V ao Título IX do Regimento Interno do Senado Federal para estabelecer disposições especiais aplicáveis às proposições pertinentes a direitos de povos indígenas.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 230/2016 PAULO PAIM	Institui Piso Nacional para o profissional de segurança privada (Vigilante) e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 234/2016 COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA	Dispõe sobre a obrigatoriedade da comprovação da procedência legal da madeira nativa utilizada nas obras, serviços e aquisições da Administração Pública.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 30/2016 PAULO PAIM	Acrescenta o § 13 ao artigo 62 da Constituição Federal para estabelecer a preferência da tramitação de projetos de lei em relação à medida provisória que trate da mesma matéria.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 236/2016 RICARDO FRANCO	Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal, para proibir a venda de produtos fumíferos, derivados ou não de tabaco, a menores de vinte e um anos de idade.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 239/2016 CPI DO ASSASSINATO DE JOVENS - 2015	Altera os arts. 161, 162, 164, 165, 169 e 292 do Decreto Lei Nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 241/2016 CPI DO ASSASSINATO DE JOVENS - 2015	Dispõe sobre os procedimentos a serem observados pelo órgãos de Segurança Pública da União, Estados, Distrito Federal e Municípios em relação a sua transparência e prestação de contas e cria a Lei de Acesso à Informação na Segurança Pública -LAISP.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 242/2016 DAVI ALCOLUMBRE	Regulamenta o serviço de Call Center e estabelece penalidades nos casos que menciona.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 245/2016 - Complementar GLADSON CAMELI	Altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências, para limitar os juros de cartão de crédito.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 246/2016 OMAR AZIZ	Institui o art. 302-A na Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, para tipificar o crime de homicídio doloso na direção de veículo automotor e considerar doloso o homicídio cometido sob influência de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência ou durante participação, em via, de corrida, disputa ou competição automobilística ou ainda exibição ou demonstração de perícia em manobra de veículo automotor.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 250/2016 PAULO PAIM	Altera a redação do art. 202 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, para, após a destruição ou inutilização da marca falsificada, destinar os produtos preservados a entidades de assistência social, legalmente constituídas, sem fins lucrativos, para distribuição a pessoas necessitadas.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 251/2016 ALVARO DIAS	Regulamenta os incisos I e II do art. 52 da Constituição Federal, para definir os crimes de responsabilidade do Presidente, do Vice-Presidente da República, dos Ministros de Estado e dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles, do Procurador-Geral da República, do Advogado-Geral da União, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, dos demais juízes, dos membros dos tribunais de contas e do Ministério Público; bem como dispõe sobre o respectivo processo e julgamento desses crimes.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 255/2016 EDUARDO AMORIM	Concede às pessoas comprovadamente diagnosticadas com microcefalia causada pelo vírus da zica o direito ao recebimento de pensão especial, de caráter mensal e vitalício, em conformidade com as regras que especifica.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 259/2016 ROSE DE FREITAS	Institui benefício assistencial de caráter financeiro a famílias com gestação múltipla, com três ou mais nascituros.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 33/2016 PAULO PAIM	Altera os arts. 159 e 239 da Constituição Federal e acrescenta os arts. 101 e 102 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), para dispôr sobre o Fundo de Promoção da Igualdade Racial.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PRS 41/2016 TELMÁRIO MOTA	Acrescenta parágrafo único ao art. 405 do Regimento Interno do Senado Federal, para fixar prazo de decisão sobre questão de ordem.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 268/2016 TELMÁRIO MOTA	Altera o art. 56 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para tornar obrigatória a prestação de seguro-garantia nas contratações de obras, serviços e compras públicas.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 270/2016 TELMÁRIO MOTA	Altera o Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, para regulamentar a situação jurídica processual penal de investigados e acusados indígenas.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 271/2016 FERNANDO BEZERRA COELHO	Altera a Lei nº 9.868, de 10 de novembro de 1999, que dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal (STF), e a Lei nº 9.882, de 3 de dezembro de 1999, que dispõe sobre o processo e julgamento da arguição de descumprimento de preceito fundamental, também perante o STF, para prever a participação dos parlamentares que indica.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PDS 17/2016 HUMBERTO COSTA	Susta a Portaria nº 611 de 10 de junho de 2016, do Ministério da Justiça e Cidadania, que suspendeu, por noventa dias, as delegações de competência relativas à celebração de contratos, convênios e instrumentos congêneres, a nomeação de servidores, a autorização de repasses de quaisquer valores não contratados, a realização de despesas com diárias e passagens, e a realização de eventos, no âmbito do Ministério da Justiça e Cidadania.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 272/2016 LASIER MARTINS	Altera a Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016, a fim de disciplinar com mais precisão condutas consideradas como atos de terrorismo.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 277/2016 ROMÁRIO	Altera o art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para fixar em cinquenta empregados o limite mínimo para as empresas preencherem seus cargos com pessoas com deficiência e com beneficiários reabilitados da Previdência Social, na proporção que especifica.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 275/2016 ROMÁRIO	Altera as Leis nºs 8.134, de 27 de dezembro de 1990 e 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para prever a dedutibilidade, da base de cálculo do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF), de despesas com tratamentos e tecnologias assistivas em prol de pessoas com deficiência.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 279/2016 ROMÁRIO	Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para determinar que projetos e tipologias construtivas adotados em programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos considerem os princípios do desenho universal.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PEC 34/2016 ROMÁRIO	Acrescenta o art. 101 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reservar cadeiras parlamentares para pessoas com deficiência na Câmara dos Deputados, nas assembleias legislativas e na Câmara Legislativa do Distrito Federal e nas câmaras municipais nas quatro legislaturas subsequentes.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PDS 18/2016 LASIER MARTINS	Susta o § 7º do art. 6º da Instrução Normativa nº 1.599, de 11 de dezembro de 2015, da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), que dispõe sobre a Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF).	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 284/2016 RANDOLFE RODRIGUES	Revoga o Decreto-Lei nº 9.858, de 13 de setembro de 1946, para submeter as reservas de manganês existentes no Estado do Amapá ao regime de disponibilidade de que trata o art. 26 do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 288/2016 - Complementar WELLINGTON FAGUNDES	Altera o art. 31 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, para regulamentar a compensação da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios por conta da perda de receita decorrente da desoneração de ICMS sobre exportações de bens primários e semi-elaborados e da concessão de crédito nas aquisições destinadas ao ativo permanente.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 35/2016 TASSO JEREISSATI	Acrescenta o artigo 175-A à Constituição Federal para fixar os princípios da atividade regulatória.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 37/2016 ALVARO DIAS	Altera a Constituição Federal para instituir a revogação de mandato do Presidente da República, dos Governadores de Estado, do Governador do Distrito Federal e dos Prefeitos Municipais.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 291/2016 EDUARDO AMORIM	Altera a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, para estabelecer que 70% (setenta por cento) dos valores arrecadados na celebração de acordos de leniência pelo poder público sejam aplicados na saúde pública.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 294/2016 ROMÁRIO	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, para determinar que os Centros de Formação de Condutores ofereçam, para cada vinte veículos de sua frota, um veículo adaptado para o aprendizado de pessoa com deficiência.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PEC 38/2016 ALVARO DIAS	Modifica o § 1º do art. 45 da Constituição Federal, que dispõe sobre a representação na Câmara dos Deputados.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 300/2016 FERNANDO BEZERRA COELHO	Estabelece a incidência do imposto sobre a renda a valores de bens e direitos adquiridos por herança ou doação de que trata o inciso XVI da Lei 7.713, de 22 de dezembro 1988, que altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 299/2016 TELMÁRIO MOTA	Altera a Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, para proibir reutilização de produtos para a saúde não passíveis de reprocessamento.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 302/2016 PAULO PAIM	Institui o Programa de Recuperação do Poder Aquisitivo dos Benefícios das Aposentadorias e Pensões, estabelece as diretrizes para o reajustamento dos benefícios das aposentadorias e pensões dos segurados do Regime Geral de Previdência Social, com renda mensal superior a um salário-mínimo, a fim de preservar-lhes, em caráter permanente, seu valor real, em conformidade com o art. 201, § 4º da Constituição Federal, e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 301/2016 REGUFFE	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, para deixar de ser obrigatório o uso de farol baixo aceso durante o dia no perímetro urbano das cidades brasileiras.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 303/2016 REGUFFE	Dispõe sobre o Sistema de Integridade da Administração Pública Brasileira, estabelecido para a proteção preventiva e integral dos bens, interesses e direitos inerentes ao patrimônio público nacional, e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 304/2016 JOSÉ AGRIPINO	Altera a Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, para destinar aos Municípios no mínimo 70% dos recursos do Fundo Nacional Antidrogas.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 306/2016 TELMÁRIO MOTA	Acrescenta o art. 91-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para instituir o confisco alargado.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 305/2016 TELMÁRIO MOTA	Altera o art. 17-C da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para estabelecer o pagamento de multa em caso de descumprimento de ordem judicial por instituições financeiras obrigadas a prestar informações bancárias e fiscais.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 48/2016 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Denomina Deputado Wellington Landim todo o trecho do canal da transposição do rio São Francisco que se localiza em solo cearense.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 50/2016 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Institui o Dia Nacional do Boxe.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 45/2016 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera o art. 318 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 314/2016 TELMÁRIO MOTA	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para majorar as penas dos crimes de estelionato e os cometidos contra a Administração Pública; a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, para suprimir a o crime de corrupção praticado no contexto tributário; a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir a forma mais gravosa de corrupção no rol de crimes hediondos; e o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, para revogar o crime de peculato praticado por prefeito.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 315/2016 - Complementar FLEXA RIBEIRO	Dispõe sobre o número total de Deputados Federais, fixa a representação por Estado e pelo Distrito Federal para a Quinquagésima Sexta Legislatura (2019-2023), nos termos do art. 45, § 1º, da Constituição Federal, e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 316/2016 ROMÁRIO	Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para estabelecer a obrigatoriedade da coleta de dados sobre pessoas com deficiência.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 317/2016 DÁRIO BERGER	Cria o Programa Lar Legal, com o objetivo de reconhecer o domínio de imóvel público ou privado em favor, preponderantemente, de pessoas de baixa renda detentoras de posse consolidada.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 320/2016 LASIER MARTINS	Acrescenta o art. 64-A à Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, para ampliar os casos de retenção na fonte do Imposto sobre a Renda por Estados e Municípios.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 321/2016 TELMÁRIO MOTA	Acrescenta os incisos XIX e XX ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a movimentação da conta vinculada do trabalhador nos casos de adoção ou nascimento de filho.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 319/2016 TELMÁRIO MOTA	Acresce ao Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal – o art. 578-A, para disciplinar os pedidos de vistas no âmbito dos tribunais.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
SCD 5/2016 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera os arts. 14 e 15 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional, estabelecendo prazo para a comunicação de instauração de processo administrativo e a sanção correspondente, em caso de descumprimento.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 326/2016 DÁRIO BERGER	Institui a Política Nacional de Defesa Agropecuária.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 327/2016 TELMÁRIO MOTA	Acresce o art. 312-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940– Código Penal, para tornar crime o enriquecimento ilícito de agentes públicos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 44/2016 DÁRIO BERGER	Altera a Constituição Federal, para disciplinar a composição da Mesa do Senado Federal	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 328/2016 ACIR GURGACZ	Altera ao artigo 39 da Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003, que dispõe sobre Estatuto do Idoso e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 329/2016 ACIR GURGACZ	Altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para inserir no rol dos crimes hediondos o homicídio praticado contra jornalista, em razão de sua profissão.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 330/2016 ACIR GURGACZ	Altera a redação do art. 12 da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, para isentar imóveis rurais de novos assentamentos do Programa de Reforma Agrária, com até um módulo fiscal, da obrigatoriedade de constituição de reserva legal.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 333/2016 RONALDO CAIADO	Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para limitar em 1 (um) ano a validade do aval ou da fiança concedidos em favor do fornecedor de crédito ou de financiamento ao consumidor.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 332/2016 ACIR GURGACZ	Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho, e a Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, que institui o vale-transporte, e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PRS 48/2016 ALOYSIO NUNES FERREIRA	Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Colômbia.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 338/2016 LASIER MARTINS	Altera a Lei nº 7.474, de 8 de março de 1986, para determinar que as medidas de segurança aos ex-presidentes da República também se aplicam aos presidentes afastados segundo o art. 86, §1º, da Constituição Federal, e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 339/2016 RANDOLFE RODRIGUES	Dispõe sobre os contratos de terceirização por pessoas de natureza jurídica de direito privado e as relações de trabalho deles decorrentes.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 340/2016 TELMÁRIO MOTA	Dispõe sobre a Isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, na aquisição de veículos elétricos, e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 344/2016 OTTO ALENCAR	Altera a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, para reduzir a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a importação e a receita bruta de venda no mercado interno de capacetes de segurança e de vestuário de proteção destinados ao uso por condutores de motocicletas, motonetas e ciclomotores.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 343/2016 ALVARO DIAS	Altera a Lei nº 7.474, de 8 de maio de 1986, que dispõe sobre medidas de segurança aos ex-Presidentes da República, e dá outras providências, para excetuar de suas disposições os que tenham perdido o mandato.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 347/2016 VANESSA GRAZZIOTIN	Altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet), para dispor sobre a necessidade de prévio consentimento do usuário nos processos de cadastramento e envio de convites para participação em redes e mídias sociais, bem como em seus respectivos grupos, páginas, comunidades e similares.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 346/2016 TELMÁRIO MOTA	Disciplina a ação para extinção de domínio sobre bens de qualquer natureza, ou valores, que sejam produto ou proveito, direto ou indireto, de atividade ilícita ou com as quais estejam relacionados na forma desta lei, e a sua transferência em favor da União, dos Estados ou do Distrito Federal, sem direito a indenização.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 348/2016 TELMÁRIO MOTA	Altera dispositivos da legislação eleitoral, para criminalizar o “caixa dois” eleitoral, promover a responsabilização de partidos políticos por atos de corrupção e permitir a utilização de inquérito civil nas investigações eleitorais.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 350/2016 WELLINGTON FAGUNDES	Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, e dá outras Providências, para obrigar que os rótulos e as bulas desses produtos alertem sobre a presença de substâncias com o potencial de desencadear reações alérgicas.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 349/2016 COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA	Dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial para os profissionais Enfermeiros.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 353/2016 LÍDICE DA MATA	Institui o Programa Passe Livre Estudantil e cria o Fundo Federal do Passe Livre Estudantil.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 362/2016 WELLINGTON FAGUNDES	Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para dispor sobre a regulação do acesso à assistência à saúde.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PRS 55/2016 RANDOLFE RODRIGUES	Altera o parágrafo único do art. 107 da Resolução nº 93, de 1970, que veicula o Regimento Interno do Senado Federal, para ampliar o âmbito de vedações ao funcionamento das Comissões.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 364/2016 ALVARO DIAS	Altera a Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, para direcionar ao Programa de Ciência e Tecnologia para o Agronegócio o valor arrecadado com a incidência do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM na importação de fertilizantes.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 365/2016 OTTO ALENCAR	Estabelece a obrigatoriedade de detalhamento do consumo médio em comparação ao consumo individual para incentivar comportamentos de eficiência energética, na forma que especifica.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 366/2016 LASIER MARTINS	Dispõe sobre os crimes de responsabilidade e as respectivas normas de processo e julgamento.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 369/2016 AÉCIO NEVES	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre adoção intuitu personae.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 370/2016 AÉCIO NEVES	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências", para definir medidas aplicáveis no caso de desistência da adoção durante o estágio de convivência.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 375/2016 PAULO ROCHA	Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências, para inserir medicamentos de uso humano e suas embalagens no rol de produtos para os quais é obrigatória a implementação de sistema de logística reversa.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 49/2016 TELMÁRIO MOTA	Acrescenta as alíneas c e d ao inciso II do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para dispor sobre a estabilidade provisória da empregada ou empregado que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção, bem como estabelecer que, no caso de falecimento do adotante, a estabilidade provisória no emprego será assegurada a quem detiver a guarda do seu filho.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 60/2016 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera a redação do § 3º do art. 8º da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 61/2016 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera os arts. 580 e 585 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a contribuição sindical devida pelos agentes ou trabalhadores autônomos, pelos profissionais liberais e pelas pessoas jurídicas ou equiparadas.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 64/2016 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV, de forma a assegurar o apoio técnico e financeiro às iniciativas de regularização fundiária de assentamentos urbanos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 376/2016 RONALDO CAIADO	Acrescenta inciso ao art. 20 da Lei nº 8.039, de 1990, para “possibilitar a movimentação da conta vinculada do trabalhador no FGTS para pagamento ou ressarcimento de despesas com pagamento de plano privado de assistência à saúde.”	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 385/2016 SÉRGIO PETECÃO	Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estabelecer que a contribuição sindical será devida somente pelos filiados aos sindicatos, em benefício de seus entes representativos, e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PRS 56/2016 DÁRIO BERGER	Altera o Regimento Interno do Senado Federal, para dispor sobre os lugares destinados aos Senadores no Plenário da Casa.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLC 66/2016 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 - Código Brasileiro de Telecomunicações, para instituir como direito do radiodifusor ser informado sobre o término de sua outorga no prazo que estipula.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 53/2016 ROSE DE FREITAS	Altera os arts. 9º e 37 da Constituição Federal para estabelecer a educação como serviço essencial.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 52/2016 ROSE DE FREITAS	Altera o art. 22, parágrafo único, da Constituição Federal, para incluir expressa referência ao Distrito Federal.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 51/2016 ROSE DE FREITAS	Altera o art. 126 da Constituição Federal para dispor sobre Varas Especializadas.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 54/2016 ROSE DE FREITAS	Modifica o art. 54 da Constituição Federal, para vedar aos Deputados e Senadores permanecer mais de noventa dias sem filiação partidária, sob pena de perda do mandato.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PRS 57/2016 ROSE DE FREITAS	Acrescenta o parágrafo único ao art. 280 do Regimento Interno do Senado Federal para prever a suspensão da contagem do prazo de interstício quando a sessão legislativa ordinária sofrer qualquer paralisação ou em caso de decisão da Mesa de não agendar Ordem do Dia durante a convocação extraordinária ou de continuação da sessão legislativa por força de determinação constitucional.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 398/2016 ROSE DE FREITAS	Altera a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, para estabelecer a reserva de um percentual mínimo para cada gênero nos conselhos de administração das companhias abertas.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 392/2016 ROSE DE FREITAS	Altera o inciso I do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a movimentação da conta vinculada do trabalhador no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) na hipótese de pedido de demissão.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 391/2016 ROSE DE FREITAS	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para prever trabalhos acadêmicos de conclusão de curso (TCCs) como instrumentos de avaliação final de cursos de graduação, e anteprojetos de lei como modalidade de apresentação desses TCCs.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 394/2016 ROSE DE FREITAS	Altera a lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para estabelecer o reajuste anual do valor per capita do PNAE, definindo o IPCA como índice utilizado para o cálculo do percentual do reajuste.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 390/2016 ROSE DE FREITAS	Altera o art. 13 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências, para alterar o valor da alíquota de correção da conta vinculada.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 395/2016 ROSE DE FREITAS	Atribui regime de exercícios domiciliares para o estudante de qualquer nível de ensino que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 396/2016 ROSE DE FREITAS	Altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para prever a reserva de vagas para idosos em concurso público.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 399/2016 PAULO PAIM	Acrescenta o § 3º ao art. 115 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para determinar que não se enquadram no inciso II deste artigo os benefícios previdenciários concedidos ou revisados por decisão administrativa ou judicial, ainda que proferida em sede de tutela provisória no âmbito do Poder Judiciário.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 400/2016 TELMÁRIO MOTA	Determina o prazo limite de 20 dias para o repasse para os estabelecimentos comerciais dos valores relativos às vendas pagas com cartão de crédito.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 401/2016 TELMÁRIO MOTA	Dispõe sobre a tarifa máxima cobrada dos comerciantes pelas credenciadoras dos cartões de débito.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 406/2016 - Complementar COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL	Altera dispositivos da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), determina a reformulação do cadastro de que trata o inciso II do art.37 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 57/2016 COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL	Altera os arts. 30, 37, 146, 150, 179 e 195 da Constituição Federal para prever que lei complementar conceituará pequeno Município, poderá disciplinar os princípios da Administração Pública e as normas gerais aplicáveis ao processo administrativo fiscal, à substituição tributária, à moralidade tributária, à eficiência tributária e à vedação de confisco, e ao estabelecimento do estatuto de defesa dos direitos contribuintes; dá nova disciplina ao princípio da anterioridade; elimina a exigência de certidão negativa dos débitos previdenciários para participação em procedimentos licitatórios e contratação com o setor público; e fixa a obrigatoriedade de especificação de tratamento diferenciado e simplificado das microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito das normas de caráter geral aplicáveis às empresas.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 56/2016 ROSE DE FREITAS	Altera a redação do §6º do art. 66 da Constituição para excluir o sobrestamento do exame de outras proposições pelo Congresso Nacional quando da apreciação de veto presidencial.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 407/2016 - Complementar IVO CASSOL	Altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências, para limitar os juros de cartão de crédito.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 58/2016 DÁRIO BERGER	Altera o § 9º do art. 37 da Constituição Federal, para submeter a remuneração paga por empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias aos limites constitucionais impostos à Administração Pública direta.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 59/2016 DÁRIO BERGER	Altera o § 1º do art. 56 da Constituição Federal para estabelecer que em caso de licença superior a sessenta dias o suplente de Deputado ou Senador será convocado para substituir o titular.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 412/2016 - Complementar REGUFFE	Altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1.964, a fim de limitar as taxas de juros cobradas por bancos e instituições financeiras, inclusive administradoras de cartões de crédito, nas operações e serviços bancários ou financeiros prestados às pessoas físicas e jurídicas no Brasil.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 413/2016 - Complementar GLEISI HOFFMANN	Regulamenta a cobrança das taxas de juros nas operações de crédito a pessoas físicas e pessoas jurídicas.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 416/2016 - Complementar LASIER MARTINS	Confere nova redação ao art.85 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
ECD 1/2016 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Emendas da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 6.745-C de 2010 do Senado Federal (PLS Nº 344/2006 na Casa de origem), que altera o § 4º do art. 5º da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para revogar a proibição de serem atribuídos nomes ou designações de fantasia aos medicamentos com uma única substância ativa e aos imunoterápicos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 70/2016 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para obrigar a divulgação de número de telefone para denúncia de irregularidades, na parte traseira dos veículos de transporte coletivo de passageiros.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 68/2016 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Estabelece a obrigatoriedade de advertência na embalagem e na bula de medicamentos da existência de substâncias consideradas doping no esporte.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 419/2016 LASIER MARTINS	Acrescenta §§ 1º, 2º e 3º ao art. 1.593 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para vedar a filiação socioafetiva em algumas hipóteses de “filhos de criação” e de “enteados” e para dispor sobre a sua impugnação pelo filho capaz.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 425/2016 RANDOLFE RODRIGUES	Acrescenta o § 7º ao art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que define os percentuais da distribuição da compensação financeira de que trata a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, para aumentar a compensação financeira pela exploração de recursos hídricos para o Município de Ferreira Gomes, no Amapá.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 428/2016 JORGE VIANA	Altera as Leis nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, e nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, para estipular que os recursos aplicados no âmbito do Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional – PDAR e do Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC sejam prioritariamente destinados à região da Amazônia Legal.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 432/2016 ANTONIO ANASTASIA	Altera o art. 15 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para possibilitar a aplicação supletiva e subsidiária do Código de Processo Civil ao Processo Penal.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 63/2016 JOSÉ ANÍBAL	Modifica o art. 37 da Constituição Federal para vedar o recebimento de qualquer valor pago pelos cofres públicos acima do subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal e para estabelecer período máximo de trinta (30) dias de férias no setor público.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 434/2016 RANDOLFE RODRIGUES	Autoriza o Poder Executivo a compensar financeiramente os chamados “catraieiros” que exploram serviço público de transporte de pessoas e cargas no rio Oiapoque em razão do dano sofrido pela construção da ponte binacional entre Brasil e Guiana Francesa.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 65/2016 TELMÁRIO MOTA	Altera o art. 150 da Constituição Federal para vedar a instituição de impostos sobre medicamentos de uso humano adquiridos por pessoas de baixa renda.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 437/2016 WELLINGTON FAGUNDES	Altera a Lei nº 9.051, de 18 de maio de 1995, que dispõe sobre a expedição de certidões para a defesa de direitos e esclarecimento de situações, para prever prazo mínimo de validade para as certidões.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 443/2016 GARIBALDI ALVES FILHO	Acrescenta inciso XIX ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a movimentação da conta vinculada no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) de mãe trabalhadora responsável pelo sustento da família.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
SCD 6/2016 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Institui o Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições Financeiras; altera as Leis nºs 10.826, de 22 de dezembro de 2003, 10.446, de 8 de maio de 2002, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal; revoga as Leis nºs 7.102, de 20 de junho de 1983, e 8.863, de 28 de março de 1994, e dispositivos das Leis nºs 11.718, de 20 de junho de 2008, e 9.017, de 30 de março de 1995, e da Medida Provisória nº 2.184-23, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 444/2016 ROMÁRIO	Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que “institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências”, para tornar as seleções esportivas do País integrantes do patrimônio cultural brasileiro.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 446/2016 OTTO ALENCAR	Acrescenta alínea c ao inciso VII do art.7º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, para prever o acesso à declaração de imposto de renda de pessoa física (IRPF) dos agentes públicos que ocupem cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração ou que sejam ordenadores de despesas.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 447/2016 COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA	Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de operador de telemarketing ou teleatendimento e institui o piso salarial nacional para operador de telemarketing ou teleatendimento.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 448/2016 COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA	Modifica o art. 3º da Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, para dispor sobre o adequado dimensionamento do pessoal de enfermagem, em instituições de saúde públicas e privadas.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 67/2016 REGUFFE	Dá nova redação ao § 1º do art. 81 da Constituição Federal para determinar a realização de eleição direta aos cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, na hipótese de vacância desses cargos nos três primeiros anos do mandato presidencial.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 452/2016 PASTOR VALADARES	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, para incluir representante dos Departamentos Estaduais de Trânsito e representante dos Municípios na composição do Contran.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 453/2016 PASTOR VALADARES	Altera o § 1º do art. 148-A da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para remover a exigência de janela de detecção mínima de 90 (noventa) dias para os exames toxicológicos para a habilitação e renovação da Carteira Nacional de Habilitação dos condutores das categorias C, D e E.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 454/2016 CPI DO FUTEBOL - 2015	Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, para dar nova definição ao desporto de formação, regular os casos de dispensa motivada do atleta, aumentar o percentual a ser pago à entidade formadora do atleta em caso de transferência, determinar a contratação de seguro para o responsável técnico das entidades de prática desportiva, instituir regime especial de tributação para as Sociedades Empresárias Desportivas e conceder incentivos a clubes de futebol, e a Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003, que dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor, para restringir os casos de proibição de alteração no regulamento das competições e permitir a venda de ingressos pela internet.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 455/2016 CPI DO FUTEBOL - 2015	Altera o Código Penal para prever o crime de corrupção privada.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 456/2016 CPI DO FUTEBOL - 2015	Altera a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para prever que se sujeitam às obrigações de identificação do cliente e de comunicação de operações suspeitas as pessoas físicas e jurídicas que tenham como atividade a promoção, intermediação, comercialização, agenciamento ou negociação de direitos de atletas ou artistas, assim como de direitos e serviços relativos a feiras, exposições, competições esportivas ou eventos similares.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 457/2016 CPI DO FUTEBOL - 2015	Altera o Estatuto de Defesa do Torcedor para prever o uso de segurança privada no interior dos locais de eventos esportivos e a responsabilidade civil, administrativa e penal do proprietário ou administrador do local quando o torcedor sofrer dano ou lesão em razão da não observância das normas relativas a higiene, alimentação, instalações físicas e monitoramento previstas no Estatuto.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 461/2016 PASTOR VALADARES	Altera o Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para criminalizar a prática do aborto em qualquer estágio da gestação.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 460/2016 PASTOR VALADARES	Altera o Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para criminalizar o induzimento e a instigação ao aborto e o anúncio de meio abortivo, bem como para exigir o exame de corpo de delito e a prévia comunicação à autoridade policial para a não punição do aborto resultante de estupro, e modifica a Lei nº 12.845, de 1º de agosto de 2013, para aperfeiçoar a redação dos arts. 1º a 3º.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 465/2016 LINDBERGH FARIAS	Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, e dá outras providências	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
AVS 57/2016 TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO	Encaminha cópia do Acórdão nº 2973/2016 - TCU - Plenário, que trata de auditoria operacional realizada com o objetivo de avaliar a situação atuarial e financeira dos Regimentos Próprios de Previdência Social (RPPS) de estados, municípios e Distrito Federal (TC-008.368/2016-3).	Conhecida em 21/12/2022
PLS 466/2016 PAULO PAIM	Dispõe sobre a instituição do Dia Nacional do Oficial do Ministério Público.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 468/2016 ZEZE PERRELLA	Acrescenta ao Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003) medidas urgentes de proteção para os casos de violência doméstica contra o idoso.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 3/2017 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Confere ao Município de Santa Isabel, no Estado de São Paulo, o título de Capital Nacional das Histórias em Quadrinhos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 5/2017 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Inclui § 4º ao art. 40 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, para proibir a cobrança de taxa de visita técnica ou de qualquer despesa do consumidor com a finalidade de elaboração de orçamento.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 6/2017 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Acrescenta § 3º ao art. 57 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para obrigar os laboratórios farmacêuticos a informarem nos rótulos de seus produtos alerta sobre a presença de substâncias consideradas como doping.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 11/2017 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Acrescenta os arts. 1.345-A e 1.345-B à Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, para permitir a aquisição de imóvel para a recuperação de cotas condominiais vencidas e não pagas ou para acrescer benfeitorias voluptuárias ou úteis.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 16/2017 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera os arts. 29 e 30 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que dispõe sobre as normas gerais do esporte, para dar novas disposições à formação de atletas.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PRN 1/2017 MESAS SENADO E CÂMARA DOS DEPUTADOS	Cria, no âmbito do Congresso Nacional, Comissão Mista Permanente destinada a consolidar a legislação federal e regulamentar dispositivos da Constituição Federal - CMCF.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 4/2017 COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA	Dispõe sobre a Política Nacional de Gestão de Riscos Agropecuários	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 5/2017 CÁSSIO CUNHA LIMA	Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para estabelecer a obrigatoriedade de cobertura de serviços móveis de telecomunicações nas rodovias federais e estaduais.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 9/2017 RANDOLFE RODRIGUES	Dispõe sobre a obrigatoriedade de os rótulos dos refrigerantes conterem texto de advertência sobre o malefício do consumo abusivo do refrigerante, bem como a proibição de sua comercialização em estabelecimentos escolares de educação básica.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 19/2017 ROSE DE FREITAS	Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para elevar para 24 anos o limite de idade para os filhos perceberem o benefício de pensão por morte.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 24/2017 ALVARO DIAS	Revogam-se os §§ 2º e 3º do art. 2º da Lei nº 8.844, de 20 de janeiro de 1994, com redação alterada pela Lei nº 9.467, de 10 de julho de 1997.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 22/2017 ALVARO DIAS	Altera o art. 42 da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para estipular prazo de vigência e criar o Fundo de Reserva nas parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 23/2017 DÁRIO BERGER	Dispõe sobre cobrança em estacionamento rotativo de veículos automotores.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 29/2017 - Complementar ROMÁRIO	Modifica o art. 6º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, que dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras e dá outras providências, para permitir a membros do Ministério Público, autoridades e servidores do controle externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios o exame de documentos, livros e registros de instituições financeiras referentes a pessoas físicas e jurídicas que contratem com o Poder Público, recebam transferências voluntárias de recursos públicos, subsídios ou qualquer espécie de incentivo financeiro ou crédito envolvendo valores públicos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 32/2017 ROSE DE FREITAS	Altera a Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997, que institui a Lei de Proteção de Cultivares para estender sua proteção à comercialização do produto final do processo de produção agrícola.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 34/2017 ROSE DE FREITAS	Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências, para permitir alterações nas embalagens e na composição de medicamentos, após o seu registro, sem autorização prévia da autoridade sanitária, nos casos que especifica.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 31/2017 ROSE DE FREITAS	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que “dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências”, para estabelecer prazo máximo para a conclusão do procedimento de adoção após o início do estágio de convivência.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PRS 4/2017 ROSE DE FREITAS	Acrescenta o parágrafo único ao art. 280 do Regimento Interno do Senado Federal para prever a suspensão da contagem do prazo de interstício quando a sessão legislativa ordinária sofrer qualquer paralisação ou em caso de decisão da Mesa de não agendar Ordem do Dia durante a convocação extraordinária ou de continuação da sessão legislativa por força de determinação constitucional.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 6/2017 ROSE DE FREITAS	Altera os arts. 21, 22, 42 e 144 da Constituição e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) para federalizar os órgãos de segurança pública.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PDS 30/2017 SÉRGIO PETECÃO	Susta a Instrução Normativa nº 1, de 17 de fevereiro de 2017, do Ministério do Trabalho, que dispõe sobre a cobrança da contribuição sindical dos servidores e empregados públicos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 37/2017 SIMONE TEBET	Altera a Lei de Execução Penal para prever a possibilidade de o juiz aplicar multa à pessoa jurídica que administra o estabelecimento penal em caso de desvio ou excesso da execução penal.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 9/2017 COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL	Inserir artigo no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para criar o Fundo Nacional do Esporte - FUNDESPORTE.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 49/2017 PAULO PAIM	Altera a Lei nº 11.282, de 23 de fevereiro de 2006, que anistia os trabalhadores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT punidos em razão da participação em movimento grevista.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 48/2017 RONALDO CAIADO	Altera o art. 387, inciso IV, do Decreto-Lei nº 3.689 de 3 de outubro de 1941, a fim de estabelecer que o Juiz, ao proferir a sentença penal condenatória, fixará o valor mínimo para a reparação dos danos materiais e morais causados pela infração, independentemente de pedido específico.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 52/2017 JOSÉ SERRA	Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para conceder, durante cinco exercícios financeiros, créditos relativos à Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Contribuição para o PIS/PASEP) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), de modo a estimular o aumento do volume de investimentos das pessoas jurídicas sujeitas ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento do Saneamento Básico (REISB).	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 53/2017 REGINA SOUSA	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para prever a oferta de transporte à mãe e a seus filhos recém-nascidos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 56/2017 ROSE DE FREITAS	Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para liberar e autorizar o registro de medicamento estrangeiro destinado ao tratamento de doenças raras não havendo produto similar no país e devidamente prescrito por profissional de saúde.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLC 26/2017 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Acrescenta dispositivo à Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dar prioridade às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar na realização de exames periciais.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 58/2017 DÁRIO BERGER	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, para possibilitar a realização dos exames necessários à obtenção da habilitação para conduzir veículo automotor e elétrico, exceto a prova prática, nos três meses anteriores ao preenchimento do critério da idade.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 61/2017 RONALDO CAIADO	Altera o inciso XIV da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, com a redação dada pela Lei nº 8.541, de 23 de dezembro de 1992, para incluir entre os rendimentos isentos do imposto de renda os proventos recebidos por portadores do mal de Alzheimer.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
RQS 152/2017 GLADSON CAMELI	Requerimento de tramitação conjunta PLS 245/2016 e PLS 407/2016	Prejudicada em 21/12/2022
PLS 69/2017 PAULO ROCHA	Cria o vale-cultura do servidor público federal.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 71/2017 KÁTIA ABREU	Altera o Código Penal e a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 (Lei de Improbidade Administrativa), que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício do mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências, para reforçar medidas contra a improbidade e a corrupção.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 73/2017 ROSE DE FREITAS	Altera a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, para disciplinar a edição de atos de caráter normativo pelas agências reguladoras.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 74/2017 ROSE DE FREITAS	Altera a redação do art. 23, IX, da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), para dispor sobre o poder normativo do Tribunal Superior Eleitoral.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 78/2017 LASIER MARTINS	Altera a Lei nº 7.291, de 19 de dezembro de 1984, para prever a possibilidade de exploração de apostas em competições de hipismo.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PRS 9/2017 REGUFFE	Altera o art. 46 do Regimento Interno do Senado Federal para extinguir a estrutura administrativa e de pessoal das quatro suplências de Secretários da Mesa do Senado Federal.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 12/2017 THIERES PINTO	Dispõe sobre a duração do trabalho normal que não poderá ser superior a seis horas diárias e trinta semanais, nas condições que especifica.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 93/2017 ROSE DE FREITAS	Altera as Leis nº 8.212 e 8.213, de 24 de julho de 1991, e nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, para dispor sobre a anotação do estágio na Carteira do Trabalho e da Previdência Social e da inclusão do estagiário como contribuinte individual da Previdência Social.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 91/2017 ROSE DE FREITAS	Altera os arts. 130, 134 e 145 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre as férias dos empregados, e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 90/2017 ROSE DE FREITAS	Dispõe sobre a criação de Zona Franca no Estado do Espírito Santo.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 96/2017 ROSE DE FREITAS	Altera a Lei 11.340/06 para prever em caso de reincidência demissão por justo motivo.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 98/2017 ROSE DE FREITAS	Altera a Lei 5.991/73 torna obrigatório o fracionamento de medicamentos na forma que estabelece.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 99/2017 THIERES PINTO	Disciplina a veiculação de publicidade comercial nos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens explorados por entidades estatais.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 101/2017 THIERES PINTO	Altera a Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964, para estabelecer o Serviço Militar para jovens economicamente incapazes.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 100/2017 COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA	Altera o art. 7º da Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, para proibir a adoção de franquias de consumo na internet fixa.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 102/2017 THIERES PINTO	Institui o Código de Processo do Trabalho	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PDS 49/2017 HUMBERTO COSTA	Susta os efeitos da Portaria nº 56, de 27 de março de 2017, do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Interino, que modifica o identificador de resultado primário referente à ação "Implementação do Programa Mais Médicos – Nacional", no âmbito do Ministério da Saúde.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PDS 50/2017 DAVI ALCOLUMBRE	Susta o Decreto nº 7.860, de 6 de dezembro de 2012, que "Cria a Comissão Nacional para Assuntos de Praticagem, com o objetivo de elaborar propostas sobre regulação de preços, abrangência das zonas e medidas de aperfeiçoamento relativas ao serviço de praticagem; e altera o Decreto nº 2.596, de 18 de maio de 1998".	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 106/2017 ALVARO DIAS	Acrescenta o art. 25-B na Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para prever a possibilidade de escolha por parte do agricultor fazer a opção pelo recolhimento da contribuição para a seguridade social, que incidirá sobre a receita bruta ou sobre a folha de salários.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PRS 11/2017 PEDRO CHAVES	Institui a Medalha João Calmon, a ser conferida pelo Senado Federal a instituições privadas de ensino básico que tenham se destacado na promoção de ações de responsabilidade social.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 29/2017 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Dispõe sobre normas de seguro privado; revoga dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil); e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 31/2017 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Acrescenta o art. 234-A à Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para dispor a respeito do transporte de carrinho de bebê em aeronave comercial.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 33/2017 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera o art. 18 da Lei nº 13.022, de 8 de agosto de 2014, que dispõe sobre o Estatuto Geral das Guardas Municipais, para garantir que os guardas municipais serão recolhidos a quartéis ou a prisão especial, à disposição da autoridade competente, quando sujeitos a prisão antes de condenação definitiva, na forma que indica.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 37/2017 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera o art. 3º da Lei nº 13.233, de 29 de dezembro de 2015 (aumenta o prazo para que conste em embalagens alerta sobre consumo responsável de água).	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 36/2017 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, para definir procedimentos relativos à inspeção e fiscalização dos produtos e estabelecimentos que especifica.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 112/2017 HUMBERTO COSTA	Altera a Lei nº 8.394, de 30 de dezembro de 1991, que dispõe sobre a preservação, organização e proteção dos acervos documentais privados dos Presidentes da República e dá outras providências, para tornar expreso seu objeto, especificar as atividades abrangidas pelo regime jurídico que cria e fixar critérios para identificação dos bens aptos a integrar o acervo patrimonial privado do Presidente e ex-Presidentes da República.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 117/2017 MARIA DO CARMO ALVES	Acrescenta o § 1º-A ao art. 32 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal –, para incentivar o cultivo de hortas orgânicas nos estabelecimentos penais brasileiros.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 116/2017 - Complementar MARIA DO CARMO ALVES	Regulamenta o art. 41, § 1º, III, da Constituição Federal, para dispor sobre a perda do cargo público por insuficiência de desempenho do servidor público estável.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 124/2017 PAULO PAIM	Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que "institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)", para garantir às pessoas com deficiência a reserva de duas vagas gratuitas no transporte coletivo terrestre, aquaviário e aéreo.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 123/2017 COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA	Concede anistia aos ex-empregados de Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, demitidos sem justa causa	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PDS 101/2017 REGUFFE	Dispõe sobre a convocação de plebiscito para que a população brasileira escolha o melhor sistema eleitoral para o país.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 125/2017 OTTO ALENCAR	Altera as Leis nº 9.472, de 16 de julho de 1997, nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, e nº 10.052, de 28 de novembro de 2000 para estabelecer os fundamentos de aplicação dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações e vedar contingenciamento desse fundo e do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações a partir do ano de 2020.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 126/2017 CIRO NOGUEIRA	Autoriza a liquidação e a renegociação de dívidas de crédito da indústria, do comércio e de serviços em operações com recursos oriundos do Fundo Constitucional do Nordeste (FNE) e do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) e com recursos mistos dos referidos fundos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 133/2017 ÂNGELA PORTELA	Altera o Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, que altera as disposições da Lei nº 3.173, de 6 de junho de 1957, e regula a Zona Franca de Manaus, para assegurar autonomia administrativa às unidades administrativas descentralizadas da SUFRAMA.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 140/2017 DÁRIO BERGER	Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, a fim de determinar celeridade e transparência na realização de procedimentos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 142/2017 FERNANDO BEZERRA COELHO	Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para dispor sobre o Contrato de Trabalho Especial do Idoso.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 145/2017 TELMÁRIO MOTA	Altera as Leis nos 7.713, de 22 de dezembro de 1988; 8.212, de 24 de julho de 1991; e 10.887, de 18 de junho de 2004; para isentar do Imposto sobre a Renda e excluir da base de cálculo da contribuição social dos trabalhadores e da contribuição social do servidor público federal os valores recebidos a título de décimo terceiro salário e adicional de férias; revoga dispositivos das Leis nos 7.713, de 1988; 7.787, de 30 de junho de 1989; 8.134, de 27 de dezembro de 1990; e 8.212, de 1991.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 147/2017 LASIER MARTINS	Altera a Lei de Execução Penal para prever nova hipótese de remição de pena, para o preso em situação degradante e de flagrante desrespeito à sua integridade física e moral, e define o procedimento do incidente de excesso ou desvio de execução.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PRS 15/2017 TELMÁRIO MOTA	Estabelece alíquotas mínimas do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) conforme o tipo dos veículos, nos termos do art. 155, § 6º, inciso I, da Constituição Federal.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 151/2017 ROSE DE FREITAS	Altera os arts. 392, 392-A e 473, III da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estabelecer o compartilhamento da licença maternidade e da licença adotante.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 19/2017 FÁTIMA BEZERRA	Altera o art. 62 da Constituição Federal para vedar a edição de medidas provisórias sobre diretrizes e bases da educação nacional.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 153/2017 REGUFFE	Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para obrigar as empresas de planos de saúde a oferecer e comercializar planos de saúde individuais aos consumidores.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLC 42/2017 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Dispõe sobre o tratamento de doenças neuromusculares com paralisia motora.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 44/2017 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Dispõe sobre a criação do Fundo de Desenvolvimento Econômico da Mesorregião Geográfica do Arquipélago do Marajó.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
SCD 3/2017 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Dispõe sobre a concessão de financiamento às entidades detentoras de autorização para a exploração de Serviço de Radiodifusão Comunitária e de Radiodifusão Educativa.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
SCD 4/2017 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera a Lei nº 12.703, de 7 de agosto de 2012, para vedar a exigência de valor mínimo para movimentação de recursos de conta de depósitos de poupança.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 156/2017 KÁTIA ABREU	Altera a redação da Lei nº 13.340, de 28 de setembro de 2016, que autoriza a liquidação e a renegociação de dívidas de crédito rural; altera a Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001; e dá outras providências, para incluir as agroindústrias como beneficiárias da liquidação e da renegociação de dívidas de crédito rural de que trata.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PDS 109/2017 RANDOLFE RODRIGUES	Susta o Decreto Presidencial sem número, editado em 24 de maio de 2017, que DECRETO sem número, de 24 de maio de 2017, que autoriza o emprego das Forças Armadas para a Garantia da Lei e da Ordem no Distrito Federal.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 158/2017 DÁRIO BERGER	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para tornar expressa a possibilidade de aplicação da receita arrecadada com multas de trânsito nas despesas que especifica.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 160/2017 ELMANO FÉRRER	Dispõe sobre a criação e o funcionamento de fundos patrimoniais vinculados ao financiamento de unidades de conservação federais.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 162/2017 - Complementar LASIER MARTINS	Regulamenta o art. 91 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, referente à compensação financeira devida pela União aos Estados, Distrito Federal e Municípios em função da perda de receita decorrente da desoneração de ICMS sobre exportações de bens primários e semielaborados e da concessão de crédito nas aquisições destinadas ao ativo permanente.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PDS 111/2017 HUMBERTO COSTA	Susta os efeitos do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, da Presidência da República, que regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 45/2017 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que “dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências”, para determinar a comunicação prévia ao consumidor a respeito da majoração de preços dos serviços.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 46/2017 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para tornar obrigatório o teste de impacto nos dispositivos de retenção para o transporte de crianças em veículos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 50/2017 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e a Lei nº 12.009, de 29 de julho de 2009, que trata do mototaxista, para dispor sobre o transporte de crianças e de outros passageiros em motocicletas, motonetas e ciclomotores.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 51/2017 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
RQS 395/2017 ROBERTO ROCHA	Nos termos do inciso X do art. 49, e do art. 50, § 2º, ambos da Constituição Federal, observado, ainda, o disposto no art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requer ao Ministro de Estado da Fazenda que sejam solicitadas à Caixa Econômica Federal (CEF), informações acerca de empréstimo concedido pelo banco público à J&F Participações, no final de 2015, que viabilizou a aquisição do controle da Alpargatas, maior empresa de calçados da América Latina e dona da marca Havaianas.	Prejudicada em 21/12/2022
PLS 169/2017 CIRO NOGUEIRA	Acrescenta a Seção V no Capítulo III da Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, para possibilitar a suspensão do funcionamento ou o bloqueio de acesso de aplicação de internet que incentive ou promova a prática de crime.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 170/2017 - Complementar ROMÁRIO	Altera o art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º, da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação, e determina outras providências, para estabelecer a inelegibilidade de devedores de Fazenda Pública.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 171/2017 ROMÁRIO	Autoriza o Poder Executivo a instituir o Serviço Social Autônomo denominado Serviço Nacional de Aprendizagem da Pessoa com Deficiência.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 175/2017 PAULO PAIM	Revoga o § 12 do art. 60 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PDS 113/2017 FÁTIMA BEZERRA	Revoga a Portaria nº 577, de 27 de abril de 2017, do Ministério da Educação, que dispõe sobre o Fórum Nacional de Educação.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 184/2017 JORGE VIANA	Cria Área de Livre Comércio nos municípios de Assis Brasil, Capixaba, Plácido de Castro e Santa Rosa do Purus, no Estado do Acre.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 185/2017 KÁTIA ABREU	Altera a Lei 8.427, de 24 de maio de 1992, que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural e a Lei nº 10.823, de 19 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a subvenção econômica ao prêmio do Seguro Rural.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 186/2017 PAULO PAIM	Revoga o § 5º do art. 43 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PRS 23/2017 LASIER MARTINS	Altera o art. 23 da Resolução nº 20, de 1993, que institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar, para vedar a reeleição de Presidente e Vice-Presidente para o período imediatamente subsequente.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PEC 22/2017 CÁSSIO CUNHA LIMA	Altera o artigo 22, altera o inciso III do art. 52, altera o artigo 73, acrescenta o artigo 73-A, altera o parágrafo único do art. 75, altera a alínea "r" do inciso I do artigo 102, todos da Constituição Federal, e acrescenta os artigos 29-A e 115 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para modificar a forma de composição dos Tribunais de Contas, criar o Conselho Nacional dos Tribunais de Contas e adotar outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PEC 23/2017 JADER BARBALHO	Dá nova redação à alínea a do inciso X do § 2º do art. 155 da Constituição Federal para excluir da imunidade relativa ao ICMS as operações de exportação de bens minerais primários ou semielaborados.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 187/2017 ROMÁRIO	Dá nova redação às Leis nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010, nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e 12.858, de 9 de setembro de 2013., para reduzir as tarifas de fornecimento de energia elétrica às unidades consumidoras residenciais nas quais habite paciente incluído em assistência de atenção ou internação domiciliar, no âmbito do SUS, que requeira o uso continuado de aparelhos, equipamentos ou instrumentos consumidores de energia elétrica, e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 189/2017 RONALDO CAIADO	Acrescenta o art.23-A à Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para permitir doações eleitorais pela internet.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PRS 24/2017 FERNANDO COLLOR	Altera a Resolução nº 15, de 2012, para acrescentar as denominações Chico Mendes, José Antônio Kroeff Lutzenberger e Almirante Ibsen de Gusmão Câmara às categorias Responsabilidade Ambiental, Gestão Sustentável e Inovação Ambiental, respectivamente, do Prêmio Mérito Ambiental.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 191/2017 JORGE VIANA	Altera a redação do art. 2º da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha –, para assegurar à mulher as oportunidades e facilidades para viver sem violência, independentemente de sua identidade de gênero.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 190/2017 CIRO NOGUEIRA	Altera o Decreto-Lei nº 8.621, de 10 de janeiro de 1946, que dispõe sobre a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial e dá outras providências, o Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942, o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, para promover a qualificação profissional do adolescente em regime de acolhimento institucional.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 52/2017 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Declara Monumento Natural do Rio Samburá, para compor o mosaico de unidades de conservação da Serra da Canastra, a área que especifica, nos termos do art. 26 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLC 54/2017 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Dispõe sobre a garantia aos profissionais do magistério de desconto em livros, periódicos e materiais didáticos correlatos vinculados à sua área de ensino e de atuação profissional.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 58/2017 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que “dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências”, e a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que “institui o Código de Trânsito Brasileiro”, para estabelecer procedimentos para sanar defeitos de fabricação em veículos automotores comercializados.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 194/2017 FERNANDO BEZERRA COELHO	Altera o art. 18 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para definir produto essencial e estabelecer regras e prazos para o caso de vício desse produto.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 195/2017 FERNANDO BEZERRA COELHO	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para vedar a concessão de tutela antecipada que autorize o funcionamento de curso de graduação.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 196/2017 FERNANDO BEZERRA COELHO	Altera a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2007, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências, para dispor sobre a responsabilidade dos consórcios públicos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 209/2017 CIRO NOGUEIRA	Denomina Rodovia Deputado Themístocles Sampaio o trecho da rodovia BR-222 compreendido no Estado do Piauí.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 211/2017 ROMÁRIO	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para determinar a obrigatoriedade, por parte dos sistemas de ensino, da oferta de educação especial para o trabalho para pessoas com deficiência sob a forma de cursos com carga horária mínima de quinhentas horas de aulas e com número de vagas proporcional à população de pessoas com deficiência em idade economicamente ativa residente na região abrangida pelo sistema de ensino.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 63/2017 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Proíbe a comercialização, a distribuição e o uso de buzina de pressão à base de gás propanobutano envasado em tubo de aerossol e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLC 64/2017 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Dá nova redação ao caput do art. 1.134 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 65/2017 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Denomina Avenida Prefeito Francisco Alves Andrade o trecho da BR-135, compreendido entre o Km 374,5 e o Km 379,7 na travessia urbana no Município de São Domingos do Maranhão, Estado do Maranhão.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 66/2017 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera o art. 50 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para dispor sobre a garantia contratual.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 67/2017 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Determina a obrigatoriedade do uso de detectores de metal e de gravação contínua de imagens em eventos de qualquer natureza realizados em ginásios e estádios esportivos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 69/2017 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera o inciso IV do caput do art. 5º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta os fundos constitucionais, para incluir na área considerada como semiárido os Municípios localizados no Baixo Parnaíba, no Estado do Maranhão.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 71/2017 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Dá nova redação ao § 2º do art. 12 da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 213/2017 CIRO NOGUEIRA	Veda operações com cartões de crédito ou débito ou, ainda, em moeda eletrônica que tenham por finalidade a participação em jogos de azar em sítios eletrônicos hospedados em servidores localizados fora do País, e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 214/2017 - Complementar ALVARO DIAS	Acrescenta o §6º ao art. 1º da Lei Complementar n. 64, de 18 de maio de 1990.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PEC 26/2017 MARIA DO CARMO ALVES	Acrescenta o art. 75-A à Constituição Federal, para dispor sobre a criação de um sistema de avaliação de políticas públicas.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 215/2017 COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA	Obriga que os produtos cosméticos e alimentícios comercializados que possuem substâncias comprovadamente cancerígenas informem o risco de desenvolvimento da doença em suas embalagens.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 216/2017 RONALDO CAIADO	Acrescenta artigo na Lei nº 11.343, de 2006, para tipificar a conduta de corromper menores para prática de delitos relacionados ao tráfico de drogas, e adequa a redação do inciso VI do art. 40 do mesmo diploma à tipificação do novo crime.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 74/2017 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Disciplina o trânsito por bens de propriedade privada para o acesso a sítios naturais públicos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 219/2017 - Complementar PAULO PAIM	Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que "Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis no 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1ode maio de 1943, da Lei no 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar no 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis no 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999", para incluir nas regras do Simples Nacional a microempresa ou a empresa de pequeno porte que preste serviço de transporte intermunicipal e interestadual de passageiros.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 222/2017 JADER BARBALHO	Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para prever a ampliação da cobertura dos serviços de telecomunicações móveis de interesse coletivo e possibilitar a utilização dos recursos Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações na massificação de serviços prestados em regime privado.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 226/2017 RONALDO CAIADO	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, de forma a determinar que a autoridade de trânsito alerte o condutor sempre que este atinja a contagem de 16 pontos em sua Carteira Nacional de Habilitação.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PRS 27/2017 HÉLIO JOSÉ	Institui, no âmbito do Senado Federal, o Diploma do Mérito Social.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 230/2017 ANTONIO ANASTASIA	Dispõe sobre a obrigatoriedade de órgãos e entidades públicas federais transmitirem as sessões colegiadas por meio audiovisual, em tempo real e pela internet.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PDS 122/2017 ALVARO DIAS	Susta dispositivos do Decreto no 4.418, de 11 de outubro de 2002, que aprova o Estatuto Social do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 234/2017 TELMÁRIO MOTA	Institui o Dia Livre de Tributos Federais.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 231/2017 HUMBERTO COSTA	Altera a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, para obrigar os estabelecimentos financeiros a possuir circuito fechado de televisão que atenda aos requisitos mínimos estabelecidos pelo Departamento de Polícia Federal, devendo as imagens ser armazenadas por, no mínimo, trinta dias.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 236/2017 CIDINHO SANTOS	Acrescenta o Capítulo V ao Título III da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a proteção do trabalho do idoso, e acrescenta o § 16 ao art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre incentivo à contratação de empregados com mais de cinquenta e cinco anos de idade	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 233/2017 PAULO PAIM	Revoga a Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974; 8.036, de 11 de maio de 1990; e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 232/2017 TELMÁRIO MOTA	Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para estabelecer que, salvo imposição legal, o reconhecimento de firma somente poderá ser exigido quando houver dúvida motivada de sua autenticidade.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 239/2017 ALVARO DIAS	Institui a obrigatoriedade de transmissão, em tempo real, através da rede mundial de computadores, das sessões colegiadas de órgãos públicos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 240/2017 ROSE DE FREITAS	Altera os art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dar nova redação os afastamentos do empregado sem prejuízo do salário.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 242/2017 ROSE DE FREITAS	Revoga o § 5º do art. 1.583 e dá nova redação ao caput do art. 1.589, acrescentando-lhe os §§ 2º a 7º e renumerando-se o atual parágrafo único, todos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), a fim de dispor sobre o exercício do direito do devedor de alimentos à exigência de prestação de contas em face do responsável pela guarda do filho a quem se destinam os alimentos por ele prestados.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 238/2017 COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA	Altera a lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para punir os crimes resultantes de discriminação ou preconceito em razão de procedência regional ou identidade cultural	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 243/2017 ROSE DE FREITAS	Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, para determinar que os fabricantes de produtos industrializados utilizem plásticos biodegradáveis como insumo.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 247/2017 - Complementar RONALDO CAIADO	Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para desburocratizar a realização de transferências voluntárias aos entes da Federação.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 248/2017 RONALDO CAIADO	Destina dois por cento da arrecadação bruta mensal das loterias federais aos fundos de segurança pública dos Estados e do Distrito Federal.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 249/2017 PAULO PAIM	Dispõe sobre os contratos de terceirização e as relações de trabalho deles decorrente.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 251/2017 PAULO PAIM	Revoga o art.507 –B, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovado pelo Decreto – Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com a redação dada pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, a fim de revogar a faculdade de empregados e empregadores firmarem termo de quitação anual de obrigações trabalhistas.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 250/2017 GLADSON CAMELI	Altera o art. 22 da Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, para impor ao locador o dever de informar trimestralmente o fiador sobre a situação de adimplência de aluguéis e acessórios da locação.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 254/2017 PAULO PAIM	Revoga o art. 394-A, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovado pelo Decreto – Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com a redação dada pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, e restabelece a Lei nº 13.287, de 11 de maio de 2016, a fim de proibir o trabalho da gestante ou lactante em atividades, operações ou locais insalubres.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 253/2017 PAULO PAIM	Revoga o §3º do art. 443 e o art. 452-A, e altera o “caput” do art. 443 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovado pelo Decreto – Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com a redação dada pela lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, a fim de revogar o trabalho intermitente.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 252/2017 PAULO PAIM	Revoga os art.611–A e 611-B, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovado pelo Decreto – Lei nº 5.452, com a redação dada pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, a fim de revogar a prevalência da Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho sobre a Lei.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 257/2017 MAGNO MALTA	Altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para dispor sobre a divulgação de informações de prevenção do uso indevido de drogas.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 259/2017 CIRO NOGUEIRA	Acrescenta o art. 5º-A e o inciso VI ao art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para vedar a participação em licitações e contratações com o Poder Público de condenados por crime contra o patrimônio.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 258/2017 JADER BARBALHO	Altera a Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015, que dispõe sobre a administração, a alienação, a transferência de gestão de imóveis da União e seu uso para a constituição de fundos; altera a Lei no 9.636, de 15 de maio de 1998, e os Decretos-Lei nos 3.438, de 17 de julho de 1941, 9.760, de 5 de setembro de 1946, 271, de 28 de fevereiro de 1967, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987; e revoga dispositivo da Lei no 13.139, de 26 de junho de 2015, para autorizar a União a transferir para os municípios a gestão e exploração econômica das praias fluviais.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 266/2017 ROMÁRIO	Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974 para dispor sobre: a) cômputo do tempo de labor na duração da jornada diária de trabalho; b) limitação do trabalho parcial a 25 (vinte e cinco) horas semanais; c) horário especial para o trabalhador com deficiência; d) regime de teletrabalho diferenciado para o empregado com deficiência; e) afastamento da trabalhadora gestante ou lactante com deficiência de atividades insalubres; f) vedação de labor intermitente para empregados com deficiência; g) natureza salarial de todas as parcelas pagas com habitualidade ao empregado e em contraprestação aos serviços prestados; h) participação do sindicato na homologação da rescisão do contrato de trabalho do empregado que conte com mais de seis meses na empresa; h) limitações do negociado sobre o legislado em relação à jornada de trabalho e ao teletrabalho; i) prevalência da norma coletiva mais benéfica para o trabalhador com deficiência; j) revogação do art. 448-A da CLT; e k) limitação do contrato de trabalho temporário a 90 (noventa) dias, vedada a sua prorrogação.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 265/2017 ROMÁRIO	Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências, para ampliar o acesso ao Benefício de Prestação Continuada às pessoas com deficiência que estiverem em tratamento médico em regime de internação domiciliar e cuja renda familiar não ultrapasse o limite máximo fixado, pela legislação, para o valor do salário-de-benefício pago pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 262/2017 ROMÁRIO	Altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para atribuir maior proteção às pessoas com deficiência submetidas à curatela.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 263/2017 ROMÁRIO	Altera o caput do art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor que a reserva de vagas nele prevista aplica-se aos beneficiários reabilitados e às pessoas com deficiência, habilitadas, também no preenchimento das funções de confiança na empresa.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
SUG 34/2017 PROGRAMA E-CIDADANIA	"Piso salarial médico" (sic)	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 268/2017 PAULO PAIM	Altera o art. 58-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para limitar a duração do contrato de trabalho a tempo parcial a 25 (vinte e cinco) horas semanais.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 269/2017 PAULO PAIM	Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a prorrogação do horário normal de trabalho de, no mínimo, 15 minutos, antes do início do período extraordinário do trabalho da mulher.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 267/2017 PAULO PAIM	Altera o art. 844 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com a redação atribuída pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, para dispor sobre as consequências do não comparecimento das partes à audiência.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 270/2017 PAULO PAIM	Revoga o art.442-B da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com a redação dada pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, que trata da contratação do trabalhador autônomo.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 271/2017 PAULO PAIM	Revoga o art. 484-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para extirpar do ordenamento jurídico brasileiro a possibilidade de extinção do contrato de trabalho por acordo entre empregado e empregador.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 272/2017 TELMÁRIO MOTA	Altera a Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003, que dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor e dá outras providências, para tornar obrigatória a catraca com controle biométrico para acesso em estádios de futebol.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 27/2017 PAULO ROCHA	Altera a alínea “b” do inciso X do § 2º do art. 155 da Constituição Federal e inclui art. 115 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para excluir a imunidade do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) nas operações interestaduais relativas à energia elétrica.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 273/2017 PAULO PAIM	Revoga os arts. 59-A e 59-B da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com a redação dada pela Lei 13.467, de 13 de julho de 2017.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLC 78/2017 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera o inciso IV do caput do art. 5º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, para modificar a definição de semiárido.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 79/2017 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Denomina Prefeito Paulo Osny May o viaduto duplo de acesso à cidade de Capivari de Baixo localizado no Km 329,71 da rodovia BR-101, Estado de Santa Catarina.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 80/2017 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Denomina Rodovia Monsenhor José Sinfrônio de Assis Filho a rodovia BR-361, entre os Estados da Paraíba e de Pernambuco.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 81/2017 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Denomina Rodovia José Alexandre Filho – Major Senhor Alexandre o trecho da rodovia BR-405 entre as cidades de São João do Rio do Peixe e Marizópolis, Estado da Paraíba.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 84/2017 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera dispositivo da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para inserir a mediação familiar como recomendação na regulação dos efeitos do divórcio.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 85/2017 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Proíbe o corte e a derrubada da mangabeira e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 86/2017 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991 (Lei Rouanet) para reconhecer as artes e atividades circenses como manifestação cultural.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 275/2017 RONALDO CAIADO	Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para fixar prazo do prévio aviso para fins de interrupção do fornecimento de serviço, em caso de inadimplemento.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 276/2017 RONALDO CAIADO	Altera a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, para definir prazos para o reconhecimento da situação de emergência ou estado de calamidade pública e para o início do apoio complementar a ser prestado pelo Poder Executivo federal.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 278/2017 CIRO NOGUEIRA	Altera a Lei nº 13.298, de 20 de junho de 2016, que estabelece a reincorporação pela União dos trechos de rodovias federais transferidos aos Estados e ao Distrito Federal por força da Medida Provisória nº 82, de 7 de dezembro de 2002, para determinar que a União reincorpore à malha rodoviária federal todos os trechos de interesse dos Estados e do Distrito Federal, que lhes foram repassados durante a vigência desta Medida Provisória.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 277/2017 RONALDO CAIADO	Institui o “Dia Nacional de Conscientização sobre o Câncer de Estômago”, a realizar-se, anualmente, no dia 28 de setembro.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 280/2017 ANTONIO ANASTASIA	Estabelece diretrizes e requisitos para a delegação, no âmbito da Administração Pública Federal, do serviço público de fiscalização administrativa a particulares.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 113C/2015 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera a Constituição Federal, para reformar as instituições político-eleitorais.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 281/2017 PAULO PAIM	Acrescenta § 5º ao art. 59, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com a redação atribuída pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, para dispor que os empregados sob o regime de tempo parcial não poderão prestar horas extras.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 282/2017 PAULO PAIM	Dá nova redação ao § 4º do art. 71, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com a redação atribuída pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, para determinar que a ausência, ainda que parcial, de fruição do intervalo intrajornada enseja o pagamento integral do período suprimido, com acréscimo de cinquenta por cento e natureza salarial.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 283/2017 TELMÁRIO MOTA	Institui regime temporário de preferência de tramitação processual dos processos judiciais e administrativos fiscais relativos a créditos tributários de natureza previdenciária.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 284/2017 - Complementar ANA AMÉLIA	Regula o art. 146-A da Constituição Federal.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
RCE 43/2017 CRISTOVAM BUARQUE	Requeiro, nos termos do art. 336, II e do art. 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para apreciação do PLC Nº 76/2017 - Institui o Dia Nacional do Ciclista.	Prejudicada em 21/12/2022
PLS 286/2017 GLADSON CAMELI	Altera o art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para tornar obrigatório o fornecimento de extrato detalhado dos valores de todos os procedimentos realizados e do tratamento prestado a paciente internado com a cobertura de plano privado de assistência à saúde.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 287/2017 TELMÁRIO MOTA	Altera a Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, para reajustar o valor do piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 87/2017 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Institui a Rota Nacional do Turismo Enológico, Cultural, Artesanal, Paisagístico, Ecológico e Gastronômico.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 88/2017 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Denomina Viaduto Atalábio Foscarini o viaduto construído no cruzamento da rodovia BR-116 com a rua Rincão, na cidade de Novo Hamburgo, no Estado do Rio Grande do Sul.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 89/2017 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Institui o Dia Nacional de Conscientização sobre as Doenças Reumáticas.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 90/2017 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Inscreve o nome de Bernardo Sayão Carvalho Araújo, o Bandeirante do Século XX, no Livro dos Heróis da Pátria.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLC 91/2017 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, para dispor sobre a outorga de serviços de radiodifusão com fins exclusivamente educativos a instituições de ensino superior ou a suas mantenedoras.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 92/2017 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Institui o Dia do Prefeito, a ser comemorado anualmente em todo o território nacional na data de 11 de abril.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 298/2017 PAULO PAIM	Revoga o parágrafo único do art. 60 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que dispensa de licença prévia a adoção de jornada de doze horas de trabalho por trinta e seis horas ininterruptas de descanso	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 300/2017 ROMÁRIO	Acrescenta § 4º ao art. 5º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para promover a reserva de cargos em comissão e de funções comissionadas na administração pública direta, nas autarquias e nas fundações públicas federais, nos percentuais que estabelece, para as pessoas com deficiência.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 302/2017 LASIER MARTINS	Estabelece a isenção do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física incidente sobre premiações de cunho artístico e cultural.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 303/2017 LASIER MARTINS	Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para extinguir o limite anual individual de deduções de despesas com instrução do contribuinte e de seus dependentes e alimentandos, para efeitos da apuração da base de cálculo do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 304/2017 CIRO NOGUEIRA	Institui a política de substituição dos automóveis movidos a combustíveis fósseis e altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro) para dispor sobre a vedação a comercialização e a circulação de automóveis movidos a combustíveis fósseis.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 97/2017 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera a Lei nº 1.081, de 13 de abril de 1950, a fim de limitar o uso de automóveis oficiais para representação oficial, e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLC 98/2017 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Institui o Dia Nacional do Profissional de Comunicação de Mídia Eletrônica e Mídia Digital.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PRS 32/2017 ROBERTO MUNIZ	Altera a Resolução nº 93, de 27 de novembro de 1970, do Senado Federal (Regimento Interno do Senado Federal), a fim de possibilitar a realização de reuniões virtuais de deliberação eletrônica.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 307/2017 COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre o reconhecimento de experiências extraescolares nos processos seletivos para ingresso nos cursos de graduação.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 308/2017 VANESSA GRAZZIOTIN	Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para tornar obrigatória, por parte do agente financeiro, a devolução de 80% dos valores pagos ao mutuário que der causa, ainda que por ato culposo, à rescisão contratual de bens móveis ou imóveis, e de 100% das quantias pagas nos casos de rescisão causadas por culpa única e exclusiva do mutuante, constituindo crime a sua retenção dolosa, sem prejuízo de reparações em âmbito cível e administrativo.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 309/2017 SÉRGIO PETECÃO	Altera o art. 230 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para tornar infração média a falta de licenciamento do veículo.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 313/2017 - Complementar PAULO PAIM	Altera o inciso I do art.3º da Lei Complementar nº 142, de 8 de maio de 2013, para denominar a Síndrome da Imunodeficiência Humana Adquirida – SIDA, como deficiência grave, para fins de concessão de aposentadoria pelo Regime Geral da Previdência Social – RGPS.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 315/2017 - Complementar OTTO ALENCAR	Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para vedar a limitação de empenho e movimentação financeira das despesas relativas à inovação e ao desenvolvimento científico e tecnológico custeadas por fundo criado para tal finalidade, bem como altera a Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, para modificar a natureza e as fontes de receitas do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT – e elevar o percentual de empréstimo à Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 317/2017 GLADSON CAMELI	Dispõe sobre a regulamentação do exercício das profissões de Analista de Sistemas, Desenvolvedor, Engenheiro de Sistemas, Analista de Redes, Administrador de Banco de Dados, Suporte e suas correlatas, e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 318/2017 FERNANDO BEZERRA COELHO	Dispõe sobre o replanejamento de dívida e a insolvência civil.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PRS 36/2017 REGUFFE	Fixa o prazo de cinco sessões para o despacho de requerimentos de informações apresentados pelos Senadores.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 326/2017 ROSE DE FREITAS	Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento e dá outras providências, para instituir preferência na alocação de recursos federais para a conclusão das obras em andamento nos entes da federação.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 330/2017 ROSE DE FREITAS	Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para garantir a inclusão como dependentes os familiares dos empregados segurados de Planos Privados de Assistência à Saúde de caráter coletivo.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 327/2017 ROSE DE FREITAS	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para prever a restrição de horário de tráfego de veículos de carga em rodovias com risco de desabamento ou deslizamento.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 331/2017 ROSE DE FREITAS	Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para estabelecer que 50% dos recursos financeiros repassados pela União para o Programa Nacional de Alimentação Escolar sejam destinados à aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 334/2017 - Complementar DALIRIO BEBER	Modifica a Lei Complementar nº 101, de 4 maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, para vedar que as receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios decorrentes do § 1º do art. 20 da Constituição Federal sejam consideradas para fins de cálculo dos limites da despesa total com pessoal.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLC 103/2017 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Disciplina o exercício da profissão de mercadólogo (marketing).	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 104/2017 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Institui e estabelece diretrizes para a Política Nacional de Erradicação da Fome e de Promoção da Função Social dos Alimentos (Pefsa), fundamentada em uma sociedade fraterna, justa e solidária.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 105/2017 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Institui o Dia Nacional do Estagiário.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 106/2017 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Acrescenta parágrafo único ao art. 22 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para vedar o apelo ao consumo nos estabelecimentos públicos e privados da educação básica.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 107/2017 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera a Lei nº 10.295, de 17 de outubro de 2001, que dispõe sobre a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia, para disciplinar o desligamento da iluminação noturna dos edifícios comerciais.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 108/2017 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera a redação do art. 1.021 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que "institui o Código Civil".	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 338/2017 ROMÁRIO	Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para tornar dedutíveis do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física as doações feitas aos fundos controlados pelos conselhos de direitos das pessoas com deficiência.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 339/2017 ROMÁRIO	Altera a Lei nº 12.722, de 3 de outubro de 2012, que "altera as Leis nos 10.836, de 9 de janeiro de 2004, 12.462, de 4 de agosto de 2011, e 11.977, de 7 de julho de 2009; dispõe sobre o apoio financeiro da União aos Municípios e ao Distrito Federal para ampliação da oferta da educação infantil; e dá outras providências", para estabelecer parâmetros para o apoio financeiro suplementar a ser percebido por Municípios e pelo Distrito Federal, para ampliação da oferta de educação infantil.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 344/2017 TELMÁRIO MOTA	Inserir o art. 120-A na Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para responsabilizar solidariamente a empresa pelos prejuízos causados ao Regime Geral de Previdência Social, em decorrência de crime cometido por seus administradores.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 347/2017 PAULO ROCHA	Modifica os arts. 120 e 121 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e acrescenta o art. 40-B na Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre o ajuizamento de ação regressiva, pela Previdência Social, contra quem, pela prática de ato ilícito, der causa ao pagamento de benefício previdenciário ou assistencial.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 346/2017 HÉLIO JOSÉ	Altera a Lei nº 9.049, de 18 de maio de 1995, e a Lei nº 13.444, de 11 de maio de 2017, para permitir o registro da condição de "pessoa com deficiência" na Cédula de Identidade e no Documento Nacional de Identidade.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 348/2017 PAULO PAIM	Revoga o parágrafo único do art. 444 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para retirar do ordenamento jurídico brasileiro a possibilidade de empregado titular de diploma de nível superior e que perceba salário igual ou superior a duas vezes o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social negociar as condições de seu labor sem a presença do sindicato da categoria profissional.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 349/2017 COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA	Dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial aos motoristas de ambulância.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 350/2017 PAULO PAIM	Revoga o art. 448-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com a redação dada pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 351/2017 ACIR GURGACZ	Cria Áreas de Livre Comércio nos Municípios de Pimenteiras do Oeste, Costa Marques e Cabixi, no Estado de Rondônia.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 353/2017 EDUARDO BRAGA	Estabelece normas gerais sobre agricultura urbana sustentável.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PRS 37/2017 EDUARDO BRAGA	Altera a Resolução nº 93, de 1970, para incluir no Regimento Interno do Senado Federal o procedimento de suspensão da tramitação de proposição para avaliação de compatibilidade com o Novo Regime Fiscal nos termos dos artigos 109 a 114 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e dos artigos 14 e 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 356/2017 EDUARDO BRAGA	Altera as Leis nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e nº 9.991, de 24 de julho de 2000, para incentivar a modernização das instalações do serviço público de distribuição de energia elétrica.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PRS 38/2017 EDUARDO BRAGA	Cria a Instituição de Pesquisas Sociais Independente (IPSI) no âmbito do Senado Federal.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 357/2017 EDUARDO BRAGA	Altera o art. 224 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que institui o Código Eleitoral, para prever o ressarcimento da Justiça Eleitoral nos casos de eleição suplementar que especifica.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 358/2017 PAULO PAIM	Revoga o art. 223-G da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 359/2017 PAULO ROCHA	Autoriza a criação da Universidade Federal do Xingu (UFX).	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 362/2017 PAULO PAIM	Dá nova redação ao § 3º e revoga o § 4º, ambos do art. 790 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para determinar que é facultado aos juizes, órgãos julgadores e presidentes dos tribunais do trabalho de qualquer instância conceder, a requerimento ou de ofício, o benefício da justiça gratuita, inclusive quanto a traslados e instrumentos, àqueles que perceberem salário igual ou inferior ao dobro do mínimo legal, ou declararem, sob as penas da lei, que não estão em condições de pagar as custas do processo sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 361/2017 PAULO PAIM	Altera o art. 790-B da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para determinar que a responsabilidade pelo pagamento dos honorários periciais é da parte sucumbente na pretensão objeto da perícia, salvo se beneficiária de justiça gratuita.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 366/2017 PAULO PAIM	Revoga os arts. 477-A e 477-B da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com a redação dada pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 370/2017 PAULO PAIM	Modifica a redação do art. 878 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para restaurar a redação anterior à adotada na Lei nº 13.647, de 13 de julho de 2017.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 371/2017 JADER BARBALHO	Altera a Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, para prever a possibilidade de a maioria do conjunto de deputados federais e senadores eleitos pelo Estado que enfrenta situação grave de preservação da ordem pública e de ameaça à incolumidade das pessoas e do patrimônio solicitar diretamente à União a cooperação federativa no âmbito da segurança pública.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 373/2017 KÁTIA ABREU	Institui as diretrizes da Política de Investimento e Fortalecimento da Agroindústria Familiar (Agroforte) com a finalidade de captar e canalizar recursos destinados a aplicação em maquinários, reforma da infraestrutura de produção, estruturação da Agroindústria Familiar, capacitação profissional, e altera as Leis nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 372/2017 KÁTIA ABREU	Altera a Lei nº 13.021, de 8 de agosto de 2014, que dispõe sobre o exercício e a fiscalização das atividades farmacêuticas, para dispor sobre a presença de farmacêutico nas farmácias constituídas como Microempreendedor Individual (MEI) e Microempresas.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 374/2017 KÁTIA ABREU	Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para incluir como cláusula abusiva aquela que obrigue o pagamento de fatura de compra de produtos exclusivamente no estabelecimento do fornecedor.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 34/2017 JADER BARBALHO	Acrescenta dispositivos ao art. 159 da Constituição Federal, para prever a destinação ao Fundo de Participação dos Estados e ao Fundo de Participação dos Municípios o equivalente a dez por cento dos rendimentos mensais das aplicações financeiras de fundos públicos federais.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 376/2017 ACIR GURGACZ	Dispõe sobre incentivos fiscais e econômicos aos produtores rurais da Amazônia Legal para a preservação, conservação e recuperação de cobertura florestal.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 375/2017 - Complementar ACIR GURGACZ	Altera a Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989, que estabelece normas sobre o cálculo, a entrega e o controle das liberações dos recursos dos Fundos de Participação e dá outras providências, para instituir reserva do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE destinada aos Estados da Amazônia Legal que abriguem, em seus territórios, unidades de conservação da natureza ou terras indígenas demarcadas.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 382/2017 CIDINHO SANTOS	Dispõe sobre o registro da sentença de desapropriação em nome do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 383/2017 ROBERTO ROCHA	Dispõe sobre a regulamentação da prática esportiva eletrônica.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 385/2017 PAULO ROCHA	Altera a Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991, para dispor sobre a composição e o processo de escolha dos membros do Conselho de Comunicação Social, órgão auxiliar do Congresso Nacional.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 387/2017 FERNANDO BEZERRA COELHO	Modifica a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para disciplinar o procedimento especial para ação fiscal.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 388/2017 REGUFFE	Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1.998, para democratizar a eleição para a direção do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), alterando o colégio eleitoral, que passa a ter como eleitores os atletas que participaram de Olimpíadas representando o Brasil.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 391/2017 FERNANDO BEZERRA COELHO	Altera a Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, para prever como requisito para o processamento de recuperação judicial que o devedor não tenha condenação por órgão colegiado pelos crimes que especifica.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 392/2017 FERNANDO BEZERRA COELHO	Estabelece a obrigatoriedade da realização de exame psicológico periódico aos profissionais que trabalham em creches e instituições de educação infantil.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PDS 190/2017 LINDBERGH FARIAS	Susta a Portaria nº 1.129, de 13 de outubro de 2017, do Ministério do Trabalho, que “dispõe sobre os conceitos de trabalho forçado, jornada exaustiva e condições análogas à de escravo para fins de concessão de seguro-desemprego ao trabalhador que vier a ser resgatado em fiscalização do Ministério do Trabalho, nos termos do artigo 2-C da Lei nº 7998, de 11 de janeiro de 1990; bem como altera dispositivos da PI MTPS/MMIRDH nº 4, de 11 de maio de 2016”.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PDS 191/2017 RANDOLFE RODRIGUES	Susta os efeitos da Portaria MTB nº 1.129, de 13 de outubro de 2017, que dispôs sobre os conceitos de trabalho forçado, jornada exaustiva e condições análogas à de escravo para fins de concessão de seguro-desemprego ao trabalhador que vier a ser resgatado em fiscalização do Ministério do Trabalho, nos termos do artigo 2-C da Lei nº 7998, de 11 de janeiro de 1990; bem como altera dispositivos da PI MTPS/MMIRDH nº 4, de 11 de maio de 2016.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PDS 192/2017 LÍDICE DA MATA	Susta os efeitos da Portaria MTB Nº 1129 DE 13/10/2017, que “Dispõe sobre os conceitos de trabalho forçado, jornada exaustiva e condições análogas à de escravo para fins de concessão de seguro-desemprego ao trabalhador que vier a ser resgatado em fiscalização do Ministério do Trabalho, nos termos do artigo 2-C da Lei nº 7998, de 11 de janeiro de 1990; bem como altera dispositivos da PI MTPS/MMIRDH nº 4, de 11 de maio de 2016.”	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 393/2017 JADER BARBALHO	Institui o Programa Nacional de Incentivo à Educação Superior (PRONIES).	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 394/2017 RANDOLFE RODRIGUES	Dispõe sobre o Estatuto da Adoção de Criança ou Adolescente.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLC 111/2017 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Dispõe sobre o uso imediato de bens imóveis e infungíveis apreendidos para destinação ao Fundo de Prevenção, Recuperação e de Combate às Drogas de Abuso (Funcab).	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
ECD 1/2017 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 3.329-B de 2015 do Senado Federal (PLS nº 111/2011, na Casa de origem), que "institui a Política Nacional de Tecnologia Social".	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 114/2017 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Acrescenta parágrafo ao art. 8º da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política agrícola.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 118/2017 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera o art. 1º da Lei nº 11.327, de 24 de julho de 2006, que "Institui o Dia do Radialista".	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 121/2017 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Cria a Política de Preços Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas; e altera a Lei nº 11.442, de 5 de janeiro de 2007.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 126/2017 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Fixa limites de emissão de poluentes por motores de máquinas móveis não rodoviárias e por veículos similares.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 127/2017 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera o art. 24 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para vedar a promoção automática no ensino fundamental e médio.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 128/2017 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Dispõe sobre os serviços comerciais de tosa e banho em cães e gatos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
SCD 7/2017 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Torna obrigatória a conformidade com as normas da ABNT das armações para óculos, óculos de proteção solar, blocos de lentes, lentes oftálmicas e lentes de contato.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 398/2017 ELMANO FÉRRER	Altera o art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993, e o art. 4º da Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007, para determinar a correção monetária dos repasses da União a Estados e Municípios de recursos relativos ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e ao Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH).	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 403/2017 ACIR GURGACZ	Institui o Programa de Restauração de Áreas Degradadas na Amazônia – Restaura Amazônia.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 36/2017 ROMÁRIO	Altera o art. 55 da Constituição Federal, para prever a perda automática de mandato de Deputados e Senadores condenados por crime cujo cometimento resulte em inelegibilidade.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 405/2017 KÁTIA ABREU	Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, de modo adequar a legislação trabalhista ao equilíbrio da relação capital-trabalho.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 408/2017 GARIBALDI ALVES FILHO	Altera o caput e o § 1º do art. 25 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, que “Dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica emergencial, recomposição tarifária extraordinária, cria o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), dispõe sobre a universalização do serviço público de energia elétrica, dá nova redação às Leis no 9.427, de 26 de dezembro de 1996, no 9.648, de 27 de maio de 1998, no 3.890-A, de 25 de abril de 1961, no 5.655, de 20 de maio de 1971, no 5.899, de 5 de julho de 1973, no 9.991, de 24 de julho de 2000, e dá outras providências”, para estender os descontos especiais nas tarifas de energia elétrica ao consumo destinado a projetos de transposição de bacias que apresentem impacto regional e tenham como finalidade prioritária o abastecimento humano e a dessedentação animal.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 410/2017 HÉLIO JOSÉ	Altera a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para dispensar da arrecadação de direitos autorais a veiculação de músicas pelas prestadoras do serviço de radiodifusão comunitária.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLC 130/2017 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para incluir, como requisito para licitação de obras ou serviços, que o vencedor da licitação admita trabalhadores em situação de rua.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 131/2017 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Cria o Banco de Prótese Mamária.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 132/2017 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Institui a Semana Nacional dos Contadores de História.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 134/2017 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que “regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, e dá outras providências”.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 135/2017 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Dispõe sobre exibição de informações relativas ao prazo de validade dos produtos oferecidos aos consumidores.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 413/2017 EDUARDO BRAGA	Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, para definir como crime a oferta, a contratação ou a utilização de ferramenta automatizada que simule ou possa ser confundida com pessoa natural para gerar mensagens ou outras interações, pela internet ou por outras redes de comunicação, com o objetivo de influenciar o debate político ou de interferir no processo eleitoral.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 411/2017 WILDER MORAIS	Altera a Lei nº 10.792, de 1º de dezembro de 2003, que altera a Lei nº 7.210, de 11 de junho de 1984 - Lei de Execução Penal, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal e dá outras providências, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para determinar às prestadoras de serviços de telecomunicações a adoção de medidas para restringir o acesso a suas redes em estabelecimentos penitenciários e em outros locais em que o acesso for restrito por lei, e dar outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 415/2017 LASIER MARTINS	Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir o uso do FGTS para pagamento de pensão alimentícia pelo trabalhador que não possuir outro recurso líquido disponível.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 417/2017 ALVARO DIAS	Altera a Lei nº 13.463, de 2017, que dispõe sobre os recursos destinados aos pagamentos decorrentes de precatórios e de Requisições de Pequeno Valor (RPV) federais, para estabelecer que a instituição financeira informará previamente aos tribunais e juízes de execução o cancelamento do precatório ou RPV, a fim de que o titular do direito creditório possa se manifestar.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 423/2017 CPI DA PREVIDÊNCIA - 2017	Altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para aumentar as penas e eliminar, no caso de pagamento do tributo devido, a possibilidade de extinção de punibilidade dos crimes contra a ordem tributária e para criar causas de redução de pena.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 424/2017 CPI DA PREVIDÊNCIA - 2017	Dispõe sobre os crimes contra a Previdência Social.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 425/2017 - Complementar CPI DA PREVIDÊNCIA - 2017	Altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), para estabelecer regras de anistia, remissão, transação e parcelamento dos créditos tributários.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 429/2017 ANTONIO ANASTASIA	Altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, que dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 14, § 3º, inciso V e 17, da Constituição Federal, a fim de aplicar aos partidos políticos as normas sobre programa de integridade.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PRS 42/2017 LASIER MARTINS	Altera o Regimento Interno do Senado Federal para adequar as normas regimentais ao Novo Regime Fiscal, instituído pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016, e dispor sobre o exame de adequação orçamentária e financeira pela Comissão de Assuntos Econômicos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PDS 198/2017 HUMBERTO COSTA	Susta a Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017, do Ministério da Saúde, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 432/2017 - Complementar FERNANDO BEZERRA COELHO	Regulamenta o disposto no inciso III do § 1º do art. 155 da Constituição Federal.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PDS 199/2017 RANDOLFE RODRIGUES	Susta os efeitos do Decreto nº 9.188, de 1º de novembro de 2017, que estabelece regras de governança, transparência e boas práticas de mercado para a adoção de regime especial de desinvestimento de ativos pelas sociedades de economia mista federais.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PFS 2/2017 ROMÁRIO	Com base nos arts 102-A e 102-B, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), é apresentada Proposta de Fiscalização e Controle à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC) , para apurar, com auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU), o não cumprimento, por parte do Ministério do Esporte, da publicação do relatório de acompanhamento da aplicação de recursos para o desporto provenientes de loterias federais, repassados ao Comitê Olímpico do Brasil e ao Comitê Paralímpico Brasileiro.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022
PLC 140/2017 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera os Decretos-Lei nºs 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal).	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 141/2017 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Determina que as empresas de telefonia e as operadoras de serviço móvel pessoal instalem bloqueadores de sinais de telecomunicações, de radiocomunicações e de internet nos estabelecimentos penais e socioeducativos; e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 440/2017 SÉRGIO PETECÃO	Altera a Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para determinar a substituição das atuais cédulas de valores de R\$ 50,00 (cinquenta reais) e de R\$ 100,00 (cem reais) no prazo de 90 (noventa) dias.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 146/2017 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para modificar requisitos de saída temporária e sua duração e periodicidade; e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para acrescentar agravante genérica.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 442/2017 PAULO PAIM	Altera o art. 392-B da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 e o art. 71-B da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para assegurar ao cônjuge ou companheiro o período remanescente de licença-maternidade, quando a mãe não puder usufruí-la, em razão de incapacidade física ou psíquica, e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 443/2017 LASIER MARTINS	Altera o art. 61 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para agravar a pena quando o crime é cometido durante saída temporária, liberdade condicional ou prisão domiciliar, ou em situação de evadido do sistema prisional.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 454/2017 TELMÁRIO MOTA	Altera a Lei nº 8.723, de 28 de outubro de 1993, que dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores e dá outras providências, para dispor sobre a vedação a comercialização e a circulação de automóveis movidos a combustíveis fósseis.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 455/2017 ALVARO DIAS	Dispõe sobre as atribuições do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União no que diz respeito à realização de auditorias e inspeções para a instrução de processos de competência do Tribunal.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 457/2017 FERNANDO BEZERRA COELHO	Altera a redação do art. 7º e acrescenta os arts. 7º-A a 7º-E à Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, para estabelecer procedimentos para a definição da dosimetria na aplicação da penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 459/2017 - Complementar CRISTOVAM BUARQUE	Institui o Sistema Nacional para gestão responsável dos investimentos públicos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 460/2017 RANDOLFE RODRIGUES	Dispõe sobre a proibição de empresas brasileiras ou sediadas em território nacional de importar petróleo de países que violem o princípio básico da soberania popular sobre recursos naturais e de estabelecerem acordos e contratos com tais países ou empresas sediadas nesses países com o fim de produção e refinamento do petróleo.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 464/2017 - Complementar FERNANDO BEZERRA COELHO	Altera o art. 206 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), para permitir a expedição de certidão positiva com efeitos de negativa de débitos relativos a tributos e à dívida ativa mediante a apresentação de depósito ou garantias extrajudiciais.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 461/2017 VANESSA GRAZZIOTIN	Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código do Consumidor), para incluir o uso de visões desiguais de gênero no rol dos elementos que caracterizam a publicidade abusiva.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 462/2017 ROBERTO ROCHA	Altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para conceder benefício tributário temporário aos taxistas.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 465/2017 KÁTIA ABREU	Altera a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências, para tornar obrigatória a oferta de serviço de intérpretes de Libras em instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 466/2017 - Complementar KÁTIA ABREU	Acrescenta § 7º ao art. 4º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para autorizar o registro como Microempreendedor Individual (MEI) de servidores públicos, nas condições que especifica.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 40/2017 CRISTOVAM BUARQUE	Altera o art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para determinar que as despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino custeadas com recursos de que trata o § 1º do art. 20 da Constituição Federal pertencentes à União sejam excluídas da base de cálculo e dos limites de despesas primárias estabelecidas pelo Novo Regime Fiscal.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PEC 41/2017 RANDOLFE RODRIGUES	Altera o art. 39 da Constituição Federal, para vedar o pagamento de auxílio moradia aos membros de Poder.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 149/2017 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Dispõe sobre o prazo de validade do certificado de que trata o inciso V do caput do art. 7º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e das certidões de que trata o art. 47 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; acresce § 2º ao art. 62 do Decreto-Lei nº 147, de 3 de fevereiro de 1967; e altera a redação do § 1º do art. 1º do Decreto-Lei nº 1.715, de 22 de novembro de 1979.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 150/2017 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera o § 1º do art. 528 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil).	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLC 152/2017 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera o art. 40 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que “regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 154/2017 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Institui a Semana Nacional de Combate à Sexualização de Crianças e Adolescentes.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 155/2017 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Acrescenta parágrafo único ao art. 790-B da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a responsabilidade da União pelos honorários periciais quando a parte sucumbente no objeto da perícia for beneficiária da justiça gratuita.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 156/2017 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Institui o Dia Nacional do Profissional de Eventos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 469/2017 ROMÁRIO	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para prever como efeito da condenação a inabilitação por oito anos para assunção de novo cargo, função pública ou mandato eletivo, contados da data do cumprimento ou da extinção da pena.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 158/2017 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Permite a criação de fundo patrimonial nas instituições federais de ensino superior.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 473/2017 CIRO NOGUEIRA	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para tipificar o crime de divulgação de notícia falsa.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 159/2017 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para incluir entre os equipamentos obrigatórios dos veículos extintor de incêndio com carga de pó ABC.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PEC 43/2017 SIMONE TEBET	Altera o art. 56 da Constituição Federal, para regular a reassunção, por membro do Poder Legislativo, de função executiva.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 478/2017 COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS	Dispõe sobre o procedimento facultativo do credor fiduciário para a cobrança extrajudicial de dívidas previstas em contratos com cláusula de alienação fiduciária de bem móvel, por meio do uso do instituto da busca e apreensão extrajudicial de bens móveis.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PRS 49/2017 FERNANDO COLLOR	Cria a Instituição Ambiental Independente no âmbito do Senado Federal.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 485/2017 - Complementar FERNANDO BEZERRA COELHO	Altera o art. 187 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), e o art. 29 da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980 (Lei de Execuções Fiscais), para dispor sobre o concurso de preferência das pessoas jurídicas de direito público na hipótese de cobrança judicial de créditos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 44/2017 TELMÁRIO MOTA	Altera o art.. 6º da Constituição da República Federativa do Brasil para que o acesso à energia elétrica seja direito social.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 489/2017 ALVARO DIAS	Estabelece recursos a serem destinados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 490/2017 FERNANDO BEZERRA COELHO	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para prever a modalidade da educação domiciliar no âmbito da educação básica.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 494/2017 - Complementar ALVARO DIAS	Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para isentar do Imposto sobre a Renda, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins os rendimentos decorrentes da remuneração prevista em contrato de participação e do direito de resgate do aporte de capital efetuado por investidor-anjo.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 495/2017 TASSO JEREISSATI	Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para introduzir os mercados de água como instrumento destinado a promover alocação mais eficiente dos recursos hídricos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 501/2017 ROSE DE FREITAS	Altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, para determinar a suspensão da contagem do prazo de validade de concursos públicos, nos casos que especifica.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 499/2017 GLADSON CAMELI	Dispõe sobre a comercialização de aeronaves não tripuladas em todo o território nacional.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PRS 50/2017 ROSE DE FREITAS	Altera o art. 77 da Resolução nº 93, de 1970 – Regimento Interno do Senado Federal para reduzir a composição numérica das comissões permanentes.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PRS 51/2017 ROSE DE FREITAS	Cria a Comissão Especial de Aviação Civil	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 505/2017 ROBERTO ROCHA	Cria a Universidade Federal do Maranhão do Sul (UFMA-Sul), no Estado do Maranhão.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 509/2017 ROMÁRIO	Concede pensão especial às famílias das vítimas fatais e aos sobreviventes brasileiros do acidente aéreo envolvendo a Associação Chapecoense de Futebol.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 510/2017 JADER BARBALHO	Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para determinar a exibição de advertência sobre a presença de substâncias cancerígenas ou potencialmente cancerígenas em produtos colocados no mercado de consumo.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 50/2017 ROSE DE FREITAS	Assegura aos substitutos das serventias extrajudiciais e do foro judicial, investidos por concurso público, abrangidos pela Emenda Constitucional nº 22, de 29 de junho de 1982, o direito a efetivação no cargo de titular, quando de sua vacância a qualquer tempo.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 49/2017 ROSE DE FREITAS	Altera o art. 102 da Constituição Federal para especializar decisões judiciais relativas a Chefes de Poder no âmbito da República.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 48/2017 ROSE DE FREITAS	Altera o art. 66, § 3º, da Constituição Federal para fazer constar expressamente a referência ao prazo como contabilizável em dias úteis.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 47/2017 ROSE DE FREITAS	Altera o art. 49 da Constituição Federal, para instituir a moção de desconfiança do Poder Legislativo contra ato do Presidente da República.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PRN 3/2017 ROMERO JUCÁ	Institui a Jornada Nacional de Controle Externo.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 168/2017 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Proíbe o envio de mensagens e o completamento de chamadas telefônicas de cunho publicitário pelas prestadoras de serviço de telefonia sem autorização expressa dos clientes, disciplina o conteúdo das mensagens; e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 169/2017 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera o art. 47 da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, para prever a proibição de outra forma de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLC 173/2017 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Institui o Dia Nacional da Cachaça.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 175/2017 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Regulamenta a profissão de leiloeiro público oficial.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 176/2017 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, que “dispõe sobre a criação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – CODEVASF – e dá outras providências”.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 177/2017 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera a Lei nº 7.377, de 30 de setembro de 1985, para dispor sobre o exercício da profissão de Secretariado.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 179/2017 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Garante aos consumidores o direito de livre escolha da oficina ao acionar a seguradora em caso de sinistro e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 180/2017 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Acrescenta inciso ao art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para considerar perigosas as atividades desempenhadas pelos agentes das autoridades de trânsito.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 181/2017 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre as instâncias de negociação e pactuação no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (Suas).	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 182/2017 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Institui a Política Nacional de Agricultura Urbana e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
SCD 8/2017 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, para acrescentar a proibição de descarte irregular de resíduos ou rejeitos em vias públicas, na forma da legislação local.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
ECD 2/2017 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera o art. 175 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para estabelecer condições e restrições à adoção de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) como instrumento conciliatório nos casos de infração à legislação e às demais normas aplicáveis às prestadoras de serviços de telecomunicações.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 511/2017 COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA	Acrescenta o art. 14-A à Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962, para dispor sobre duração da jornada normal semanal de trabalho do Psicólogo.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 512/2017 COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA	Altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre a Isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, e dá outras providências, para incluir os professores da educação básica, ocupantes de cargo efetivo na Administração Pública, como beneficiários da isenção.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 514/2017 COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA	Altera o art. 28 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para descriminalização do cultivo da cannabis sativa para uso pessoal terapêutico	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 515/2017 COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA	Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para punir a discriminação ou preconceito de origem, condição de pessoa idosa ou com deficiência, gênero, sexo, orientação sexual ou identidade de gênero	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PEC 51/2017 COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA	Acrescenta a alínea f ao inciso VI do art. 150 da Constituição Federal, instituindo imunidade tributária sobre os consoles e jogos para videogames produzidos no Brasil	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 4/2018 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Denomina Viaduto Durval José Moreira o viaduto localizado no Km 674 da BR-116, no Estado de Minas Gerais.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 1/2018 ROBERTO MUNIZ	Altera a Lei no 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, para dispor sobre o Certificado de Recebíveis de Saneamento (CRS).	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 4/2018 CÁSSIO CUNHA LIMA	Altera a Lei nº 9.503 de 23 de setembro de 1997, para incluir representantes dos órgãos estaduais e municipais na composição do Contran e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 2/2018 CÁSSIO CUNHA LIMA	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal; as Leis nº 9.613, de 3 de março de 1998, e nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, e a Lei Complementar nº 29, de 7 de janeiro de 1994, e revoga dispositivos da Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, para destinar ao Fundo Nacional de Saúde o produto do perdimento de bens e valores em decorrência de condenação por crime contra a Administração Pública ou tráfico ilícito de drogas.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 5/2018 CÁSSIO CUNHA LIMA	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, para instituir o Exame Nacional de Instrutores de Trânsito e o Exame Nacional de Examinadores de Trânsito.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 6/2018 CÁSSIO CUNHA LIMA	Altera os arts. 382 e 619 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, para alterar o prazo para oposição de embargos de declaração.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 8/2018 ANA AMÉLIA	Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para revogar o seu art. 18, que dispõe sobre as condições para o registro de medicamentos e insumos farmacêuticos de procedência estrangeira.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 7/2018 PEDRO CHAVES	Dispõe sobre os direitos dos pacientes em serviços de saúde; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para isentar do crime de omissão penalmente relevante a falta de instituição de suporte de vida ou a não realização de tratamento ou procedimento médico recusados; e altera a Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, que configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências, para proibir a reutilização de produtos para a saúde descartáveis.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 11/2018 NÃO INFORMADO	Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, para aperfeiçoar o tratamento legislativo da sociedade limitada.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 12/2018 NÃO INFORMADO	Altera o inciso IV do art. 199 e acrescenta inciso V ao art. 202, todos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para admitir a suspensão da prescrição na pendência da análise de pedido extrajudicial de pagamento e a interrupção da prescrição pela interpelação judicial e extrajudicial.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 13/2018 NÃO INFORMADO	Altera o artigo 474 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para estabelecer que a condição resolutiva tácita se opera por interpelação judicial e extrajudicial.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 14/2018 NÃO INFORMADO	Altera o art. 1.418 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil) e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), para disciplinar a adjudicação extrajudicial no caso de promessa de compra e venda de imóveis e o procedimento de reate de trato sucessivo no caso de cessões de direitos de aquisição oriundos de promessa de compra e venda de imóvel.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 16/2018 NÃO INFORMADO	Acrescenta § 4º ao art. 1.361 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil) e altera o art. 8º-A do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, e o art. 128 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para autorizar a alienação fiduciária sobre móveis para pessoas naturais e jurídicas com incidência do procedimento judicial do Decreto-Lei nº 911, de 1969, para dispor sobre a independência dos efeitos jurídicos dos direitos reais em relação às restrições tributárias e administrativas relacionadas aos veículos automotores e para tornar ineficaz negócios jurídicos relativos a esses veículos diante de créditos fiscais ou administrativos vinculados ao bem.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 20/2018 NÃO INFORMADO	Altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para disciplinar o direito do credor em obter a constrição cautelar de bens nos processos envolvendo obrigações de pagar quantia, de entregar coisa, de fazer e de não fazer.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 21/2018 NÃO INFORMADO	Altera o art. 256 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para dispor sobre a citação, por edital, do réu com endereço desconhecido.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 23/2018 COMISSÃO MISTA DE DESBUROCRATIZAÇÃO (ATN Nº 3, DE 2016)	Dispõe sobre a periodicidade da fiscalização dos estabelecimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PDS 1/2018 FERNANDO BEZERRA COELHO	Susta os § 6º e §7º do art. 34; § 9º e §10 do art. 38; § 3º e § 4º do art. 42; § 3º e § 4º do art. 43; e § 5º e 6º do art. 46, todos do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, que Regulamenta a Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017, que institui a Lei de Migração.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 27/2018 FERNANDO BEZERRA COELHO	Inclui o art. 289-A na Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), para dispensar, nos casos em que especifica, a comprovação da regularidade fiscal.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 28/2018 FERNANDO BEZERRA COELHO	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever que a educação domiciliar não caracteriza o crime de abandono intelectual.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 25/2018 FLEXA RIBEIRO	Estabelece a obrigação de prévia comunicação, antes da inclusão de nome ou dados do consumidor, em cadastros, fichas, registros e dados pessoais e de consumo.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 31/2018 CIRO NOGUEIRA	Modifica a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para vedar a saída temporária de condenados.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 34/2018 HÉLIO JOSÉ	Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 ("Estatuto do Desarmamento"), para conceder porte de arma de fogo aos agentes de segurança metroviária.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 2/2018 ROSE DE FREITAS	Altera os arts. 73 e 84 da Constituição Federal para modificar a forma de composição do Tribunal de Contas da União, dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal e dos Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 1/2018 ROSE DE FREITAS	Altera os incisos XVIII e XIX do art. 7º da Constituição Federal, para ampliar a duração da licença-maternidade e da licença-paternidade.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 3/2018 WILDER MORAIS	Altera o art. 144 da Constituição Federal, para criar a Polícia Nacional de Fronteiras.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 38/2018 VICENTINHO ALVES	Altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para possibilitar ao magistrado aplicar a substituição da pena privativa de liberdade por uma restritiva de direitos, que, dadas a peculiaridades do caso, deverá consistir em internação compulsória para tratamento de dependentes químicos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 40/2018 TELMÁRIO MOTA	Altera a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para determinar a sabatina pelo Senado Federal de indicados a cargos do conselho diretor de instituições financeiras federais.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 41/2018 TELMÁRIO MOTA	Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que dispõe sobre a Consolidação das Leis do Trabalho, para estabelecer proteção especial a determinados grupos de trabalhadores na adesão a planos de demissão voluntária ou incentivada.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 39/2018 TELMÁRIO MOTA	Altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir os crimes de colarinho branco no rol dos crimes hediondos	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 42/2018 REGINA SOUSA	Inserir o art. 4º-A na Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, para determinar que a reforma trabalhista somente atingirá as ações ajuizadas após a sua entrada em vigor.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 44/2018 LÍDICE DA MATA	Acrescenta o art. 38-A à Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1995, para determinar a responsabilidade pessoal do candidato pela retirada da propaganda eleitoral, até 30 dias após o pleito.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 45/2018 LASIER MARTINS	Altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para vedar o acesso ao Fundo Partidário e ao Fundo Especial de Financiamento de Campanha aos partidos políticos com débitos fiscais ou previdenciários.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 49/2018 JOSÉ PIMENTEL	Dispõe sobre a declaração destinada a fazer prova de vida, para fins de manutenção de benefício previdenciário.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 51/2018 CIDINHO SANTOS	Cria campus da Universidade Federal de Mato Grosso no Município de Tangará da Serra, no Estado de Mato Grosso.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 50/2018 CIDINHO SANTOS	Cria campus da Universidade Federal de Mato Grosso no Município de Diamantino, no Estado de Mato Grosso.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 46/2018 LASIER MARTINS	Altera as Leis nº 11.482, de 31 de maio de 2007, nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, e nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para prever a alteração da tabela progressiva do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física e das deduções aplicáveis à base de cálculo do imposto.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PRS 1/2018 ROBERTO MUNIZ	Acrescenta o inciso V ao art. 1º da Resolução nº 42, de 1º de novembro de 2016, para acrescentar o acompanhamento do desempenho das empresas estatais federais dentre as atribuições da Instituição Fiscal Independente.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 47/2018 JOSÉ PIMENTEL	Define como prática abusiva a oferta de desconto em medicamentos mediante cadastramento prévio do consumidor.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 53/2018 PAULO BAUER	Institui programa de concessão de créditos da União, denominado “Nota Azul”, para incentivar a pessoa física que adquirir mercadorias ou tomar serviços a solicitar a emissão de documento fiscal.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 54/2018 PAULO BAUER	Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para prever o crime de saque ou manuseio de arma de fogo com o intuito de reagir a abordagem de agente público devidamente identificado.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 52/2018 PAULO BAUER	Acrescenta o Capítulo II-B à Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, para dispor sobre a hipoteca reversa de coisa imóvel.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 56/2018 AÉCIO NEVES	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dar ao Conselho Tutelar a atribuição de identificar responsável por garantir o direito de convivência da criança ou do adolescente com pais privados de liberdade ou em cumprimento de medida socioeducativa.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 57/2018 HUMBERTO COSTA	Dispõe sobre a comunicação audiovisual sob demanda, a Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional – CONDECINE e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 58/2018 ROBERTO REQUIÃO	Cria Área de Livre Comércio no Município de Foz do Iguaçu, no Estado do Paraná.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 59/2018 - Complementar ALVARO DIAS	Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, para suprimir exceções à vedação de operações de crédito entre entes da Federação.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 60/2018 AIRTON SANDOVAL	Modifica o artigo 49, da Lei nº 11.182, de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, e dá outras providências, para limitar as variações nos valores praticados entre classes tarifárias e estabelecer transparência na oferta de preços através da internet.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 61/2018 WILDER MORAIS	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para determinar a obrigatoriedade de aplicação de percentual da arrecadação de receitas com multas de trânsito nas despesas com engenharia de campo que especifica.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 62/2018 ROBERTO REQUIÃO	Estabelece normas sobre exercício do direito de vistas a processos administrativos, judiciais e legislativos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 65/2018 SÉRGIO DE CASTRO	Altera a redação do inciso II do § 3o do art. 20-B da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, para excluir a possibilidade de a Fazenda Pública tornar indisponíveis os bens do devedor por ato administrativo.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 66/2018 - Complementar CÁSSIO CUNHA LIMA	Dispõe sobre o Regime de Saneamento das Finanças Municipais.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 68/2018 CÁSSIO CUNHA LIMA	Altera a Lei nº 9.431, de 6 de janeiro de 1997, que dispõe sobre a obrigatoriedade da manutenção de programa de controle de infecções hospitalares pelos hospitais do País, para dispor sobre a admissão de animais no ambiente hospitalar com a finalidade de participação em práticas terapêuticas complementares.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 67/2018 CÁSSIO CUNHA LIMA	Institui o Banco Nacional de Perfis Genéticos (BNPG) e a Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos (RIBPG).	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 69/2018 CÁSSIO CUNHA LIMA	Altera a Lei nº 9.961 de 28 de janeiro de 2000, que cria a Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e dá outras providências, para estabelecer período mínimo de ausência de vínculo com empresas do setor regulado como condição para o exercício do cargo de Diretor.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 71/2018 VANESSA GRAZZIOTIN	Revoga o inciso I do art. 181 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para extinguir as escusas absolutórias e imunidades processuais previstas para os crimes contra o patrimônio, no caso do cônjuge, na constância da sociedade conjugal.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 9/2018 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera a Lei nº 7.291, de 19 de dezembro de 1984, que dispõe sobre as atividades de equideocultura no País.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 10/2018 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Disciplina o aproveitamento de carcaças de animais de produção e de outros resíduos animais no campo para fins agropecuários e industriais.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 73/2018 - Complementar ROBERTO REQUIÃO	Estabelece regras sobre o pagamento de auxílio-moradia aos membros de Poder e de créditos remuneratórios atrasados e de diárias aos agentes públicos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 74/2018 TELMÁRIO MOTA	Dispõe sobre a transferência de recursos financeiros pela União a Estados, Distrito Federal e Municípios, para aquisição de material escolar, destinado a alunos matriculados em escolas públicas de educação básica.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PRS 4/2018 SÉRGIO DE CASTRO	Altera o art. 338 da Resolução nº 93, de 1970 – Regimento Interno do Senado Federal, para regulamentar o requerimento de urgência regimental a proposições originadas na Câmara dos Deputados.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 78/2018 JOSÉ PIMENTEL	Altera o art. 2º da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013, para dispor sobre a divulgação de audiências concedidas por agentes públicos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 77/2018 SÉRGIO DE CASTRO	Altera a Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, para dispor sobre a informação adequada, prazo para entrega, indenização dos custos no caso de distrato ou resolução contratual motivada por inadimplemento de obrigações dos contratantes nos contratos de promessa de compra e venda de imóveis submetidos à incorporação imobiliária.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 79/2018 CIRO NOGUEIRA	Acrescenta ao Código Penal o art. 140-A, para criminalizar a divulgação de fotografias de pessoas acidentadas ou em situação vexatória.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 80/2018 CIRO NOGUEIRA	Inclui o art. 32-A e o item 11 no art. 70 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para dispor sobre a realização dos serviços de emissão, alteração e extinção dos dados cadastrais de pessoas naturais no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda pelos cartórios de registros civis de todo o País.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 76/2018 JOSÉ MEDEIROS	Altera a Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016, para classificar o porte ostensivo e ilegal e o disparo de arma de fogo de uso proibido ou restrito como atos de terrorismo.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 82/2018 RANDOLFE RODRIGUES	Regula o pagamento indenizatório para custeio de moradia aos agentes públicos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 84/2018 FERNANDO BEZERRA COELHO	Permite a atualização, na declaração anual de ajuste do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física relativa ao exercício de 2019, ano-calendário de 2018, do valor dos bens imóveis pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) nos anos de 1998 a 2018.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 88/2018 RANDOLFE RODRIGUES	Altera a redação do art. 342 do Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) para estabelecer como crime de falso testemunho ou falsa perícia fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete em qualquer processo, procedimento ou investigação, de natureza judicial ou administrativa, ou em juízo arbitral.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 87/2018 - Complementar CRISTOVAM BUARQUE	Altera a Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001 e a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, incluindo os agentes públicos detentores de mandato eletivo entre os casos que não constituem violação do dever do sigilo bancário.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 85/2018 CRISTOVAM BUARQUE	Altera a Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, para determinar que os recursos provenientes do cancelamento de indenizações e de ajuda de custo à título de auxílio-moradia serão utilizados na atualização e majoração do valor do piso salarial nacional dos professores da educação básica.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 86/2018 CRISTOVAM BUARQUE	Altera a Lei nº 3.857, de 22 de dezembro de 1960, para assegurar o livre exercício da profissão de músico.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 89/2018 ROSE DE FREITAS	Assegura aos substitutos das serventias extrajudiciais e do foro judicial, investidos por concurso público, abrangidos pela Emenda Constitucional nº 22, de 29 de junho de 1992, o direito a efetivação no cargo de titular.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 93/2018 ROSE DE FREITAS	Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, para determinar que os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de produtos industrializados sejam obrigados a estabelecer sistemas de logística reversa e reciclagem no prazo de cinco anos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 92/2018 ROSE DE FREITAS	Dispõe sobre a obrigatoriedade da utilização de materiais biodegradáveis na composição de utensílios descartáveis destinados ao acondicionamento e ao manejo de alimentos prontos para o consumo.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 90/2018 ROSE DE FREITAS	Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para incluir no conteúdo mínimo do plano de gerenciamento de resíduos sólidos a destinação de materiais recicláveis descartados a cooperativas de catadores ou organizações da sociedade civil que tenham por finalidade o aproveitamento econômico desses materiais.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 91/2018 - Complementar ROSE DE FREITAS	Determina a aplicação das disposições do Decreto nº 22.626, de 7 de abril de 1933, que dispõe sobre os juros nos contratos e dá outras providências, para vedar a capitalização de juros no Sistema Financeiro Nacional.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 95/2018 ROSE DE FREITAS	Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, para dispor que os municípios com população superior a 300.000 (trezentos mil) habitantes devem instalar e manter pelo menos uma usina de tratamento de resíduos sólidos urbanos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 94/2018 ROSE DE FREITAS	Altera a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, para estabelecer obrigação de construir biblioteca escolar em todas as novas escolas públicas de educação básica	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 96/2018 ROSE DE FREITAS	Altera o art. 10 do decreto 3.689 de 03 de outubro de 1941 para ampliar o prazo para a conclusão do inquérito policial.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 97/2018 - Complementar JOSÉ SERRA	Dispõe sobre a Regra de Ouro, prevista no art. 167, inciso III, da Constituição.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 12/2018 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera a Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975, que atribui à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para assegurar os direitos educacionais às mulheres gestantes, em estado de puerpério e lactantes.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 99/2018 PAULO PAIM	Altera a Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, para dispor sobre os valores da tabela mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física, a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, e a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 101/2018 TELMÁRIO MOTA	Regulamenta a profissão de psicanalista.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 104/2018 PASTOR BEL	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para determinar a inclusão de sistema de visualização da traseira ativado pela marcha a ré entre os equipamentos obrigatórios dos veículos pesados que especifica.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 102/2018 - Complementar CRISTOVAM BUARQUE	Altera as Leis nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 e nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, para tornar pública a Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda do agente público detentor de mandato eletivo.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PDS 20/2018 LINDBERGH FARIAS	Susta a tramitação congressional dos acordos bilaterais firmados entre Brasil e EUA.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 103/2018 CRISTOVAM BUARQUE	Acrescenta o Art. 54-A na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para assegurar o livre acesso de qualquer cidadão às aulas nas universidades públicas, como aluno ouvinte, ou usando o direito de gravá-las ou transmiti-las por meio eletrônico.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 106/2018 JOSÉ PIMENTEL	Dispõe sobre o apoio ao empreendedorismo feminino e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 105/2018 VANESSA GRAZZIOTIN	Acrescenta artigo à Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, para vedar a mudança de nome de partidos políticos no período de um ano antes de cada eleição.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 110/2018 EDUARDO LOPES	Altera a Lei nº 13.146, de 5 de julho de 2015, para dispor sobre a oferta de informações em formato acessível, inclusive mediante o uso do sistema Braille.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 111/2018 DALIRIO BEBER	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para dispensar de licitação, pelo prazo de cinco anos, a contratação de concessionária ou permissionária de distribuição de energia elétrica para prestar o serviço de iluminação pública.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 112/2018 WILDER MORAIS	Altera o Decreto-Lei nº 2.848/1940, de 7 de dezembro de 1940, para instituir a presunção de legítima defesa na hipótese de violação domiciliar.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 113/2018 WILDER MORAIS	Dispõe sobre a fabricação, a importação e a comercialização de spray de pimenta (gás Oleoresina capsicum) em todo território nacional.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 114/2018 EDUARDO AMORIM	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para determinar que vagas ociosas em instituições federais de ensino superior sejam preenchidas preferencialmente por pessoas de baixa renda ou com idade igual ou superior a 60 anos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 115/2018 PASTOR BEL	Dispõe sobre a atenção à pessoa com transtorno do espectro autista no Estado do Maranhão.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 116/2018 LINDBERGH FARIAS	Dispõe sobre a reserva de cargos de direção, chefia ou assessoramento para as mulheres em entidades da administração pública.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 118/2018 FERNANDO BEZERRA COELHO	Acrescenta artigo à Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para dispor sobre a comunicação prévia à vítima sobre a progressão de regime, as autorizações de saída, o livramento condicional e a extinção da pena do autor do delito.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 120/2018 - Complementar ROSE DE FREITAS	Altera o art. 2º da Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007, para incluir o Município de Caratinga na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PRS 7/2018 RANDOLFE RODRIGUES	Institui o Diploma de Direitos Humanos Marielle Franco e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 119/2018 JOSÉ MEDEIROS	Acrescenta § 2º ao art. 134 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, para admitir novos meios de prova da transferência da propriedade sobre veículo.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PDS 21/2018 LASIER MARTINS	Zela, com base no inciso XI do art. 49 da Constituição Federal, pela preservação da competência legislativa do Congresso Nacional em face das atribuições da Justiça Eleitoral, no tocante ao cumprimento da regra legal regularmente aprovada pelo Congresso Nacional sobre a implementação do voto impresso no Brasil.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PDS 22/2018 ACIR GURGACZ	Susta a Resolução do Conselho Nacional de Trânsito nº 729, de 6 de março de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de veículos no padrão disposto na Resolução Mercosul do Grupo Mercado Comum nº 33, de 2014.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 121/2018 DALIRIO BEBER	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para prever a possibilidade de contratação de serviços de natureza continuada por prazo superior a doze meses.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 122/2018 ELBER BATALHA	Altera o art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento), para assegurar a conservação da autorização de porte de arma de fogo aos integrantes das carreiras de policial e outras que específica, no momento em que se aposentam ou são transferidos para a reserva remunerada.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 123/2018 ELBER BATALHA	Altera o § 2º, do artigo 16, da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para acrescentar o menor sob guarda no rol de dependentes beneficiários da Regime Geral de Previdência Social.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 124/2018 ROMERO JUCÁ	Autoriza o Poder Executivo a criar, no âmbito do Ministério da Educação, a Secretaria Especial de Educação Indígena.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 126/2018 WILDER MORAIS	Altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para restringir o rol de crimes hediondos e aumentar o tempo mínimo de cumprimento da pena para fins de progressão de regime.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 127/2018 PAULO BAUER	Dispõe sobre a divulgação dos reajustes dos valores das anuidades dos cartões de crédito.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 130/2018 PAULO BAUER	Altera a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, para estabelecer que as guias de pagamento do seguro obrigatório devem ser disponibilizadas conjuntamente com as guias de recolhimento do IPVA em um mesmo documento, físico ou eletrônico.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 132/2018 ROSE DE FREITAS	Dá nova redação ao art. 477-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para vedar as dispensas plúrimas ou coletivas, salvo previsão em acordo coletivo ou convenção coletiva de trabalho.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 131/2018 ROSE DE FREITAS	Altera o art. 87 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para estender o direito ao atendimento psicossocial às crianças e aos adolescentes que tiverem qualquer dos pais ou responsáveis presos em regime fechado.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 134/2018 COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA	Institui o Estatuto da Diversidade Sexual e de Gênero.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 135/2018 COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA	Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para prever a competência do Ministério Público para investigar crimes cometidos por agentes dos órgãos de segurança pública, no exercício das funções, e para permitir que o ofendido participe efetivamente da investigação criminal.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 133/2018 CPI DO BNDES - 2017	Estabelece limites para financiamento por bancos de desenvolvimento criados ou mantidos pela União para aquisição de ativos no exterior ou participação em empresa estrangeira, cria a Letra de Crédito do Desenvolvimento (LCD) e dispõe sobre regras de transparência a serem observadas por bancos de desenvolvimento criados ou mantidos pela União.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 136/2018 REGINA SOUSA	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a literatura de cordel e manifestações culturais baseadas no improviso no currículo da educação básica.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 137/2018 HUMBERTO COSTA	Altera os arts. 101 e 130 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990; o art. 45 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003; os arts. 18, 19, 22, 23 e 24 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006; e o art. 26 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para que o defensor público, o delegado de polícia e o membro do Ministério Público possam conceder medidas protetivas de urgência a mulheres, crianças, idosos e pessoas com deficiência que sejam vítimas de violência.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 138/2018 FERNANDO BEZERRA COELHO	Altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, para incluir como crime de concorrência desleal a utilização de conjunto-imagem de concorrente.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 141/2018 WILDER MORAIS	Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para alterar as regras relativas às indenizações e às saídas temporárias; e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 140/2018 JOSÉ PIMENTEL	Altera a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 139/2018 WILDER MORAIS	Altera o art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993, para instituir a correção monetária dos repasses da União aos Municípios por meio de convênios, acordos, ajustes e instrumentos congêneres.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 143/2018 EUNÍCIO OLIVEIRA	Altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir no rol de crimes hediondos os crimes de associação para o tráfico ilícito de drogas e de colaboração, como informante, com grupo, organização ou associação destinados ao tráfico ilícito de drogas, quando praticados por funcionário público civil ou militar.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 18/2018 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, para ampliar os recursos disponíveis para a educação especial.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 152/2018 RANDOLFE RODRIGUES	Estabelece a obrigatoriedade de instalação de banheiro familiar e fraldário em locais de circulação, concentração e permanência de grande número de pessoas.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PRS 8/2018 JOSÉ AGRIPINO	Institui, no âmbito do Senado Federal, a Frente Parlamentar de Apoio às Startups.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PRS 9/2018 PAULO PAIM	Institui a Honraria Naiara Soares Gomes, a ser conferida anualmente pelo Senado Federal e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 147/2018 CÁSSIO CUNHA LIMA	Modifica o art. 6º do Decreto-lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, para prever que, para fins de cumprimento de sentença penal condenatória, o trânsito em julgado será considerado a partir da condenação em 2º grau.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 149/2018 LASIER MARTINS	Dispõe sobre as diretivas antecipadas de vontade sobre tratamentos de saúde.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 153/2018 RANDOLFE RODRIGUES	Acrescenta o art. 210-A à Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para suspender a contagem do período de afastamento do servidor no decorrer de capacitação, estudo ou programa de pós-graduação que esteja em concomitância com a licença à maternidade, à adoção ou à paternidade.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 150/2018 JOSÉ PIMENTEL	Dispõe sobre a obrigatoriedade de dispositivos antiesmagamento nos acionadores energizados de janelas, tetos solares e painéis divisores de veículos automotores, e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 154/2018 VANESSA GRAZZIOTIN	Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para determinar a celebração de convênios, termos de execução descentralizada, termos de fomento ou de colaboração, contratos não onerosos ou acordos de cooperação técnica para realização de perícia médica, nos casos de impossibilidade de sua realização pelo órgão ou setor próprio competente, assim como de efetiva incapacidade física ou técnica de implementação das atividades e de atendimento adequado à clientela da previdência social.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 148/2018 MARIA DO CARMO ALVES	Institui medidas para promover o aperfeiçoamento e a racionalização de atos e processos administrativos de órgãos e entidades da União.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 151/2018 RANDOLFE RODRIGUES	Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para considerar prática abusiva elevar o preço do seguro em razão do divórcio ou da dissolução da união estável do consumidor.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 156/2018 VANESSA GRAZZIOTIN	Altera a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, para dispor sobre a concessão do benefício do seguro-desemprego ao trabalhador extrativista vegetal durante o período em que estiver impedido de exercer sua atividade.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 157/2018 PAULO BAUER	Altera o art. 2º da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, para reduzir a alíquota de imposto de renda incidente sobre os ganhos líquidos auferidos em operações day trade de vinte para quinze por cento.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 158/2018 RANDOLFE RODRIGUES	Institui, o "Dia Nacional de Conscientização sobre a Síndrome de Edwards".	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 159/2018 CIRO NOGUEIRA	Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências, para dispor sobre a proibição de produtos saneantes e cosméticos que contenham micropartículas de plástico em sua composição.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 160/2018 CIDINHO SANTOS	Altera o art. 319 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, para criar a medida cautelar diversa da prisão de ensino obrigatório.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 162/2018 ROSE DE FREITAS	Altera a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, que dispõe sobre arranjos de pagamentos, para definir faixa de valores para o pagamento mínimo da fatura de cartão de crédito.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 161/2018 ROSE DE FREITAS	Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências, para instituir o bônus-desconto aos usuários pela redução do consumo de água.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PRS 10/2018 COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS	Institui o Conselho de Avaliação das Políticas Tributárias.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 165/2018 HÉLIO JOSÉ	Inclui a capoterapia no rol de terapias oferecidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS).	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 166/2018 LASIER MARTINS	Altera o Código de Processo Penal para disciplinar a prisão após a condenação em segunda instância.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 167/2018 JOÃO ALBERTO SOUZA	Altera a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, para excluir de seu âmbito de aplicação as empresas estatais prestadoras de serviço público e exploradoras de atividade econômica em regime de monopólio, eliminar vedações ao exercício de funções nos órgãos diretivos das empresas estatais que exerçam atividade econômica e assegurar tratamento isonômico entre estas e as empresas privadas no tocante às obrigações societárias.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 168/2018 ACIR GURGACZ	Regulamenta o licenciamento ambiental previsto no inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal e dispõe sobre a avaliação ambiental estratégica.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 164/2018 - Complementar LÚCIA VÂNIA	Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para suspender, temporariamente, algumas exigências referentes à transferência voluntária de recursos entre entes da federação.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 170/2018 COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA	Altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre monitoria no ensino médio.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 171/2018 WILDER MORAIS	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que "regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências", para prever a elaboração de manual de operação, uso e manutenção e de plano de manutenção de obras públicas.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 172/2018 WILDER MORAIS	Altera a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, para permitir o pagamento de despesas com educação de crianças de até três anos em creches privadas com recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 174/2018 - Complementar CRISTOVAM BUARQUE	Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para vedar o contingenciamento dos recursos destinados à educação no Orçamento da União.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 173/2018 CRISTOVAM BUARQUE	Altera a Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, para vedar o contingenciamento de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 175/2018 ROSE DE FREITAS	Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para estabelecer que o fornecedor é obrigado a exigir e registrar a apresentação de documento de identidade por ocasião da entrada do consumidor em estabelecimentos como hotéis, motéis e similares.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 177/2018 JOSÉ MARANHÃO	Dispõe sobre a federalização das rodovias PB-073, entre a BR-230 e a localidade de Rua Nova, no Município de Belém (PB), e a PB-105, em toda sua extensão.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 178/2018 CIRO NOGUEIRA	Altera a Lei no 11.941, de 27 de maio de 2009, para dispor sobre as garantias funcionais dos ex-Conselheiros do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), oriundos da Fazenda Nacional.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 180/2018 COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA	Dispõe sobre a implementação do Portal da Transparência da Saúde.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 179/2018 ELMANO FÉRRER	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para condicionar o livramento condicional, a progressão de regime, a saída temporária, a substituição de pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos e a suspensão condicional da pena à coleta de material biológico para obtenção do perfil genético do preso.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 181/2018 ANA AMÉLIA	Dispõe sobre o cumprimento de sanções impostas por resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 183/2018 CIDINHO SANTOS	Institui o Dia Nacional do Campista Católico, a ser comemorado, anualmente, no primeiro domingo do mês de setembro.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 182/2018 CIDINHO SANTOS	Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), para permitir ao bacharel em Direito estágio profissional de advocacia pelo prazo de dois anos, que poderá ser contado como exercício de atividade jurídica.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 184/2018 TELMÁRIO MOTA	Especifica as atribuições de Agente Indígena de Saúde e Agente Indígena de Saneamento dentre os quadros de Agente Comunitário de Saúde previstos na Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 185/2018 VANESSA GRAZZIOTIN	Altera a Lei nº 13.536, de 15 de dezembro de 2017, para estender a não bolsistas a suspensão do calendário das atividades acadêmicas por até 120 (cento e vinte) dias em razão da ocorrência de parto, adoção ou obtenção de guarda judicial para fins de adoção.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 187/2018 REGUFFE	Acrescenta o inciso V ao artigo 12 da Lei n.º 8.429, de 2 de junho de 1992, para estabelecer, na hipótese de condenação pelos crimes de corrupção ativa (art. 333) e corrupção passiva (art. 317), todos do Código Penal, o ressarcimento integral do dano e o pagamento de multa civil correspondente a três vezes o valor do prejuízo causado à Administração Pública.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 188/2018 REGUFFE	Obriga o ressarcimento integral do dano mais o pagamento de indenização correspondente a duas vezes o valor do prejuízo causado por aquele que pichar, vandalizar ou depredar patrimônio público ou particular.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 189/2018 - Complementar LASIER MARTINS	Altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei das Inelegibilidades), para dispor que os substitutos dos chefes do Poder Executivo não ficarão inelegíveis para outros cargos em caso de substituição por até quinze dias nos últimos seis meses anteriores ao pleito.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 190/2018 LASIER MARTINS	Altera o art. 342 do Código Penal para tipificar o crime de falso testemunho ou falsa perícia em inquérito civil, comissão parlamentar de inquérito, processo por crime de responsabilidade ou por quebra de decoro parlamentar e para suprimir a extinção de punibilidade pela retratação antes da sentença no processo em que se deu tal crime.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 191/2018 LASIER MARTINS	Altera o Código de Processo Penal para aperfeiçoar as regras sobre o processamento de embargos infringentes, embargos de declaração e habeas corpus e sobre os pedidos de vista nos tribunais, a fim de dar mais agilidade ao processo penal.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 192/2018 COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA	Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, com o objetivo de assegurar celeridade na realização de procedimentos indicados no âmbito do Sistema Único de Saúde.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 194/2018 ANA AMÉLIA	Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa dos Campos de Altitude associados ou abrangidos pelo bioma Mata Atlântica.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 198/2018 CÁSSIO CUNHA LIMA	Modifica a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), acrescentando § 5º ao seu art. 1.341, § 3º ao seu art. 1.350 e parágrafo único ao seu art. 1.355, a fim de facilitar a convocação de reuniões de condomínio e respectivas deliberações voltadas à realização de obras nas áreas comuns dos condomínios em edificações voltadas à promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 195/2018 CÁSSIO CUNHA LIMA	Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, Código Civil, para estabelecer em dez anos o prazo para a extinção da pretensão do herdeiro ao recebimento de herança e definir os marcos temporais que dão início à contagem do prazo.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PDS 37/2018 VANESSA GRAZZIOTIN	Susta os efeitos do Decreto nº 9.351, de 19 de abril de 2018, que aprova as recomendações estabelecidas na Resolução nº 13, de 23 de agosto de 2017, e na Resolução nº 30, de 19 de março de 2018, do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República, para início dos procedimentos necessários à contratação dos estudos pertinentes.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 196/2018 CÁSSIO CUNHA LIMA	Acrescenta parágrafo único ao art. 1.831 e parágrafo único ao art. 1.845 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para outorgar ao companheiro o direito real de habitação no caso de falecimento do consorte e a condição de herdeiro necessário.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 199/2018 JOSÉ MEDEIROS	Acrescenta parágrafo ao art. 4º da Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, para legitimar o uso de algemas nas hipóteses em que especifica.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 200/2018 WILDER MORAIS	Altera a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, para permitir o pagamento de despesas com educação de crianças de até três anos em creches privadas com recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 201/2018 RANDOLFE RODRIGUES	Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para permitir a execução provisória da pena em decorrência de acórdão condenatório proferido em grau de apelação ou confirmatório de sentença condenatória; a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1994 (Lei de Execução Penal), para criar a guia de execução provisória e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para permitir a execução provisória da pena de multa.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PRS 15/2018 CRISTOVAM BUARQUE	Altera o Regimento Interno do Senado Federal para permitir a participação virtual dos Senadores em reuniões das Comissões e em sessões do Plenário por intermédio de videoconferência ou de outros recursos tecnológicos disponíveis.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 203/2018 ANTONIO CARLOS VALADARES	Altera as Leis nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, e dá outras Providências, e nº 10.742, de 6 de outubro de 2003, que define normas de regulação para o setor farmacêutico, cria a Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos - CMED e altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, e dá outras providências, para instituir, respectivamente, o registro especial temporário e o preço máximo provisório ao consumidor.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 205/2018 ROSE DE FREITAS	Acrescenta o art. 461-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a divulgação pelas empresas com mais de 250 (duzentos e cinquenta) empregados da diferença de salários entre trabalhadores homens e mulheres.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 207/2018 RANDOLFE RODRIGUES	Altera a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 208/2018 DALIRIO BEBER	Redefine o traçado do Parque de São Joaquim e altera seu nome para "Parque Nacional da Serra Catarinense".	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 209/2018 PAULO BAUER	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar o crime de omissão da entrega de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PDS 38/2018 LINDBERGH FARIAS	Susta o Decreto nº 9.351, de 19 de abril de 2018, que aprova as recomendações estabelecidas na Resolução nº 13, de 23 de agosto de 2017, e na Resolução nº 30, de 19 de março de 2018, do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República, para início dos procedimentos necessários à contratação dos estudos pertinentes.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 211/2018 - Complementar CRISTOVAM BUARQUE	Altera a Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para limitar o dever de sigilo ao prazo de vinte e cinco anos a partir da data em que foi produzida a informação.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 212/2018 ROBERTO REQUIÃO	Estabelece o direito dos parlamentares de acesso a qualquer instalação pública na esfera de controle do respectivo ente	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 213/2018 ANTONIO CARLOS VALADARES	Regulamenta o exercício da profissão de Biotecnologista.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PRS 17/2018 JOSÉ SERRA	Altera os arts. 99, 99-A e 393-D do Regimento Interno do Senado Federal (Resolução nº 93, de 1970), para dispor sobre o exercício da competência da Comissão de Assuntos Econômicos na avaliação do impacto fiscal das proposições que indica.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 214/2018 JOSÉ SERRA	<p>Altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, e dá outras providências, e a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995, para dar publicidade ao processo administrativo para apuração de infrações e aplicação de penalidades das agências reguladoras de transporte terrestre e aquaviário e de telecomunicações, bem como para atualizar o valor máximo das multas.</p>	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 215/2018 JADER BARBALHO	<p>Altera o art. 10 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para prever a incidência do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte sobre os lucros e dividendos pagos, creditados, entregues, empregados ou remetidos a beneficiário, pessoa física ou jurídica, residente ou domiciliado no exterior.</p>	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 216/2018 LÚCIA VÂNIA	<p>Altera o art. 37 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, que dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal, para prever a possibilidade de ação de regresso contra o dirigente partidário que tenha dado causa à aplicação de sanção de suspensão de cotas do Fundo Partidário em face de partido político.</p>	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 217/2018 PAULO ROCHA	<p>Altera o art. 610 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, para permitir a realização de inventário extrajudicial quando houver possíveis implicações no interesse de incapazes.</p>	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 220/2018 - Complementar COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA	<p>Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para prever a possibilidade de opção pelo enquadramento como Microempreendedor Individual dos profissionais que exerçam atividades de desenvolvimento de sistema e afins</p>	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 221/2018 GARIBALDI ALVES FILHO	<p>Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para permitir a participação de padrinhos afetivos nos programas de adoção.</p>	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PDS 52/2018 RANDOLFE RODRIGUES	Susta os efeitos do Decreto nº 9.351, de 19 de abril de 2018, que aprova as recomendações estabelecidas na Resolução nº 13, de 23 de agosto de 2017, e na Resolução nº 30, de 19 de março de 2018, do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República, para início dos procedimentos necessários à contratação dos estudos pertinentes.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 222/2018 ROBERTO REQUIÃO	Altera as Leis nos 11.482, de 31 de maio de 2007, para dispor sobre os valores da tabela mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física, e 7.713, de 22 de dezembro de 1988, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e 10.823, de 19 de dezembro de 2003.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 20/2018 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Dispõe sobre a obrigatoriedade de utilização, de conservação, de comercialização e de fornecimento de canudos hermeticamente lacrados nos locais que especifica.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 21/2018 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera o art. 396 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para assegurar à empregada o direito a dois períodos de descanso de meia hora cada um, durante a jornada de trabalho, para amamentar ou cuidar de seu filho até que ele complete 6 (seis) meses.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 22/2018 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Obriga as empresas fabricantes ou importadoras de produtos à base de óleo mineral destinados à ingestão como laxantes a inserir nos rótulos e embalagens a advertência "Este produto, quando aspirado, pode causar pneumonia lipóidica".	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 23/2018 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Cria o Cadastro Nacional de Instrumentos Fixos de Fiscalização Eletrônica de Trânsito (Cifet) e acrescenta inciso ao art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para dispor sobre a organização e manutenção desse cadastro.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 25/2018 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Dispõe sobre a regulamentação da profissão de marinho profissional de esporte e recreio.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 28/2018 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Obriga a adoção, nas instalações elétricas de baixa tensão de edificações, de medidas de proteção previstas em normas técnicas que contribuam para a não ocorrência de choques elétricos fatais.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLC 30/2018 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera o art. 8º da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, e dispõe sobre as condições de transporte de animais domésticos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 33/2018 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Institui o Fundo Nacional de Apoio à Região de Terra Ronca (Funter) e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 34/2018 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), para prever a inclusão de requisitos econômicos, sociais e ambientais em empreendimentos habitacionais.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 36/2018 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Institui o Dia Nacional de Conscientização pelo Não Desperdício de Alimentos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 38/2018 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera o art. 6º da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, que dispõe sobre a cobrança judicial da dívida ativa da Fazenda Pública.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 40/2018 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Institui o Dia da Nascente do Rio Paraíba do Sul.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 43/2018 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera a Lei nº 10.292, de 27 de setembro de 2001, para incluir a denominação suplementar Trecho Presidente Nilo Peçanha ao trecho da rodovia BR-101 localizado em todo o Estado do Rio de Janeiro.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 45/2018 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Inscribe no Livro dos Heróis da Pátria o nome de Ayrton Senna da Silva.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLC 47/2018 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera dispositivo da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para dispor sobre a destinação dos valores apreendidos em decorrência dos crimes nela tipificados.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 48/2018 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Institui o Cadastro Nacional de Pedófilos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 49/2018 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, que institui o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), para contemplar a atividade de segurança viária e os agentes de trânsito nos projetos a serem apoiados pelo Fundo.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 223/2018 VALDIR RAUPP	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal, para tratar da legítima defesa.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 225/2018 - Complementar ROMÁRIO	Altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para instituir a vedação à candidatura ao Senado Federal de Senador que se encontra no meio do mandato.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 224/2018 RENAN CALHEIROS	Acrescenta inciso XII ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para autorizar o não comparecimento ao serviço, sem prejuízo do salário, para a procura de parente desaparecido.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 226/2018 JOSÉ MEDEIROS	Altera a Lei nº 7.474, de 8 de maio de 1986, para dispor sobre restrição ao exercício dos direitos de ex-Presidente da República.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PRS 19/2018 JOSÉ SERRA	Altera o Regimento Interno do Senado Federal, para disciplinar a tramitação em conjunto de proposições.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PDS 53/2018 RANDOLFE RODRIGUES	Dispõe sobre a convocação de plebiscito para consulta pública quanto à extinção integral do foro privilegiado.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 228/2018 COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA	Altera a Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, e o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, para tipificar como crime de responsabilidade a omissão no envio ao Poder Legislativo da proposta de revisão geral anual da remuneração e do subsídio dos agentes públicos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 229/2018 LASIER MARTINS	Altera o art. 13 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e revoga o art. 17 da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, para determinar que a correção monetária dos depósitos das contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço terá como base a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 231/2018 TELMÁRIO MOTA	Dispõe sobre a cooperação entre os entes da Federação para realização de obras públicas e prestação de serviços públicos voltados para povos indígenas.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 233/2018 HÉLIO JOSÉ	Altera a Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, para restringir a terceirização a serviços específicos e determinados, impor à empresa contratante a obrigação de acompanhar o processo de dispensa dos trabalhadores terceirizados, responsabilizar subsidiariamente o órgão público que terceirizar as suas atividades e assegurar ao trabalhador temporário os mesmos direitos e vantagens dos empregados da empresa tomadora dos serviços, desde que presente a identidade de função.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 232/2018 LÚCIA VÂNIA	Acrescenta os arts. 394-B, 452-I, 452-J, 452-K, 452-L, 452-M, 452-N, 452-O e 452-P à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a proteção da empregada gestante, e revoga os arts. 394-A e 452-A.”	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PDS 54/2018 ROBERTO REQUIÃO	Susta o Decreto nº 9.355, de 25 de abril de 2018.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 234/2018 CIRO NOGUEIRA	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), para disciplinar a responsabilidade civil decorrente da submissão de criança ou adolescente às piores formas do trabalho infantil e estabelecer normas de proteção ao trabalho adolescente, e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 235/2018 PAULO PAIM	Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para incluir nos programas públicos de assistência farmacêutica modalidade de subsídio para possibilitar que todo aposentado ou pensionista adquira os medicamentos a ele prescritos com o desconto que especifica.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 236/2018 CÁSSIO CUNHA LIMA	Altera as Leis nº 8.112, de 1990, e 10.820, de 2003, para proibir ao banco mutuante reter, em qualquer extensão, os salários, vencimentos e/ou proventos de correntista para adimplir o mútuo (comum) contraído, ainda que haja cláusula contratual autorizativa, excluído o empréstimo garantido por margem salarial consignável, com desconto em folha de pagamento, que possui regramento legal específico e admite a retenção de percentual.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 237/2018 CÁSSIO CUNHA LIMA	Altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para permitir o reconhecimento da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), ainda que a nova aquisição ocorra antes do período de dois anos, nas hipóteses de roubo ou furto de veículo de propriedade de pessoas com deficiência.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 238/2018 CÁSSIO CUNHA LIMA	Altera o art. 5º da Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990, a fim de estender a impenhorabilidade do bem de família ao único imóvel residencial do devedor que se encontre locado.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 239/2018 CÁSSIO CUNHA LIMA	Altera a Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, para determinar que todos os prazos nela previstos serão contados em dias úteis.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 241/2018 CÁSSIO CUNHA LIMA	Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 ("Estatuto do Desarmamento"), para tornar obrigatória a inserção de um circuito eletrônico integrado ("chip") de identificação em todas as armas de fogo comercializadas no Brasil.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 240/2018 CÁSSIO CUNHA LIMA	Altera o § 2º do art. 16 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para conferir ao menor sob guarda judicial a condição de dependente do segurado do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 243/2018 RICARDO FERRAÇO	Acrescenta o § 4º ao art. 2º à Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, para permitir que a arbitragem possa ser utilizada para prevenir conflitos nas relações jurídicas.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 244/2018 RICARDO FERRAÇO	Altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para estabelecer a possibilidade da internação compulsória e estimular o tratamento especializado do dependente químico incurso nas penas previstas na referida lei.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 245/2018 - Complementar RICARDO FERRAÇO	Altera a Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, que institui a Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União e dá outras providências, para instituir vedações à atuação do Advogado-Geral da União.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 7/2018 RANDOLFE RODRIGUES	Altera o art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, para prever a inclusão, em quadro em extinção da administração pública federal, de servidor público, de integrante da carreira de policial, civil ou militar, e de pessoa que haja mantido relação ou vínculo funcional, empregatício, estatutário ou de trabalho com a administração pública dos ex-Territórios ou dos Estados do Amapá, de Roraima ou de Rondônia, inclusive suas prefeituras, durante os dez primeiros anos da criação dessas unidades federadas, estabelece o parâmetro remuneratório para a Polícia Militar dos ex-Territórios Federais e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 5/2018 JOÃO ALBERTO SOUZA	Acrescenta §§ 1º e 2º ao art. 51 e §§ 2º e 3º ao art. 52 da Constituição Federal, para designar que a Mesa fará manter a ordem e a disciplina nas dependências sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
ECD 2/2018 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 6.610-D de 2009 do Senado Federal (PLS nº 620/2007, na Casa de origem), que "Dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico em Prótese Dentária, determina outras providências e revoga a Lei nº 6.710, de 5 de novembro de 1979".	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PDS 56/2018 ALVARO DIAS	Sustenta dispositivos da Resolução Normativa ANEEL nº 414, de 9 de setembro de 2010, que estabelece as Condições Gerais de Fornecimento de Energia Elétrica, e da Resolução ANEEL nº 223, de 29 de abril de 2003, que estabelece as condições gerais para elaboração dos Planos de Universalização de Energia Elétrica e fixa as responsabilidades das concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, para eliminar incentivos à ocupação irregular do solo urbano.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 248/2018 LASIER MARTINS	Dispõe sobre direitos dos ex-Presidentes da República.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 250/2018 HÉLIO JOSÉ	Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 ("Estatuto do Desarmamento"), para conceder porte de arma de fogo aos comissários e agentes de proteção da infância e da juventude do Poder Judiciário.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 246/2018 COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA	Acrescenta dispositivos à Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet), que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil, para dispor sobre medidas de combate à divulgação de conteúdos falsos (fake news) ou ofensivos em aplicações de internet.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 51/2018 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para dispor sobre a multipropriedade.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 252/2018 RICARDO FERRAÇO	Altera a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, para estabelecer a pena de suspensão do temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 5 (cinco) anos para as pessoas jurídicas responsabilizadas pelos atos lesivos previstos nesta Lei praticados em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 253/2018 VANESSA GRAZZIOTIN	Modifica o art. 3º da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, que altera procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização, revoga a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências, para incluir a Eletrobras, a Centrais Elétricas de Rondônia, a Boa Vista Energia S.A, a Amazonas Distribuidora de Energia S.A, a Companhia de Eletricidade do Acre, a Companhia Energética de Alagoas e a Companhia Energética do Piauí entre as entidades às quais não se aplicam os dispositivos da referida Lei.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 8/2018 DAVI ALCOLUMBRE	Altera os arts. 22 e 48 da Constituição Federal, para acrescentar novos incisos que estabelecem, respectivamente, a competência privativa da União para legislar sobre funcionamento e segurança das instituições financeiras; e, a competência do Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, para dispor sobre material financeira, cambial e monetária, instituições financeiras, suas operações, serviços, funcionamento e segurança.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 256/2018 FÁTIMA BEZERRA	Institui o Dia Nacional da Educação Cidadã e o mês Setembro Cidadão.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 258/2018 ROSE DE FREITAS	Dispõe sobre a concessão de desconto de vinte por cento no preço de venda de combustíveis para abastecimento dos veículos pertencentes a transportadores autônomos de cargas.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PFS 1/2018 VANESSA GRAZZIOTIN	Com base nos arts. 102-A e 102-B, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, apresentamos Proposta de Fiscalização e Controle à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor – CTFC, para apurar, com auxílio do Tribunal de Contas da União – TCU: (i) a atual política de reajuste de combustíveis praticada pela Petrobras e os consequentes e sucessivos aumentos de preço, sobretudo da gasolina, do diesel e do gás de cozinha; e (ii) a implementação da política de desinvestimentos da Petrobras.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022
PLS 260/2018 EDUARDO LOPES	Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que trata do atendimento prioritário nos lugares que especifica, para assegurar essa garantia à pessoa com transtorno do espectro autista.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 262/2018 ALVARO DIAS	Altera a Lei nº 13.033, de 24 de setembro de 2014, que dispõe sobre os percentuais de adição de biodiesel ao óleo diesel comercializado no território nacional.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 263/2018 COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA	Altera as Leis nºs 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências, e 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, para vedar o uso de micropartículas de plástico na composição de produtos cosméticos, e para proibir a fabricação, a importação, a distribuição, ainda que a título gratuito, e a comercialização de sacolas plásticas para acondicionamento e transporte de mercadorias, bem como de utensílios plásticos descartáveis para consumo de alimentos e bebidas, com exceção dos fabricados com material integralmente biodegradável.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 264/2018 MAGNO MALTA	Altera os arts. 155, 157 e 180 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para tipificar os crimes de furto, roubo e receptação de cargas e incluí-los no rol dos crimes hediondos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 265/2018 MAGNO MALTA	Altera o art. 9º da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para estabelecer o direito da mulher vítima de violência doméstica e familiar e de seus dependentes à prioridade em matrícula ou rematrícula em instituições de ensino.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PRS 24/2018 RANDOLFE RODRIGUES	Fixa alíquota máxima para cobrança do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) incidente nas operações internas com combustíveis. O SENADO FEDERAL, na forma do art.155, V, "b", da Constituição Federal, RESOLVE:	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 266/2018 PEDRO CHAVES	Altera o art. 123 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para vedar a concessão de autorização de saída temporária em datas comemorativas do Dia dos Pais e do Dia das Mães para condenados por homicídio doloso praticado contra seus genitores.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 268/2018 ALVARO DIAS	Altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional, para disciplinar a comercialização de etanol.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PRS 25/2018 RONALDO CAIADO	Fixa a alíquota máxima para a cobrança do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) incidente nas operações internas com Gás Liquefeito de Petróleo – GLP.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 269/2018 AIRTON SANDOVAL	Altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, para prever como crime a elevação, sem justa causa, de preços de bens ou serviços, em situações de grave crise econômica, calamidade, interrupção e suspensão de serviços de interesse público ou social.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 270/2018 LINDBERGH FARIAS	Dispõe sobre as diretrizes da política de preços para gasolina, diesel e gás liquefeito de petróleo – GLP, aplicadas à Petróleo Brasileiro S/A – Petrobras e altera o art. 11, da Lei 12.351, de 22 de dezembro de 2010.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 271/2018 LINDBERGH FARIAS	Altera a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, para elevar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL em relação às pessoas jurídicas que exerçam atividades de exploração, de produção de jazidas de petróleo e de gás natural, bem como das pessoas jurídicas de seguros privados e de capitalização, e às referidas nos incisos I a VII, IX e X do § 1º do art. 1º da Lei Complementar no105, de 10 de janeiro de 2001, e revoga o art. 1º da Lei nº 13.586, de 28 de dezembro de 2017.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 273/2018 HÉLIO JOSÉ	Altera a Lei nº 13.636, de 20 de março de 2018, que dispõe sobre o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), para definir como prioridade do programa o financiamento de motocicletas ou triciclos com carroceria para substituição de carroças.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 274/2018 HÉLIO JOSÉ	Institui normas gerais para licitação da concessão de direito real de uso de imóveis da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos respectivos entes da administração indireta de direito público para instalação de cantinas, lanchonetes, restaurantes ou similares.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PRS 26/2018 REGUFFE	Altera o Regimento Interno do Senado Federal conferindo a um Senador sem filiação partidária os mesmos direitos atribuídos a um Senador que seja o único representante de seu partido na Casa	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PRS 27/2018 ANTONIO CARLOS VALADARES	Institui o Prêmio Amigo do Ciclista, a ser conferido anualmente pelo Senado Federal.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 276/2018 CIRO NOGUEIRA	Altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, para permitir a comercialização de etanol hidratado diretamente com os postos revendedores.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PDS 60/2018 JOSÉ MEDEIROS	Susta os efeitos da Resolução nº 23.521, de 1º de março de 2018, do Tribunal Superior Eleitoral, que regulamenta os procedimentos nas seções eleitorais que utilizarão o módulo impressor nas eleições de 2018.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 278/2018 WELLINGTON FAGUNDES	Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para considerar dependente de ambos os genitores, para fins do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física, o filho de pais separados sob o regime de guarda compartilhada, e para dispor sobre a dedução de despesas médicas e de instrução incorridas em proveito dele.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 9/2018 THIERES PINTO	Acrescenta § 12 ao art. 14 da Constituição Federal, para vedar aos partidos vitoriosos em duas eleições consecutivas para Presidente da República, Governador e Prefeito o registro de candidatos na terceira eleição para o mesmo cargo.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PEC 10/2018 ROMÁRIO	Altera o § 9º do art. 166 da Constituição Federal para fixar percentual da receita corrente líquida a ser destinado ao esporte por intermédio de emendas ao projeto de lei orçamentária.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 54/2018 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Dispõe sobre a prática de drenagem linfática manual nas unidades de assistência de saúde do País.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 55/2018 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para dispor sobre o prêmio Trânsito Melhor e Mais Seguro.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
SCD 5/2018 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, para prever a possibilidade de decretação da indisponibilidade de bens quando o investigado ou acusado estiver em local incerto.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 57/2018 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera o art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir que a avó materna ou o avô materno ausente-se do trabalho por 5 (cinco) dias, sem prejuízo do salário, em caso de nascimento de neto cujo nome do pai não tenha sido declarado, e para prever o afastamento do serviço às doadoras de leite materno.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 58/2018 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Confere ao Município de Marília, no Estado de São Paulo, o título de Capital Nacional do Alimento.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 59/2018 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera a Lei nº 9.875, de 25 de novembro de 1999, para denominar Marcelino Chiarello o trecho da rodovia BR-282 localizado entre o Km 534,8 e o Km 645,7, no Estado de Santa Catarina.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 60/2018 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera o art. 25 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para ampliar o horário em que pode ser estabelecido o período de concessão de desconto nas tarifas de energia elétrica ao irrigante e ao aquicultor, e para vedar a aplicação de diferentes percentuais de descontos na Classe Rural.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
SCD 7/2018 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera o art. 1.577 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 62/2018 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Dispõe sobre medidas alternativas de segurança para usuários de aparelhos de marca-passo, quanto à passagem por aparelhos que empreguem radiação eletromagnética, e para usuários de próteses metálicas, quanto à passagem por detectores de metais e outros equipamentos similares.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 63/2018 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Inscribe no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria o nome de Margarida Alves.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 64/2018 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Dispõe sobre a prática do naturismo.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 67/2018 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Inclui rodovia de ligação no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que institui o Plano Nacional de Viação.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 280/2018 LÍDICE DA MATA	Acrescenta ao art. 5o da Lei no 13.586, de 28 de dezembro de 2017, dispositivo que suspende, pelo prazo de 12 meses a contar da publicação dessa Lei, os incentivos criados pelo regime tributário especial para as atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 281/2018 FERNANDO BEZERRA COELHO	Altera a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, para fixar prazo idêntico ao prazo de manutenção da Zona Franca de Manaus para a aprovação de projetos beneficiados com incentivos fiscais de redução e reinvestimento do imposto sobre a renda e adicionais nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PRS 29/2018 PAULO PAIM	Altera o Regimento Interno do Senado Federal para adequar a redação atinente às competências da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 282/2018 FERNANDO BEZERRA COELHO	Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências, para prever reserva de vagas em instituições federais de ensino superior da região Nordeste para estudantes oriundos do semiárido.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 283/2018 FLEXA RIBEIRO	Altera a Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir crimes contra a Administração Pública no rol dos crimes hediondos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 285/2018 ROSE DE FREITAS	Altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para prever a internação compulsória do infrator reincidente no crime de porte de drogas para consumo pessoal.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 286/2018 LÍDICE DA MATA	Limita o reajuste de preços ao consumidor dos bens e serviços cujos preços são controlados pelo governo ou suas agências reguladoras à inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 289/2018 VANESSA GRAZZIOTIN	Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para dispor sobre a movimentação da conta vinculada da trabalhadora, vítima de violência física ou psicológica na família, no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 288/2018 VANESSA GRAZZIOTIN	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para incluir o uso de monitoração eletrônica como forma de assegurar o respeito ao limite mínimo de distância entre a ofendida e o agressor.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 287/2018 VANESSA GRAZZIOTIN	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para dispor sobre o crime de assédio sexual.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 290/2018 EDUARDO LOPES	Acrescenta §§ 1º e 2º ao art. 5º da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, para vedar o condicionamento da eficácia dos atos praticados pelos serviços notariais e de registro a prévias conferências de sua autenticidade (abono).	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 293/2018 LINDBERGH FARIAS	Altera a Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010, que dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas, para dispor sobre o fundo de investimento específico.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PRS 30/2018 PEDRO CHAVES	Institui, no âmbito do Senado Federal, a Frente Parlamentar de Segurança Pública nas Fronteiras.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 294/2018 ROSE DE FREITAS	Dispõe sobre a verificação do rendimento escolar dos estudantes incluídos em regime de exercícios domiciliares por motivo de saúde, gestação, puerpério ou lactação, nos termos do Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969, que “dispõe sobre tratamento excepcional para os alunos portadores das afecções que indica” e da Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 296/2018 RANDOLFE RODRIGUES	Dispõe sobre a bioconstrução no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PDS 71/2018 EDUARDO AMORIM	Susta os efeitos do art. 6º da Resolução ANP no 43, de 22 de dezembro de 2009.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 299/2018 RUDSON LEITE	Altera o art. 318 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal) e o art. 117 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para vedar a concessão de prisão domiciliar a indiciados, acusados ou condenados pelos crimes de peculato, corrupção passiva ou corrupção ativa (arts. 312, 317 e 333 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal), lavagem de dinheiro (art. 1º, da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998), contra o sistema financeiro nacional (arts. 2º a 23, da Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986) ou contra a ordem tributária, a economia e as relações de consumo (arts. 1º a 7º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 298/2018 RUDSON LEITE	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para fixar em 75 anos a idade para a obtenção da atenuante genérica prevista na parte final do inciso I do art. 65.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 300/2018 EDUARDO AMORIM	Dá nova redação ao inciso II do caput e ao § 4º do art. 6º, da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para permitir o porte de arma de fogo aos integrantes dos quadros efetivos da perícia oficial de natureza criminal.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 303/2018 HÉLIO JOSÉ	Institui a Engenharia, Arquitetura e Urbanismo-Geral da União.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 297/2018 JOSÉ MEDEIROS	Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, para dispor sobre a obrigatoriedade do transporte de equipamentos de retenção infantil sem ônus ao passageiro.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 301/2018 LASIER MARTINS	Altera a Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, e a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, para vedar o nepotismo nos contratos de terceirização de atividades da Administração Pública e exigir a transparência nessas contratações e a qualificação dos empregados utilizados na execução dos contratos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 304/2018 - Complementar RUDSON LEITE	Altera a alínea e do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação, e determina outras providências, para ampliar o prazo de inelegibilidade na hipótese de condenação penal pelos crimes que especifica.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 306/2018 CIRO NOGUEIRA	Altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, para autorizar a aplicação dos recursos do Fundo Partidário para o recolhimento ao Tesouro Nacional dos valores determinados na decisão judicial que julgar as contas do órgão partidário, e para o pagamento de multas e outras sanções relativas a atos infracionais, administrativos ou eleitorais.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 305/2018 EDUARDO AMORIM	Altera a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências, para estabelecer a participação coordenada dos órgãos e entidades públicos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 310/2018 EDUARDO LOPES	Modifica o art. 73 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para determinar que percentual do preço pago pela utilização de poste, duto, conduto ou servidão seja destinado ao Município em que eles estejam localizados.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 309/2018 EDUARDO LOPES	Altera o art. 6º da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para reconhecer o direito do consumidor à imediata rescisão do contrato de prestação de serviços de execução continuada e objeto de pagamento antecipado.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 311/2018 ANTONIO CARLOS VALADARES	Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), para incluir as dificuldades de comunicação e expressão no rol dos impedimentos que caracterizam a pessoa com deficiência.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 11/2018 JOSÉ SERRA	Altera a Constituição Federal para elevar a idade máxima para escolha e nomeação de membros do Supremo Tribunal Federal, dos Tribunais Superiores e Tribunal de Contas da União.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 316/2018 VALDIR RAUPP	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal, e dá outras providências	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 314/2018 LASIER MARTINS	Altera o Código Penal e o Código de Processo Penal para prever nova causa impeditiva da prescrição e instrumentos processuais que auxiliem em sua prevenção.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 313/2018 MARTA SUPLICY	Acrescenta o art. 699-A à Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para prever que nas ações de guarda o juiz indague previamente o Ministério Público e as partes sobre situações de violência doméstica ou familiar ou de crimes de maus-tratos ou contra a dignidade sexual, envolvendo o casal ou os filhos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 312/2018 RUDSON LEITE	Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para impedir a contratação com o Poder Público e a obtenção ou renovação de licença ambiental enquanto não extinta a obrigação de indenizar as vítimas do dano ambiental.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 70/2018 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Institui a Política Nacional de Racionalização e Combate ao Desperdício da Água.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
SCD 9/2018 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera a Lei nº 4.769, de 9 de setembro de 1965, para dispor sobre o registro dos Tecnólogos em Administração e dos Técnicos de Nível Médio em Administração nos Conselhos Regionais de Administração.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 71/2018 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera a Lei nº 6.454, de 24 de outubro de 1977, para vedar a atribuição a bens públicos federais de nome de pessoa que tenha sido responsável por ato atentatório aos direitos e às liberdades fundamentais no período da ditadura militar brasileira.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 75/2018 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Institui normas para regulação do transporte rodoviário de cargas; altera as Leis nºs 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), 13.103, de 2 de março de 2015, 11.442, de 5 de janeiro de 2007, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga os Decretos-Lei nºs 284, de 28 de fevereiro de 1967, 1.438, de 26 de dezembro de 1975, 1.582, de 17 de novembro de 1977, as Leis nºs 7.290, de 19 de dezembro de 1984, 10.209, de 23 de março de 2001, 12.667, de 15 de junho de 2012, e dispositivos da Lei nº 11.442, de 5 de janeiro de 2007; e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PDS 82/2018 ARMANDO MONTEIRO	Susta os efeitos do Decreto nº 9.393, de 30 de maio de 2018, que regulamenta a aplicação do Regime Especial de Reintegra de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras – Reintegra.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PRS 33/2018 PAULO ROCHA	Dispõe sobre o uso da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) na TV Senado.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 318/2018 ROSE DE FREITAS	Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para instituir o bônus-desconto aos usuários pela redução do consumo de energia elétrica.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 319/2018 ROSE DE FREITAS	Altera a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, para estabelecer obrigação de construir biblioteca escolar em todas as novas escolas públicas de educação básica.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 320/2018 RUDSON LEITE	Altera as Leis nos 9.615, de 24 de março de 1998; 8.313, de 23 de dezembro de 1991; 13.155, 4 de agosto de 2015; e 11.345, de 14 de setembro de 2006, para majorar em vinte por cento os valores arrecadados em concursos de prognósticos a serem repassados para as áreas de esporte e cultura.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 322/2018 LASIER MARTINS	Altera a Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, para dispor sobre os dias e horários de funcionamento dos serviços notariais e de registro para a emissão de certidões de óbito.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PDS 83/2018 RICARDO FERRAÇO	Susta os efeitos da RN nº 433, de 27 de junho de 2018, da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, que dispõe sobre os Mecanismos Financeiros de Regulação, como fatores moderadores de utilização dos serviços de assistência médica, hospitalar ou odontológica no setor de saúde suplementar; altera a RN nº 389, de 26 de novembro de 2015, que dispõe sobre a transparência das informações no âmbito da saúde suplementar, estabelece a obrigatoriedade da disponibilização do conteúdo mínimo obrigatório de informações referentes aos planos privados de saúde no Brasil e dá outras providências; revoga o § 2º do art. 1º, os incisos VII e VIII do art. 2º, o art. 3º, a alínea “a” do inciso I e os incisos VI e VII do art. 4º, todos da Resolução do Conselho de saúde Suplementar CONSU nº 8, de 3 de novembro de 1998, que dispõe sobre mecanismos de regulação nos Planos e Seguros Privados de Assistência à Saúde; e revoga o inciso II e respectivas alíneas do art. 22, da RN nº 428, de 7 de novembro de 2017, que atualiza o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde, que constitui a referência básica para cobertura assistencial mínima nos planos privados de assistência à saúde, contratados a partir de 1º de janeiro de 1999, fixa as diretrizes de atenção à saúde e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 323/2018 ANTONIO CARLOS VALADARES	Estabelece normas gerais de proteção e incentivo a pessoas naturais que relatem suspeitas de irregularidades no âmbito de entes públicos ou privados.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 324/2018 CIRO NOGUEIRA	Altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, para incluir os agricultores familiares que sofrerem perdas decorrentes de estiagem ou excesso hídrico na produção de hortaliças no Benefício Garantia-Safra.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 325/2018 RUDSON LEITE	Altera a redação da Lei nº 12.855, de 2 de setembro de 2013, para estender a concessão de indenização aos servidores do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio – em exercício em unidades situadas em localidades estratégicas, vinculadas à prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 326/2018 PAULO PAIM	Acrescenta parágrafo único ao art. 192 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor que a higienização de instalações de uso público ou coletivo de grande circulação, assim como a respectiva coleta de lixo, enseja o pagamento de adicional de insalubridade em grau máximo.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 327/2018 JOSÉ MARANHÃO	Estabelece a obrigatoriedade da publicação de informações ostensivas acerca da qualidade do café comercializado no Brasil.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 331/2018 GLADSON CAMELI	Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, para estabelecer, como medida a ser preferencialmente adotada, a conversão de multa simples em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente nos casos que especifica.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 328/2018 GARIBALDI ALVES FILHO	Altera a Lei nº 12.127, de 17 de dezembro de 2009, que cria o Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, para dispor sobre um sistema integrado destinado a solucionar o desaparecimento de criança ou de adolescente.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 330/2018 GLADSON CAMELI	Altera a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para permitir a utilização de nome afetivo para crianças em processo de adoção.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 332/2018 - Complementar FERNANDO BEZERRA COELHO	Altera a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, para vedar a incidência do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação nos casos de transferência de mercadoria entre estabelecimentos do mesmo contribuinte.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 333/2018 FERNANDO BEZERRA COELHO	Acrescenta §§ 5º, 6º e 7º ao art. 75 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para dispor sobre a representação processual do espólio como réu em ações nas hipóteses em que os herdeiros não tiverem instaurado o processo de inventário no prazo legal com a designação de inventariante.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 334/2018 AÉCIO NEVES	Estabelece incentivos fiscais para empreendimentos localizados em municípios considerados prioritários para receber ações e iniciativas da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, e que estejam localizados fora das áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
SUG 24/2018 PROGRAMA E-CIDADANIA	Tornar crime o ensino de ideologia de gênero nas escolas brasileiras.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022
PEC 12/2018 CRISTOVAM BUARQUE	Altera o art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para garantir aos Órgãos da Administração Pública a utilização dos recursos provenientes de captação própria.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 335/2018 ROMÁRIO	Altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para regular a avaliação de aptidão de pessoa com deficiência, com doença grave ou incapacitante em concursos públicos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 336/2018 JOSÉ SERRA	Dispõe sobre o Imposto sobre a Renda incidente sobre as aplicações em fundos de investimento constituídos sob a forma de condomínio fechado, fundos de investimento em participações que não sejam considerados entidades de investimento.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 78/2018 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera a Lei nº 12.276, de 30 de junho de 2010, para permitir à Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) a transferência parcial a terceiros de áreas contratadas no regime de cessão onerosa.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 13/2018 ALVARO DIAS	Altera o § 2º e revoga os § 3º, § 4º e § 5º, todos do art. 53 da Constituição Federal para legitimar constitucionalmente a prisão após condenação em segundo grau, acabar com a competência da Câmara e do Senado de deliberar sobre a manutenção ou não de prisão em flagrante de parlamentar, bem como eliminar a competência da Câmara e do Senado sustar o andamento de processos contra parlamentares por crimes ocorridos após a diplomação.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 338/2018 TASSO JEREISSATI	Dispõe sobre o Contrato de Impacto Social.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 337/2018 TASSO JEREISSATI	Altera a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, para permitir a redução da contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado em Parcerias Público-Privadas em função da receita obtida nas concessões patrocinadas.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 339/2018 PEDRO CHAVES	Cria o Fundo de Incentivo à Formação Superior – FIFS, com o objetivo de conceder bolsas de estudos a alunos carentes em cursos de graduação de instituições de ensino superior privadas.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 345/2018 LINDBERGH FARIAS	Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre as normas especiais de tutela do trabalho para os empregados em condomínios residenciais ou comerciais.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 346/2018 LINDBERGH FARIAS	Dispõe sobre distribuição e venda de bebidas industrializadas em escolas de educação básica.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 341/2018 LINDBERGH FARIAS	Acrescenta o § 6º ao art. 611-A; e o art. 605-B; à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispensar, mediante assembleia geral, a expressa e prévia anuência do empregado, para desconto da contribuição sindical, e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 342/2018 LINDBERGH FARIAS	Acrescenta o § 3º ao art. 4º-C da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, para garantir, desde que haja identidade de funções, aos trabalhadores terceirizados de condomínios os mesmos direitos laborais dos empregados da contratante.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 343/2018 LINDBERGH FARIAS	Veda a terceirização de mão de obra em edifícios e condomínios, residenciais e comerciais.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PDS 84/2018 PAULO ROCHA	Susta os §§ 1º, 2º e 3º do art. 1º e o art. 2º da Portaria nº 718/2017, de 28 de agosto de 2017, do Ministério da Justiça, que regulamenta a visita íntima no interior das Penitenciárias Federais.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
SUG 27/2018 PROGRAMA E-CIDADANIA	Proibir que ensinem ideologia de gênero para crianças	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 352/2018 CPI DOS CARTÕES DE CRÉDITO - 2018	Altera a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, que dispõe sobre os arranjos de pagamento e as instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) e dá outras providências, para dispor sobre o Certificado de Recebíveis de Cartão de Crédito (CRCC).	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 353/2018 CPI DOS CARTÕES DE CRÉDITO - 2018	Altera a Lei nº 13.455, de 26 de junho de 2017, para regular a advertência sobre os riscos para as finanças pessoais decorrentes do endividamento por meio de cartão de crédito ou cheque especial.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 354/2018 CPI DOS CARTÕES DE CRÉDITO - 2018	Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para proibir publicidade de crédito mediante o uso das expressões “parcelamento sem juros”, “gratuito”, “sem acréscimo”, “com taxa zero” e outras de teor semelhante.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 349/2018 GARIBALDI ALVES FILHO	Altera regras de cobrança aplicáveis às Taxas de Fiscalização do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações, à Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional e à Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública sobre estações terminais utilizadas em aplicações de comunicação máquina a máquina e em sistemas de recepção por satélite.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 347/2018 - Complementar FERNANDO BEZERRA COELHO	Regulamenta o inciso XIX do art. 37 da Constituição Federal, para definir as áreas de atuação das fundações estatais constituídas como pessoa jurídica de direito privado.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 348/2018 HÉLIO JOSÉ	Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, Código Civil, para dispor sobre a habilitação profissional do síndico não condômino, sobre competências, renúncia, dever de prestação de prestação de contas e destituição do síndico e sobre o uso de procurações nas assembleias condominiais.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 351/2018 RICARDO FERRAÇO	Altera os arts. 394, 400, 401, 402, 531, 532 e 798 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para estabelecer a redução de prazos e medidas destinadas à aceleração do processo penal.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 355/2018 JOÃO CAPIBERIBE	Prevê a concessão de pensão especial, mensal, vitalícia e intransferível às vítimas de escarpelamento provocado por volantes, eixos ou partes moveis de motores de embarcação.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLC 79/2018 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera as Leis nºs 9.868, de 10 de novembro de 1999, e 9.882, de 3 de dezembro de 1999, para disciplinar a concessão de decisões monocráticas de natureza cautelar na ação direta de inconstitucionalidade e na arguição de descumprimento de preceito fundamental.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PRS 38/2018 COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA	Altera a Resolução nº 19, de 2015, que regulamenta o programa E-Cidadania do Senado Federal para estabelecer critérios de recepção de ideias legislativas de iniciativa dos cidadãos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 358/2018 RUDSON LEITE	Proíbe a venda de animais de estimação nas vias de circulação ou em ambiente público fora de estabelecimento comercial.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 356/2018 JOSÉ MEDEIROS	Altera a Lei nº 11.116, de 18 de maio de 2005, para permitir que a empresa com pedido de recuperação judicial deferido utilize crédito presumido da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins apurado na forma do art. 8º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, na compensação de débitos próprios, vencidos ou vincendos, relativos a tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 357/2018 RUDSON LEITE	Altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política agrícola, para proibir a exportação de animais vivos destinados ao abate.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 360/2018 MAGNO MALTA	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir, no rol dos temas transversais da educação básica, os dispositivos constitucionais relacionados aos direitos e garantias fundamentais.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 359/2018 RANDOLFE RODRIGUES	Revoga a reforma trabalhista, conservando a extinção da obrigatoriedade do imposto sindical.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 361/2018 VALDIR RAUPP	Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, para disciplinar medidas administrativas, procedimentos de destinação de bens apreendidos e sanções administrativas.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 362/2018 - Complementar RICARDO FERRAÇO	Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para tornar a apuração da despesa total com pessoal mais abrangente e vedar aumento da despesa com pessoal nos casos que especifica, bem como altera a Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, e o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, para tornar explícita como crime de responsabilidade conduta que especifica.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 80/2018 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que "Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)", para estabelecer a obrigatoriedade da participação do advogado na solução consensual de conflitos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 81/2018 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Reconhece o funk como forma de manifestação cultural e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 82/2018 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Institui o Dia Nacional do Movimento de Vida Independente.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 85/2018 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera a Lei nº 9.093, de 12 de setembro de 1995, para dispor sobre a extensão de feriados municipais, estaduais ou distritais à administração pública federal das respectivas localidades.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 86/2018 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Institui o mês de novembro como mês nacional de combate ao mosquito Aedes aegypti.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 87/2018 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Cria Áreas de Livre Comércio nos Municípios de Corumbá e Ponta Porã, no Estado de Mato Grosso do Sul, e altera a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLC 88/2018 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Estabelece diretrizes para a valorização dos profissionais da educação escolar básica pública.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 90/2018 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera dispositivos da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para determinar que os Estados, os Municípios e o Distrito Federal forneçam recursos financeiros a fim de possibilitar o pleno funcionamento do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) e aprovem normas complementares para operação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 363/2018 COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA	Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para incluir o tratamento do tabagismo, inclusive o medicamentoso, entre as coberturas obrigatórias dos planos de saúde.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 92/2018 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Declara Francisco Saturnino Rodrigues de Brito Patrono da Engenharia Sanitária do Brasil.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 364/2018 PAULO PAIM	Altera o art. 118 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para estender ao segurado empregado aposentado pelo regime geral de previdência social, que sofreu acidente do trabalho, a garantia, pelo prazo mínimo de doze meses, a contar da alta médica, da manutenção do seu contrato de trabalho na empresa, desde que tenha permanecido afastado do serviço por prazo superior a quinze dias.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PDS 100/2018 CRISTOVAM BUARQUE	Susta, nos termos do inciso V do art. 49 da Constituição Federal, a Portaria nº 656, de 22 de agosto de 2018, do Ministério do Trabalho, que Aprova modelos de Contrato de Trabalho e de Nota Contratual para contratação de músicos, profissionais, artistas e técnicos de espetáculos de diversões, e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PDS 101/2018 JOSÉ MEDEIROS	Susta a Resolução nº 461, de 25 de janeiro de 2018, da Diretoria da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, que dispõe sobre os procedimentos de embarque e desembarque de passageiros armados, despachos de armas de fogo e de munição e transporte de passageiros sob custódia a bordo de aeronaves civis.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 366/2018 PEDRO CHAVES	Altera a Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para determinar que, no caso de empate na deliberação dos sócios, competirá ao juiz a decisão.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 377/2018 - Complementar CRISTOVAM BUARQUE	Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, e a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para garantir efetividade à Justiça Eleitoral e conferir instrumentos para o Ministério Público Eleitoral investigar irregularidades e prever sanções mais rígidas para partidos e candidatos condenados por irregularidades nas contas eleitorais e abuso de poder econômico.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 372/2018 - Complementar PEDRO CHAVES	Altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, que dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios, para criar nova hipótese de suspensão da exigibilidade do crédito tributário.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 371/2018 JOSÉ MEDEIROS	Acrescenta § 2º ao art. 139 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), a fim de ajustar o alcance das medidas gerais passíveis de serem impostas pelo juiz com o intuito de obter a efetivação da tutela judicial.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 368/2018 HUMBERTO COSTA	Acrescenta o art. 216-B ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar o crime de ofensa sexista.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 373/2018 PEDRO CHAVES	Modifica o art. 394-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a interveniência do sindicato profissional ou da autoridade administrativa do trabalho para a autorização do trabalho da gestante em condições insalubres.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 378/2018 CRISTOVAM BUARQUE	Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, e a Lei nº 13.165, de 29 de setembro de 2015, para extinguir o Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) e estabelecer limites para as doações e autofinanciamento eleitorais.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 381/2018 CRISTOVAM BUARQUE	Altera os arts. 32, 121, 129 e 213 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e acrescenta o art. 41-A na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para prever a pena de perda de bens e valores ao autor de crimes de lesões corporais contra a mulher, feminicídio, estupro e dos praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 369/2018 DÁRIO BERGER	Altera o § 2º do art. 26 da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, para fixar em doze meses o prazo mínimo de carência após o qual será expedida a intimação do mutuário em mora com o financiamento imobiliário.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 367/2018 RAIMUNDO LIRA	Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 ("Estatuto do Desarmamento"), a fim de aumentar para 10 (dez) anos o prazo mínimo para renovação do Certificado de Registro de Arma de Fogo.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 376/2018 CIRO NOGUEIRA	Altera as Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, para instituir como categoria de segurado obrigatório do Regime Geral da Previdência Social (RGPS) o contribuinte de confissão, ordem ou congregação religiosa.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 374/2018 DALIRIO BEBER	Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), para elevar o limite da renda familiar que habilita ao recebimento do benefício de prestação continuada.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 375/2018 DALIRIO BEBER	Dispõe sobre o exercício do direito de greve dos servidores públicos, de que trata o inciso VII do art. 37 da Constituição Federal.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 365/2018 PEDRO CHAVES	Institui normas gerais para a revitalização da bacia hidrográfica do rio Taquari.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 380/2018 CRISTOVAM BUARQUE	Altera a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, para acrescentar fatores a serem considerados na dosimetria da pena em caso de condenação por improbidade administrativa; aumentar as penas quando se tratar de desvios de verbas da saúde ou da educação; e exigir que se apliquem as penas de ressarcimento ao erário e de perda de bens e valores cumulativamente.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 379/2018 CRISTOVAM BUARQUE	Altera a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para determinar que os partidos políticos estão sujeitos às mesmas regras destinadas à prevenção e ao combate da lavagem de dinheiro aplicadas a empresas e bancos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 385/2018 EDUARDO BRAGA	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre a atenção à saúde da criança com malformação congênita e, especificamente, com fissura labiopalatal.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 382/2018 AÉCIO NEVES	Proíbe a produção, importação, exportação, comercialização e distribuição de sacolas plásticas.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 384/2018 EDUARDO BRAGA	Aumenta a pena dos crimes definidos nos arts. 218, 218-A, 218-B, 227 e 230, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e 244-A da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 388/2018 PAULO ROCHA	Autoriza a implantação do Programa Mais Ciência Amazônia no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 383/2018 - Complementar AÉCIO NEVES	Altera o art. 3º da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, e o art. 40 da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para prever a destinação preferencial de recursos do Funpen para a instalação, implementação e apoio aos estabelecimentos penais geridos pelas Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC's), bem como para possibilitar a sua contratação pelo sistema de parceria de que trata a Lei nº 13.019, de 2014.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 390/2018 RANDOLFE RODRIGUES	Veda o estabelecimento de bandeira tarifária vermelha para estados cuja produção de energia elétrica supere o consumo.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 387/2018 EDUARDO BRAGA	Altera a Lei 11.494, de 20 de junho de 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), para dispor sobre o pagamento de abono aos profissionais da educação, nas situações especificadas.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 391/2018 MAGNO MALTA	Altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para estabelecer como requisito para progressão de regime o cumprimento de 4/5 da pena, no caso de crime hediondo praticado contra criança.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PDS 102/2018 LASIER MARTINS	Susta a Resolução nº 582 de 2018, do Conselho Federal de Enfermagem (Cofen), que veda a participação do Enfermeiro no ensino de práticas de Enfermagem que exija aplicação de conhecimentos técnico-científicos em atividades de formação de Cuidador de Idosos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 392/2018 PAULO BAUER	Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para dispor sobre a rotulagem de alimentos com alto teor de sódio.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 393/2018 ROBERTO MUNIZ	Modifica a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998 –Lei Pelé, para dispor sobre a obrigatoriedade de os veículos de comunicação se referirem às arenas e aos estádios de futebol pelos seus nomes comerciais.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 394/2018 AIRTON SANDOVAL	Altera a Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que institui o Programa Universidade para Todos (PROUNI), para permitir a adesão de instituições estaduais e municipais não gratuitas ao programa.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 395/2018 CÁSSIO CUNHA LIMA	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, que institui o Código Penal, para dispor sobre o crime de obstrução de vias de transporte rodoviário ou ferroviário.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 14/2018 RANDOLFE RODRIGUES	Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para excluir, dos limites instituídos para as despesas primárias, as despesas das áreas de Saúde, Educação, Ciência e Tecnologia, Assistência Social, Saneamento, Gestão Ambiental e Segurança Pública.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PRS 44/2018 JOÃO CAPIBERIBE	Institui a Frente Parlamentar em defesa da República Árabe Saaraui Democrática e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 397/2018 PEDRO CHAVES	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, e a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para incluir entre os documentos de habilitação nas licitações por elas regidas, no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, prova de inexistência de débitos inadimplidos perante bancos e órgãos ou entidades de fomento, relativos a empréstimos subsidiados e operações financeiras congêneres.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 400/2018 RAIMUNDO LIRA	Altera a redação do art. 144 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral, para estabelecer um horário único para recebimento de votos em todo o território nacional.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 396/2018 LASIER MARTINS	Altera o caput e o § 2º do art. 39 da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, e os arts. 879, § 7º, e 899, § 4º, ambos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para determinar que os débitos trabalhistas serão corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E).	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 405/2018 GIVAGO TENÓRIO	Revoga os incisos VII e IX do § 3º do art. 74 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que vedam a compensação dos créditos cuja confirmação de liquidez e certeza esteja sob procedimento fiscal e de débitos relativos ao recolhimento mensal por estimativa do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 404/2018 GIVAGO TENÓRIO	Modifica o art. 11 da Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997, que “Institui a Lei de Proteção de Cultivares e dá outras providências”.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 399/2018 CIRO NOGUEIRA	Institui o Programa Poupança Jovem.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 406/2018 IONE GUIMARÃES	Altera a Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências, para revogar as exigências que desencorajam a opção pela esterilização cirúrgica como método contraceptivo e impõem dificuldades para a realização do procedimento nos serviços de saúde.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PDS 108/2018 VANESSA GRAZZIOTIN	Susta o Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, que dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União”.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PDS 109/2018 VANESSA GRAZZIOTIN	Susta o Decreto nº 9.514, de 27 de setembro de 2018, que altera a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 407/2018 HÉLIO JOSÉ	Define os limites da Floresta Nacional de Brasília.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 408/2018 ROMERO JUCÁ	Altera a Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997, que define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados, e a Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, que institui a Lei de Migração, e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 409/2018 - Complementar ROMERO JUCÁ	Altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, para vedar a adoção de medidas que impeçam o exercício de atividades da vida civil, salvo nos casos expressamente previstos em lei, e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 410/2018 EDUARDO LOPES	Acrescenta o Capítulo IV – A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a proteção ao trabalho do idoso e do trabalhador com dificuldades de acesso ao mercado de trabalho em função da idade e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 411/2018 LASIER MARTINS	Altera as Leis nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os Registros Públicos, e dá outras providências, para aperfeiçoar as regras do Benefício de Prestação Continuada (BPC).	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 413/2018 EDUARDO BRAGA	Regulamenta as atividades de marketing multinível no Brasil.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 415/2018 AIRTON SANDOVAL	Modifica o parágrafo 2º, do artigo 5º, da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que “Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências”, para uniformizar o prazo de renovação do certificado de registro de arma de fogo.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 414/2018 DALIRIO BEBER	Estabelece um percentual mínimo para cada sexo na composição dos órgãos executivos dos conselhos fiscalizadores de profissões regulamentadas e da Ordem dos Advogados do Brasil.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 416/2018 LINDBERGH FARIAS	Dispõe sobre a política de valorização do salário-mínimo e dos benefícios pagos pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS) para o período de 2020 a 2023.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PDS 110/2018 JOSÉ PIMENTEL	Susta o Decreto nº 9.527, de 15 de outubro de 2018, que “Cria a Força-Tarefa de Inteligência para o enfrentamento ao crime organizado no Brasil.”	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 417/2018 FERNANDO BEZERRA COELHO	Altera a Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, para delegar ao Poder Executivo a atribuição de estabelecer o valor apto a permitir o arquivamento de execuções fiscais de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, observados os critérios de racionalidade, economicidade e eficiência.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 418/2018 KÁTIA ABREU	Dispõe sobre a criação de uma Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Bom Jesus, no Estado do Piauí.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 419/2018 KÁTIA ABREU	Dispõe sobre a criação de uma Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Balsas, no Estado do Maranhão.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 420/2018 KÁTIA ABREU	Dispõe sobre a criação de uma Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Pedro Afonso, no Estado do Tocantins.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 421/2018 KÁTIA ABREU	Dispõe sobre a criação de uma Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Porto Nacional, no Estado do Tocantins.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 422/2018 KÁTIA ABREU	Dispõe sobre a criação de uma Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Luís Eduardo Magalhães, no Estado da Bahia.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 424/2018 KÁTIA ABREU	Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, relativo ao exercício de 2018, com o objetivo de fomentar as exportações do País.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 425/2018 JOSÉ PIMENTEL	Altera o art. 74 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a continuidade do pagamento aos dependentes habilitados do valor da aposentadoria ou auxílio-doença devido pelo Regime Geral de Previdência Social, até que seja deferida a pensão por morte.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 95/2018 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Confere ao Município de Ituporanga, no Estado de Santa Catarina, o título de Capital Nacional da Cebola.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 15/2018 ROMERO JUCÁ	Dá nova redação ao art. 231, da constituição Federal e acrescenta os §§ 1º e 2º ao art. 67 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para estabelecer critérios de indenização resultante da demarcação de terras tradicionalmente ocupadas por indígenas.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 426/2018 GIVAGO TENÓRIO	Altera a Lei nº 9.503, 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para a concessão de auxílio financeiro na obtenção de Carteira Nacional de Habilitação por pessoas carentes.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 427/2018 ROMERO JUCÁ	Acrescenta o art. 22-C à Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, visando instituir contribuição previdenciária sobre a receita corrente líquida para os municípios que contem até 70.000 (setenta mil) habitantes, alternativamente às contribuições previstas no art. 22, I e II, dessa Lei, e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLC 97/2018 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Dispõe sobre a suplementação medicamentosa de ácido fólico para a prevenção da má-formação fetal.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 99/2018 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, para permitir a representação do réu nas audiências de conciliação perante os juizados especiais cíveis.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 100/2018 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Denomina Deputado Paes de Andrade o Açude Público Padre Cícero, conhecido como Açude Castanhão, no Estado do Ceará.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 101/2018 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para tratar da proteção dos membros do Conselho Tutelar.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 103/2018 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Estabelece regras de segurança de trocadores para crianças.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 105/2018 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera a Lei nº 13.022, de 8 de agosto de 2014, para incluir a aprovação em curso de formação como requisito para investidura em cargo público nas guardas municipais.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 428/2018 JOSÉ MEDEIROS	Altera o § 3º do art. 121 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para prever a possibilidade de decretação de medida socioeducativa de internação por até quinze anos, no caso de ato infracional correspondente a crime hediondo.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 111/2018 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Institui o Dia Nacional do Ecumenismo.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLC 112/2018 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Institui o Dia Nacional de Combate à Poluição nos Oceanos e de Limpeza das Praias.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 114/2018 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 13.300, de 23 de junho de 2016, para modificar o prazo de interposição de agravo em caso de indeferimento da petição inicial da ação de mandado de injunção.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PDS 129/2018 GLEISI HOFFMANN	Susta o Decreto nº 9.527, de 15 de outubro de 2018, que cria a Força-Tarefa de Inteligência para o enfrentamento ao crime organizado no Brasil.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 430/2018 TELMÁRIO MOTA	Estabelece a obrigatoriedade de instalação de banheiro familiar e fraldário em ambientes coletivos, públicos ou privados.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 433/2018 OTTO ALENCAR	Altera as Leis nos 9.998, de 17 de agosto de 2000, e 9.472, de 16 de julho de 1997, autorizando o uso dos recursos do FUST para o pagamento de despesas de telecomunicações do Programa Antártico Brasileiro – Proantar.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 434/2018 ROBERTO REQUIÃO	Esta Lei, ridendo castigat mores, denominada Lei Ônix Lorenzoni, acrescenta dispositivo do perdão judicial à Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, que define organização criminosa e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 16/2018 GIVAGO TENÓRIO	Altera o art. 37 da Constituição Federal, para restringir a quantidade de cargos em comissão na administração pública.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 17/2018 CRISTOVAM BUARQUE	Altera o art. 78 da Constituição Federal para acrescentar a igualdade na qualidade da Educação Básica para todos como compromisso do Presidente da República no dia da posse.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PEC 18/2018 CRISTOVAM BUARQUE	Dá nova redação aos arts. 206, 209 e 213 da Constituição Federal, para assegurar a oferta de educação básica gratuita nos estabelecimentos públicos e privados.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PDS 135/2018 JOSÉ MEDEIROS	Susta o art. 36 da Instrução Normativa nº 2, de 12 de setembro de 2018, da Secretaria de Gestão de Pessoas do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, que estabelece orientação, critérios e procedimentos gerais a serem observados pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal – Sipec, quanto à jornada de trabalho de que trata o art. 19 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, regulamentado pelo Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995, e pelo Decreto nº 1.867, de 17 de abril de 1996, que dispõem sobre o controle de frequência, a compatibilidade de horários na acumulação remunerada de cargos, empregos e funções, aplicáveis aos servidores públicos, em exercício nos órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PDS 136/2018 LINDBERGH FARIAS	Susta o Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, que dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PRS 51/2018 COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS	Altera a Resolução do Senado Federal nº 93, de 1970 (Regimento Interno do Senado Federal), para sobrestar a análise de pedido de autorização de operação de crédito externo quando a manifestação do órgão competente do Poder Executivo decorrer de decisão judicial não definitiva.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 116/2018 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Institui o Fundo Nacional de Apoio à Região da Chapada dos Veadeiros (Funveadeiros).	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 121/2018 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), a fim de qualificar como serviço, para efeitos dessa Lei, atividades com pagamento indireto ao fornecedor, inclusive serviços públicos de caráter geral, desde que remunerados direta ou indiretamente.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 435/2018 LASIER MARTINS	Cria Área de Livre Comércio no Município de Santana do Livramento, no Estado do Rio Grande do Sul.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 436/2018 CIRO NOGUEIRA	Altera o art. 320 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para incluir ações e serviços públicos de saúde no rol de aplicação das receitas arrecadadas com a cobrança das multas de trânsito.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 437/2018 JOSÉ SERRA	Altera a Lei no 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, para dispor sobre a anuência prévia da Agência Nacional de Vigilância Sanitária e revogar a possibilidade de extensão da vigência de patentes além do prazo regular contado da data de depósito, e a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências, para dispor sobre a competência da Agência de avaliar a concessão de patente para produto ou processo farmacêutico.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 438/2018 AIRTON SANDOVAL	Altera o inciso XIV do art. 9º da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para sujeitar as pessoas físicas ou jurídicas que prestem, mesmo que eventualmente, serviços de assessoria, consultoria, contadoria, auditoria, aconselhamento ou assistência, de qualquer natureza, bem como outras atividades profissionais, de forma individual, associada ou cooperativada, ao mecanismo de controle e prevenção à lavagem de dinheiro.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 439/2018 MARTA SUPLICY	Institui o Marco Regulatório Nacional do Acolhimento de Crianças e Adolescentes.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PRS 52/2018 COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA	Altera o art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, para incluir a Análise de Impacto Regulatório nos relatórios da Comissão de Serviços de Infraestrutura que versem sobre matérias que possam afetar o equilíbrio econômico-financeiro de contratos de concessões e parcerias público-privadas.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PDS 138/2018 RANDOLFE RODRIGUES	Susta os efeitos do art. 7º do Decreto nº 9.324, de 2 de abril de 2018, que regulamenta dispositivos da Medida Provisória nº 817, de 4 de janeiro de 2018, que dispõe sobre o exercício do direito de opção para a inclusão em quadro em extinção da União de que trata a Emenda Constitucional nº 98, de 6 de dezembro de 2017, e altera o Decreto nº 8.365, de 24 de novembro de 2014.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 440/2018 PAULO PAIM	Modifica o art. 58 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 – Plano de Benefícios da Previdência Social – para especificar as situações em que é necessária a elaboração de laudo técnico de condições ambientais do trabalho e dispor sobre o acompanhamento do sindicato dos trabalhadores em sua elaboração.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 441/2018 AIRTON SANDOVAL	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para determinar que o processo seletivo para cursos superiores de graduação seja baseado no desempenho escolar e na nota obtida em avaliação nacional do ensino médio.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 445/2018 ROSE DE FREITAS	Altera o art. 244-B da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para aumentar a pena do crime de corrupção de menores.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 444/2018 ROSE DE FREITAS	Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, para impedir a cobrança de multas nos casos que especifica.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 443/2018 ROSE DE FREITAS	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para prever a infração administrativa de omissão de comunicação à autoridade competente de casos envolvendo suspeita ou confirmação de crime de abuso sexual de criança ou adolescente.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 448/2018 ROSE DE FREITAS	Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências, para determinar ao Poder Público a criação de varas especializadas e exclusivas do idoso.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 446/2018 ROSE DE FREITAS	Altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir a lesão corporal gravíssima e a lesão corporal seguida de morte, quando praticadas contra mulher, criança ou maior de sessenta anos, no rol dos crimes hediondos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 447/2018 ROSE DE FREITAS	Altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 (Lei de Drogas), para regulamentar a internação compulsória para reincidentes em situação de rua que representem uma ameaça à integridade física de qualquer pessoa.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 449/2018 MAGNO MALTA	Acrescenta § 3º ao art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para conceder prioridade, na ocupação das vagas concedidas aos menores aprendizes, aos adolescentes que residam em espaços de acolhimento institucional e abrigos, e acrescenta § 16 ao art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para reduzir a contribuição previdenciária do empregador, nas contratações de aprendizes, e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PRS 53/2018 LASIER MARTINS	Altera o Regimento Interno para estabelecer o voto aberto nas eleições.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 450/2018 TELMÁRIO MOTA	Altera os arts. 155 e 157 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para aumentar a pena prevista para os crimes de furto e roubo quando praticados contra entidades filantrópicas, igrejas e instituições de ensino.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 451/2018 JOSÉ MEDEIROS	Altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e a Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, para determinar a realização de exame toxicológico para ingresso e permanência em cargos públicos e em instituições públicas de ensino superior e profissional e para manutenção de bolsa de estudo paga pelo Administração Pública a estudantes de instituições privadas de ensino superior.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 455/2018 JOSÉ MEDEIROS	Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, para estabelecer procedimentos de apreensão, perdimento e destinação de bens utilizados em infrações ambientais e para proibir a destruição de veículos e equipamentos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 453/2018 ROSE DE FREITAS	Altera a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, para incluir o desempenho acadêmico como um dos requisitos a ser considerado na seleção de estagiários bem como a condição social e familiar do candidato ao estágio.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 454/2018 JOSÉ MEDEIROS	Estabelece a competência da Justiça Federal para o processo e julgamento dos crimes de homicídio e lesão corporal praticados contra profissional da segurança pública.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 456/2018 JOSÉ MEDEIROS	Altera os Decretos-Leis nos 1.001 e 1.002, ambos de 21 de outubro de 1969 - Código Penal Militar e Código de Processo Penal Militar, para ratificar a competência da polícia judiciária militar para investigar crimes dolosos contra a vida cometidos por militar contra civil.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 452/2018 CRISTOVAM BUARQUE	Altera o art. 25 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal para estabelecer que, após cumprir a pena, o egresso terá direito a passagem rodoviária para a sua cidade de origem.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PDS 139/2018 ROMÁRIO	Susta, nos termos do art. 49, inciso V, da Constituição Federal, a aplicação do Decreto nº 9.546, de 30 de outubro de 2018, que altera o Decreto nº 9.508, de 24 de setembro de 2018, para excluir a previsão de adaptação das provas físicas para candidatos com deficiência e estabelecer que os critérios de aprovação dessas provas poderão seguir os mesmos critérios aplicados aos demais candidatos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 459/2018 CIRO NOGUEIRA	Altera o art. 9º-A da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), e o art. 5º da Lei nº 12.037, de 1º de outubro de 2009, para estabelecer a obrigatoriedade da coleta de material genético de todos os condenados e de todos os presos em flagrante por crime cuja pena máxima seja superior a 2 (dois) anos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 461/2018 ROMÁRIO	Altera o art. 42 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para obrigar as bibliotecas públicas a adquirir obras em formatos acessíveis.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 460/2018 ROMÁRIO	Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que "institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência", para dispor sobre a utilização do Cadastro-Inclusão para fins de habilitação da pessoa com deficiência a quotas e a vagas reservadas em processos seletivos e em certames públicos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PRS 55/2018 REGUFFE	Dispõe sobre a extinção do plano de assistência à saúde prestada aos Senadores, ex-Senadores, seus dependentes e cônjuges.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 463/2018 REGUFFE	Determina a proibição de aposentadoria especial para parlamentares e dispõe sobre o enquadramento obrigatório de todos os parlamentares brasileiros, de todas as esferas de governo, como integrantes do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), administrado pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 462/2018 ROMERO JUCÁ	Altera a legislação tributária federal e a relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para aprimorar o regime de tributação relativo aos planos de previdência privada para as pessoas físicas e jurídicas.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 464/2018 CÁSSIO CUNHA LIMA	Altera a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, para instituir o direito do usuário de serviço público a ter conhecimento prévio quando da interrupção da prestação do serviço.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 465/2018 ROBERTO ROCHA	Altera os limites do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PRS 56/2018 LÍDICE DA MATA	Dispõe sobre a análise da capacidade de pagamento e das contragarantias para a concessão de aval ou garantia da União nas operações de crédito externo e interno.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PDS 140/2018 JOSÉ MEDEIROS	Susta dispositivos do Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências, e a Instrução Normativa IBAMA nº 3, de 23 de janeiro de 2018, que estabelece os procedimentos para a aplicação da medida cautelar de destruição ou inutilização de produtos, subprodutos ou instrumentos utilizados na prática da infração ambiental.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PRS 61/2018 RICARDO FERRAÇO	Estabelece alíquota do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) nas operações e prestações interestaduais com bens, mercadorias e serviços de transporte para emprego ou consumo na produção, extração ou fabricação de mercadoria ou na prestação de serviço de transporte a serem destinados ao exterior.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 469/2018 RANDOLFE RODRIGUES	Altera a Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010, para estabelecer uma única faixa para os beneficiários da Tarifa Social de Energia Elétrica e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PDS 141/2018 PAULO PAIM	Revoga os §§ 1º e 2º do Decreto Legislativo nº 276, de 2014, para extinguir a ajuda de custo aos membros do Congresso Nacional e a suplente convocado, destinada a compensar as despesas com mudança e transporte.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 471/2018 HUMBERTO COSTA	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, e a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, para dispor sobre a definição das infrações penal, eleitoral e civil de criar ou divulgar notícia falsa, e cominar as respectivas penas.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 19/2018 OTTO ALENCAR	Atribui ao Conselho Nacional de Justiça a Competência para a edição de indulto coletivo.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 473/2018 CIRO NOGUEIRA	Inclui o art. 3º-D na Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, para proibir a comercialização, a importação e a publicidade de dispositivos eletrônicos fumígenos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PRS 62/2018 WALTER PINHEIRO	Dispõe sobre a análise da capacidade de pagamento e de contrapartida para a concessão de aval e garantia pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 472/2018 JOSÉ SERRA	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre a remuneração dos profissionais da educação e o desempenho dos estudantes na educação básica pública.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 475/2018 RANDOLFE RODRIGUES	Cria a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 125/2018 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera a Lei nº 9.800, de 26 de maio de 1999, para permitir às partes a utilização de correio eletrônico ou outra ferramenta similar com vistas à prática de atos processuais que dependam de petição escrita.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 126/2018 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Denomina Rodovia Virgílio José Carneiro o trecho rodoviário da BR-359 entre os Municípios de Coxim e Alcínópolis, no Estado de Mato Grosso do Sul.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 129/2018 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Dispõe sobre a profissão de cerimonialista e de suas correlatas.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 130/2018 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Dispõe sobre a realização de exames em gestantes.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLC 133/2018 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Confere o título de Capital Nacional do Ovo ao Município de Bastos, no Estado de São Paulo.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 508/2018 ALVARO DIAS	Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, para declarar a seleção brasileira de futebol como integrante do patrimônio cultural brasileiro.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 509/2018 ALVARO DIAS	Altera a Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, que institui o Programa Mais Médicos, altera as Leis no 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e no 6.932, de 7 de julho de 1981, e dá outras providências, para considerar a participação no Programa Mais Médicos como tempo de realização do Programa de Residência em Medicina Geral de Família e Comunidade.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 476/2018 CPI DOS MAUS-TRATOS - 2017	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para exigir alvará especial de funcionamento de estabelecimentos de diversões e espetáculos públicos que comercializem bebidas alcoólicas.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 477/2018 CPI DOS MAUS-TRATOS - 2017	Dispõe sobre a notificação de violência autoprovocada por crianças ou adolescentes.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 500/2018 CPI DOS MAUS-TRATOS - 2017	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) para vedar o acesso de crianças e adolescentes a exposições artísticas inadequadas.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 478/2018 CPI DOS MAUS-TRATOS - 2017	Altera o art. 245 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para aumentar o valor da multa a ser aplicada ao médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, que deixar de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 492/2018 CPI DOS MAUS-TRATOS - 2017	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para proibir visitas íntimas a adolescentes privados de liberdade.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 501/2018 CPI DOS MAUS-TRATOS - 2017	Acrescenta dispositivo na Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, para prever competência dos promotores das varas de família e de infância e juventude para requisitar dados telefônicos e informações de cadastro em redes sociais, bem como requerer ao juízo o acesso às comunicações por esses meios efetivadas, quando houver iminente risco de morte ou de atentado à integridade física de incapaz.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 479/2018 CPI DOS MAUS-TRATOS - 2017	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para criar causa de aumento de pena mais severa para maus-tratos cometidos contra criança menor de seis anos de idade.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 480/2018 CPI DOS MAUS-TRATOS - 2017	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para condicionar a obtenção de licença de funcionamento de instituições de educação infantil e ensino fundamental à instalação de câmeras de monitoramento em suas dependências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 481/2018 CPI DOS MAUS-TRATOS - 2017	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir as competências socioemocionais como tema transversal nos currículos dos ensinos fundamental e médio.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 482/2018 CPI DOS MAUS-TRATOS - 2017	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para exigir a presença de profissionais da área de psicologia no quadro funcional dos estabelecimentos de educação básica.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 502/2018 CPI DOS MAUS-TRATOS - 2017	Altera a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, para prever sanções às pessoas que presenciem atos de violência contra criança ou adolescente e deixem de comunicar o fato imediatamente ao conselho tutelar ou à autoridade policial.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 493/2018 CPI DOS MAUS-TRATOS - 2017	Dispõe sobre a garantia de proteção a agentes públicos que comuniquem casos de suspeita de violência, agressão e maus-tratos contra crianças e adolescentes.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 483/2018 CPI DOS MAUS-TRATOS - 2017	Acrescenta os arts. 159-A e 169-A à Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre normas de segurança e medicina do trabalho específicas para os empregados que trabalhem em estabelecimentos de educação infantil e de ensino fundamental.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 495/2018 CPI DOS MAUS-TRATOS - 2017	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para prever o confisco e a destinação de bens utilizados nos crimes de tráfico de criança ou adolescente ou contra a liberdade e dignidade sexual de criança ou adolescente que especifica.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 503/2018 CPI DOS MAUS-TRATOS - 2017	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para criar causa de aumento de pena, para o crime de homicídio praticado contra criança ou adolescente e aumentar a pena do crime de estupro de vulnerável seguido de morte.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 496/2018 CPI DOS MAUS-TRATOS - 2017	Altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir a pedofilia no rol dos crimes hediondos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 497/2018 CPI DOS MAUS-TRATOS - 2017	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para prever o ingresso compulsório de pais ou responsáveis, autores de violência contra criança ou adolescente, em programas de prevenção da violência contra criança ou adolescente.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 498/2018 CPI DOS MAUS-TRATOS - 2017	Revoga a Lei da Alienação Parental.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 504/2018 CPI DOS MAUS-TRATOS - 2017	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para criar causa de aumento de pena para o crime de estupro de vulnerável cometido contra vítima com enfermidade ou deficiência mental.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 494/2018 CPI DOS MAUS-TRATOS - 2017	Altera a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, para estabelecer sanções penais para quem deixar de comunicar violência praticada contra criança ou adolescente.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 506/2018 CPI DOS MAUS-TRATOS - 2017	Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, para prever a reserva de vagas para estudantes que vivam em abrigos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 484/2018 CPI DOS MAUS-TRATOS - 2017	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para incluir cinemas, teatros, apresentações cinematográficas ou teatrais, exposições ou mostras de arte no rol de locais ou atividades nos quais a entrada e permanência de criança ou adolescente desacompanhado dos pais ou responsável é condicionada à competência da autoridade judiciária para disciplinar, mediante portaria, ou autorizar, mediante alvará.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 499/2018 CPI DOS MAUS-TRATOS - 2017	Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1995, para que bebidas com teor alcoólico superior a 0,5 graus Gay Lussac passem a ser consideradas bebidas alcoólicas.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 485/2018 CPI DOS MAUS-TRATOS - 2017	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para prever medidas adicionais de proteção à criança e ao adolescente vítimas de violência doméstica e familiar.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 486/2018 CPI DOS MAUS-TRATOS - 2017	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para proibir a admissão e a permanência de criança ou de adolescente em bailes funk, eventos com livre fornecimento de bebidas alcoólicas ou eventos semelhantes.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 487/2018 CPI DOS MAUS-TRATOS - 2017	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para tornar mais rígido o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 488/2018 CPI DOS MAUS-TRATOS - 2017	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para impedir que pessoas filiadas a partidos políticos exerçam ou concorram à função de membro do Conselho tutelar.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 489/2018 - Complementar CPI DOS MAUS-TRATOS - 2017	Altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para tornar inelegíveis para qualquer cargo, durante o exercício da função e por 2 anos após o seu encerramento, os membros do Conselho Tutelar.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 490/2018 CPI DOS MAUS-TRATOS - 2017	Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para regulamentar a visita de criança ou adolescente a estabelecimento penal.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 491/2018 CPI DOS MAUS-TRATOS - 2017	Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para proibir a visita íntima acompanhada de criança.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 513/2018 CIDINHO SANTOS	Acrescenta os §§ 7º e 8º ao art. 180 do Código Penal, para estabelecer a responsabilidade penal de pessoas jurídicas por receptação.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 520/2018 CIDINHO SANTOS	Altera a redação do art. 49 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre aproveitamento de disciplinas cursadas com aprovação, na educação de nível superior.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 510/2018 LASIER MARTINS	Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001 (Lei do Fies), para permitir que o estudante de medicina participante do Programa Mais Médicos tenha direito ao abatimento mensal do saldo devedor consolidado, e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 516/2018 CIDINHO SANTOS	Inclui o § 5º no art. 2º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para vedar a concessão de liberdade provisória a investigado ou réu que tenha confessado a prática de crime hediondo ou equiparado.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 514/2018 CIDINHO SANTOS	Acrescenta parágrafo ao art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer que os convênios e contratos da União contenham cláusula de divulgação da origem de recursos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 521/2018 CIDINHO SANTOS	Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para determinar que não se aplicam às obras e aos serviços executados nas faixas de domínio das rodovias e ferrovias federais e nos portos federais já implantados as sanções da Lei de Crimes Ambientais	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 511/2018 CIDINHO SANTOS	Acrescenta o § 2º ao art. 11 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para regulamentar a prescrição no contrato de experiência.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 518/2018 CIDINHO SANTOS	Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para obrigar o fornecedor a manter e permitir acesso à gravação das chamadas telefônicas efetuadas para o serviço de atendimento ao consumidor e pelo serviço de telemarketing.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 512/2018 CIDINHO SANTOS	Altera os arts. 318 e 334 do Código Penal para aumentar a pena no caso de contrabando de explosivo, ou qualquer equipamento, instrumento ou artefato destinados à prática de crime.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 519/2018 CIDINHO SANTOS	Dispõe sobre a instalação de bombas de autosserviços nos postos de abastecimento de combustíveis, e revoga a Lei nº 9.956, de 12 de janeiro de 2000.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 523/2018 ROSE DE FREITAS	Altera o inciso I do art. 1.814 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, para incluir entre as causas de indignidade a prática de crimes hediondos contra a pessoa de cuja sucessão se tratar, seu cônjuge, companheiro, ascendente ou descendente.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 522/2018 ROSE DE FREITAS	Altera a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, para obrigar a realização de processos seletivos simplificados para preenchimento de vagas de estágio supervisionado nos órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 524/2018 ROSE DE FREITAS	Altera a Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, para possibilitar a aplicação de recursos em operações de crédito destinadas a empresas que usam energia fotovoltaica.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PDS 167/2018 HUMBERTO COSTA	Veda o pagamento da ajuda de custo aos membros do Congresso Nacional no caso de reeleição e em outras situações similares.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 134/2018 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera o art. 32 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para agravar a pena pela prática de ato de abuso, consistente em maus-tratos ou mutilação de animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos, e instituir como causa de aumento de pena do crime de maus-tratos aos animais a prática de atos de zoofilia.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 525/2018 - Complementar GUARACY SILVEIRA	Altera o art. 3º-B da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, com o intuito de prever a destinação de recursos para o auxílio e a capacitação de organizações civis no cumprimento dos requisitos para se enquadrarem como Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC's).	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 20/2018 GUARACY SILVEIRA	Dá nova redação ao art. 102 da Constituição Federal para determinar a utilização do Preâmbulo como elemento de interpretação.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 528/2018 ACIR GURGACZ	Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que “dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências”, para estabelecer o uso da telessaúde no Sistema Único de Saúde.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 529/2018 DALIRIO BEBER	Altera as Leis nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 – Política Nacional do Meio Ambiente; nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade; nº 12.651, de 25 de maio de 2012 – Código Florestal; e nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979 – Lei de Parcelamento do Solo Urbano, para fortalecer a autonomia local e a segurança jurídica em matéria ambiental e urbanística.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 527/2018 - Complementar CIDINHO SANTOS	Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 para deixar claro que cada Poder responde, de forma individualizada, por seus limites de gastos com pessoal, eximindo o Poder Executivo de sanções nos casos em que o descumprimento dos limites esteja restrito aos demais poderes e seus respectivos órgãos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 526/2018 CIDINHO SANTOS	Revoga o inciso VII do art. 3º da Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990, para não mais permitir a possibilidade da penhora do bem de família nos casos de obrigação decorrente de fiança concedida em contrato de locação.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 530/2018 DALIRIO BEBER	Autoriza a instituição do Fundo de Desenvolvimento do Sul – FDS com a finalidade de estimular investimentos em infraestrutura, serviços públicos e empreendimentos produtivos com grande capacidade germinativa.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 531/2018 LINDBERGH FARIAS	Altera o art. 1º da Lei nº 13.586, de 28 de dezembro de 2017, para determinar que para fins de dedução das importâncias aplicadas, em cada período de apuração, nas atividades de exploração e de produção de jazidas de petróleo e de gás natural, não poderão ser computados os pagamentos de royalties e bônus de assinatura feitos pelos contratados sob o regime de partilha de produção, de que trata a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 535/2018 ROBERTO REQUIÃO	Altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, para permitir a utilização do Fundo Partidário para o pagamento de multas.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 537/2018 HUMBERTO COSTA	Altera o art. 46 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, para tornar obrigatória a realização de entrevista com candidato que tenha aceito convite para participar de debate em emissora de rádio ou de televisão, na hipótese de recusa pelos candidatos adversários.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 532/2018 ATAÍDES OLIVEIRA	Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para dispor sobre limites máximos de gorduras, açúcares e sódio nos alimentos industrializados.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 536/2018 - Complementar ARMANDO MONTEIRO	Regulamenta o disposto no art. 192 da Constituição Federal para suprir a condição determinada no art. 52 das disposições Constitucionais Transitórias, eliminando a necessidade de autorização do Poder Executivo da União para o funcionamento de instituições financeiras estrangeiras no País.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 533/2018 ATAÍDES OLIVEIRA	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), e a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet), para dispor sobre a definição das infrações penal, eleitoral e civil de criar ou divulgar notícia falsa, e cominar as respectivas penas.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PRS 64/2018 ATAÍDES OLIVEIRA	Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, para disciplinar o quantitativo de cargos em comissão nos gabinetes parlamentares.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 534/2018 - Complementar CRISTOVAM BUARQUE	Dispõe sobre instrumento de cooperação federativa para transferência à União de competências educacionais de Estados, Distrito Federal e Municípios.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 136/2018 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Institui o Sistema Nacional de Certificação dos Produtos da Agricultura Familiar e cria o Selo da Produção da Agricultura Familiar.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLC 137/2018 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Disciplina a aquisição de livros pelo poder público por meio do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) e programas similares; e altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991 (Lei Rouanet), para dispor sobre a impressão de livros contemplados com o incentivo fiscal.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 138/2018 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Dispõe sobre a profissão de disc jockey (DJ) profissional; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLC 140/2018 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a inserção no mercado de trabalho, como aprendizes, de jovens egressos de estabelecimentos prisionais e correccionais.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 538/2018 - Complementar ARMANDO MONTEIRO	Altera a Lei Complementar nº 87/1996 (Lei Kandir), de forma a garantir a utilização dos créditos acumulados de ICMS nas exportações.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 540/2018 CÁSSIO CUNHA LIMA	Altera a Consolidação das Lei do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943, para estabelecer parâmetros às disposições complementares às normas de medidas especiais de proteção.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 539/2018 CÁSSIO CUNHA LIMA	Acrescenta o artigo 200-A e incisos à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para estabelecer regras para o procedimento de regulamentação da segurança e saúde no trabalho.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 21/2018 IVO CASSOL	Altera os arts. 42 e 142 da Constituição Federal, para permitir que bombeiros e policiais militares possam acumular o cargo militar com outros cargos especificados.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 541/2018 GUARACY SILVEIRA	Altera a Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014, para adotar o critério de quotas sociais para ingresso no serviço público federal.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 542/2018 ROSE DE FREITAS	Dispõe sobre a custódia compartilhada dos animais de estimação nos casos de dissolução do casamento ou da união estável.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 543/2018 ATAÍDES OLIVEIRA	Acrescenta o § 6º ao art. 33 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1995, para instituir critério para a divulgação de pesquisas eleitorais.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 545/2018 GUARACY SILVEIRA	Dispõe sobre dispensação da prescrição de receita para medicamentos à base de substâncias classificadas como antimicrobianos, de uso sob prescrição, isoladas ou em associação.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 544/2018 ZÉ SANTANA	Altera a Lei Federal nº 7.210/1984 - Lei de Execução Penal - quanto aos procedimentos para a execução indireta de atividades em estabelecimentos penais.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PRS 67/2018 CPI DOS MAUS-TRATOS - 2017	Cria a Comissão da Criança e do Adolescente.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLS 547/2018 REGUFFE	Dispõe sobre o fim dos chamados "carros oficiais", com a proibição da utilização de veículos oficiais por autoridades públicas, exceto o Presidente da República, na condição de Chefe de Estado Brasileiro.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 547/2019 PAULO ROCHA	Altera a Lei nº 13.152, de 29 de julho de 2015, para dispor sobre o valor do salário mínimo em 2019.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 2/2019 ROSE DE FREITAS	Modifica o art. 37 da Constituição Federal, para suspender o transcurso do prazo de validade de concurso público na hipótese de o Poder Público suspender as nomeações por falta de recursos financeiros.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PL 577/2019 ALVARO DIAS	Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que dispõe sobre o imposto de renda das pessoas físicas, para permitir a dedução de despesas com pagamento de prestações do único imóvel residencial.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLP 16/2019 - Complementar ALVARO DIAS	Regulamenta os §§ 1º e 3º do art. 173 da Constituição Federal, para instituir o estatuto jurídico da empresa pública e da sociedade de economia mista que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, bem como de suas subsidiárias.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 579/2019 ALVARO DIAS	Altera dispositivos da Lei 9.491, de 9 de setembro de 1997, que dispõe sobre procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 586/2019 ALVARO DIAS	Altera a Lei nº 7.713, de 22 dezembro de 1988, para isentar do imposto de renda das pessoas físicas os rendimentos correspondentes a honorários por serviços prestados ao Sistema Único de Saúde por profissionais de saúde.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 576/2019 ALVARO DIAS	Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre veículos para transporte coletivo de estudantes, quando adquiridos por Prefeituras Municipais e pelo Distrito Federal, bem como por profissionais autônomos e suas cooperativas habilitados e dedicados exclusivamente ao transporte escolar.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 583/2019 ALVARO DIAS	Altera o § 5º do art. 5º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, para prever que as lesões físicas ou psíquicas permanentes poderão ser comprovadas por laudo médico.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 584/2019 ALVARO DIAS	Estabelece normas para a concessão de assistência judicial gratuita aos necessitados.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
RQS 16/2019 LASIER MARTINS	Urgência para o PRS 53/2018.	Prejudicada em 21/12/2022

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PL 639/2019 TELMÁRIO MOTA	Altera o art. 32 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para tipificar como crime de maus-tratos a conduta do agente público que, injustificadamente, sacrificar animais apreendidos ou deixar de soltá-los em seu habitat natural ou de destiná-los a pessoas ou entidades que por eles queiram se responsabilizar.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 634/2019 LUIZ CARLOS DO CARMO	Altera o art. 75 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para aumentar o tempo máximo de cumprimento de penas privativas de liberdade para quarenta anos; o art. 157 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para aumentar as penas previstas para o crime de latrocínio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para aumentar o interstício mínimo para a progressão de regime de cumprimento de pena para condenados pela prática de crime hediondo.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 635/2019 LASIER MARTINS	Altera a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, para reforçar a efetividade da Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para dotar de novos instrumentos o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), no exercício de sua atribuição de zelar pela implementação da PNSB.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 616/2019 LASIER MARTINS	Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências, para dispor sobre a regulação ambiental de cosméticos, e dispõe sobre a proibição de protetores solares considerados tóxicos para os recifes de corais.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLP 22/2019 - Complementar MARIA DO CARMO ALVES	Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, para estabelecer que as renúncias fiscais tenham prazo determinado, objetivos, metas e órgão responsável por sua supervisão.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLP 26/2019 - Complementar ANTONIO ANASTASIA	Altera o art. 156 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), para prever expressamente a dação em pagamento de bens móveis entre as modalidades de extinção do crédito tributário.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 711/2019 ANTONIO ANASTASIA	Estabelece as normas gerais para a negociação coletiva na administração pública direta, nas autarquias e fundações públicas dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
REQ 1/2019 - CAE JORGINHO MELLO	Requeiro, nos termos dos arts. 73 e 89, inc. IV, do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Subcomissão Permanente, no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos, destinada a examinar e debater as políticas públicas relacionadas às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.	Prejudicada em 21/12/2022

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
REQ 5/2019 - CE LEILA BARROS	Requeiro, nos termos do artigo 96-B do Regimento Interno, que a política pública selecionada como objeto de avaliação por essa Comissão de Educação, Cultura e Esporte no presente ano seja a implementação da reforma do ensino médio, instituída pela Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 5/2019 - CAE VENEZIANO VITAL DO RÉGO	Requeiro, nos termos do arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e do art. 397, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Exmo. Sr. Ministro de Estado da Economia, Paulo Guedes, para que compareça à esta Comissão, a fim de apresentar e discutir Reforma da Previdência, elaborada pelo Ministério de sua titularidade.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 6/2019 - CAE CIRO NOGUEIRA	Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o spread bancário no Brasil. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Presidente do Banco Central do Brasil; 2. Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica; 3. Presidente da Federação Brasileira dos Bancos; 4. Presidente do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor; 5. Deputado Federal Júlio César.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 8/2019 - CAE ANGELO CORONEL	Requer, nos termos regimentais, seja convidado o Senhor Ministro de Estado da Economia para prestar informações acerca da Reforma da Previdência.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 4/2019 - CRE ANGELO CORONEL	Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ernesto Henrique Fraga Araújo, para que compareça à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a fim de prestar informações acerca das diretrizes e dos programas prioritários da pasta sob sua responsabilidade.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 5/2019 - CRE MARCOS DO VAL	Requeiro, nos termos do art. 113, do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei nº 703, de 2019, que “Dispõe sobre o cumprimento de sanções impostas por resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas, incluída a indisponibilidade de ativos de pessoas naturais e jurídicas e de entidades, e a designação nacional de pessoas investigadas ou acusadas de terrorismo, de seu financiamento ou de atos a ele correlacionados; e revoga a Lei nº 13.170, de 16 de outubro de 2015”, seja apreciado em Reunião Conjunta das Comissões constantes no despacho inicial, Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE e de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ	Prejudicada em 21/12/2022
PL 938/2019 FERNANDO BEZERRA COELHO	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para dispor sobre programas de estímulo à adoção por meio de busca ativa de pessoas interessadas em adotar crianças e adolescentes.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
REQ 10/2019 - CAE JORGINHO MELLO	Requeiro nos termos do art. 99, do Regimento Interno do Senado Federal, que trata de competência dessa Comissão, avaliar os critérios estabelecidos pela Secretaria do Tesouro Nacional para classificação da situação fiscal dos Estados.	Prejudicada em 21/12/2022
PL 859/2019 FERNANDO BEZERRA COELHO	Altera a Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017, que cria a Agência Nacional de Mineração, e o Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, que dá nova redação ao Código de Minas.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 9/2019 ALVARO DIAS	Dá nova redação aos §§ 1º, 2º e 3º do art. 14 da Constituição Federal, para facultar a participação do estrangeiro domiciliado no Brasil em eleições municipais.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 1120/2019 LASIER MARTINS	Altera o art. 101 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA), para incluir a Defensoria Pública como legitimada a ter acesso ao cadastro da criança ou adolescente submetido a medida de proteção.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
REQ 6/2019 - CRE MARCIO BITTAR	Requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de repúdio ao regime ilegítimo do ditador Nicolás Maduro, pelos atos de violência perpetrados contra o povo venezuelano e a destruição de carregamentos de ajuda humanitária.	Prejudicada em 21/12/2022
PL 1216/2019 ALVARO DIAS	Acrescenta o § 6º ao art. 33 e altera o art. 35 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, para proibir a divulgação de pesquisas eleitorais nos quinze dias anteriores ao pleito e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 1265/2019 LUIZ CARLOS DO CARMO	Institui o dia 21 de abril como o Dia Nacional de Combate a Violência e ao Crime Hediondo.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 12/2019 ALVARO DIAS	Modifica os §§ 1º e 2º do art. 46 da Constituição Federal, para reduzir o número de Senadores de três para dois, por Estado e pelo Distrito Federal.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
RQS 104/2019 RANDOLFE RODRIGUES	Auditoria e inspeção de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial de todos os contratos e documentos comprobatórios da prestação dos serviços de aviação, prestados no âmbito da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) na última legislatura.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 105/2019 RANDOLFE RODRIGUES	Informações ao Tribunal de Contas da União, nos termos do art. 70 e art. 71, incisos IV e VII, da Constituição Federal, referente à existência de procedimentos de fiscalização, auditorias ou inspeções realizadas em relação à construção da Ponte do rio Matapi, localizada no município de Santana-AP, assim como a realização de inspeção na referida obra.	Prejudicada em 21/12/2022
PL 1350/2019 ROSE DE FREITAS	Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, para determinar que entidades de prática desportiva apresentem alvará de funcionamento para serem reconhecidas e certificadas como entidades formadoras de atletas.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 1329/2019 ALVARO DIAS	Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 9.504 de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, para regulamentar debates, entrevistas individuais e coberturas jornalísticas sobre atos de campanha e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLP 57/2019 - Complementar ROSE DE FREITAS	Altera a Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para determinar que a liberação dos recursos relativos a transferências voluntárias deverá preferencialmente obedecer à ordem cronológica de aprovação dos respectivos projetos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 1421/2019 ROSE DE FREITAS	Altera os arts. 114 e 123 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para estabelecer a necessidade de avaliação psicológica para a progressão ao regime aberto e para a concessão do benefício da saída temporária.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 1406/2019 ROSE DE FREITAS	Altera a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, para incluir o desempenho acadêmico como um dos requisitos a ser considerado na seleção de estagiários bem como a condição social e familiar do candidato ao estágio.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 1417/2019 ROSE DE FREITAS	Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, para majorar as penas cominadas aos crimes relacionados a poluição e a condutas com produtos perigosos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PL 1415/2019 ROSE DE FREITAS	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para estabelecer preferência em leilão de veículos àquele que teve o bem apreendido.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 1458/2019 ROSE DE FREITAS	Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), para permitir o saque do saldo do FGTS quando o trabalhador completar 60 anos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 1455/2019 ROSE DE FREITAS	Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), para permitir o saque do saldo do FGTS quando o trabalhador permanecer um ano ininterrupto fora do regime do FGTS.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 18/2019 ALVARO DIAS	Modifica o caput do art. 27 da Constituição Federal, que dispõe sobre a representação nas Assembleias Legislativas, e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLP 62/2019 - Complementar JOSÉ SERRA	Altera a Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016, para conferir maior flexibilidade, alcance e eficácia à regra fiscal que disciplina o crescimento das despesas correntes primárias no âmbito dos governos estaduais.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLP 66/2019 - Complementar ALVARO DIAS	Exclui da Justiça Eleitoral a competência para processar e julgar os crimes cometidos contra a Administração Pública e aqueles que lhes forem conexos e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 1536/2019 JEAN PAUL PRATES	Destina ao Fundo Social os recursos, em favor da União, oriundos de acordos de leniência, bem como de acordos judiciais celebrados entre pessoas físicas ou jurídicas com autoridades estrangeiras.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 1541/2019 MAILZA GOMES	Altera as Leis nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), e 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), com o fim de aperfeiçoar a legislação eleitoral no combate à fraude à cota de gênero.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PL 1594/2019 JOSÉ SERRA	Dispõe sobre sua composição e forma de funcionamento do Conselho de Gestão Fiscal, nos termos do art. 67 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 22/2019 ALVARO DIAS	Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para fixar o valor mínimo a ser aplicado, anualmente, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, em ações e serviços públicos de saúde e em manutenção e desenvolvimento do ensino.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
REQ 15/2019 - CRE CHICO RODRIGUES	Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objetada pelo REQ 10/2019 - CRE, seja incluída a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, e que seja convidado o Excelentíssimo Senhor Marcos Cesar Pontes, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC, para apresentar dados do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST), que permite que os Estados Unidos da América do Norte e outras nações lancem satélites a partir do Centro Espacial de Alcântara (CEA), no Maranhão.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 180/2019 FERNANDO BEZERRA COELHO	Oitiva da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o PLC 103/2017.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 15/2019 - CDR IZALCI LUCAS	Requeiro, nos termos do Artigo 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Política de Centros de Desenvolvimento Regional, desenvolvida pelo Ministério da Educação em escala piloto, seja objeto de avaliação por esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo no presente ano.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 19/2019 - CE STYVENSON VALENTIM	Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a qualidade dos cursos EAD no País; o acesso a informação referente à regularidade desses junto ao MEC; os critérios de fiscalização de abertura e manutenção desses cursos; e as ações que o MEC vem desenvolvendo para resolver os casos de milhares de alunos que concluíram curso superior em instituições de ensino a distância irregulares e não obtiveram registros de seus diplomas de conclusão.	Prejudicada em 21/12/2022
PEC 30/2019 ELMANO FÉRRER	Altera o art. 73 da Constituição Federal para modificar a forma de escolha e o regime jurídico dos Ministros do Tribunal de Contas da União.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
REQ 8/2019 - CRA SORAYA THRONICKE	Nos termos do artigo 90, IX, 96-B e 104-B do Regimento Interno do Senado Federal, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária decide selecionar a seguinte Política Pública do Poder Executivo para avaliação no ano de 2019: Política de Comércio Internacional Agropecuário. Relator da avaliação: Senador Luis Carlos Heinze.	Prejudicada em 21/12/2022
PL 1850/2019 ALVARO DIAS	Altera a Lei nº 4886, de 9 de dezembro de 1965, para fixar em R\$ 75,00 (setenta e cinco reais) o valor da anuidade devida pelos representantes comerciais, pessoas físicas e jurídicas, ao Conselho Regional dos Representantes Comerciais no qual estejam registrados.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 1851/2019 ALVARO DIAS	Altera a Lei nº 4.886, de 9 de dezembro de 1965, para dispor sobre as eleições e composição dos Conselhos Federal e Regionais de Representantes Comerciais Autônomos, e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
RQS 208/2019 ROBERTO ROCHA	Oitiva da CAE sobre o PLS 376/2016.	Prejudicada em 21/12/2022
PL 1907/2019 FERNANDO BEZERRA COELHO	Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para prorrogar a autorização da dedução, do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas devido, da contribuição patronal paga à Previdência Social pelo empregador doméstico.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 1906/2019 ROSE DE FREITAS	Altera o art. 20 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para determinar a manutenção da prisão em flagrante ou da prisão preventiva decretada no curso da investigação até a conclusão do inquérito policial ou de eventual apuração realizada pelo Ministério Público.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 1918/2019 LASIER MARTINS	Altera as Leis nº 6.938, de 31 de agosto de 1981; nº 7.802, de 11 de julho de 1989; nº 12.651, de 25 de maio de 2012; e nº 13.123, de 20 de maio de 2015; para estabelecer medidas de estímulo à pesquisa e à proteção das populações de polinizadores.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 1983/2019 ROBERTO ROCHA	Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para estabelecer a responsabilidade de toda a cadeia de fornecedores de produtos ou serviços na hipótese de dano causados a terceiros.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PEC 42/2019 ANTONIO ANASTASIA	Revoga a não incidência de ICMS na exportação de produtos não-industrializados e semielaborados.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 1980/2019 JEAN PAUL PRATES	Altera a Lei nº 13.251, de 22 de dezembro de 2010, que dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas; cria o Fundo Social - FS e dispõe sobre sua estrutura e fontes de recursos; altera dispositivos da Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
REQ 19/2019 - CRE SORAYA THRONICKE	Requeiro, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional avalie a política brasileira de adesão à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), no exercício de 2019.	Prejudicada em 21/12/2022
PL 2168/2019 ALVARO DIAS	Altera a redação do § 2º do art. 63 da Lei 8.906, de 4 de julho de 1994, para permitir que jovens advogados, com mais de dois anos de efetivo exercício profissional, possam disputar as eleições da Ordem dos Advogados do Brasil.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 47/2019 LASIER MARTINS	Altera o art. 5º da Constituição Federal para prever regime integralmente fechado para condenados por crimes hediondos cometidos com violência contra a pessoa.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 2235/2019 LUIZ CARLOS DO CARMO	Altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), para estabelecer a reserva de ao menos trinta por cento das cadeiras de Deputado Federal, Deputado Estadual, Deputado Distrital e Vereador para cada um dos sexos e reservar, quando da renovação de dois terços do Senado Federal, uma vaga para candidaturas masculinas e outra vaga para candidaturas femininas.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
REQ 30/2019 - CAE ROGÉRIO CARVALHO	Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão de Assuntos Econômicos, com o objetivo de debater a venda da Transportadora Associada de Gás (TAG) pela Petrobras	Prejudicada em 21/12/2022
PL 2259/2019 REGUFFE	Altera a Lei nº 7.565, de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, para determinar o pagamento automático de indenização aos consumidores por atraso de voos, sem que esses precisem entrar na Justiça.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
REQ 31/2019 - CAE STYVENSON VALENTIM	Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS329/2018, que Dispõe sobre a forma de arrecadação de recurso de entidade beneficente de assistência social por meio de título de capitalização.	Prejudicada em 21/12/2022
PLP 107/2019 - Complementar ALVARO DIAS	Acrescenta o § 5º ao art. 4º, o § 6º ao art. 9º e os §§ 3º a 5º ao art. 26, todos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para estabelecer limites para valores e prazos máximos de vigência para subvenções pagas pelo setor público, criar mecanismo de prestação de contas relativo ao gerenciamento da dívida pública mobiliária federal e fixar limite máximo ao déficit primário equivalente a 1,1% do Produto Interno Bruto.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
RQS 288/2019 ROBERTO ROCHA	Oitiva da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo sobre o Projeto de Lei do Senado nº 418/2013.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 32/2019 - CAE WELLINGTON FAGUNDES	Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 538/2018, que Altera a Lei Complementar nº 87/1996 (Lei Kandir), de forma a garantir a utilização dos créditos acumulados de ICMS nas exportações.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 297/2019 COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL	Criação de Comissão Temporária Externa destinada a participar de missão oficial no Peru.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 300/2019 IZALCI LUCAS	Oitiva da Comissão de Assuntos Econômico sobre o Projeto de Lei do Senado nº 505, de 2017.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 302/2019 CHICO RODRIGUES	Audiência da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 143/2011.	Prejudicada em 21/12/2022
PL 2451/2019 JEAN PAUL PRATES	Altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para estabelecer critérios para a utilização do benefício do incentivo fiscal.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
REQ 37/2019 - CAE RANDOLFE RODRIGUES	Requeremos, nos termos do arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e do art. 397, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Exmo. Sr. Ministro de Estado da Economia, para que compareça à Comissão, a fim de prestar informações sobre a decretação de sigilo sobre estudos da reforma da Previdência, noticiada pelo jornal Folha de São Paulo.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 38/2019 - CAE RANDOLFE RODRIGUES	Requeremos, nos termos do arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e do art. 397, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Exmo. Sr. Secretário Especial da Previdência do governo federal, Rogério Simonetti Marinho, para que compareça à Comissão, a fim de prestar informações sobre a decretação de sigilo sobre estudos da reforma da Previdência noticiada pelo jornal Folha de São Paulo.	Prejudicada em 21/12/2022
PL 2507/2019 ACIR GURGACZ	Institui a Política Nacional dos Corpos de Bombeiros Militares na Segurança Pública.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 2508/2019 ACIR GURGACZ	Altera o art. 854 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para vedar a penhora de valores constantes de conta salário em que os créditos da entidade pagadora sejam inferiores a cinquenta salários mínimos mensais, considerada a média anual, ressalvada a penhora para pagamento de prestação alimentícia.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 2504/2019 ACIR GURGACZ	Altera a Lei nº 11.889, de 24 de dezembro de 2008, para estabelecer o piso salarial dos Técnicos em Saúde Bucal – TSB e Auxiliares em Saúde Bucal – ASB, e modifica a competência dos TSB.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
REQ 44/2019 - CE ANGELO CORONEL	Requer, nos termos do arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e do art. 397, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Ministro de Estado da Educação, Abraham Weintraub, para que compareça à Comissão, a fim de prestar informações sobre o bloqueio do orçamento de universidades federais, notadamente a Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal Fluminense (UFF) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA).	Prejudicada em 21/12/2022
PL 2604/2019 ACIR GURGACZ	Estabelece requisitos para a investidura em cargos em comissão e funções de confiança nos órgãos e entidades da administração pública direta, autárquica e fundacional dos Poderes da União.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
REQ 40/2019 - CAE RANDOLFE RODRIGUES	Requeiro, nos termos do artigo 58, §2º, V, da Constituição Federal e do artigo 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, o convite ao Ministro da Educação, Abraham Bragança de Vasconcelos Weintraub, para prestar esclarecimentos sobre o bloqueio de recursos das Universidades Federais.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 26/2019 - CTFC RANDOLFE RODRIGUES	Requer o convite ao secretário especial da previdência do governo federal, Rogério Simonetti Marinho, para prestar informações acerca das denúncias de que o valor de uma emenda parlamentar de sua autoria foi parar em na conta de um primo, conforme investigação da Polícia Federal.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 27/2019 - CTFC RANDOLFE RODRIGUES	Requer o convite ao Ministro da Educação, Abraham Bragança de Vasconcelos Weintraub, para prestar esclarecimentos sobre o bloqueio de recursos das Universidades Federais.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 42/2019 - CAE PAULO PAIM	Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o “ PLS nº 511 de 2017, que acrescenta o art. 14-A à Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962, para dispor sobre duração da jornada normal semanal de trabalho do Psicólogo”.	Prejudicada em 21/12/2022
PLP 124/2019 - Complementar MARIA DO CARMO ALVES	Altera a Lei Complementar no 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, para condicionar a validade das leis que especifica à revogação de ao menos duas outras leis relativas à mesma atividade econômica e instituir novas diretrizes para a revogação das leis.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 64/2019 ROBERTO ROCHA	Altera os arts. 23 e 165 da Constituição Federal; cria o art. 165-A da Constituição Federal; dá nova redação ao art. 35 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; e cria o art. 35-A do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para dispor sobre políticas de redução das desigualdades inter-regionais.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 2675/2019 MAILZA GOMES	Altera a Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, para assegurar a execução orçamentária e financeira das programações do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PL 2674/2019 MAILZA GOMES	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para permitir que a Administração Pública exija, nos editais de licitação para a contratação de serviços, que um percentual mínimo da mão de obra seja composto por mulheres em situação de violência doméstica e familiar.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 2648/2019 ROBERTO ROCHA	Dispõe sobre a exploração de cassinos em resorts instalados ou que venha a se instalar em qualquer parte do território nacional, e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 2718/2019 ROSE DE FREITAS	Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 – Estatuto do Desarmamento, para vedar a comercialização de armas de fogo de uso restrito para pessoas físicas e jurídicas.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLP 130/2019 - Complementar JEAN PAUL PRATES	Altera o § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, determinando que os recursos destinados, no Orçamento da União, para manutenção e desenvolvimento do ensino não sejam objeto de limitação de empenho e movimentação financeira.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 2833/2019 JEAN PAUL PRATES	Adiciona inciso ao art. 39 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para vedar a obsolescência programada.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 70/2019 ACIR GURGACZ	Acrescenta § 13 ao art. 37 e dá nova redação ao inciso II do § 3º do art. 142, ambos da Constituição Federal, para detalhar hipóteses de acumulação de cargos dos servidores civis que menciona, assim como dos militares das forças armadas e dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 2903/2019 ROSE DE FREITAS	Dispõe sobre normas de regulação do setor de órteses, próteses e demais materiais implantáveis; altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para determinar o fornecimento de informações econômicas para fins de composição dos preços; e a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para determinar a substituição gratuita dos produtos implantados, nos casos que especifica.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
REQ 46/2019 - CAE KÁTIA ABREU	Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de discutir o modelo de transporte ferroviário tendo como temas a serem explorados: Direito de Passagem; Modelo open access ao sistema ferroviário; Cálculo da tarifa ferroviária; Fundamentos das Ações Diretas de Inconstitucionalidades (ADI) 5684 e 5991 contra a Lei nº 13.448/17 (sancionada no governo Temer) que autorizou a prorrogação antecipada dos contratos de concessões ferroviárias.	Prejudicada em 21/12/2022
PL 2902/2019 ROSE DE FREITAS	Altera a Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, que institui o sistema financeiro para aquisição da casa própria, com a finalidade de dar prioridade à mulher chefe de família na contratação de financiamento para compra da moradia.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 76/2019 ANTONIO ANASTASIA	Altera a Constituição Federal, para incluir as polícias científicas no rol dos órgãos de segurança pública.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
REQ 48/2019 - CAE ROGÉRIO CARVALHO	Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 15/2019 - CAE, seja incluído o seguinte convidado: Rodrigo Orair - Representante da Instituição Fiscal Independente do Senado Federal (IFI). Economista pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pesquisador associado ao International Policy Centre for Inclusive Growth (IPC-IG).	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 49/2019 - CAE ROGÉRIO CARVALHO	Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 4/2019, seja incluído o seguinte convidado: Cleveland Prates Teixeira - professor da FGV - São Paulo	Prejudicada em 21/12/2022
PL 2971/2019 ROSE DE FREITAS	Dispõe sobre a regulamentação dos serviços de compartilhamento de bicicletas, bicicletas elétricas e veículos de mobilidade individual autopropeledidos e institui normas para circulação de bicicletas elétricas e veículos de mobilidade individual autopropeledidos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 2965/2019 ELMANO FÉRRER	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para incluir os controles eletrônicos de estabilidade e tração como equipamentos obrigatórios dos veículos automotores.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
REQ 56/2019 - CAE IZALCI LUCAS	Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de para debater os efeitos fiscais da política monetária, creditícia e cambial.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 30/2019 - CRE NELSINHO TRAD	Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 12/2019 - CRE, incluir o ministro do Superior Tribunal de Justiça Antonio Herman de Vasconcellos e Benjamin.	Prejudicada em 21/12/2022
PL 3007/2019 LASIER MARTINS	Altera os arts. 65 e 115 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para extinguir os benefícios de atenuação de pena e redução pela metade dos prazos de prescrição, aplicáveis quando o agente, na data do crime, apresentar idade inferior a 21 (vinte e um) anos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 81/2019 ROSE DE FREITAS	Altera os arts. 27, 29, 45 e 49 da Constituição Federal, para determinar a paridade de gêneros nos assentos da Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas, Câmara Legislativa do Distrito Federal e Câmaras Municipais.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 3075/2019 LUIZ CARLOS DO CARMO	Modifica a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), para tornar obrigatório plebiscito sobre temas relevantes e de alta repercussão nacional concomitante com as eleições gerais.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 3076/2019 LUIZ CARLOS DO CARMO	Altera o art. 352 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para criminalizar a fuga de preso, independentemente da utilização de violência contra a pessoa.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 3110/2019 JEAN PAUL PRATES	Altera a Lei no 13.303, de 30 de junho de 2016, para exigir autorização legislativa prévia à alienação de ações que resulte na perda do controle acionário das empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias pelo poder público.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
RQS 444/2019 CHICO RODRIGUES	Oitiva da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária sobre o Projeto de Lei do Senado nº 631, de 2015.	Prejudicada em 21/12/2022

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
RQS 446/2019 ELMANO FÉRRER	Oitiva da Comissão de Serviços de Infraestrutura sobre o Projeto de Lei do Senado nº 199, de 2016.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 458/2019 FERNANDO BEZERRA COELHO	Oitiva da CAE sobre o PLS 110/2018.	Prejudicada em 21/12/2022
PLP 141/2019 - Complementar KÁTIA ABREU	Dispõe sobre o cadastramento nacional de créditos de dívida ativa federal, estadual, distrital e federal, e sobre o leilão desses créditos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 3141/2019 ACIR GURGACZ	Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal de Ji-Paraná, com sede no Município de Ji-Paraná, no Estado de Rondônia.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
RQS 453/2019 ELMANO FÉRRER	Oitiva da Comissão de Serviços de Infraestrutura sobre o Projeto de Lei nº 2259/2019.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 454/2019 ELMANO FÉRRER	Oitiva da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor sobre o Projeto de Lei nº 2259/2019.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 455/2019 ELMANO FÉRRER	Oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei nº 2259/2019.	Prejudicada em 21/12/2022
PL 3143/2019 ACIR GURGACZ	Institui os Juizados Especiais de Família.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 3142/2019 ACIR GURGACZ	Autoriza o Poder Executivo a criar o Colégio Militar de Porto Velho, no Município de Porto Velho, em Rondônia.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PL 3148/2019 ROSE DE FREITAS	Modifica a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, que altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências, para isentar do imposto de renda das pessoas físicas os rendimentos e proventos de qualquer natureza percebidos pelos portadores das doenças especificadas em lei.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 3178/2019 JOSÉ SERRA	Modifica a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, que dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas, para permitir a licitação com concessão nos blocos em que esse regime for mais vantajoso para o Brasil e instituir a disputa em igualdade de condições nas licitações de partilha da produção.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 85/2019 ACIR GURGACZ	Altera o § 2º do art. 155 da Constituição Federal para excluir da imunidade relativa ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação as operações interestaduais com energia elétrica, bem como dividir em partes iguais a apropriação da receita gerada por essas operações entre os Estados de origem e de destino.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
REQ 60/2019 - CAE CHICO RODRIGUES	Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir e esclarecer a situação atual da produção e oferta pública de insulina aos brasileiros portadores do diabetes.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 472/2019 JÚIZA SELMA	Tramitação conjunta dos PLS nºs 360/2015 e 112/2016.	Prejudicada em 21/12/2022
PL 3252/2019 LASIER MARTINS	Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências, para tornar dedutíveis da base de cálculo do imposto sobre a renda das pessoas físicas as despesas com vacinas.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
REQ 32/2019 - CDR IZALCI LUCAS	Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Superintendente da SUDAM, informações referentes à dimensão Ciência, Tecnologia e Inovação na atuação desta Superintendência.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 34/2019 - CDR IZALCI LUCAS	Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Superintendente da SUDENE, informações referentes à dimensão Ciência, Tecnologia e Inovação na atuação desta Superintendência.	Prejudicada em 21/12/2022

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PL 3263/2019 ANTONIO ANASTASIA	Modifica a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, e a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, para dispor sobre parcerias garantidas por fundos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 89/2019 LASIER MARTINS	Modifica o art. 84 da Constituição Federal, para vedar indulto e comutação de penas nas situações que especifica.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
REQ 63/2019 - CAE KÁTIA ABREU	Requer urgência para o Projeto de Lei Complementar nº 61 de 2019, que "altera a Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007, e a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, para incluir Municípios do Estado de Tocantins na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e na região do Semiárido".	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 493/2019 FERNANDO BEZERRA COELHO	Oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei nº 2313/2019.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 65/2019 - CAE ROGÉRIO CARVALHO	Requer nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a necessidade da realização do censo 2020 sem cortes, para nortear o planejamento de políticas públicas para o Brasil em seus diversos âmbitos.	Prejudicada em 21/12/2022
PLP 153/2019 - Complementar LUIZ CARLOS DO CARMO	Estabelece normas gerais nacionais de finanças públicas e administração financeira e orçamentária de natureza complementar à regulamentação geral da matéria realizada com amparo nos arts. 163 e 165, § 9º, da Constituição Federal.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 3410/2019 ELMANO FÉRRER	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, para estabelecer que a exclusão da sucessão dos herdeiros ou legatários indignos, nos casos previstos no inciso I do art. 1.814 do Código Civil, dar-se-á na própria sentença penal condenatória.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
REQ 67/2019 - CAE RODRIGO PACHECO	Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 579/2019, que altera dispositivos da Lei 9.491, de 9 de setembro de 1997, que dispõe sobre procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização.	Prejudicada em 21/12/2022

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PL 3460/2019 JEAN PAUL PRATES	Altera as Leis nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, e nº 13.303, de 30 de junho de 2006, para dispor sobre autorização legislativa específica para a alienação de ativos quando importar perda de controle acionário pelo Estado; e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 3459/2019 PAULO ROCHA	Altera o inciso I do art. 1.814 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para excluir da sucessão os herdeiros ou legatários que houverem sido autores, coautores ou partícipes de crimes que envolvam violência doméstica ou familiar, ou de maus-tratos, contra a pessoa de cuja sucessão se tratar, seu cônjuge, companheiro (a), ascendente ou descendente.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 3476/2019 ROBERTO ROCHA	Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para vedar ao fornecedor promover a oferta de produto ou serviço, por ligação telefônica ou por mensagem eletrônica, de voz, texto ou vídeo, ao consumidor que esteja inscrito em cadastro de bloqueio de oferta.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
RQS 515/2019 FERNANDO BEZERRA COELHO	Oitiva da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária sobre o Projeto de Lei nº 2313, de 2019.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 519/2019 VENEZIANO VITAL DO RÊGO	Oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 309, de 2018.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 72/2019 - CAE PAULO ROCHA	Requeiro nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento nº 71 de 2019, desta Comissão de Assuntos Econômicos, seja incluído O nome do Sr. Fabio Vasconcellos, Diretor Estaleiro Rio Maguari e Presidente Sindicato Indústria de Construção Naval do PA, como participante da audiência que será realizada em Conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura, sobre as restrições e potencialidades da utilização de navegação por cabotagem no Brasil e para instruir o Projeto de lei nº 2948, de 2019.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 530/2019 MECIAS DE JESUS	Criação de Comissão Temporária Externa destinada a acompanhar a situação do Estado de Roraima com a finalidade de verificar o impacto da imigração dos venezuelanos junto à população no que se refere à segurança pública, saúde e educação.	Prejudicada em 21/12/2022
PLP 158/2019 - Complementar ANTONIO ANASTASIA	Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para dar nova redação ao seu art. 11, que trata da previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
RQS 537/2019 AROLDE DE OLIVEIRA	Tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 230 e 239/2017.	Prejudicada em 21/12/2022
PL 3712/2019 ROSE DE FREITAS	Altera o art. 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para agravar as penas do crime de lesão corporal em contexto de violência doméstica.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
REQ 39/2019 - CTFC MARCIO BITTAR	Requer, nos termos do art. 71, IV e VII, da Constituição Federal, bem como nos termos regimentais, seja encaminhada solicitação ao Tribunal de Contas da União para que realize auditoria no Fundo Amazônia, especialmente, nos contratos de repasse, investigando o objeto dos programas aprovados, a utilização dos recursos disponibilizados, a efetividade dos programas desenvolvidos, a correlação com os objetivos do fundo, a origem dos recursos aportados no referido fundo, o real objetivo dos doadores e a legalidade dos atos normativos de constituição, funcionamento e operação.	Prejudicada em 21/12/2022
PL 3740/2019 REGUFFE	Altera a Lei nº 12.732, de 22 de novembro de 2012, para garantir ao paciente com neoplasia maligna (Câncer) o direito de se submeter ao primeiro tratamento no Sistema Único de Saúde (SUS), no prazo de até 45 dias, devendo os tratamentos sequenciais ao primeiro serem realizados em até 30 dias, a partir da prescrição médica, bem como determina a estruturação de uma rede de atenção à saúde das pessoas com essas doenças no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
RQS 549/2019 FERNANDO BEZERRA COELHO	Tramitação conjunta do PLS nº 337/2015 com o PLC nº 103/2015, com os PLS nºs 359/2015; 111/2016; 462/2018; 524/2018; e com os PL nºs 685/2019; 1232/2019; 2390/2019.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 550/2019 FERNANDO BEZERRA COELHO	Oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei nº 1232, de 2019.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 553/2019 FERNANDO BEZERRA COELHO	Oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 132, de 2018.	Prejudicada em 21/12/2022

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
REQ 71/2019 - CE IZALCI LUCAS	Requer, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para debater questões atinentes ao Aviso nº 36, de 2018, do Tribunal de Contas da União, que dispõe sobre o acompanhamento da implementação do Plano Nacional de Educação 2014-2024, com a presença de representantes das seguintes instituições: 1. Tribunal de Contas da União (TCU); 2. Ministério da Educação (MEC); 3. Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED); 4. União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME); 5. Todos pela Educação; 6. Professor Celso Niskier – Presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior (ABMES).	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 7/2019 - CSF ROGÉRIO CARVALHO	Requer a realização de uma agenda de atividades, envolvendo debates, audiências públicas e missão oficial para estudos, sobre o tema “Análise Crítica do Estado brasileiro, Instituições e Sistema e Regime de Governo após promulgação da Constituição Federal de 1988”.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 8/2019 - CSF ROGÉRIO CARVALHO	Requer a realização de uma agenda de atividades, envolvendo debates, audiências públicas e missão oficial para estudos, sobre o tema “Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) na Transparência da Administração Pública e na Prevenção à Corrupção e Processos de Investigação”.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 9/2019 - CSF ROGÉRIO CARVALHO	Requer a realização de uma agenda de atividades, envolvendo debates, audiências públicas e missão oficial para estudos, sobre o tema “A Interferência das Notícias Falsas (Fake News) no Debate Público e Ameaças à Democracia”.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 39/2019 - CRE ANGELO CORONEL	Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o Acordo de Associação Mercosul-União Europeia. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Paulo Guedes – Ministro da Economia 2. Ernesto Araújo – Ministro das Relações Exteriores 3. Marcos Troyjo – Secretário Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais 4. Klenize Chagas – Presidente da Associação dos Analistas de Comércio Exterior (AACE).	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 40/2019 - CRE ANGELO CORONEL	Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir com o Ministro das Relações Exteriores, Sr. Ernesto Araújo, o Acordo de Associação Mercosul-União Europeia.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 41/2019 - CRE ANGELO CORONEL	Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o Acordo de Associação Mercosul-União Europeia. Proponho para a audiência a presença do seguinte convidado: 1. Sr. Paulo Guedes - Ministro da Economia.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 556/2019 CID GOMES	Oitiva da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa sobre o Projeto de Lei do Senado nº 78, de 2016.	Prejudicada em 21/12/2022

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PL 3840/2019 ROBERTO ROCHA	Dispõe sobre os produtos eletrônicos recolocados no mercado de consumo.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 3841/2019 SIMONE TEBET	Altera a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991, para estender, para a área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), com exceção do Distrito Federal, benefícios previstos para as áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
REQ 43/2019 - CRE HUMBERTO COSTA	Requeiro, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A, do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Exmo. Sr. Ministro do Gabinete de Segurança Institucional, General Augusto Heleno, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a prisão de militar brasileiro integrante da comitiva do presidente Jair Bolsonaro, no aeroporto de Sevilha, na Espanha, por levar 39 (trinta e nove) quilos de cocaína em sua bagagem transportada pela Força Aérea Brasileira.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 44/2019 - CRE RANDOLFE RODRIGUES	Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o Acordo Comercial assinado entre o Mercosul e a União Europeia e suas implicações para a economia brasileira. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Representante do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA 2. Representante da Confederação Nacional da Indústria - CNI 3. Senhor Luis Cornachione - Diretor Executivo da Associação Brasileira do Agronegócio - ABAG 4. Senhor Marcos Prado Troyjo - Secretário Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia 5. Representante do Governo do Amapá 6. Senhor Paulo Nogueira Batista Jr. - Economista 7. Representante do Instituto Aço Brasil.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 45/2019 - CRE RANDOLFE RODRIGUES	Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre o Acordo Comercial assinado entre o Mercosul e a União Europeia.	Prejudicada em 21/12/2022

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
REQ 46/2019 - CRE RANDOLFE RODRIGUES	Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. Ministro de Estado da Economia, Paulo Guedes, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre o Acordo Comercial assinado entre o Mercosul e a União Europeia. No último dia 28 de junho foi anunciada a assinatura do Acordo Comercial entre o Mercosul e a União Europeia, acordo que estava sendo negociado há vinte anos. Os países dos dois blocos representam 25% da economia mundial, têm um PIB de US\$ 17 trilhões e uma população de 780 milhões de pessoas. O acordo comercial cobre temas tanto tarifários quanto de natureza regulatória, como serviços, compras governamentais, facilitação de comércio, barreiras técnicas, medidas sanitárias e fitossanitárias e propriedade intelectual, regras de indicação geográfica, pequenas e médias empresas, comércio e desenvolvimento sustentável, entre outros temas. Ao todo, são dezessete capítulos. O acordo é bastante abrangente e terá grande impacto na economia nacional. Para entrar em vigor ainda precisará ser ratificado pelo Congresso Nacional. É preciso, portanto, conhecer os detalhes desse acordo e debater quais serão os impactos, positivos e negativos, para o Brasil.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 47/2019 - CRE JAQUES WAGNER	Requeiro, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Subcomissão Temporária, composta de 3 (três) membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de 60 (sessenta) dias, acompanhar as investigações, inclusive junto às autoridades espanholas, sobre a prisão de militar brasileiro integrante da comitiva do presidente Jair Bolsonaro, no aeroporto de Sevilha, na Espanha, por levar 39 (trinta e nove) quilos de cocaína em sua bagagem transportada pela Força Aérea Brasileira.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 80/2019 - CAE KÁTIA ABREU	Requer aditamento de requerimento da CAE com a inclusão da CRA	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 568/2019 AROLDE DE OLIVEIRA	Oitiva da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Lei do Senado nº 60/2016.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 81/2019 - CAE ROGÉRIO CARVALHO	Acrescenta três convidados na audiência pública solicitada pelo REQ 71/2019.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 82/2019 - CAE ROGÉRIO CARVALHO	Acrescenta convidados na audiência pública solicitada pelo REQ 75/2019.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 83/2019 - CAE ROGÉRIO CARVALHO	Requer a inclusão do economista Paulo Nogueira Batista Jr na audiência pública solicitada pelo REQ 77/2019.	Prejudicada em 21/12/2022

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
REQ 84/2019 - CAE LASIER MARTINS	Requer audiência pública para discutir o Censo Demográfico 2020.	Prejudicada em 21/12/2022
PL 3941/2019 DÁRIO BERGER	Altera a Lei nº 12.933, de 26 de dezembro de 2013, que “dispõe sobre o benefício do pagamento de meia-entrada para estudantes, idosos, pessoas com deficiência e jovens de 15 a 29 anos comprovadamente carentes em espetáculos artístico-culturais e esportivos, e revoga a Medida Provisória no 2.208, de 17 de agosto de 2001”, para estender aos professores o benefício da meia-entrada.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 3942/2019 DÁRIO BERGER	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre o direito à liberdade de expressão, de opinião e de pensamento nos estabelecimentos públicos de educação básica e nas instituições públicas de educação superior.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 3943/2019 SIMONE TEBET	Altera a Lei no 9.882, de 3 de dezembro de 1999, para estabelecer a necessidade de demonstração da existência de controvérsia constitucional relevante e atual como condição de admissibilidade da arguição de descumprimento de preceito fundamental.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 3950/2019 JOSÉ SERRA	Altera as Leis nos 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), e 9.998, de 17 de agosto de 2000, para dispor sobre finalidade, destinação e modalidades de aplicação dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 3957/2019 KÁTIA ABREU	Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que “Regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, e dá outras providências”, para autorizar as instituições financeiras que especifica a operacionalizar recursos dos fundos de investimento do Norte e do Nordeste.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 3967/2019 ELMANO FÉRRER	Altera o art. 298 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para criminalizar atos preparatórios da falsificação de cartão de crédito ou de débito.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 3972/2019 ROBERTO ROCHA	Disciplina as apostas de loterias da Caixa Econômica Federal, para tornar obrigatória a identificação do apostador e determinar que, no caso do recebedor do prêmio não ser o apostador, os seus dados deverão ser enviados ao COAF.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PL 3981/2019 ROBERTO ROCHA	Altera a Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação - SNV; altera a Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997; revoga as Leis nºs 5.917, de 10 de setembro de 1973, 6.346, de 6 de julho de 1976, 6.504, de 13 de dezembro de 1977, 6.555, de 22 de agosto de 1978, 6.574, de 30 de setembro de 1978, 6.630, de 16 de abril de 1979, 6.648, de 16 de maio de 1979, 6.671, de 4 de julho de 1979, 6.776, de 30 de abril de 1980, 6.933, de 13 de julho de 1980, 6.976, de 14 de dezembro de 1980, 7.003, de 24 de junho de 1982, 7.436, de 20 de dezembro de 1985, 7.581, de 24 de dezembro de 1986, 9.060, de 14 de junho de 1995, 9.078, de 11 de julho de 1995, 9.830, de 2 de setembro de 1999, 9.852, de 27 de outubro de 1999, 10.030, de 20 de outubro de 2000, 10.031, de 20 de outubro de 2000, 10.540, de 1º de outubro de 2002, 10.606, de 19 de dezembro de 2002, 10.680, de 23 de maio de 2003, 10.739, de 24 de setembro de 2003, 10.789, de 28 de novembro de 2003, 10.960, de 7 de outubro de 2004, 11.003, de 16 de dezembro de 2004, 11.122, de 31 de maio de 2005, 11.475, de 29 de maio de 2007, 11.550, de 19 de novembro de 2007, 11.701, de 18 de junho de 2008, 11.729, de 24 de junho de 2008, e 11.731, de 24 de junho de 2008; revoga dispositivos das Leis nºs 6.261, de 14 de novembro de 1975, 6.406, de 21 de março de 1977, 11.297, de 9 de maio de 2006, 11.314, de 3 de julho de 2006, 11.482, de 31 de maio de 2007, 11.518, de 5 de setembro de 2007, e 11.772, de 17 de setembro de 2008; e dá outras providências, para proibir a construção de pontes de madeira construídas com recursos do Governo Federal.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLP 177/2019 - Complementar RENILDE BULHÕES	Altera a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que dispõe sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde e estabelece critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde, para estabelecer critério de cálculo dos recursos transferidos pela União para os demais entes federados baseado no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLP 178/2019 - Complementar RENILDE BULHÕES	Altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral; a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 – Lei das Inelegibilidades; e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 – Lei das Eleições –, para dispor sobre as ações e sanções em face de descumprimento à cota de gênero nas candidaturas.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
REQ 86/2019 - CAE JAQUES WAGNER	Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 52/2017.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 576/2019 RODRIGO PACHECO	Oitiva da CCJ sobre o PLS 375/2016.	Prejudicada em 21/12/2022
PEC 109/2019 SIMONE TEBET	Acrescenta § 4º ao art. 102 da Constituição Federal, para estabelecer a necessidade de demonstração da existência de controvérsia constitucional relevante e atual como condição de admissibilidade da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PL 4006/2019 ALVARO DIAS	Altera a Medida Provisória nº 2.170-36, de 23 de agosto de 2001, o Decreto nº 22.626, de 7 de abril de 1933 e a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, para regulamentar a prática do anatocismo e a cobrança de juros em diversas modalidades de crédito.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
REQ 87/2019 - CAE FERNANDO BEZERRA COELHO	Audiência Pública CAE CI	Prejudicada em 21/12/2022
PL 4033/2019 FERNANDO BEZERRA COELHO	Altera o § 2º do art. 38 da Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991 (Lei do Inquilinato), para dispor sobre o depósito da caução em dinheiro em contrato de locação.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 4032/2019 JUÍZA SELMA	Altera a Lei nº 8.906, de 04 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), para estabelecer que a OAB prestará contas ao Tribunal de Contas da União e deverá garantir aos cidadãos o direito fundamental de acesso a informações, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
REQ 88/2019 - CAE JEAN PAUL PRATES	Requer que seja convidado o Exmo. Sr. Secretário Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais, Marcos Prado Troyjo, a comparecer à Comissão de Assuntos Econômicos, a fim de prestar informações sobre a atuação intervencionista do Governo Federal no mercado brasileiro em favor das empresas estrangeiras.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 89/2019 - CAE ESPERIDIÃO AMIN	Requer, nos termos do art. 73 do RISF do Senado Federal, a criação de subcomissão temporária, no âmbito da CAE, para no prazo de 120 dias, examinar e comparar o Programa de Estímulo à Reestruturação do Sistema Financeiro (PROER), o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais (PROEF) e o Programa de Incentivo à Redução da Participação do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (PROES) e o refinanciamento, celebrado com a União, das dívidas sob responsabilidade dos Estados e Distrito Federal, ao amparo da Lei nº 9.496, de 1997, com a análise individualizada de caso a caso, a fim de eventualmente ser proposto aprimoramento da legislação vigente.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 90/2019 - CAE RANDOLFE RODRIGUES	Requer a realização de Audiência Pública para debater a política de financiamento da CAIXA para Estados e Municípios do Nordeste.	Prejudicada em 21/12/2022

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
REQ 92/2019 - CAE EDUARDO BRAGA	Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. Ministro de Estado da Economia, Sr. Paulo Guedes, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre as Políticas de Juros e Crédito no Brasil.	Prejudicada em 21/12/2022
PL 4232/2019 ACIR GURGACZ	Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para possibilitar, aos alunos matriculados na educação básica pública, a distribuição de alimentação escolar nos dias úteis não letivos, e para estabelecer que 50% dos recursos financeiros repassados pela União para o Programa Nacional de Alimentação Escolar sejam destinados à aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
REQ 51/2019 - CRE RANDOLFE RODRIGUES	Requer nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A, do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Exmo. Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, e do Exmo. Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia, Bento Albuquerque, para que compareçam a esta Comissão, em Reunião Conjunta com a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, a fim de prestar informações sobre as circunstâncias da assinatura de Ata Diplomática entre os governos do Brasil e Paraguai sobre a venda do excedente de energia da Usina Binacional de Itaipu.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 45/2019 - CTFC RANDOLFE RODRIGUES	Requer nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A, do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Exmo. Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, e do Exmo. Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia, Bento Albuquerque, para que compareçam a esta Comissão, em Reunião Conjunta com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a fim de prestar informações sobre as circunstâncias da assinatura de Ata Diplomática entre os governos do Brasil e Paraguai sobre a venda do excedente de energia da Usina Binacional de Itaipu.	Prejudicada em 21/12/2022
PL 4241/2019 ROSE DE FREITAS	Altera a Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990, para proibir a cobrança de serviços enquanto estiverem suspensos pelo inadimplemento.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 4242/2019 TELMÁRIO MOTA	Altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para prever a incidência do Imposto sobre a Renda na distribuição de lucros e dividendos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 4240/2019 ROSE DE FREITAS	Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para criminalizar a homofobia.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PEC 118/2019 ALVARO DIAS	Altera o inciso IV do art. 52 da Constituição Federal para definir que a escolha de chefe de missão diplomática de caráter permanente deve recair sobre servidor integrante da carreira diplomática.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 119/2019 KÁTIA ABREU	Acresce ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias o art. 115, que destina por 15 (quinze) anos 1/3 (um terço) dos recursos de que trata a alínea "c" do inciso II do art.159 da Constituição Federal, a projetos estruturantes, por meio de investimentos públicos e de financiamento de concessões e de parcerias público-privadas no âmbito de cada região; e autoriza determinadas instituições financeiras a ofertar empréstimos com recursos dos fundos constitucionais.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
RQS 641/2019 IZALCI LUCAS	Tramitação conjunta do PLS 512/2017 com o PL 576/2019.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 642/2019 COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS	Urgência para o PLS 116/2017-Complementar.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 648/2019 ROSE DE FREITAS	Retirada do PLS 392/2016 da relação de matérias constantes do Requerimento 548/2019, de tramitação em conjunto do PLS nº 337/2015 com os PLS nºs 11, 322, 371, 454, 715, 625, 681, 703 e 749, de 2015; 113, 321, 376, 390 e 392, de 2016; 415, de 2017; 229 e 289, de 2018; com os PLS nºs 1458 e 1455, de 2019; e com o PLC 149/2017.	Prejudicada em 21/12/2022
PEC 122/2019 RENILDE BULHÕES	Altera o art. 198 da Constituição Federal e os arts. 107 e 110 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para elevar para dezoito por cento da receita corrente líquida da União o montante mínimo a ser por ela aplicado anualmente em ações e serviços públicos de saúde, bem como para excluir esses recursos dos limites estabelecidos pelo Novo Regime Fiscal.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
REQ 94/2019 - CAE ZEQUINHA MARINHO	Requer realização de Audiência Pública para debater as operações de swaps cambiais, operações compromissadas e consequências da aprovação do PL 9248 de 2017, que dispõe sobre depósitos voluntários à vista ou a prazo.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 95/2019 - CAE ROGÉRIO CARVALHO	AP para discutir EC 95/2016.	Prejudicada em 21/12/2022

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
REQ 97/2019 - CAE ROGÉRIO CARVALHO	Requer debater o impacto socioeconômico da proposta de reforma da previdência (PEC nº 6, de 2019)	Prejudicada em 21/12/2022
PL 4421/2019 JOSÉ MARANHÃO	Acrescenta os §§ 4º e 5º ao art. 165 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para dispor sobre a instalação de centros judiciários de solução consensual de conflitos em prédios públicos e comunitários.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 4422/2019 ACIR GURGACZ	Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal, para regular a publicidade, a promoção e a exposição de produtos de tabaco e bebidas alcoólicas em pontos de venda.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
RQS 674/2019 RANDOLFE RODRIGUES	Oitiva da CMA sobre o PL 1282/2019.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 678/2019 EDUARDO BRAGA	Oitiva da Comissão de Serviços de Infraestrutura para o Projeto de Lei Complementar nº 71/2019.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 686/2019 FERNANDO BEZERRA COELHO	Oitiva da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa sobre o Projeto de Lei do Senado nº 304/2016.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 687/2019 FERNANDO BEZERRA COELHO	Oitiva da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Lei do Senado nº 304/2016.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 691/2019 FLÁVIO BOLSONARO	Oitiva da CAE sobre o PL 3134/2019.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 703/2019 OTTO ALENCAR	Oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o PLS nº 47/2018.	Prejudicada em 21/12/2022

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PL 4585/2019 ROSE DE FREITAS	Altera as Leis nos 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e 10.522, de 19 de julho de 2002, para reduzir o percentual de multa moratória, modificar o índice de correção de débitos tributários e dilatar o prazo para rescisão de parcelamentos na situação em que específica.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 4584/2019 ROSE DE FREITAS	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para criar cadastro nacional de crianças e adolescentes fora da escola.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
RQS 719/2019 HUMBERTO COSTA	Criação de Comissão Temporária Externa destinada a acompanhar e fiscalizar o desmatamento e queimadas em áreas da Floresta Amazônica e a atuação dos órgãos federais na prevenção, combate, investigação e punição de ações ou omissões causadoras desses danos.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 100/2019 - CAE MAJOR OLIMPIO	Requer a realização de audiência pública para debater a perspectiva econômica para o setor audiovisual brasileiro.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 721/2019 ELMANO FÉRRER	Oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei nº 1284, de 2019.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 55/2019 - CRE MARCIO BITTAR	Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com o objetivo de debater o Desmatamento Ilegal Zero. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Ministério das Relações Exteriores – MRE; 2. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; 3. Ministério do Meio Ambiente – MMA; e 4. Fundação Nacional do Índio – FUNAI.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 732/2019 PAULO ROCHA	Tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 317 e 324, de 2015.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 733/2019 CHICO RODRIGUES	Oitiva da CAE sobre PLS 51/2018.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 734/2019 CHICO RODRIGUES	Oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 230, de 2015.	Prejudicada em 21/12/2022

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
RQS 735/2019 CHICO RODRIGUES	Oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o PLS nº 50, de 2018.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 743/2019 FERNANDO BEZERRA COELHO	Oitiva da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo sobre o PLS nº 317, de 2015.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 744/2019 FERNANDO BEZERRA COELHO	Oitiva da Comissão de Serviços de Infraestrutura sobre o PLS nº 317, de 2015.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 745/2019 FERNANDO BEZERRA COELHO	Oitiva da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo sobre o PLS nº 324, de 2015.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 746/2019 FERNANDO BEZERRA COELHO	Oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o PLS nº 324, de 2015.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 747/2019 FERNANDO BEZERRA COELHO	Oitiva da Comissão de Serviço de Infraestrutura sobre o PLS nº 324, de 2015.	Prejudicada em 21/12/2022
PL 4840/2019 LUIZ CARLOS DO CARMO	Altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para autorizar a utilização de escritura pública para abertura, registro e publicação de testamento, bem como para inventário e partilha, mesmo quando houver incapaz.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
RQS 754/2019 ANGELO CORONEL	Criação de Comissão Temporária destinada a visitar as obras de transposição do Rio São Francisco.	Prejudicada em 21/12/2022

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
REQ 104/2019 - CAE FERNANDO BEZERRA COELHO	Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos, com o objetivo de instruir o PLS 59/2018 e o PLP 137/2019.	Prejudicada em 21/12/2022
PL 4978/2019 TELMÁRIO MOTA	Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para dispor sobre a destinação de animais domésticos e exóticos apreendidos e para proibir seu sacrifício.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
RQS 783/2019 EDUARDO GOMES	Oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o PLC 179/2017.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 788/2019 MARCOS ROGÉRIO	Oitiva da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Lei do Senado nº 332, de 2015.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 46/2019 - CDR LUCAS BARRETO	Requer realização de diligência externa no Município de Altamira, no Estado do Pará, com a finalidade de fiscalizar "in loco" o empreendimento Usina Hidrelétrica de Belo Monte.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 47/2019 - CDR LUCAS BARRETO	Requer realização de audiência pública com a finalidade de debater o cumprimento dos condicionantes do licenciamento da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.	Prejudicada em 21/12/2022
PEC 143/2019 LUIZ CARLOS DO CARMO	Acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para alterar a duração do mandato dos prefeitos e vereadores eleitos em 2020 e viabilizar a coincidência geral dos mandatos a partir de 2026.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 145/2019 LUIZ CARLOS DO CARMO	Altera o § 3º do art. 46 da Constituição Federal, para dispor sobre os suplentes de Senador.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
RQS 808/2019 ALVARO DIAS	Informações ao Ministro de Estado da Justiça e da Segurança Pública sobre a atuação das instituições públicas, inclusive da Advocacia-Geral da União - AGU, no contexto da aplicação aos casos concretos, no Brasil, dos princípios e normas decorrentes da cooperação internacional relativa ao sequestro de crianças, nomeadamente quanto à aplicação da Convenção sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças, concluída na cidade de Haia, em 25 de outubro de 1980.	Prejudicada em 21/12/2022
PL 5181/2019 JEAN PAUL PRATES	Altera o art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir que avô ou avó se afaste do trabalho por até cinco dias, por ocasião de nascimento de neto.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
RQS 810/2019 ALVARO DIAS	Informações ao Advogado-Geral da União sobre a atuação das instituições públicas, inclusive da Advocacia-Geral da União - AGU, no contexto da aplicação aos casos concretos, no Brasil, dos princípios e normas decorrentes da cooperação internacional relativa ao sequestro de crianças, nomeadamente quanto à aplicação da Convenção sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças, concluída na cidade de Haia, em 25 de outubro de 1980.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 112/2019 - CAE MAJOR OLIMPIO	Requer o aditamento ao requerimento CAE nº 105/2019.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 113/2019 - CAE RODRIGO PACHECO	Requeiro, nos termos do art.113 do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei nº 2963 de 2019, que Regulamenta o art. 190 da Constituição Federal, altera o art.1º da Lei nº. 4.131, de 3 de setembro de 1962, o art. 1º da Lei nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972 e o art. 6º da Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996 e dá outras providências, seja apreciado em Reunião Conjunta das Comissões de Assuntos Econômicos e de Agricultura e Reforma Agrária.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 827/2019 JAQUES WAGNER	Criação de Comissão Temporária Interna destinada ao Acompanhamento das Privatizações - CEAP.	Prejudicada em 21/12/2022
PL 5282/2019 ANTONIO ANASTASIA	Altera o art. 156 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal) para estabelecer a obrigatoriedade de o Ministério Público buscar a verdade dos fatos também a favor do indiciado ou acusado.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 5287/2019 ROBERTO ROCHA	Institui a Semana Nacional da Resolução de Conflitos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
RQS 830/2019 JEAN PAUL PRATES	Informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia sobre o plano de reestruturação da Eletrobrás e seu sistema de empresas.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 115/2019 - CAE ZEQUINHA MARINHO	Requer audiência pública	Prejudicada em 21/12/2022
PEC 156/2019 LASIER MARTINS	Dispõe sobre a instituição de regimes próprios de previdência social.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
REQ 60/2019 - CRE JAQUES WAGNER	Requer que seja convidado o Senhor Manoel Silva Rodrigues, Sargento da Força Aérea Brasileira, a comparecer à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a fim de prestar informações sobre a apreensão de substância entorpecente em 25 de junho de 2019 durante escala da missão presidencial ao Japão em Sevilha.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 123/2019 - CAE ROGÉRIO CARVALHO	Requer que seja convidado o Exmo. Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia e o Presidente da Petróleo Brasileiro - Petrobras, Ministro Bento Costa Lima Leite e Presidente Roberto Castello Branco, a comparecer à Comissão de Assuntos Econômicos, a fim de prestarem informações sobre o fechamento e desmonte da Petrobras no Nordeste (NE).	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 125/2019 - CAE KÁTIA ABREU	Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de audiência pública com o objetivo de discutir e avaliar os impactos econômicos das Propostas de Reforma Tributária em tramitação no Congresso Nacional, em conformidade com a competência regimental da Comissão de Assuntos Econômicos de avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, em sua estrutura e componentes. (art.99-A do RISF).	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 880/2019 SÉRGIO PETECÃO	Oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 342/2018.	Prejudicada em 21/12/2022
PL 5460/2019 JOSÉ SERRA	Altera a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, para autorizar a constituição de garantia de operações de crédito consignado a partir de recursos mantidos em planos de previdência complementar.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PL 5453/2019 FERNANDO BEZERRA COELHO	Altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos, para atualizá-la em face da atual redação da alínea c do inciso I do art. 12 da Constituição Federal, dada pela Emenda Constitucional nº 54, de 2007.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 5452/2019 FERNANDO BEZERRA COELHO	Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para estender as condições ofertadas para a adesão de novos consumidores aos demais no momento da revisão de contrato de fornecimento de produtos e serviços prestados de forma contínua.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 5449/2019 MAILZA GOMES	Acrescenta parágrafo único ao art. 199-C da Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para atribuir efeito meramente devolutivo a recursos destinados aos tribunais superiores e interpostos contra decisões que tenham deferido a adoção ou a destituição do poder familiar, em procedimentos em que tenha havido revelia.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
REQ 126/2019 - CAE ALESSANDRO VIEIRA	Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater "Soluções para o déficit acumulado dos fundos de pensão da Petrobras e do Banco do Brasil" .	Prejudicada em 21/12/2022
PL 5485/2019 ALVARO DIAS	Altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para estabelecer a competência da autoridade judiciária brasileira para ações que se restrinjam à mudança do estado civil em razão da separação ou do divórcio contra réus.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
REQ 127/2019 - CAE IZALCI LUCAS	Requer Audiência Pública para instruir o PLC Nº 134, DE 2017.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 55/2019 - CTFC ROSE DE FREITAS	Requer, nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento nº 30, de 2019, da realização de audiência pública relativa ao PLS 98/2017 que dispõe sobre o fracionamento de medicamentos. Convida os representantes dos seguintes órgãos: Ana Navarrete - Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor; Célia Chaves - Federação Nacional dos Farmacêuticos; e Hessem Miranda Neiva - Instituto para Práticas Seguras no uso de Medicamentos – ISMP.	Prejudicada em 21/12/2022
PL 5521/2019 ROSE DE FREITAS	Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir o saque do saldo do FGTS para aquisição de imóvel na planta.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PL 5522/2019 ROSE DE FREITAS	Altera as Leis nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para proibir a exploração de petróleo e gás natural em unidades de conservação e em áreas prioritárias para conservação da biodiversidade na zona costeira.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 5518/2019 ROSE DE FREITAS	Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), para permitir o saque do saldo do FGTS quando o trabalhador completar 60 anos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 5520/2019 ROSE DE FREITAS	Altera o art. 41 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para classificar como crime inafiançável a destruição de vegetação nativa.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 5524/2019 ACIR GURGACZ	Inserir o Capítulo V no Título III da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o trabalhador-estudante.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 172/2019 ACIR GURGACZ	Cria nova hipótese para destinação dos recursos arrecadados da contribuição de intervenção no domínio econômico relativa às atividades de importação ou comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados e álcool combustível, bem como institui o Fundo Nacional para Transportes Urbanos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
RQS 918/2019 PAULO PAIM	Tramitação conjunta do PLS nº 416, de 2018 com os PL nºs 605 e 2618, de 2019.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 2/2019 - CTFCGPCC MARA GABRILLI	Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de apresentar e debater as ações de fiscalização e controle sobre a qualidade do gasto público federal, bem como as práticas de governança que vêm sendo incentivadas pelos órgãos de controle interno e externo.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 921/2019 MARIA DO CARMO ALVES	Oitiva da Comissão de Educação, Cultura e Esporte sobre o PL 3832/2019.	Prejudicada em 21/12/2022

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PL 5598/2019 ACIR GURGACZ	Altera a redação do art. 145 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral) para permitir o voto dos trabalhadores do setor de transporte rodoviário, nas eleições municipais, estaduais e nacionais, em todas as seções do território nacional.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 5612/2019 FERNANDO BEZERRA COELHO	Altera a 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que instituiu o Código Civil, para conferir maior adequação à cláusula de inalienabilidade, impenhorabilidade, e de incomunicabilidade, sobre os bens da legítima.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 5611/2019 FERNANDO BEZERRA COELHO	Altera a Lei nº 11.795, de 8 de outubro de 2008, que dispõe sobre o Sistema de Consórcio, para dispor sobre os efeitos do evento morte de consorciado.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
REQ 66/2019 - CRE RANDOLFE RODRIGUES	Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 57/2019 - CRE, sejam incluídos os seguintes convidados: Carlos Nobre - cientista aposentado do INPE e pesquisador da USP. 2. Luiz Gylvan Meira Filho - Instituto de Estudos Avançados da USP. 3. Paulo Eduardo Artaxo Netto - Instituto de Física da USP. 4. Rubens Ricupero - diplomata, Ex-Ministro do Meio Ambiente, Ex- Ministro da Fazenda.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 2/2019 - CTRCC ANTONIO ANASTASIA	Requer a inclusão do nome do Professor Otavio Luiz Rodrigues Jr. na lista de convidados da audiência pública	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 3/2019 - CTRCC VANDERLAN CARDOSO	Requer acréscimo de convidados.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 1/2019 - CTRCC ANGELO CORONEL	Audiência Pública para debater a necessidade de um novo Código Comercial e estabelecer as premissas para a elaboração de um marco legislativo que melhore o ambiente de negócios no Brasil	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 16/2019 - CSF ZEQUINHA MARINHO	Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 14/2019 - CSF e do REQ 15/2019 - CSF, no lugar do Ministro de Estado de Minas e Energia, Senhor Bento Albuquerque, seja convidado o representante do Ministério para ambas as audiências.	Prejudicada em 21/12/2022

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
<p>PEC 182/2019 JOSÉ SERRA</p>	<p>Aperfeiçoa e harmoniza as instituições e regras fiscais em vigor no País para uma gestão fiscal responsável e de qualidade.</p>	<p>Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo</p>
<p>REQ 2/2019 - CRESTL JAQUES WAGNER</p>	<p>Requeiro, nos termos dos art. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado das Minas e Energia, Bento Albuquerque, informações a respeito da Ata Bilateral Relativa à Contratação de Potência da Usina Hidrelétrica de Itaipu, firmada entre Brasil e Paraguai, em 24 de maio de 2019: Nesses termos, requisita-se: 1. texto integral do acordo negociado; 2. motivos que levaram a que as negociações fossem cercadas de sigilo; 3. autoridades brasileiras que participaram das negociações; 4. razões que motivaram o governo brasileiro a pedir a revisão da potência contratada pelo Paraguai; 5. principais empecilhos encontrados na negociação; 6. estimativas sobre o encarecimento da energia utilizada pelo Paraguai e eventual redução do custo da energia consumida no Brasil, em razão da revisão da energia contratada; 7. repercussões dessas negociações nas relações bilaterais Brasil/ Paraguai e nas próximas tratativas relativas ao Anexo C do Tratado de Itaipu; 8. demanda de autoridades brasileiras pelo encaminhamento do acordo; e 9. empresas que poderiam ser beneficiadas por tal revisão.</p>	<p>Prejudicada em 21/12/2022</p>
<p>REQ 3/2019 - CRESTL JAQUES WAGNER</p>	<p>Requeiro, nos termos dos arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, informações a respeito da Ata Bilateral Relativa à Contratação de Potência da Usina Hidrelétrica de Itaipu, firmada entre Brasil e Paraguai, em 24 de maio de 2019: Nesses termos, requisita-se: 1. texto integral do acordo negociado; 2. motivos que levaram a que as negociações fossem cercadas de sigilo; 3. autoridades brasileiras que participaram das negociações; 4. razões que motivaram o governo brasileiro a pedir a revisão da potência contratada pelo Paraguai; 5. principais empecilhos encontrados na negociação; 6. estimativas sobre o encarecimento da energia utilizada pelo Paraguai e eventual redução do custo da energia consumida no Brasil, em razão da revisão da energia contratada; 7. repercussões dessas negociações nas relações bilaterais Brasil/ Paraguai e nas próximas tratativas relativas ao Anexo C do Tratado de Itaipu; 8. demanda de autoridades brasileiras pelo encaminhamento do acordo; e 9. empresas que poderiam ser beneficiadas por tal revisão.</p>	<p>Prejudicada em 21/12/2022</p>
<p>REQ 138/2019 - CAE PLÍNIO VALÉRIO</p>	<p>Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir, na cidade de Manaus, AM, na Assembleia Legislativa do Estado, Propostas para o Desenvolvimento do Setor Mineral no Amazonas, tendo como objetivos principais o diagnóstico sobre os temas relevantes relacionados a políticas públicas, governabilidade, avaliação legislativa, oportunidades e investimentos para geração de emprego e renda, sustentabilidade, controle social, dentre outros assuntos de interesse da sociedade.</p>	<p>Prejudicada em 21/12/2022</p>

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
REQ 32/2019 - CRA LUIS CARLOS HEINZE	Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, e com a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de debater a consulta pública aberta pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel - que prevê a revisão da Resolução Normativa 482/2012 - alteração das regras que tratam da chamada geração distribuída - energia solar. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Ministro de Minas e Energia: Bento Albuquerque; 2. Ministro da Economia: Paulo Guedes; 3. Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica -ANEEL: André Pepitone da Nóbrega; 4. Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES: Gustavo Henrique Moreira Montezano; 5. Presidente da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica - Absolar: Rodrigo Lopes Sauer; 6. Presidente do Conselho Nacional de Consumidores de Energia Elétrica - Conacen: Manoel Teixeira de Mesquita Neto; 7. Presidente da Associação Brasileira de Geração Distribuída - ABGD: Carlos Evangelista.	Prejudicada em 21/12/2022
PL 5790/2019 JOSÉ SERRA	Altera a Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, que dispõe sobre a destinação para as áreas de educação e saúde de parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural, para destinar parcela do Fundo Social para as atividades de prevenção de vazamentos de petróleo, gás natural, outros hidrocarbonetos fluidos e seus derivados e de reparação dos danos por eles causados.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
REQ 141/2019 - CAE CID GOMES	Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o acordo da Boeing com a Embraer para a criação de uma joint venture, com a participação de convidados a serem indicados pelos membros da comissão.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 142/2019 - CAE ROGÉRIO CARVALHO	Nos termos regimentais, requeremos urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 466 de 2015 - Complementar, que "Altera a redação do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para vedar a limitação de empenho e movimentação financeira das despesas com convênios nas condições que especifica".	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 143/2019 - CAE PAULO PAIM	Nos termos regimentais, requeremos urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 425 de 2017 - Complementar, que "Altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), para estabelecer regras de anistia, remissão, transação e parcelamento dos créditos tributários".	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 992/2019 EDUARDO GOMES	Oitiva da Comissão Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2018.	Prejudicada em 21/12/2022

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
REQ 144/2019 - CAE WEVERTON	Requer aditamento ao REQ 141/2019-CAE, que requer a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o acordo da Boeing com a Embraer para a criação de uma joint venture.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 145/2019 - CAE JEAN PAUL PRATES	Requer realização de audiência pública para debater precificação automática realizada por algoritmos com aprendizagem de máquinas (self-learnig algorithms)	Prejudicada em 21/12/2022
PEC 188/2019 FERNANDO BEZERRA COELHO	Altera arts. 6º, 18, 20, 29-A, 37, 39, 48, 62, 68, 71, 74, 84, 163, 165, 166, 167, 168, 169, 184, 198, 208, 212, 213 e 239 da Constituição Federal e os arts. 35, 107, 109 e 111 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; acrescenta à Constituição Federal os arts. 135-A, 163-A, 164-A, 167-A, 167-B, 168-A e 245-A; acrescenta ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias os arts. 91-A, 115, 116 e 117; revoga dispositivos constitucionais e legais e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 5869/2019 LUIZ CARLOS DO CARMO	Regula o inciso I do art. 19 da Constituição Federal, para estabelecer condições para a colaboração de interesse público entre o Estado e cultos religiosos ou igrejas.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 189/2019 ALVARO DIAS	Altera o art. 60 da Constituição Federal, para dispor sobre a tramitação de proposta de emenda à Constituição.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
REQ 146/2019 - CAE CHICO RODRIGUES	Requerimento para instruir PLS 422/2014 que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 1007/2019 EDUARDO GOMES	Oitiva da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Lei do Senado nº 508, de 2018.	Prejudicada em 21/12/2022

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
REQ 110/2019 - CE PAULO PAIM	Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o PL nº 5695/2019, que altera as Leis 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 9.766, de 18 de dezembro de 1998, 11.947, de 16 de junho de 2009 e 10.880, de 9 de junho de 2004, para transferir a cota da União do Salário Educação para Estados e Municípios. Propõe para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1) Representante do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança e Nutrição; 2) Representante da CONTAG; 3) Representante do Conselho de Alimentar; 4) Representante do Conselho Federal de Nutrição; 5) Representante da UNICOPAS; 6) Associação dos Servidores do FNDE; 7) Representante da CNTE; e 8) Representante da FINEDUCA – Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação.	Prejudicada em 21/12/2022
PL 5957/2019 JOSÉ MARANHÃO	Altera os arts. 610 e 733 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para possibilitar a gratuidade àqueles que se declararem pobres, sob as penas da lei, para a realização consensual de inventário, partilha, separação, divórcio e extinção da união estável por via administrativa.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLP 254/2019 - Complementar ROBERTO ROCHA	Altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para estabelecer condição de inelegibilidade de magistrados e membros do Ministério Público.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
REQ 111/2019 - CE IZALCI LUCAS	Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 110/2019 - CE, seja incluído o seguinte convidado: José Ângelo Xavier de Oliveira, Presidente da Associação Brasileira de Editores e Produtores de Conteúdo e Tecnologia Educacional - ABRELIVROS.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 1026/2019 RANDOLFE RODRIGUES	Criação de Comissão Temporária Externa destinada a acompanhar o caso da execução da vereadora Marielle Franco e de seu motorista, Anderson Pedro Gomes.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 1028/2019 LEILA BARROS	Tramitação conjunta das SUG 24/2018 e SUG 27/2018.	Prejudicada em 21/12/2022

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
REQ 61/2019 - CTFC REGUFFE	Requer, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para debater a saúde suplementar no Brasil, com foco no regime jurídico dos planos de saúde oferecidos pelas operadoras, abordando os seguintes temas: manobra que os planos utilizam para não colocar à disposição dos consumidores planos de saúde individuais, obrigando as pessoas a contratarem planos de saúde coletivos; atuação da ANS na autorização de reajustes dos planos de saúde individuais e a total omissão da ANS em relação aos reajustes dos planos de saúde coletivos; o papel e o desempenho, nos últimos anos, da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) no âmbito da regulação, normatização e fiscalização de entidades de assistência médica, hospitalar e odontológica; o papel da ANS na regulação, normatização e fiscalização das relações jurídicas e comerciais mantidas entre operadoras de planos de saúde e os prestadores de serviços profissionais médicos e odontólogos, bem como entre as operadoras e os hospitais, além de outros temas de interesse da sociedade, no que tange à saúde suplementar no Brasil.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 1033/2019 IZALCI LUCAS	Oitiva da CAE sobre o PLC 34/2015.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 75/2019 - CRE JAQUES WAGNER	Requer a convocação do Exmo. Sr. Relações Exteriores, Ernesto Araújo, para que compareça à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a fim de prestar informações sobre a participação do governo brasileiro no episódio da invasão da Embaixada da República Bolivariana da Venezuela em Brasília e no golpe de Estado ocorrido recentemente no Estado Plurinacional de Bolívia.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 148/2019 - CAE JAQUES WAGNER	Requer que seja convidado o Exmo. Sr. Presidente do Banco Central do Brasil, Roberto Campos Neto, a comparecer à Comissão de Assuntos Econômicos, a fim de informações sobre o preocupante cenário de deterioração da situação externa brasileira, em especial da nossa conta corrente, que resume as transações de bens e serviços e a transferência de rendas, tendo em conta que apresenta déficit de US\$ 34 bilhões neste ano, segundo dados do Banco Central do Brasil até setembro de 2019, bem como da redução em cerca de US\$ 20 bilhões das nossas reservas internacionais até novembro deste ano.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 78/2019 - CRE ZEQUINHA MARINHO	Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras – PPIF. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Representante do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; 2. Representante do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas – EMCFA, do Ministério da Defesa; 3. Representante da Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF, do Ministério da Economia; 4. Representante da Polícia Federal – PF, do Ministério Justiça e Segurança Pública; 5. Representante da Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, do Ministério da Justiça e Segurança Pública; 6. Representante do Ministério das Relações Exteriores – MRE; e 7. Representante da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira do Ministério do Desenvolvimento Regional.	Prejudicada em 21/12/2022

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
REQ 150/2019 - CAE ROGÉRIO CARVALHO	Requer a convocação do Exmo. Sr. Ministro de Estado da Economia, Paulo Guedes, para que compareça à Comissão de Assuntos Econômicos, a fim de prestar informações sobre declaração, dada em entrevista coletiva na Cidade de Washington/EUA, no dia 25 de novembro de 2019, favorável às restrições democráticas e defesa do AI-5 enquanto meio para viabilizar reformas liberalizantes.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 1055/2019 FERNANDO BEZERRA COELHO	Tramitação conjunta dos PLC 201/2015, PLS 163/2011, 114/2015, PLS 56/2016, 248/2017, PLS 320/2018, PL 580/2019 e PL 3709/2019.	Prejudicada em 21/12/2022
PL 6206/2019 LUIZ CARLOS DO CARMO	Altera o art. 157 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever causa de aumento de pena para o crime de roubo quando a vítima estiver em serviço de transporte público, de cargas, de encomendas ou de passageiros.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 6212/2019 ANTONIO ANASTASIA	Altera a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), para dispor sobre a correção.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
REQ 62/2019 - CTFC HUMBERTO COSTA	Requer a convocação do Exmo. Sr. Ministro de Estado da Economia, Paulo Roberto Nunes Guedes, para que compareça à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, a fim de prestar informações sobre declarações dadas em entrevista coletiva na cidade de Washington/EUA, no dia 25 de novembro de 2019, relacionadas a medidas antidemocráticas (AI-5).	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 112/2019 - CE IZALCI LUCAS	Requer que seja convidado o Exmo. Sr. Ministro da Educação, Abraham Weintraub, a comparecer à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, a fim de prestar informações sobre as modificações propostas nos Arts. 208, 212 e 213 da Constituição Federal, através da PEC Nº 188/2019.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 1068/2019 HUMBERTO COSTA	Convocação do Exmo. Sr. Ministro de Estado da Economia, Paulo Roberto Nunes Guedes, para que compareça ao Plenário, a fim de prestar informações sobre declarações dadas em entrevista coletiva na cidade de Washington/ EUA, no dia 25 de novembro de 2019, relacionadas a medidas antidemocráticas (AI-5).	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 63/2019 - CTFC RANDOLFE RODRIGUES	Requer a convocação do Exmo. Sr. Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Jorge Antônio de Oliveira Francisco, para que compareça à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, a fim de prestar informações sobre a exclusão da Folha de São Paulo do pregão eletrônico nº 39/2019, da Secretaria-Geral da Presidência da República, que tem por objeto a contratação de serviços de fornecimento de assinatura para acesso on-line a jornais e revistas nacionais e internacionais, publicado no Diário Oficial da União de 28/11/2019.	Prejudicada em 21/12/2022

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
REQ 152/2019 - CAE JEAN PAUL PRATES	Requeremos, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre as "Conquistas e riscos para o desenvolvimento econômico e social do Brasil com a privatização das empresas estatais."	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 1077/2019 MARCOS DO VAL	Criação de Comissão Temporária destinada a elaborar projeto de Código Nacional de Combate à Corrupção e aos Crimes de Colarinho Branco, integrada por 7 (sete) juristas, no prazo de 180 (dias).	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 1078/2019 JAQUES WAGNER	Auditoria do TCU ao Ministério da Economia.	Prejudicada em 21/12/2022
PEC 209/2019 ROBERTO ROCHA	Altera os arts. 102 e 105 da Constituição, transformando os recursos extraordinário e especial em ações revisionais de competência originária do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
REQ 35/2019 - CRA SORAYA THRONICKE	Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com o objetivo de debater a conectividade no campo. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: <ul style="list-style-type: none"> • Representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); • Representante do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC); • Representante da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA); • Representante da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB); e • Representante da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). 	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 65/2019 - CTFC RODRIGO PACHECO	Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a política de privacidade e segurança de dados pessoais das empresas de telefonia em face da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 154/2019 - CAE LEILA BARROS	Requer avaliação operacional do SERPRO e DATAPREV	Prejudicada em 21/12/2022

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
REQ 116/2019 - CE EDUARDO GIRÃO	Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a importância da meditação transcendental e seus efeitos não só para o seu próprio equilíbrio mas o do planeta. Solícito que esta audiência seja realizada no dia 12/03/2020 às 11h horas. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Srª. Flávia Miranda Baptista - Vice Presidente do Instituto David Lynch; 2. Dr. Gregory Sun Kow- Professor de meditação transcendental; 3. Dr. Júlio César Damasceno - Reitor da Universidade Estadual de Maringá; 4. Dr. Celso Ivam Conegero - Especialista em Ciências Morfofuncionais; 5. Tenente Coronel Ademar Carlos Paschoal - Comandante do 4º Batalhão da PM de Maringá. 6. Professora Maze Nascimento - diretora da sede Brasília da Associação Internacional de Meditação.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 159/2019 - CAE ROGÉRIO CARVALHO	Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Economia, Paulo Guedes, informações sobre os dados divulgados da balança comercial brasileira e as diversas retificações seguintes.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 160/2019 - CAE JEAN PAUL PRATES	Requer ...nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Assuntos Econômicos avalie a Política Pública de concessão de incentivos fiscais ao setor de produção e comercialização de defensivos agrícolas (agrotóxicos), no exercício de 2019.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 36/2019 - CRA JEAN PAUL PRATES	Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e dos arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Economia, Paulo Guedes, informações sobre a execução dos débitos decorrentes do não recolhimento de contribuições ao Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural - FUNRURAL (art. 25 c/c 30 ambos da Lei nº 8.212/91), dada a iminência de prescrição de substancial passivo no ano de 2020. Dessa forma, faz-se necessária a disponibilização de documentos que informem o montante total das dívidas a prescrever no próximo ano, os nomes dos devedores que serão beneficiados, além da data que ocorrerá a prescrição. Nesses termos, requisita-se: 1. Detalhamento de quem está em débito com a Fazenda Pública no que se refere à contribuição social para a seguridade social do produtor rural pessoa física e pessoa jurídica e não tenha aderido ao Programa de Regularização Tributária Rural instituído pela Lei nº 13.606/18; 2. Detalhamento do passivo referente à contribuição social para a seguridade social do produtor rural pessoa física e pessoa jurídica, indicando valores devidos atualizados; 3. Detalhamento dos prazos prescricionais referentes ao passivo demonstrado pelas informações obtidas a partir da verificação do passivo e dos devedores supracitados; 4. Relatório de desempenho da Procuradoria da Fazenda Nacional junto à Receita Federal do Brasil, incluindo indicadores de mensuração de eficácia, no que tange a cobrança do passivo referente à contribuição social para a seguridade social do produtor rural pessoa física e pessoa jurídica, notadamente para aqueles débitos que prescreverão em 2020, com o intuito de avaliar o desempenho.	Prejudicada em 21/12/2022

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
REQ 61/2019 - CDR DÁRIO BERGER	Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a PEC 188/19 no que tange à proposta de extinção de municípios brasileiros.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 117/2019 - CE DANIELLA RIBEIRO	Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre a instituição do Dia Nacional de Luta Contra a Violência Doméstica e Familiar. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Senadora Zenaide Maia - Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher; 2. Senadora Rose de Freitas - Procuradora da Mulher no Senado Federal; 3. Deputada Luísa Canziani - Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados; 4. Instituto Maria da Penha - IMP; 5. ONU Mulheres; 6. Observatório da Mulher contra a Violência, do Senado Federal; 7. Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal; 8. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; 9. Rita de Cassia Andrade - Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher -Comarca de João Pessoa-PB.	Prejudicada em 21/12/2022
PL 6406/2019 LUIZ PASTORE	Dispõe sobre a imposição de penalidades relacionadas ao comércio exterior; altera o Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976; revoga a Lei nº 2.770, de 4 de maio de 1956; revoga o art. 67 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 6399/2019 ELMANO FÉRRER	Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, para prever a possibilidade de acordo de não persecução penal em caso de confissão da prática de infração penal, sem violência ou grave ameaça, com pena máxima não superior a quatro anos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 6400/2019 ELMANO FÉRRER	Altera os arts. 116 e 117 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para prever novas causas impeditivas e interruptivas de prescrição.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 6398/2019 ELMANO FÉRRER	Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, para ampliar as hipóteses de emprego da videoconferência nas audiências e em outros atos processuais.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 6401/2019 ELMANO FÉRRER	Altera o art. 33 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para prever o regime inicial fechado no cumprimento de pena em caso de reincidência ou na hipótese de prática de peculato, corrupção passiva, corrupção ativa, roubo com arma de fogo ou explosivo, ou roubo que resulte em lesão corporal grave.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PL 6403/2019 LUIZ PASTORE	Altera as Leis nos 4.502, de 30 de novembro de 1964, e 9.430, de 27 de dezembro de 1996, para reduzir as multas de lançamento de ofício e a multa de mora, aplicáveis a impostos e contribuições administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 217/2019 JOSÉ SERRA	Altera a Constituição Federal para instituir o Sistema Parlamentarista de Governo.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 6413/2019 FERNANDO BEZERRA COELHO	Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, para dispor sobre a regra de igualdade substancial na determinação das prestações alimentícias entre os filhos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 6415/2019 ROBERTO ROCHA	Altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), para permitir que seja averbada no Cartório de Registro de Imóveis a decisão judicial de natureza civil para garantir ao credor direito de preferência sobre a alienação do imóvel.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
RQS 1125/2019 LEILA BARROS	Oitiva da CAE sobre o PLS 383/2017.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 4/2019 - CDRUBM ZEQUINHA MARINHO	Prorrogação da subcomissão de acompanhamento de conclusão das obras de implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (REQ nº 12/2019-CDR) até o término da próxima sessão legislativa ordinária.	Prejudicada em 21/12/2022
PL 6471/2019 ELMANO FÉRRER	Altera o art. 2º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 ("Lei dos Crimes Hediondos"), para dispor sobre a progressão de regime e as saídas temporárias.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
REQ 118/2019 - CE ANGELO CORONEL	Requer, nos termos do art. 93, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, a dispensa da Audiência Pública, proposta pelo REQ 90/2019 - CE, destinada a instruir o PL 4028/2019, que declara feriado nacional o dia 13 de março consagrado à "Santa Dulce dos Pobres".	Prejudicada em 21/12/2022

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PL 6478/2019 JOSÉ MARANHÃO	Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para determinar que, cessada a produção ou importação de produto, a oferta de peças de reposição deverá ser mantida por período razoável de tempo, não inferior a 5 (cinco) anos, na forma da lei.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 6485/2019 KÁTIA ABREU	Desobriga a frequência em auto-escolas para a realização dos exames práticos e teóricos como condição para obtenção da CNH e garante nova destinação para os recursos arrecadados com multas de trânsito e altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
REQ 2/2020 - CTFC RANDOLFE RODRIGUES	Requer, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Exmo. Sr. Abraham Bragança de Vasconcellos Weintraub, Ministro de Estado da Educação, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre os problemas com a correção e atribuição de notas do Enem.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 3/2020 - CTFC RANDOLFE RODRIGUES	Requer, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A, do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Exmo. Sr. Secretário de Comunicação Social da Presidência da República, Fábio Wajngarten, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre denuncia de receber, por meio da empresa FW Comunicação e Marketing, da qual é sócio, dinheiro de emissoras de TV e de agências de publicidade contratadas pela própria secretaria, por ministérios e por estatais do governo.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 1/2020 - CAE RANDOLFE RODRIGUES	Requer a realização de audiência pública com o presidente do Banco Central do Brasil para discutir as diretrizes, implementação e perspectivas futuras da política monetária.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 4/2020 - CTFC RANDOLFE RODRIGUES	Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais e a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de debater as medidas já adotadas e a serem adotadas pela União para prevenção e tratamento de eventuais casos do Coronavírus (2019-nCoV) no Brasil, discutir a assistência aos brasileiros na China e analisar o possível impacto sobre o território nacional da confirmação do vírus em países vizinhos. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Exmo. Sr. Luiz Henrique Mandetta, Ministro de Estado da Saúde; Exmo. Sr. Ernesto Henrique Fraga Araújo, Ministro de Estado das Relações Exteriores.	Prejudicada em 21/12/2022

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
REQ 2/2020 - CRE RANDOLFE RODRIGUES	Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais e a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, com o objetivo de debater as medidas já adotadas e a serem adotadas pela União para prevenção e tratamento de eventuais casos do Coronavírus (2019-nCoV) no Brasil, discutir a assistência aos brasileiros na China e analisar o possível impacto sobre o território nacional da confirmação do vírus em países vizinhos. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Exmo. Sr. Luiz Henrique Mandetta, Ministro de Estado da Saúde; Exmo. Sr. Ernesto Henrique Fraga Araújo, Ministro de Estado das Relações Exteriores.	Prejudicada em 21/12/2022
PL 26/2020 FERNANDO BEZERRA COELHO	Altera a Lei nº 12.842, de 10 de julho de 2013, que dispõe sobre o exercício da Medicina, para dispor sobre o dever de informação antecedente à realização de procedimentos invasivos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 30/2020 FERNANDO BEZERRA COELHO	Altera a Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, que dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes, para dispor sobre a notificação do fiador para fins do exercício da opção de exoneração na hipótese de sub-rogação prevista no caput do art. 12.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 31/2020 FERNANDO BEZERRA COELHO	Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, para dispor sobre o restabelecimento do nome de nascimento com o término da sociedade conjugal.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 72/2020 KÁTIA ABREU	Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, para liberalizar as regras de cabotagem aérea na Amazônia Legal.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 62/2020 SIMONE TEBET	Altera a Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras e dá outras providências, para acrescentar hipótese de vedação à indicação de pessoa para o Conselho Diretor ou a Diretoria Colegiada das agências reguladoras, com base nos vínculos mantidos com empresas.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 27/2020 FERNANDO BEZERRA COELHO	Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para dispor sobre o prazo prescricional da ação coletiva de consumo.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
RQS 22/2020 JORGINHO MELLO	Criação de Comissão Temporária composta de 11 (onze) membros titulares para, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, acompanhar os desdobramentos do Coronavírus no Brasil.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 5/2020 - CTFC RANDOLFE RODRIGUES	Requer, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Luiz Henrique Mandetta, Ministro da Saúde, para que compareça a esta comissão, a fim de prestar esclarecimentos sobre a proposta de extinção do NASF - Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica, o Programa Previne Brasil e a Nota Técnica no 3/2020-DESF/SAPS/MS, que dá fim ao cadastro de novas equipes NASF e desobriga o gestor municipal e estadual de registrar esses profissionais no CNES.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 2/2020 - CAE PLÍNIO VALÉRIO	Nos termos regimentais, requer urgência para o Projeto de Lei nº 257, de 2019 - Complementar, que "Altera a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, para aperfeiçoar os meios técnicos e financeiros de resposta da União a calamidades públicas".	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 3/2020 - CAE MAJOR OLÍMPIO	Nos termos regimentais, requer urgência para o Projeto de Lei nº 142, de 2019 - Complementar, que "Altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, para reconhecer a não incidência do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza sobre valores que as sociedades cooperativas de motoristas de taxi recebem dos passageiros e repassam aos taxistas, autoriza aos Municípios a concessão de isenções, incentivos ou benefícios tributários ou financeiros, inclusive de redução de base de cálculo isenção do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza às cooperativas de motoristas de taxi".	Prejudicada em 21/12/2022
PL 189/2020 ROBERTO ROCHA	Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para prever que a responsabilização penal da pessoa jurídica independe da responsabilização da pessoa física que a represente.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
REQ 4/2020 - CAE OMAR AZIZ	Requer sejam avaliadas as políticas públicas, no âmbito do Poder Executivo Federal, acerca da questão dos reajustes anuais dos planos de saúde acima da inflação autorizados pela ANS e os reflexos econômicos para a população usuária.	Prejudicada em 21/12/2022
PL 223/2020 ROBERTO ROCHA	Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos) e dá outras providências, para permitir a doação de pessoas jurídicas aos partidos políticos e candidatos às eleições e extinguir o Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC).	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
RQS 49/2020 RANDOLFE RODRIGUES	Oitiva da CAS sobre o PLS nº 168/2018.	Prejudicada em 21/12/2022

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
REQ 2/2020 - CDR IZALCI LUCAS	Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II e V da Constituição Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. Rogério Marinho, Ministro do Desenvolvimento Regional, a comparecer a esta Comissão, a fim de apresentar nesta Comissão as ações do Ministério para os próximos dois anos.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 53/2020 FERNANDO BEZERRA COELHO	Oitiva da CAE, da CI e da CTFC sobre o PLS 304/2017.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 54/2020 FERNANDO BEZERRA COELHO	Oitiva da CI sobre o PL 1905/2019.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 5/2020 - CAE PLÍNIO VALÉRIO	Requer audiência pública para discutir a situação dos oficiais de Justiça	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 62/2020 ROGÉRIO CARVALHO	Realização de auditoria pelo Tribunal de Contas da União sobre as falhas e ineficiência no atendimento e na prestação dos serviços do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 9/2020 - CRE VANDERLAN CARDOSO	Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura e a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com o objetivo de discutir a tecnologia 5G e sua implantação no Brasil, especialmente após a aprovação inicial do leilão de radiofrequências pelo Conselho Diretor da Anatel. E, debater questões relativas a segurança cibernética das redes que serão implementadas. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Exmo. Sr. General de Exército Augusto Heleno Ribeiro Pereira, Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; Senhor Leonardo Euler de Moraes, Presidente da ANATEL; Senhor Marcos Ferrari, Presidente-executivo do SindiTelebrasil; Senhor Carlos Lauria, Diretor de Relações Institucionais da Huawei no Brasil; Senhor Tiago Machado, Diretor de Relações Governamentais da Ericsson Telecomunicações S/A.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 6/2020 - CAE PLÍNIO VALÉRIO	Tramitação conjunta do PLS 416/2018, do PL 605/2019, do PL 2618/2019 e do PL 3137/2019, por tratarem da mesma matéria.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 70/2020 JAQUES WAGNER	Oitiva da CMA sobre o PL nº 4146/2019.	Prejudicada em 21/12/2022

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
RQS 71/2020 ELMANO FÉRRER	Tramitação conjunta do PL 3137/2019 e do PL 2618/2019, por tratarem da mesma matéria.	Prejudicada em 21/12/2022
PL 359/2020 DÁRIO BERGER	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre o prazo de vigência do exame de aptidão física e mental.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
REQ 10/2020 - CRE MAJOR OLIMPIO	Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 9/2020, seja incluído o seguinte convidado: Representante do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC).	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 79/2020 ALESSANDRO VIEIRA	Criação de Comissão Temporária Interna para acompanhamento da Agenda Social da Câmara dos Deputados, composta de 10 membros titulares com a mesma quantidade de membros suplentes, no prazo de 180 dias.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 80/2020 FABIANO CONTARATO	Desapensamento dos PL nºs 1199, 1923, 2025, 2855, 3030, 3118, 5052, 5192, 5221, 5316, 5456, 5543, 5700, 5742, 5891, 5951, 6216 e 6482/2019 do PLS 236/2012.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 3/2020 - CRA JEAN PAUL PRATES	Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 22/2019 - CRA, seja incluído o seguinte convidado: Senhor José Luiz Soares (Luiz Katu), Cacique, representando Comunidade do Katu.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 4/2020 - CRA ELMANO FÉRRER	Requeiro em aditamento ao Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 2, de 2020, de autoria do Senador Esperidião Amin, que sejam convidados os Srs. Alysson Paulinelli, ex-Ministro da Agricultura e Eliseu Roberto de Andrade Alves, Funcionário da Embrapa para participarem da audiência pública aprovada por esta Comissão.	Prejudicada em 21/12/2022

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
REQ 5/2020 - CRA LUIS CARLOS HEINZE	Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Ciclo de Palestras e Debates no âmbito desta Comissão, com transmissão ao vivo pela TV Senado dentro das possibilidades técnicas e operacionais, no dia 8 de maio do corrente ano, sexta-feira, a partir das 14 horas, durante 23ª edição da Fenasoja que acontecerá no período de 1º a 10 de maio de 2020, no Parque de Exposições Alfredo Leandro Carlson, no município de Santa Rosa, no noroeste do estado do Rio Grande do Sul. O evento tem por objetivo de discutir o tema "Conectividade no Campo". Para esse importante debate, sugiro que sejam convidados a representação dos seguintes órgãos do governo e entidades, entre outras que possam ser sugeridas por este plenário, inclusive posteriormente: 1. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; 2. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; 3. Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul – Farsul; 4. Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul - Fetag/RS; 5. Federação das Cooperativas Agropecuárias do Estado do RioGrande do Sul - FecoAgro/RS; 6. Confederação Nacional das Cooperativas de Infraestrutura Infracoop; 7. Representação das Industrias de Máquinas e Implementos Agrícolas; 8. Gaúcha Tecnologia e Participações S/A – Gaúcha TecPar; e 9. Sicredi Integração de Estados RS/SC - Passo Fundo.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 87/2020 ROGÉRIO CARVALHO	Convocação do sr. Augusto Heleno Ribeiro Pereira, Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 11/2020 - CRE VANDERLAN CARDOSO	Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de receber o Diretor-geral da Agência Internacional de Energia Atômica das Nações Unidas e debater sobre as perspectivas do Programa Nuclear Brasileiro.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 7/2020 - CTFC RANDOLFE RODRIGUES	Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Onyx Lorenzoni, Ministro da Cidadania, a comparecer a esta Comissão, a fim de com o objetivo de debater sobre a fila para o ingresso no Programa Bolsa Família, a diminuição do número de famílias beneficiadas no ano de 2019, bem como a redução da previsão orçamentária para o ano de 2020. Também solicitamos esclarecimentos acerca da definição de prioridades do Ministério da Cidadania durante a nova gestão que se inicia.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 89/2020 VANDERLAN CARDOSO	Oitiva da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT sobre o Projeto de Lei do Senado nº 231, de 2015.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 9/2020 - CAE IZALCI LUCAS	Requer audiência pública para debater a proposta da Consulta Pública nº 75/2019, que “divulga minuta de circular que dispõe sobre a instituição de arranjos de pagamento na modalidade saque e aporte, no âmbito do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB)”, realizada pelo Banco Central.	Prejudicada em 21/12/2022

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
REQ 5/2020 - CE IZALCI LUCAS	Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, com o objetivo de debater o modelo de gestão alimentar das escolas públicas de educação básica, com a presença dos seguintes convidados: Representante - Secretaria de Educação do DF; Representante - Secretaria de Agricultura do DF; Representante - FNDE; Representante - Grupo de Gestores das Escolas Públicas do DF; Representante - Conselho Escolar do DF; Representante - Conselho de Nutrição do DF.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 10/2020 - CAE IZALCI LUCAS	Requer audiência pública para instruir o PL 3596/2019.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 8/2020 - CTFC RODRIGO CUNHA	Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir as políticas públicas de defesa do consumidor para o ano de 2020 com a presença do Comitê Nacional de Defesa dos Direitos Fundamentais dos Consumidores, do Ministério da Justiça e da Secretaria Nacional do Consumidor.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 9/2020 - CTFC RODRIGO CUNHA	Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os 30 anos do Código de Defesa do Consumidor.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 11/2020 - CTFC RODRIGO CUNHA	Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater acerca das falhas apontadas pela auditoria feita por técnicos do Tribunal de Contas da União nos programas e planos a respeito de Políticas sobre Drogas. Proponho para a audiência a presença do Exmo. Sr. José Múcio Monteiro, presidente do Tribunal de Contas da União.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 12/2020 - CTFC RODRIGO CUNHA	Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater as obras paradas de UBSs. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Senhor Luiz Henrique Mandetta, Ministro da Saúde, representando Ministério da Saúde; Senhor Representante, representando Ministério da Economia; Senhor Representante, representando Controladoria-Geral da União; Senhor Representante, representando Tribunal de Contas da União; Senhor Representante, representando Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil; Senhor Representante, representando Associação Nacional do Ministério Público de Contas; Senhor Representante, representando Confederação Nacional de Municípios; Senhor Representante, representando Associação dos Municípios de Alagoas; Senhor Representante, representando Transparência Brasil; Senhor Representante, representando Conselho Nacional de Justiça; Senhor Representante, representando Procuradoria-Geral da República; Senhor Representante, representando Fundo Nacional de Saúde.	Prejudicada em 21/12/2022

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
REQ 13/2020 - CTFC RANDOLFE RODRIGUES	Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com o objetivo de debater os meios e a efetividade da fiscalização de embarcações no Amapá. Conforme informação do Governo do Estado do Amapá, o número de mortos no naufrágio da embarcação Anna Karoline III subiu para 13, sendo que a embarcação tinha de 60 a 70 pessoas quando naufragou. O citado naufrágio ocorreu na madrugada de sábado (29/02), próximo à Ilha de Aruãs e à Reserva Extrativista Rio Cajari, no Rio Jari. As causas do acidente ainda não foram divulgadas. Um inquérito foi instaurado pela Marinha para investigar o caso. Trata-se de assunto de interesse público, já que desde 2013 venho denunciando a falta de fiscalização de embarcações como principal propiciadora de tais tragédias, a exemplo do naufrágio da embarcação Reis I o qual fiz questão de apontar em Plenário. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Exmo. Sr. Ilques Barbosa Junior, Comandante da Marinha, representando Marinha do Brasil.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 12/2020 - CRE NELSINHO TRAD	Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II e V da Constituição Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. General Fernando Azevedo e Silva, Ministro da Defesa, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a política brasileira de defesa.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 4/2020 - CDR RANDOLFE RODRIGUES	Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, com o objetivo de debater os meios e a efetividade da fiscalização de embarcações no Amapá.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 11/2020 - CAE ELIZIANE GAMA	Requer a retirada da Emenda 2 oferecida ao PL 3137/2019	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 8/2020 - CE LEILA BARROS	Requer, nos termos do art. 336, combinado com o art. 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL n.º 5638, de 2019.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 13/2020 - CRE AROLDE DE OLIVEIRA	Requeiro, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional avalie o Programa Nuclear Brasileiro, no exercício de 2020.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 12/2020 - CAE TASSO JEREISSATI	Requer urgência para o Projeto de Lei nº 6395, de 2019, que "Dispõe sobre o processo administrativo fiscal no âmbito do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais e dá outras providências".	Prejudicada em 21/12/2022

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
RQS 93/2020 MARIA DO CARMO ALVES	Oitiva da CAE sobre o PL nº 4424/2019.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 96/2020 FERNANDO BEZERRA COELHO	Oitiva da CCJ sobre o PLS nº 359/2017.	Prejudicada em 21/12/2022
PL 484/2020 ANTONIO ANASTASIA	Altera a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, para ampliar o uso exclusivo dos recursos do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC) ao pagamento de contrapartida pública em parcerias público-privadas aeroportuárias.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
REQ 14/2020 - CRE ANGELO CORONEL	Requeiro, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional avalie a implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras – SISFRON, no exercício de 2020.	Prejudicada em 21/12/2022
PL 502/2020 DÁRIO BERGER	Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para aumentar a pena do crime previsto em seu art. 20, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal –, para criar nova hipótese de agravante genérica e aumentar a pena do crime de injúria qualificada.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
REQ 1/2020 - CTFCGPCC MARA GABRILLI	Requerimento audiência pública CTFCGPCC	Prejudicada em 21/12/2022
PLP 22/2020 - Complementar JOSÉ SERRA	Dispõe sobre normas gerais para o funcionamento de fundos públicos criados no âmbito da União, dos Estados e dos municípios.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
REQ 15/2020 - CRE ESPERIDIÃO AMIN	Requeiro, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Subcomissão Permanente, composta de 3 (três) membros titulares e igual número de suplentes, para acompanhar a política pública relacionada à defesa cibernética, conforme o Parecer aprovado nesta Comissão relativo ao Requerimento nº 24, de 2019.	Prejudicada em 21/12/2022

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
RQS 118/2020 IZALCI LUCAS	Oitiva da CDR sobre o PL nº 120/2020.	Prejudicada em 21/12/2022
PL 575/2020 ALVARO DIAS	Altera a Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994, que dispõe sobre a padronização, a classificação, o registro, a inspeção, a produção e a fiscalização de bebidas, autoriza a criação da Comissão Intersectorial de Bebidas e dá outras providências, para proibir a utilização do dietilenoglicol em instalações de produção de cervejas em todo o território nacional.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
RQS 122/2020 MARCOS ROGÉRIO	Criação de Comissão destinada a acompanhar as ações de prevenção, controle e enfrentamento tomadas pelo Poder Público em relação ao Coronavírus (COVID-19).	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 9/2020 - CE EDUARDO GIRÃO	Requer, nos termos do art. 336, combinado com o art. 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL n.º 6559, de 2019.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 10/2020 - CE DÁRIO BERGER	Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de tomar conhecimento das políticas públicas e programas a serem implementados no âmbito de atuação do Ministério da Cidadania, especialmente na Secretaria Especial do Esporte, bem como discutir as prioridades a fim de trabalhar para uma agenda conjunta e propositiva na área do esporte. Proponho para a audiência a presença do Senhor Onyx Lorenzoni, Ministro da Cidadania.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 11/2020 - CE DÁRIO BERGER	Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de tomar conhecimento das políticas públicas e programas a serem implementados no âmbito do Ministério do Turismo, especialmente na Secretaria Especial da Cultura, bem como discutir prioridades a fim de trabalhar para uma agenda conjunta e propositiva na área da cultura. Proponho para a audiência a presença da Secretária Especial da Cultura, do Ministério do Turismo, a Senhora Regina Duarte.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 12/2020 - CE DÁRIO BERGER	Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater e propor soluções para a alimentação escolar no Brasil por meio de políticas públicas eficientes, que valorizem a alimentação saudável e atendam as demandas de cada região brasileira. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Senhora Lidiane Gonçalves dos Santos Barbosa, Presidente do Instituto Alice Henrique de Campos Gonçalves; Senhor Marcelo Colonato, Coordenador Geral do Fórum Nacional dos Conselhos de Alimentação Escolar; Senhor Marcelo Barasuol Lanzarin, Presidente da Câmara de Vereadores de Blumenau/SC; Representante da Pastoral da Criança; Representante da área de Agricultura Familiar, do Ministério da Agricultura; e Representante do Instituto Sathya Sai Educare.	Prejudicada em 21/12/2022

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
REQ 13/2020 - CE EDUARDO GIRÃO	Requer, nos termos do art. 336, combinado com o art. 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL n.º 6550, de 2019.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 125/2020 WEVERTON	Tramitação conjunta dos PL 4032/2019 com o PL 393/2020.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 16/2020 - CRE TELMÁRIO MOTA	Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o Tratado de Cooperação Amazônica - TCA, firmado em Brasília, em 1978, entre o Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela, com o objetivo promover o desenvolvimento integral da região e o bem-estar de suas populações, além de reforçar a soberania dos países sobre seus territórios amazônicos, tendo o fortalecimento da cooperação regional como o principal meio para alcançar esses objetivos.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 17/2020 - CAE PLÍNIO VALÉRIO	Acrescenta convidados a audiência pública	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 127/2020 STYVENSON VALENTIM	Oitiva da CAE sobre o PLC 90/2018.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 128/2020 STYVENSON VALENTIM	Oitiva da CCJ sobre o PLC 90/2018.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 7/2020 - CRA SORAYA THRONICKE	Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o uso amplo de tecnologia nuclear em alimentos. Assim proponho os seguintes convidados: - Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da Republica - GSI, - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, - Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares - IPEN, - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa - Confederação Nacional da Agricultura - CNA, - Associação Brasileira dos Produtores Exportadores de Frutas e Derivados - ABRAFRUTAS.	Prejudicada em 21/12/2022

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
REQ 59/2020 - CM-ReformaTributária PAULA BELMONTE	Requer a realização de Audiência Pública no âmbito desta comissão para debater o tema "Os impactos da reforma tributária em cada uma das regiões brasileiras" .	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 60/2020 - CM-ReformaTributária VITOR LIPPI	Requer a inclusão de convidado em audiência pública com o tema "Visão do Setor Privado"	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 61/2020 - CM-ReformaTributária VITOR LIPPI	Requer a realização de audiência pública com o tema "Visão do Setor Privado".	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 62/2020 - CM-ReformaTributária VITOR LIPPI	Requer a realização de audiência pública com o tema "Visão do Setor Privado".	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 14/2020 - CE ZENAIDE MAIA	Requer, nos termos do art. 93, I do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 5961/2019, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir, nos currículos do ensino fundamental e do ensino médio, para todos os alunos, conteúdos relativos à Língua Brasileira de Sinais (Libras). Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Representante do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; Representante do Ministério da Educação; e Representante da Associação Nacional dos Surdos Oralizados - ANASO.	Prejudicada em 21/12/2022
PEC 8/2020 LUIZ PASTORE	Altera o art. 5º da Constituição Federal, para incluir o acesso à internet entre os direitos fundamentais.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
REQ 18/2020 - CAE PAULO PAIM	Requer inclusão de convidados	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 135/2020 KÁTIA ABREU	Criação de Comissão Temporária para identificar as privações sociais definidas no Cadastro Único do Governo Federal organizando Plano Emergencial de Soluções.	Prejudicada em 21/12/2022

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
RQS 137/2020 ROGÉRIO CARVALHO	Realização de auditoria pelo Tribunal de Contas da União sobre o corte de bolsas da Capes para programas de pós-graduação, realizado em 2019, em especial, o maior impacto proporcional da medida na região Nordeste.	Prejudicada em 21/12/2022
PL 780/2020 JOSÉ SERRA	Dispõe sobre medidas penais e processuais relativas à prevenção da transmissão do COVID-19.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 782/2020 LASIER MARTINS	Altera as Leis nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para incluir os municípios em que estejam situadas as atividades de Tancagem, ou Armazenagem, relativas à cadeia do petróleo e do gás natural, como beneficiárias da distribuição dos respectivos royalties.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 784/2020 FERNANDO COLLOR	Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para vedar a interrupção de serviços públicos em situação de emergência ou calamidade pública por razões sanitárias ou de saúde pública.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 871/2020 JOSÉ SERRA	Dispõe sobre a instituição do Fundo para Enfrentamento do Coronavírus.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 874/2020 LASIER MARTINS	Altera a Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, para prever a possibilidade de fechamento de fronteiras em decorrência de emergências em saúde pública internacional.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 878/2020 JEAN PAUL PRATES	Dispõe sobre a prestação de apoio financeiro extraordinário pela União aos entes federativos que recebem o Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE e o Fundo de Participação dos Municípios - FPM, no exercício de 2020, na hipótese de redução do repasse mensal em relação ao mesmo período de 2019.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLP 38/2020 - Complementar REGUFFE	Fica instituído, durante o período de calamidade pública no Brasil, o Imposto Extraordinário Sobre Grandes Fortunas.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PL 880/2020 REGUFFE	Altera a Lei n.º 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e a Lei n.º 13.460, de 26 de junho de 2017, para proibir a interrupção da prestação do fornecimento de água e energia elétrica enquanto vigorar estado de calamidade pública no Brasil.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLP 45/2020 - Complementar TELMÁRIO MOTA	Institui o seguro-fraternidade, a ser recebido por brasileiros mais pobres em situações de epidemia, pandemia e calamidade pública, e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 1037/2020 TELMÁRIO MOTA	Dispõe sobre a criação, manejo e exposição de aves da raça Mura – Galo de Combate, com vistas a atender os princípios de garantia do bem-estar animal e da preservação da espécie.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 1040/2020 LUIZ PASTORE	Dispõe sobre a revogação das restrições quantitativas ao aproveitamento de prejuízos fiscais e bases negativas de IRPJ e CSLL.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 1049/2020 ROBERTO ROCHA	Altera a Lei n.º 6.088, de 16 de julho de 1974, que dispõe sobre a criação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – CODEVASF, para incluir todas as bacias hidrográficas do Nordeste em sua jurisdição.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 1050/2020 JOSÉ MARANHÃO	Altera a Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a fim de permitir a adoção intuitu personae.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 1123/2020 LASIER MARTINS	Altera a Lei n.º 9.504 de 30 de setembro de 1997, para permitir a destinação do Fundo Especial de Financiamento de Campanha no combate e prevenção da pandemia do COVID-19 e seus efeitos econômicos e sociais.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 1127/2020 TASSO JEREISSATI	Altera o Decreto n.º 70.235, de 6 de março de 1972, que dispõe sobre o processo administrativo fiscal, e dá outras providências, para estabelecer a alternância nos cargos de presidente e vice-presidente dos órgãos do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF e para estabelecer a forma de decisão e o voto de qualidade no âmbito daquele Órgão.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
RQS 151/2020 PAULO PAIM	Tramitação conjunta do PLS nº 315/2015-Complementar com os PLP nº 183/2019, PLP nº 38/2020 e PLP nº 50/2020.	Prejudicada em 21/12/2022
PLP 60/2020 - Complementar KÁTIA ABREU	Dispõe sobre a transposição e a transferência de saldos financeiros constantes dos Fundos de Assistência Social dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, provenientes de repasses federais.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 1165/2020 ALVARO DIAS	Impede o Banco Central do Brasil de realizar operações compromissadas até julho de 2021.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 1186/2020 ROSE DE FREITAS	Dispõe sobre a suspensão da cobrança das taxas de manutenção de contas bancárias em virtude da ocorrência de calamidade pública reconhecida pelo Congresso Nacional.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 1187/2020 ROSE DE FREITAS	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, para determinar a assistência psicológica remota para as pessoas em situação de isolamento ou quarentena.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 1193/2020 ROBERTO ROCHA	Dispõe sobre linha de crédito emergencial para pequenas e microempresas, sem garantia real, com aval da União, devido ao estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLP 64/2020 - Complementar ROBERTO ROCHA	Dispõe sobre o funcionamento, transposição e a transferência de saldos financeiros provenientes de recursos dos Fundos Públicos para ações emergenciais em face de decretação de estado de calamidade pública.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 1198/2020 ALVARO DIAS	Acrescenta parágrafo único ao artigo 65 da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, para prever prazo de aplicação das sanções previstas na referida Lei, em virtude do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19).	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PL 1199/2020 ALVARO DIAS	Altera a Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, que dispõe sobre a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, para modificar a ordem de preferência de créditos na falência, durante a vigência do período de calamidade pública no Brasil.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 1202/2020 ROSE DE FREITAS	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para permitir que, em períodos de situação de emergência ou calamidade pública, todas as aulas possam ser ministradas por meio de educação a distância.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 1205/2020 PAULO ROCHA	Altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
RQS 163/2020 WEVERTON	Convocação do Senhor Onyx Lorenzoni, Ministro da Cidadania, para que compareça ao Plenário Virtual do Senado Federal, a fim de prestar informações sobre os locais, datas, períodos de cadastramento e recebimento do Auxílio Emergencial (coronavoucher) pelos brasileiros aptos a receber o benefício.	Prejudicada em 21/12/2022
PL 1243/2020 ROSE DE FREITAS	Acrescenta o art. 1.045-A à Lei no 13.105, de 16 de março de 2015 (Código Processo Civil), para suspender os prazos processuais e os bloqueios judiciais, nos casos em que especifica, a contar da publicação desta Lei, até o dia 31 de dezembro de 2020, em face da ocorrência do estado de calamidade pública provocado pela pandemia de coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19) cujos efeitos nocivos à saúde pública já foram reconhecidos pelo Decreto Legislativo no 6, de 20 de março de 2020.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 1281/2020 ROSE DE FREITAS	Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para dispor sobre a garantia de auxílio financeiro, para fins de alimentação, em períodos de suspensão das aulas ocasionados por emergência de saúde pública, a ser destinado, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), às crianças regularmente matriculadas em instituições públicas de educação infantil.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 1342/2020 ALVARO DIAS	Disciplina a cobrança de tarifas para transferências bancárias até 31 de dezembro, de 2020, devido ao estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, em virtude da pandemia causada pelo Covid-19.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 1412/2020 ROSE DE FREITAS	Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para autorizar o Poder Executivo a utilizar os recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha para o combate a pandemias.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
RQS 176/2020 ROSE DE FREITAS	Tramitação conjunta do PL nº 1203/2020 com os PLS nº 392/2017, PL nº 5518/2019 e PL nº 1455/2019.	Prejudicada em 21/12/2022
PL 1413/2020 TELMÁRIO MOTA	Autoriza, enquanto durar o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, a realocação para o Ministério da Saúde da parcela da remuneração mensal dos agentes públicos que exceder o teto remuneratório constitucional, a fim de custear despesas diretamente relacionadas ao combate à pandemia do coronavírus (Covid-19).	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 1419/2020 ROSE DE FREITAS	Permite pactuar sobre a redução das mensalidades decorrentes de contrato de prestação de serviços educacionais, na modalidade presencial, por instituições privadas de ensino, diante do estado de calamidade pública causado pela pandemia do coronavírus (COVID-19).	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 1451/2020 ROBERTO ROCHA	Altera o art. 4º da Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017, para permitir que as instituições financeiras abram limite de crédito garantido pela alienação fiduciária de imóvel.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 1453/2020 JOSÉ SERRA	Estabelece medidas gerais a serem seguidas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em relação a preços e oferta de bens e serviços e abusos contra o consumidor na vigência de estado de emergência ou calamidade pública.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 1520/2020 ROSE DE FREITAS	Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para fixar condições de reequilíbrio contratual no caso de surto, epidemia ou pandemia.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 1523/2020 ALVARO DIAS	Isenta a importação de fertilizantes do pagamento do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante – AFRMM, previsto na Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, até o dia 31 de dezembro de 2021.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 1532/2020 ACIR GURGACZ	Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para autorizar o Poder Executivo a utilizar os recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha para o combate a pandemias.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PL 1538/2020 ROSE DE FREITAS	Altera o Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, para estabelecer prazo máximo para a execução de medidas previstas em lei que declare ou reconheça a situação de emergência ou o estado de calamidade pública ou que com ela esteja relacionada.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 1539/2020 TELMÁRIO MOTA	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, para permitir que, durante o período de vigência da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, o médico brasileiro graduado em instituição de ensino estrangeira possa exercer legalmente a Medicina no território nacional sem a exigência de revalidação de seu diploma.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 1546/2020 PAULO ROCHA	Dispõe sobre medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares do Brasil para mitigar os impactos socioeconômicos da pandemia do COVID19, durante o período de vigor do estado de calamidade pública no país, e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 1626/2020 ROSE DE FREITAS	Altera a Lei nº 13.103, de 2 de março de 2015, para dispor sobre medidas sanitárias a serem adotadas nos locais de espera, de repouso e de descanso dos motoristas de transporte rodoviário de passageiros e rodoviário de cargas.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
RQS 184/2020 WEVERTON	Auditoria, pelo Tribunal de Contas da União, no Plano de Investimentos da Eletrobrás para os próximos 5 anos.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 207/2020 WEVERTON	Auditoria, pelo Tribunal de Contas da União, no plano de investimento da Eletrobras para os próximos 5 anos em geração e transmissão de energia elétrica.	Prejudicada em 21/12/2022
PL 1798/2020 ROSE DE FREITAS	Dispõe sobre a permissão, na hipótese de calamidade pública reconhecida pelo Poder Público, de que o registro da ocorrência de violência doméstica e familiar contra a mulher, crimes praticados contra criança, adolescente e idoso possam ocorrer por meio da internet ou de número de telefone de emergência, bem como sobre a oitiva da ofendida em seu domicílio.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 1803/2020 FERNANDO COLLOR	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre a suspensão do pagamento de prestações do financiamento imobiliário durante a emergência de saúde pública decorrente da COVID-19.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PL 1804/2020 FERNANDO COLLOR	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para disciplinar a edição de certidões durante a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 1805/2020 ROBERTO ROCHA	Altera o art. 486 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que “aprova a Consolidação das Leis do Trabalho”, para excluir a responsabilidade de entidade federativa e de autoridades públicas federal, distrital, estadual e municipal na situação que especifica.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 1854/2020 ROSE DE FREITAS	Dispõe sobre a obrigatoriedade de as instituições financeiras oferecerem máscaras e álcool em gel para os clientes que estiverem presencialmente em agências bancárias.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 1866/2020 KÁTIA ABREU	Dispõe sobre a dedução do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) a contribuição patronal paga à Previdência Social pelo empregador doméstico, exclusivamente ao exercício de 2020, ano-calendário de 2019, devido ao estado de emergência em saúde pública em razão da pandemia do Covid-19.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 12/2020 ROSE DE FREITAS	Altera o art. 66 da Constituição Federal, para estabelecer o prazo de até dois dias úteis para a sanção em caso de situação de emergência e calamidade.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 1933/2020 ROSE DE FREITAS	Dispõe sobre prioridade de tramitação para as ações de alimentos e sobre a realização de audiência virtual no âmbito dessas mesmas ações durante a vigência do estado de calamidade pública provocado pela pandemia de coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), de que trata o Decreto Legislativo no 6, de 20 de março de 2020.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 1934/2020 ROSE DE FREITAS	Acrescenta art. 2º- A à Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, para dispor sobre a concessão de Seguro-Calamidade para os trabalhadores autônomos, contribuintes individuais da Previdência Social, e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 1935/2020 ROSE DE FREITAS	Dispõe sobre a suspensão de prestações de financiamentos habitacionais em favor de consumidores afetados economicamente pela pandemia de coronavírus (Covid-19).	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PL 1991/2020 JOSÉ SERRA	Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998 (Lei dos Planos de Saúde), para dispor sobre a assistência aos beneficiários de planos privados de saúde nas emergências em saúde pública de importância nacional ou internacional.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 1994/2020 ROBERTO ROCHA	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, para reduzir o valor das mensalidades pagas às operadoras de planos de assistência à saúde, durante o período de emergência de saúde pública de que trata a Lei.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
RQS 256/2020 ALESSANDRO VIEIRA	Convocação do Exmo. Sr. Senhor Augusto Heleno Ribeiro Pereira, Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, para que compareça ao Plenário, a fim de esclarecer se o Executivo Federal conduz algum tipo de investigação que recaia sobre os demais Poderes.	Prejudicada em 21/12/2022
PL 2002/2020 ROBERTO ROCHA	Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor sobre garantia de produto adquirido no exterior.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 2069/2020 ROSE DE FREITAS	Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, e a Lei nº 12.842, de 10 de julho de 2013, para determinar a cobertura obrigatória de teleconsultas pelos planos privados de assistência à saúde, e para autorizar a emissão de atestados médicos e de prescrições de medicamentos por meio eletrônico.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 2075/2020 ROSE DE FREITAS	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, para possibilitar a cobertura, sem o cumprimento dos prazos de carência, da internação hospitalar de pacientes com a covid-19, mediante compensação dos custos das operadoras pela respectiva redução dos valores de ressarcimento por elas devidos ao Sistema Único de Saúde (SUS).	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 2139/2020 ANTONIO ANASTASIA	Dispõe sobre o Regime Jurídico Emergencial e Transitório das relações jurídicas contratuais da Administração Pública, no período da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19).	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 2148/2020 JEAN PAUL PRATES	Altera a Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003, que institui a Política Nacional do Livro, para estabelecer medidas a vigorar em período de calamidade pública.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PL 2207/2020 ROSE DE FREITAS	Altera a Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, e o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, para incluir no rol de crimes de responsabilidade a não publicação das operações de crédito e das despesas executadas durante a vigência de estado de calamidade pública.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
RQS 289/2020 RANDOLFE RODRIGUES	Convocação do Ministro de Estado da Saúde.	Prejudicada em 21/12/2022
PLP 113/2020 - Complementar ROSE DE FREITAS	Regulamenta o disposto no art. 192 da Constituição Federal, para suspender o pagamento de dívidas e estabelecer percentual máximo de juros durante períodos de calamidade pública, atendidos aos requisitos que especifica.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
RQS 292/2020 CARLOS VIANA	Requer seja convidado o Exmo.Sr. ONYX LORENZONI, Ministro da Cidadania, para prestar esclarecimentos sobre a concessão do auxílio emergencial.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 296/2020 ALESSANDRO VIEIRA	Convocação do Ministro de Estado da Economia.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 297/2020 ALESSANDRO VIEIRA	Convocação do Ministro de Estado da Cidadania.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 298/2020 ALESSANDRO VIEIRA	Convite ao Presidente da Caixa Econômica Federal.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 299/2020 MARCOS ROGÉRIO	Destaque para votação em separado da Emenda nº 45-PLEN, apresentada ao PL nº 1128/2020.	Prejudicada em 21/12/2022
PL 2304/2020 LUIZ CARLOS DO CARMO	Institui pensão especial destinada a dependentes de profissionais de serviços de saúde que falecerem em decorrência de COVID-19, adquirida no exercício da profissão.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PL 2305/2020 LUIZ CARLOS DO CARMO	Altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para uso da Internet no Brasil; a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995; e a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, para dispor sobre a gratuidade do acesso à internet pelos beneficiários do Programa Bolsa Família.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 2307/2020 DÁRIO BERGER	Suspende a lavratura e o registro de protesto extrajudicial de títulos e outros documentos de dívida, de que trata a Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, devidos por micro e pequenas empresas, enquanto perdurar o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 2329/2020 TELMÁRIO MOTA	Acrescenta art. 78-A à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a pensão por morte devida aos dependentes de profissionais da saúde, auxiliares e trabalhadores complementares, que tenham perdido a vida em razão da pandemia e da calamidade pública decorrente do coronavírus (covid-19) e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
RQS 306/2020 PLÍNIO VALÉRIO	Requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, que as bandeiras colocadas diante do Congresso Nacional e em todas as dependências do Senado Federal sejam hasteadas a meio mastro e que se coloque um laço de crepe na ponta de lança caso estejam sendo conduzidas em cerimônia oficial, enquanto houver mortes causadas pela Covid-19 em território nacional.	Prejudicada em 21/12/2022
PL 2354/2020 DÁRIO BERGER	Dispõe sobre os requisitos de fabricação e comercialização de ventiladores pulmonares durante o período em que perdurar a situação de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 2355/2020 DÁRIO BERGER	Cria programa de recuperação da capacidade de crédito para pessoas que tenham restrições cadastrais em sistemas de proteção ao crédito.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 2370/2020 ROSE DE FREITAS	Dispõe, em caráter transitório e emergencial, sobre o quorum exigido para o aumento da contribuição em condomínios edifícios e de lotes no período da pandemia do coronavírus (Covid-19).	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PL 2410/2020 TELMÁRIO MOTA	Altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que “regula direitos e obrigações relativos a` propriedade industrial”, para conferir celeridade ao exame de pedidos de patente relacionados a produtos, processos, equipamentos e materiais essenciais para o combate a epidemias.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLP 117/2020 - Complementar ANTONIO ANASTASIA	Dispõe sobre a cooperação federativa na área de saúde e assistência pública em situações de emergência de saúde pública de importância nacional ou internacional, nos termos do inciso II e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 2435/2020 PAULO ROCHA	Prevê que o Banco Central do Brasil deverá, em caráter extraordinário, em razão do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, repassar ao Tesouro Nacional a integralidade dos resultados positivos da equalização cambial, apurados em balanço entre os meses de janeiro e março de 2020.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 2478/2020 ROSE DE FREITAS	Altera a Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950 (Lei dos Crimes de Responsabilidade), o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967 (Lei dos Crimes de Responsabilidade de Prefeitos e Vereadores), e a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 (Lei de Improbidade Administrativa), para definir como crime de responsabilidade e ato de improbidade administrativa a omissão do chefe do Poder Executivo em adotar medidas de controle de epidemias e pandemias, inclusive as orientações das autoridades de saúde vinculadas a órgãos e entidades estatais nacionais e organismos internacionais.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 2533/2020 ROSE DE FREITAS	Dispõe sobre a dispensa de licitação de quaisquer instituições financeiras autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil, para efetuar o pagamento dos benefícios emergenciais, durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, conforme a Emenda Constitucional nº 106, de 2020.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 2538/2020 TELMÁRIO MOTA	Institui a política nacional de apoio ao afroempreendedorismo.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 2563/2020 ROSE DE FREITAS	Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, Lei Orgânica da Saúde, para obrigar os serviços de saúde a informar a quantidade e a disponibilidade de leitos que possuem.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PL 2569/2020 ROBERTO ROCHA	Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para impor ao fornecedor o dever de disponibilizar canal de atendimento ao consumidor, inclusive nas hipóteses em que o estabelecimento estiver fechado por determinação do Poder Público.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 2593/2020 KÁTIA ABREU	Altera a Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, para prorrogar o pagamento do auxílio emergencial até dezembro de 2020, tendo em vista a magnitude da crise sanitária e social que se impõe em razão da pandemia de COVID-19.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 2594/2020 ROSE DE FREITAS	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração pública e dá outras providências, para prever, expressamente, a responsabilidade com a efetiva realização de obras e prestação dos serviços contratados com dispensa ou inexigibilidade de licitação.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 2620/2020 ROSE DE FREITAS	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre a produção de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 2627/2020 JEAN PAUL PRATES	Estende o prazo de pagamento do auxílio emergencial até 31 de dezembro de 2020, ao fim do estado de calamidade pública decorrente da covid-19.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 2629/2020 ROBERTO ROCHA	Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Proteção e Defesa do Consumidor – para obrigar lojas virtuais de serviços de mídia over-the-top (OTT) a oferecer listagem periódica e atualizada dos produtos e serviços adquiridos, dos termos contratuais e dos valores pactuados.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 2639/2020 KÁTIA ABREU	Institui o Programa Emergencial de Apoio ao Setor Sucroenergético brasileiro (PEASSE) e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 2708/2020 ROSE DE FREITAS	Altera o art. 312 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para criar tipo penal qualificado do crime de peculato quando a conduta incidir sobre dinheiro, valor ou bem destinado ao enfrentamento de pandemia ou epidemia, enquanto esta perdurar.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PL 2720/2020 REGUFFE	Altera a Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, para estabelecer que o Secretário da Receita Federal do Brasil será nomeado pelo Presidente da República para cumprir um mandato de dois anos, permitida uma recondução. Sua destituição pode ocorrer mediante iniciativa do Presidente da República, com aprovação de 3/5 do Senado Federal, em votação aberta.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 2741/2020 ROBERTO ROCHA	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para acrescentar, nas hipóteses de inexigibilidade de licitação, a contratação de hospedagem, alimentação e demais serviços de hotelaria, para atendimento a profissionais de saúde e profissionais de outras categorias que trabalhem em unidades e serviços de saúde durante o período em que seja decretada emergência de saúde pública.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 2742/2020 JOSÉ SERRA	Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que instituiu a renda básica de cidadania, para definir os critérios de recebimento e a fonte de custeio.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 2760/2020 ACIR GURGACZ	Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana; a Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015, que institui o Estatuto da Metrópole; a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida; e a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, para modernizar a mobilidade urbana no País.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 2775/2020 DÁRIO BERGER	Dispõe sobre a gratuidade no acesso a aplicações de ensino a distância por meio de conexões fixas e móveis de banda larga para estudantes de escolas públicas no período da emergência decorrente do coronavírus.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLP 132/2020 - Complementar ROSE DE FREITAS	Estabelece o estatuto do cuidador de idoso, o exercício da atividade laborativa, seus direitos, deveres e prerrogativas.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 2828/2020 ROSE DE FREITAS	Regulamenta o exercício da profissão de cuidador de idosos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
RQS 443/2020 ROSE DE FREITAS	Convite à Ministra de Estado da Mulher, Família e Direitos Humanos para comparecer, por meio de videoconferência, à sessão remota do Plenário do Senado Federal, a fim de esclarecer as declarações proferidas no vídeo da reunião ministerial do dia 22/04/2020.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 444/2020 ROSE DE FREITAS	Convite ao Ministro de Estado da Educação para comparecer, por meio de videoconferência, à sessão remota do Plenário do Senado Federal, a fim de esclarecer as declarações proferidas no vídeo da reunião ministerial do dia 22/04/2020.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 445/2020 ROSE DE FREITAS	Convite ao Ministro de Estado do Meio Ambiente para comparecer, por meio de videoconferência, à sessão remota do Plenário do Senado Federal, a fim de esclarecer as declarações proferidas no vídeo da reunião ministerial do dia 22/04/2020.	Prejudicada em 21/12/2022
PL 2867/2020 LASIER MARTINS	Altera a Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, para instituir a assembleia geral de credores à distância.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 2868/2020 LASIER MARTINS	Dispõe sobre a concessão de prioridade às empresas de setores que especifica na concessão de linhas de crédito e de equalizações de juros de financiamentos durante o período de vigência do reconhecimento do estado de calamidade pública de que trata o Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, caso essas empresas tenham sido afetadas por medidas restritivas de autoridades locais.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 2876/2020 ACIR GURGACZ	Acrescenta os arts. 141-A e 181-A à Lei no 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), para estabelecer que cada registro de título e documento deverá ser feito também no Sistema Eletrônico de Blockchain Nacional de Registro de Títulos e Documentos, bem como fixar que cada registro de imóvel deverá ser feito também no Sistema Eletrônico de Blockchain Nacional de Registro de Imóveis, ambos disponibilizados pelo Conselho Nacional de Justiça.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
RQS 452/2020 RANDOLFE RODRIGUES	Convocação do Ministro de Estado do Meio Ambiente para comparecer, por meio de videoconferência, à sessão remota do Plenário do Senado Federal, a fim de esclarecer as declarações proferidas no vídeo da reunião ministerial do dia 22/04/2020.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 453/2020 RANDOLFE RODRIGUES	Convocação da Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos para comparecer, por meio de videoconferência, à sessão remota do Plenário do Senado Federal, a fim de esclarecer as declarações proferidas no vídeo da reunião ministerial do dia 22/04/2020.	Prejudicada em 21/12/2022

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
RQS 455/2020 RANDOLFE RODRIGUES	Convocação do Ministro de Estado do Gabinete de Segurança Institucional para que compareça ao Plenário, a fim de prestar informações sobre a “Nota à Nação Brasileira”,	Prejudicada em 21/12/2022
PL 2929/2020 ROBERTO ROCHA	Suspende os prazos de garantia legal de serviços e de produtos duráveis e os prazos de garantia contratual de produtos durante o período de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
RQS 459/2020 ELIZIANE GAMA	Convocação do Sr. Ricardo Salles, Ministro de Estado do Meio Ambiente, para que compareça ao Plenário do Senado Federal, a fim de prestar informações sobre suas intenções proferidas no vídeo da reunião ministerial realizada no dia 22/04/2020.	Prejudicada em 21/12/2022
PL 2940/2020 KÁTIA ABREU	Dispõe sobre a prorrogação de operações de crédito rural, nas modalidades comercialização, custeio e investimento para as atividades de produção, comercialização e distribuição de natureza agropecuária que tenham sido prejudicadas em decorrência das medidas de distanciamento social adotadas para mitigar os impactos da pandemia provocada pela Covid-19.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 2950/2020 REGUFFE	Altera a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, para elevar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) dos Bancos e instituições financeiras dos atuais 20% para 27,5%, destinando-se o acréscimo de 7,5% da alíquota integralmente ao Sistema Único de Saúde (SUS).	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 2971/2020 ROSE DE FREITAS	Acrescenta o § 3º ao art. 13 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para dispor sobre a dedução tributária pela pessoa jurídica do custeio de despesas com educação dos empregados.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 2972/2020 ROSE DE FREITAS	Altera o art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, e o art. 337-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, para equiparar as penas previstas para os crimes de sonegação fiscal às previstas para os crimes de corrupção ativa e passiva.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 3015/2020 ROBERTO ROCHA	Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para exigir a sinalização adequada de alterações da quantidade, na embalagem do produto, de alterações em sua quantidade, fórmula ou ingredientes.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PL 3101/2020 JOSÉ SERRA	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para agravar as penas dos crimes de peculato, concussão, corrupção passiva e corrupção ativa, quando a conduta tiver impacto sobre ações de enfrentamento de pandemia ou epidemia, enquanto esta perdurar.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 3159/2020 KÁTIA ABREU	Dispõe sobre a prorrogação do Programa Emergencial de Suporte aos Empregos de que trata a Medida Provisória nº 944, de 03 de abril de 2020.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
RQS 637/2020 RANDOLFE RODRIGUES	Solicitação, ao Tribunal de Contas da União, da criação de uma contagem paralela das informações acerca da Covid-19, para comparação com a contagem do Ministério da Saúde, consolidação e divulgação diária, no máximo até 19h30, com os dados estaduais que especifica.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 639/2020 WEVERTON	Inclusão em pauta do Projeto de Lei nº 1985 de 2019.	Prejudicada em 21/12/2022
PL 3211/2020 TELMÁRIO MOTA	Acrescenta o art. 15-A à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para assegurar que os segurados do Regime Geral de Previdência Social – RGPS não venham a ser prejudicados em seus direitos previdenciários em função dos dados cadastrais preenchidos erroneamente ou em decorrência do eventual recebimento de auxílios emergenciais durante o período de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da epidemia de coronavírus (covid-19) e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
RQS 658/2020 MECIAS DE JESUS	Convocação do Ministro de Estado Interino da Saúde para prestar esclarecimentos sobre os crescentes números de contaminação e mortes por covid-19 e os números divergentes que estão sendo publicados.	Prejudicada em 21/12/2022
PL 3285/2020 JEAN PAUL PRATES	Dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor turístico a serem adotadas durante e depois do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 3286/2020 JEAN PAUL PRATES	Dispõe sobre processo de consulta à comunidade, escolar ou acadêmica, e formação de lista tríplice para a escolha de dirigentes das instituições federais de ensino durante o período da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da Covid-19, de que trata a Lei nº 13.979, de 2020.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PL 3288/2020 KÁTIA ABREU	Dispõe sobre o acolhimento, pelo Banco Central do Brasil, de depósitos voluntários à vista ou a prazo das instituições financeiras e institui o sistema de registro de recebíveis de arranjos de pagamento (Central de Recebíveis de Cartão de Crédito e Débito) e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 3336/2020 ROSE DE FREITAS	Autoriza a renegociação de dívidas rurais em decorrência da pandemia de Covid-19 e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 3337/2020 ROSE DE FREITAS	Altera a Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950 (Lei dos Crimes de Responsabilidade), o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967 (Lei dos Crimes de Responsabilidade de Prefeitos e Vereadores), e a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 (Lei de Improbidade Administrativa), para definir como crime de responsabilidade e ato de improbidade administrativa a omissão do chefe do Poder Executivo em disponibilizar ampla informação sobre epidemias ou pandemias, especialmente o quantitativo de pessoas afetadas e falecidas.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 3338/2020 ROSE DE FREITAS	Dispõe sobre a oferta dos serviços de provimento de conexões fixas e móveis em banda larga no período da emergência decorrente do coronavírus.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 3339/2020 ROSE DE FREITAS	Altera o art. 18 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para considerar como crime doloso a conduta praticada com negligência quando a vítima for menor de 16 (dezesesseis) anos de idade.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 3340/2020 ROSE DE FREITAS	Dispõe sobre a suspensão do pagamento de empréstimos e financiamentos, em virtude da ocorrência de calamidade pública reconhecida pelo Congresso Nacional pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 3341/2020 ROSE DE FREITAS	Destina a ações de combate ao Coronavírus (Covid-19) os recursos dos prêmios de loterias não reclamados nos termos da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, durante o período de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 3369/2020 PAULO ROCHA	Altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para incluir o apoio a apresentações de espetáculos ao vivo, com interação popular via internet, torna obrigatória a execução do Fundo Nacional de Cultura no exercício 2020 em função da decretação de calamidade pública e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PL 3372/2020 ACIR GURGACZ	Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que “dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências”, para instituir o Fundo de Financiamento Estudantil Emergencial (FIES-E).	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 3373/2020 ROSE DE FREITAS	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, para tornar obrigatória a disponibilização, pelo serviço de saúde, de boletim diário sobre o estado de saúde do paciente internado com covid-19.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 3374/2020 ROSE DE FREITAS	Acrescenta o art. 33-A à Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para estabelecer que serão aumentadas em um terço as penas dos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, criança, idoso e deficiente durante período de calamidade pública.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 3379/2020 ELMANO FÉRRER	Denomina João Claudino Fernandes o viaduto localizado na BR-343, na interseção com a Avenida dos Expedicionários, no Município de Teresina-PI.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 3405/2020 ACIR GURGACZ	“Altera a Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013, para configurar como conflito de interesse o exercício de cargo por dirigente de empresa pública ou sociedade de economia mista que mantenha vínculo societário ou profissional com empresa contratada para tratar de processo de privatização no âmbito da entidade da qual seja dirigente”.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
RQS 1058/2020 JEAN PAUL PRATES	Informações ao Presidente do Banco Central do Brasil sobre o fechamento de agências bancárias durante o período de pandemia da Covid-19.	Prejudicada em 21/12/2022
PL 3531/2020 ROSE DE FREITAS	Altera a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, para incluir a prática, sem habilitação legal, de atos privativos de profissional da área da saúde no rol dos atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da administração pública.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 3532/2020 ROSE DE FREITAS	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, para vedar a suspensão e a rescisão unilateral do contrato de plano privado de assistência à saúde coletivo por adesão, mantido por entidade de classe, durante a vigência da emergência de saúde pública.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PL 3533/2020 ROSE DE FREITAS	Acrescenta parágrafo único ao art. 6º da Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, para garantir a concessão de R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais) para mulher provedora de família monoparental em caso de prorrogação do tempo do auxílio emergencial.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 3534/2020 ROSE DE FREITAS	Dispõe sobre a suspensão do pagamento de financiamentos de veículos por cento e vinte dias.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 3535/2020 ROSE DE FREITAS	Dispõe sobre a suspensão do pagamento de empréstimos e financiamentos tomados por servidores públicos e empregados públicos e privados que tiverem redução salarial durante a vigência do Decreto Legislativo nº 6, de 2020.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 3546/2020 ROSE DE FREITAS	Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Portuária (SENAP).	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
RQS 1220/2020 ROSE DE FREITAS	Convite ao novo Ministro da Educação, Carlos Alberto Decotelli, para comparecer por meio de videoconferência a sessão remota do Plenário do Senado Federal, destinada ao debate temático sobre suas propostas e planos para a educação de nosso país.	Prejudicada em 21/12/2022
PL 3564/2020 ROSE DE FREITAS	Altera a lei Maria da Penha para estabelecer que os pais e filhos possam denunciar a violência doméstica praticada em âmbito familiar.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 3582/2020 LASIER MARTINS	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para criar o tipo penal de desperdício de recursos públicos destinados à saúde e agravar a pena de crimes que resultarem em dano aos recursos ou bens destinados à saúde.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
REQ 15/2020 - CTFC REGUFFE	Requer o convite do ex-ministro da Justiça Sérgio Fernando Moro a fim de prestar informações sobre interferências do Presidente da República na Polícia Federal.	Prejudicada em 21/12/2022

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
RQS 1267/2020 JEAN PAUL PRATES	Informações ao Ministro de Estado da Defesa acerca da Portaria Interministerial nº 13.668, de 5 de junho de 2020, que autoriza o Comando do Exército a contratar 522 profissionais para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, com atuação no Departamento de Engenharia e Construção e no Departamento de Ciência e Tecnologia, em atividades relacionadas a projetos e obras de engenharia de construção, obras públicas de infraestrutura, atividades de mapeamento cartográfico terrestre, ações de logística e implantação de projetos estratégicos no âmbito do Comando do Exército.	Prejudicada em 21/12/2022
PL 3631/2020 KÁTIA ABREU	Altera a Lei 12.212, de 20 de janeiro de 2010, para prorrogar o desconto na Tarifa Social de Energia Elétrica, criada pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para os consumidores enquadrados na Subclasse Residencial Baixa Renda em decorrência do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia de coronavírus (covid-19).	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
RQS 1305/2020 JEAN PAUL PRATES	Informações ao Ministro-Chefe da Casa Civil sobre os ocupantes de funções comissionadas na Administração Pública.	Prejudicada em 21/12/2022
PL 3689/2020 ROSE DE FREITAS	Estipula obrigações contratuais para empresas de serviço de entregas (delivery) por aplicativo para com seus entregadores no período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019 (covid-19), a que se refere a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 3690/2020 ROSE DE FREITAS	Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, para dispor sobre a disponibilização de um nutricionista a fim de orientar o consumidor sobre a alimentação adequada nos estabelecimentos que especifica.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 3691/2020 ROSE DE FREITAS	Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), e a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre o direito da mulher em situação de violência doméstica e familiar aos valores depositados em conta corrente conjunta necessários para acomodação em local seguro.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 3692/2020 ROSE DE FREITAS	Altera o art. 319 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil) para condicionar o ingresso em juízo à prévia tentativa de solução extrajudicial do conflito nas ações de cobrança.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PL 3693/2020 ROSE DE FREITAS	Dispõe sobre a suspensão do pagamento de empréstimos e financiamentos tomados por servidores públicos e empregados públicos e privados que tiverem redução salarial durante a vigência do Decreto Legislativo nº 6, de 2020.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 3694/2020 ROSE DE FREITAS	Dispõe sobre a prorrogação da suspensão dos pagamentos de empréstimos, financiamentos, inclusive da casa própria por até 120 dias e de água, luz e internet. durante a vigência do Decreto Legislativo nº 6, de 2020.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 3711/2020 JEAN PAUL PRATES	Dispõe sobre a vedação de processos de desestatização e desinvestimento durante o enfrentamento da pandemia até que haja deliberação legislativa em sentido contrário	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 3712/2020 PAULO ROCHA	Altera a Lei nº 13.820, de 3 de maio de 2019, para prever que, durante a vigência do estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, o resultado do Banco Central do Brasil será destinado à União para pagamento do auxílio emergencial.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
RQS 1346/2020 JEAN PAUL PRATES	Informações ao Ministro de Estado do Meio Ambiente sobre a Portaria Conjunta no 266, de 17 de junho de 2020, do Ministério do Meio Ambiente, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, que institui o Planejamento Estratégico Integrado do Ministério do Meio Ambiente e de suas entidades vinculadas de 2020 a 2023, em razão da alteração de sua missão e dos valores organizacionais propostos.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 1380/2020 MARCOS DO VAL	Criação de Comissão Temporária Externa, composta de quatro membros titulares, para, no prazo de sessenta dias, acompanhar os atos de violência que vêm sendo perpetrados contra a integridade física de religiosos brasileiros, membros da Igreja Universal do Reino de Deus, bem como de seus familiares, e contra propriedades privadas pertencentes a essa instituição localizadas em território angolano.	Prejudicada em 21/12/2022
PL 3785/2020 ROBERTO ROCHA	Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) às motocicletas de cilindrada inferior ou igual a 125 cm³ e às bicicletas.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 25/2020 LASIER MARTINS	Altera o art. 128 da Constituição Federal para modificar a forma de escolha do Procurador-Geral da República.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
RQS 1502/2020 JEAN PAUL PRATES	Informações ao Ministro de Estado das Relações Exteriores sobre apostila que contém material didático de português do Brasil para estrangeiros, disponibilizada na página da Rede Brasil Cultural, da Divisão de Promoção da Língua Portuguesa do Ministério das Relações Exteriores, de autoria da professora Airamaia Chapina.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 19/2020 - CAE ROGÉRIO CARVALHO	Requer que seja convidado o Presidente do Banco do Brasil, para prestar informações sobre a venda de carteira de crédito de R\$ 2,9 bilhões de Banco do Brasil a fundo do banco BTG Pactual	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 1512/2020 LEILA BARROS	Solicita ao Tribunal de Contas da União auditoria de natureza operacional nos recursos alocados no Ministério da Saúde e nas Subfunções Orçamentárias relacionadas com a Saúde, executadas por outros Ministérios, no enfrentamento da pandemia da COVID.	Prejudicada em 21/12/2022
PLP 192/2020 - Complementar DÁRIO BERGER	Institui o Fundo Emergencial para Apoio às Micro e Pequenas Empresas, com a finalidade de repassar recursos, no exercício de 2020, ao Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, para conceder crédito aos pequenos negócios que não possuem contas de depósito em instituições financeiras integrantes do Sistema Financeiro Nacional.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 3947/2020 ROSE DE FREITAS	Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para agravar a pena para a introdução não autorizada de espécime animal no País, e sua aplicação em dobro, no caso de animal peçonhento ou predador carnívoro que cause risco à vida humana.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 3948/2020 ROSE DE FREITAS	Insero o art. 1º-A na Lei nº 7.498, de 16 de dezembro de 1985, para permitir, durante a vigência do Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, a concessão de vale-transporte via créditos para a utilização em aplicativos de transporte de pessoas.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 3949/2020 SIMONE TEBET	Autoriza os agentes financeiros dos fundos constitucionais de financiamento de que trata o art. 159, I, c, da Constituição a renegociarem as dívidas no âmbito dos respectivos fundos constitucionais.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 3987/2020 KÁTIA ABREU	Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para tornar obrigatória a cobertura de vacinações contra doenças imunopreveníveis que deem causa a declaração, pela autoridade sanitária, de emergência de saúde pública de importância nacional ou internacional.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLP 197/2020 - Complementar DÁRIO BERGER	Dispõe sobre o uso de recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações – FUST, instituído pela Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, destinados para o custeio de medidas emergenciais de estímulo e manutenção da educação básica, superior e técnica privadas, em razão do enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, decorrente da pandemia de Covid-19.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 4005/2020 ROSE DE FREITAS	Altera a Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, para regulamentar o pagamento de débitos utilizando precatórios.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 4006/2020 ROSE DE FREITAS	Determina que os recursos economizados com o teletrabalho, nos três Poderes da União, sejam destinados ao combate à covid-19.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 4021/2020 DÁRIO BERGER	Dispõe sobre medidas de estímulo ao setor de educação privada, com ou sem fins lucrativos, em razão da pandemia de Covid-19, e altera a Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que dispõe sobre o Programa Universidade para Todos (Prouni), para ampliar o número de bolsas de estudo durante o período de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
REQ 20/2020 - CAE IRAJÁ	Requer o comparecimento do Sr. Gustavo Montezano, Presidente do BNDES, perante a CAE, para prestar esclarecimentos sobre Seleção de Fundos de Crédito para MPMEs.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 1635/2020 RANDOLFE RODRIGUES	Convocação do Ministro da Justiça para prestar informações sobre a tentativa de intervenção do Poder Executivo no STF.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 1636/2020 RANDOLFE RODRIGUES	Convocação do Ministro Chefe da Casa Civil para prestar informações sobre a tentativa de intervenção do Poder Executivo no STF.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 1637/2020 RANDOLFE RODRIGUES	Convocação do Ministro da Defesa para prestar informações sobre a tentativa de intervenção do Poder Executivo no STF.	Prejudicada em 21/12/2022

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
RQS 1638/2020 RANDOLFE RODRIGUES	Convocação do Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional para prestar informações sobre a tentativa de intervenção do Poder Executivo no STF.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 1639/2020 RANDOLFE RODRIGUES	Convocação do Ministro Chefe da Secretaria de Governo para prestar informações sobre a tentativa de intervenção do Poder Executivo no STF.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 1640/2020 RANDOLFE RODRIGUES	Convocação do Advogado-Geral da União para prestar informações sobre a tentativa de intervenção do Poder Executivo no STF.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 1683/2020 DANIELLA RIBEIRO	Comparecimento, ao Plenário do Senado Federal, do Exmo. Sr. Onyx Lorenzoni, Ministro de Estado da Cidadania, a fim de prestar informações sobre as ações e os programas sociais sob responsabilidade de sua pasta.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 1701/2020 JEAN PAUL PRATES	Informações ao Ministro de Estado das Relações Exteriores sobre emissão de passaporte diplomático em favor do ex-Ministro da Educação, senhor Abraham Bragança de Vasconcelos Weintraub, e sobre o uso desse documento para ingresso nos Estados Unidos da América.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 1702/2020 JEAN PAUL PRATES	Informações ao Ministro de Estado da Defesa acerca de voos suspeitos e reiterados do avião presidencial boliviano para o Brasil, segundo noticiado pela imprensa e pelas redes sociais.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 1703/2020 JEAN PAUL PRATES	Informações ao Ministro de Estado das Relações Exteriores acerca de voos suspeitos e reiterados do avião presidencial boliviano para o Brasil, segundo noticiado pela imprensa e pelas redes sociais.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 1753/2020 JEAN PAUL PRATES	Informações ao Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública sobre eventos e treinamentos com participação de autoridades e/ou servidores do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), organizados por organismos multilaterais, institutos de pesquisa, empresas ou governo estrangeiros.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 1823/2020 PAULO ROCHA	Informações à Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e envio de documentação sobre o estado geral do fornecimento de apoio as comunidades e povos tradicionais para o enfrentamento da pandemia de covid-19.	Prejudicada em 21/12/2022

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PL 4231/2020 DÁRIO BERGER	Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998 que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para determinar que os planos privados de saúde darão cobertura a exames laboratoriais e outros exames necessários para diagnóstico e tratamento de doenças que ensejem a decretação, pelas autoridades sanitárias, de emergência em saúde pública de importância nacional ou internacional.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
RQS 1972/2020 ROGÉRIO CARVALHO	Realização de auditoria do TCU sobre a venda do Complexo Eólico Campos Neutrais.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 16/2020 - CTFC STYVENSON VALENTIM	Requer criação de subcomissão temporária para estudar, discutir e propor aprimoramento na fiscalização de repasses de recursos públicos da União para os demais entes federados, avaliando a distribuição de competências entre os órgãos envolvidos.	Prejudicada em 21/12/2022
PL 4294/2020 LUIZ CARLOS DO CARMO	Altera as Leis nºs 8.666, de 21 de junho de 1993, e 12.527, de 18 de novembro de 2011, para tornar obrigatória a transmissão, em tempo real, mediante meios e instrumentos legítimos de comunicação audiovisuais, do ato licitatório para a escolha da proposta do licitante vencedor.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
RQS 2047/2020 ESPERIDIÃO AMIN	Convocação do Senhor Paulo Guedes, Ministro da Economia, para que compareça ao Plenário, a fim de prestar informações sobre o conteúdo da declaração "O Senado cometeu um crime contra o País".	Prejudicada em 21/12/2022
PL 4307/2020 DÁRIO BERGER	Suspende, enquanto durar o estado de calamidade pública causado pela covid-19, a exigência de quitação de débitos relativos a tributos, encargos e multas de trânsito e ambientais, vinculados aos veículos do transporte escolar e de turismo, para renovação do licenciamento de que trata a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
RQS 2076/2020 PAULO ROCHA	Informações ao Ministro do Meio Ambiente sobre operações contra garimpo ilegal na Região Norte e, em particular, sobre a suspensão dessas operações na Terra Indígena Munduruku.	Prejudicada em 21/12/2022
PL 4377/2020 LASIER MARTINS	Permite a suspensão do pagamento das operações de crédito junto ao BNDES até o final de 2020.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
REQ 17/2020 - CTFC STYVENSON VALENTIM	Nos termos do art. 71, inciso IV da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso X do Regimento Interno do Senado Federal, requer que seja solicitado, ao Tribunal de Contas da União, que realize auditoria de natureza operacional para aferir eficiência, eficácia e efetividade dos sistemas e processos pelos quais se operacionalizam e controlam repasses de recursos públicos federais para os demais entes da Federação, verificando se permitem a adequada fiscalização da aplicação dos valores, com aferição individualizada das condutas dos agentes envolvidos, de forma a permitir responsabilizações por desvios ou mal uso dos recursos.	Prejudicada em 21/12/2022
PL 4391/2020 SIMONE TEBET	Altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, para estabelecer a previsão de reserva de gênero de pelo menos 30% dos lugares para cada sexo na composição dos órgãos partidários.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 4406/2020 DÁRIO BERGER	Altera o art. 323 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, para tornar inafiançáveis os crimes relacionados à prática da pedofilia.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 4414/2020 FERNANDO BEZERRA COELHO	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre regras de adoção a serem adotadas em situações de pandemia ou calamidade pública.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
RQS 2126/2020 JEAN PAUL PRATES	Informações ao Ministro de Estado da Defesa sobre o militar brasileiro que foi objeto de declaração do chefe do Comando Sul das Forças Armadas norte-americanas, Almirante Craig Faller, durante evento na Flórida, segundo a Folha de São Paulo dia 16, de julho, de 2020.	Prejudicada em 21/12/2022
PL 4462/2020 ROSE DE FREITAS	Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para proibir a desativação dos leitos de unidade de terapia intensiva (UTI) incorporados ao SUS durante a vigência do estado de emergência de saúde pública decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 4463/2020 ROSE DE FREITAS	Altera a Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, para estabelecer a impossibilidade de protesto de título sem que haja tentativa de intimação pessoal, no endereço da pessoa responsável por cumprimento de obrigação originada em títulos e outros documentos de dívida.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 4464/2020 ROSE DE FREITAS	Acrescenta o art. 188-A ao Código de Processo Civil, a fim de prever como preferencial a transferência de valores, por ordem judicial, diretamente para a conta bancária do beneficiário.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PL 4465/2020 ROSE DE FREITAS	Autoriza a concessão de linha de crédito rural especial a pequenos agricultores familiares e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 4466/2020 ROSE DE FREITAS	Altera o art. 42 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor sobre as penalidades aplicáveis nas hipóteses de cobrança indevida de débitos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 4467/2020 ROSE DE FREITAS	Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para impedir a prestação de alimentos ou a partilha de bens adquiridos na constância do casamento ou da união estável, em favor do cônjuge ou companheiro agressor.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
RQS 2222/2020 PAULO ROCHA	Informações ao Ministro de Estado de Meio Ambiente sobre a eliminação da participação popular da composição da Comissão Nacional para Recuperação da Vegetação Nativa (CONAVEG).	Prejudicada em 21/12/2022
PEC 33/2020 ROSE DE FREITAS	Altera o § 4º do art. 57 da Constituição Federal, para permitir a recondução dos membros das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
RQS 2242/2020 WEVERTON	Destaque para votação em separado da Emenda nº 6 - PLEN, apresentada ao PL nº 2388/2020.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 2243/2020 ELIZIANE GAMA	Destaque para votação em separado da Emenda nº 12 - PLEN, apresentada ao PL nº 2388/2020.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 2247/2020 ROGÉRIO CARVALHO	Destaque para votação em separado da Emenda nº 15 - PLEN, apresentada ao PL nº 2388/2020.	Prejudicada em 21/12/2022
PEC 34/2020 TASSO JEREISSATI	Institui o benefício universal infantil.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
RQS 2272/2020 HUMBERTO COSTA	Convocação do Exmo. Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, a fim de prestar informações acerca da visita do Sr. Mike Pompeo, Secretário de Estado dos EUA, a Roraima, ao apoio do Brasil ao candidato norte-americano no BID, à extensão da cota de importação para o etanol norte-americano e aos rumos gerais da atual política externa brasileira.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 2275/2020 CONFÚCIO MOURA	Criação de Comissão Especial, composta por 14 (quatorze) membros titulares e igual número de suplentes, para propor soluções que promovam a Regulamentação e acompanhamento orçamentário do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), conforme descrito na Emenda Constitucional nº 108/2020.	Prejudicada em 21/12/2022
PL 4622/2020 ROSE DE FREITAS	Dispõe sobre a cobrança de juros no caso de suspensão do pagamento de empréstimos e financiamentos, inclusive da casa própria durante a vigência do Decreto Legislativo nº 6, de 2020.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 4642/2020 ROSE DE FREITAS	Altera a lei orgânica do SUS lei 8080, de 19 de setembro de 1990, para torna obrigatório que a rede pública de saúde com mais de vinte e cinco mil habitantes disponha de soro antiofídico.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
REQ 17/2020 - CRE JAQUES WAGNER	Requeiro, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Ernesto Araújo, Ministro de Estado das Relações Exteriores, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações, em sessão não presencial, acerca da visita do Sr. Mike Pompeo, Secretário de Estado dos EUA, a Roraima, ao apoio do Brasil ao candidato norte-americano no BID, à extensão da cota de importação para o etanol norte-americano e aos rumos gerais da atual política externa brasileira.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 18/2020 - CRE RANDOLFE RODRIGUES	Requer a convocação do Ministro das Relações Exteriores perante a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.	Prejudicada em 21/12/2022
PL 4720/2020 LASIER MARTINS	Altera o art. 131 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para permitir o pagamento dos débitos veiculares no momento da fiscalização.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
REQ 23/2020 - CRE RANDOLFE RODRIGUES	Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de repúdio ao Sr. Ernesto Araújo, Ministro das Relações Exteriores, pelos atos de servilismo e de desrespeito à soberania nacional impetrados pelo Ministro das Relações Exteriores, Sr. Ernesto Araújo.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 24/2020 - CRE JAQUES WAGNER	Requeiro, nos termos do art. 74, II do Regimento Interno do Senado Federal, a constituição de uma Comissão Temporária Externa composta de 5 (cinco) membros titulares para, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, observar, in loco, as próximas eleições legislativas na Venezuela e estabelecer diálogo com todas as forças políticas daquele país, de modo a contribuir, dentro dos princípios constitucionais que regem a política externa brasileira, para o aprimoramento das nossas relações bilaterais com aquela importante nação vizinha e amiga.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 26/2020 - CRE RANDOLFE RODRIGUES	Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, informações sobre os documentos preparatórios para a visita do Secretário de Estado dos Estados Unidos, Mike Pompeo, ao Brasil, realizada no dia 18 de setembro de 2020 em Roraima.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 2459/2020 JEAN PAUL PRATES	Informações ao Ministro de Estado da Economia sobre o processo de nomeação do senhor Marcelo Serfaty para o cargo de presidente do Conselho de Administração do BNDES, especialmente quanto à análise de possível conflito de interesse em razão da participação do nomeado como sócio de empresa contratada pelo BNDES.	Prejudicada em 21/12/2022
PLP 243/2020 - Complementar JOSÉ SERRA	Dispõe sobre a transparência da destinação dos recursos de royalties provenientes da exploração de petróleo e gás natural.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 4811/2020 ALVARO DIAS	Institui o Dia Nacional da Mulher Policial Brasileira.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 4843/2020 ROSE DE FREITAS	Estabelece que o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), até o fim do estado de calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, no que concerne às contratações e renegociações de operações de crédito realizadas para micro, pequenas e médias empresas, diretamente ou por meio de agentes financeiros, fica dispensado de observar anotações registradas em quaisquer bancos de dados, públicos ou privados, que impliquem restrição ao crédito por parte do proponente, inclusive protesto; deverá conceder prazo mínimo de 120 (cento e vinte) meses; e deverá conceder carência mínima de 12 (doze) meses para o início dos pagamentos das prestações.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PL 4910/2020 ALVARO DIAS	Revoga o parágrafo único do Art. 316 do Decreto Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 4916/2020 JOSÉ SERRA	Altera a Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990, para prever o teste neonatal para identificar atrofia muscular espinhal.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 4918/2020 LASIER MARTINS	Altera os arts. 3º-B e 316 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal).	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLP 247/2020 - Complementar JOSÉ SERRA	Dispõe sobre a retomada progressiva dos pagamentos das dívidas dos Estados e Distrito Federal junto à União nos anos de 2021 e 2022, em razão da pandemia da COVID-19.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
RQS 2537/2020 EDUARDO GIRÃO	Requer, nos termos regimentais, a homologação da instalação, na 56ª Legislatura do Congresso Nacional, do GRUPO PARLAMENTAR DO CONGRESSO NACIONAL BRASIL - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (GPONU).	Prejudicada em 21/12/2022
PL 4967/2020 ROSE DE FREITAS	Dispõe sobre as atividades da campanha Novembro Azul.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 4969/2020 ROSE DE FREITAS	Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; e dá outras providências, para diminuir o valor do limite da renda bruta familiar dos beneficiários do Programa.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 4970/2020 ROSE DE FREITAS	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre a responsabilidade civil do agressor sobre danos morais e materiais causados à vítima da violência doméstica e familiar.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PL 4971/2020 ROSE DE FREITAS	Dispõe que as instituições financeiras federais, com carteira comercial, enquanto durar o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, deverão desenvolver soluções facilitadas para que seus clientes e potenciais clientes possam abrir contas e acessar os serviços das agências que estiverem operando de maneira remota.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 4972/2020 ROSE DE FREITAS	Altera o art. 107 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tornar imprescritível o crime praticado contra a mulher.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 4976/2020 ROSE DE FREITAS	Acrescenta o art. 373-B à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estabelecer multa em favor da empregada em caso de discriminação remuneratória.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 4995/2020 ROSE DE FREITAS	Altera o parágrafo único do art. 316 do Decreto-Lei nº 3.689 de 1941 (Código de Processo Penal), para obstar a soltura automática do preso provisório por mero decurso de prazo.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 4996/2020 ROSE DE FREITAS	Altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, que dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, para tornar obrigatório que o Poder Público federal disponibilize, no mínimo, um mamógrafo para cada ente federado com mais de noventa mil mulheres.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 4997/2020 ROSE DE FREITAS	Altera a Lei nº 13.327, de 29 de julho de 2016, para determinar, nas execuções judiciais para cobrança da dívida ativa de natureza tributária da União, o recolhimento integral ao Tesouro Nacional dos honorários de sucumbência pagos pelo executado.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLP 251/2020 - Complementar ROSE DE FREITAS	Altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), e a Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, para fixar em 3 (três) dias úteis o prazo para a emissão de certidão de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional e para que os órgãos ou entidades públicas realizem a baixa no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (CADIN).	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
RQS 2546/2020 HUMBERTO COSTA	Convocação do Ministro da Saúde.	Prejudicada em 21/12/2022

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PL 5031/2020 KÁTIA ABREU	Altera a Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006, para considerar que a consulta às intimações eletrônicas deverá ser feita em até 3 (três) dias corridos contados da data do envio da comunicação.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 5107/2020 ROSE DE FREITAS	Prevê renegociação das dívidas dos contratos de operações de crédito concedidas a pessoas físicas por instituições financeiras controladas pela União, pelo prazo de até cento e vinte meses, para minimizar os impactos econômicos sobre as famílias da pandemia de covid-19.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
RQS 2670/2020 RANDOLFE RODRIGUES	Auditoria do TCU no sistema elétrico que opera no Amapá, em decorrência das graves falhas que levaram ao apagão do dia 3 de novembro, ainda sem previsão de restabelecimento da energia, fazendo a população do Estado sofrer sem insumos básicos como água, alimento, saúde e comunicação.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 2671/2020 RANDOLFE RODRIGUES	Convocação do Ministro de Estado de Minas e Energia.	Prejudicada em 21/12/2022
PL 5128/2020 LASIER MARTINS	Altera o art. 10 da Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para prever a obrigatoriedade de realização, no Sistema Único de Saúde, de testes de triagem neonatal na modalidade ampliada.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 5139/2020 KÁTIA ABREU	Dispõe sobre a instituição da Cédula de Serviços (CS).	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 5168/2020 ROSE DE FREITAS	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha –, para prever nova situação de flagrante delito para os casos de violência doméstica ou familiar contra a mulher.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 5169/2020 ROSE DE FREITAS	Altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para permitir seja deduzida da base de cálculo do Imposto sobre a Renda parcela do aporte de capital realizado em startups que produzam conteúdos digitais para a educação básica; e concede isenção do Imposto sobre a Renda sobre os rendimentos decorrentes do aporte e sobre o ganho de capital auferido na alienação dos direitos de contrato de participação naquelas startups.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PL 5170/2020 ROSE DE FREITAS	Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes para o saneamento básico, para determinar a elaboração de planos quadrienais de tratamento de esgotos sanitários.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 5171/2020 ROSE DE FREITAS	Altera a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, para estabelecer prioridade para o aproveitamento desses bens em programas habitacionais sob responsabilidade de entes subnacionais.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLP 265/2020 - Complementar JOSÉ SERRA	Altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, para determinar a gravação e a publicação das reuniões do Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 5186/2020 LASIER MARTINS	Dispõe sobre a proteção à prematuridade, altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para garantir a prorrogação da licença-maternidade até 60 (sessenta) dias após a alta hospitalar do recém-nascido, e acrescenta art. 73-A à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para ampliar o prazo de salário-maternidade	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 5190/2020 ACIR GURGACZ	Altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, que dispõe sobre o Programa Nacional de Imunizações, para determinar o registro eletrônico do histórico de vacinações administradas em serviços de saúde públicos e privados e assegurar o acesso dos usuários a essas informações.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 5216/2020 LASIER MARTINS	Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para assegurar o saque do FGTS para financiamento imobiliário fora do Sistema Financeiro de Habitação (SFH).	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
REQ 26/2020 - CAE ANGELO CORONEL	Requer a convocação do presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica para prestar esclarecimentos sobre viagens de servidores e conselheiros do CADE.	Prejudicada em 21/12/2022
PL 5262/2020 ACIR GURGACZ	Altera a Lei nº 8.929, de 22 de agosto de 1994, e a Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, para incluir no plano de recuperação judicial os créditos previstos nos artigos 14 e 21 da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, nas condições que especifica, bem como para regular o plano especial de recuperação judicial do produtor rural e efeitos do crédito lastreado em cédula de produto rural perante a recuperação judicial do devedor.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
RQS 2805/2020 MAJOR OLIMPIO	Convocação do ministro de estado das relações exteriores.	Prejudicada em 21/12/2022
PL 5312/2020 JOSÉ SERRA	Altera as Leis nºs 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, e 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para proibir o uso alternativo do solo em áreas atingidas por fogo não autorizado e para ampliar incentivos à preservação e à recuperação do meio ambiente.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 5343/2020 TASSO JEREISSATI	Institui a Lei de Responsabilidade Social; estabelece normas de responsabilidade social para a redução da pobreza e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 5380/2020 ROSE DE FREITAS	Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 212-A da Constituição Federal; e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 5381/2020 ROSE DE FREITAS	Altera o Decreto-Lei nº 2.041, de 27 de fevereiro de 1940, que regula o exercício do comércio ambulante, para permitir o comércio de doces pré-embalados em veículos de transporte público.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLP 270/2020 - Complementar ROSE DE FREITAS	Estipula prazo para a regulamentação dos dispositivos constitucionais que demandem a edição de lei ordinária ou complementar.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 5383/2020 ROSE DE FREITAS	Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), para estabelecer que a renúncia de candidato a Vice-Presidente, a Vice-Governador ou a Vice-Prefeito, nos trinta dias anteriores à eleição, em nenhuma hipótese implica impugnação ou cancelamento da candidatura do candidato a Presidente da República, a Governador ou a Prefeito.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
REQ 18/2020 - CTFC ELIZIANE GAMA	Requeiro, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 14, de 2020, a adição de minha assinatura aos seguintes Requerimentos - Sedol: SF/20195.69536-96 e SF/20567.76289-68, os quais requerem informações:	Prejudicada em 21/12/2022

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLP 272/2020 - Complementar LASIER MARTINS	Altera o § 2º do art. 9º da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000 para vedar o contingenciamento dos recursos do sistema de aviação civil.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 5429/2020 LASIER MARTINS	Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para isentar o salário-maternidade da incidência de contribuições previdenciárias.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
RQS 2873/2020 ELIZIANE GAMA	Destaque para votação em separado da Emenda nº 4-PLEN apresentada ao PLP nº 247/2020.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 2874/2020 ROGÉRIO CARVALHO	Destaque para votação em separado da Emenda nº 2-PLEN apresentada ao PLP nº 247/2020.	Prejudicada em 21/12/2022
PLP 275/2020 - Complementar JOSÉ SERRA	Altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, para estabelecer o Comitê de Política Cambial e determinar a gravação e a publicação de suas reuniões.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
RQS 2905/2020 ROMÁRIO	Dispensa do parecer da CCJ, por ter-se esgotado o prazo regimental para a sua apresentação, e remessa do PLS nº 68/2017 para a CE.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 3061/2020 ZENAIDE MAIA	Informações ao Ministro de Estado da Saúde.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 3072/2020 ROGÉRIO CARVALHO	Requer, nos termos dos arts. 336, I, e 338, I, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PDL 565/2020.	Prejudicada em 21/12/2022
PL 5621/2020 ALVARO DIAS	Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, e a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade, para dispor sobre a implementação do princípio da justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização e a promoção do adequado aproveitamento do solo urbano.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
RQS 10/2021 ALESSANDRO VIEIRA	Convocação do Ministro de Estado da Saúde para prestar esclarecimentos.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 23/2021 ALESSANDRO VIEIRA	Convocação do Ministro de Estado da Educação para prestar esclarecimentos.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 39/2021 RANDOLFE RODRIGUES	Convite ao Ministro de Estado da Saúde para prestar esclarecimentos.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 57/2021 JOSÉ SERRA	Realização de auditoria pelo Tribunal de Contas da União referente às ações e programas de enfrentamento à COVID-19 nos Ministérios da Saúde e da Economia.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 78/2021 TELMÁRIO MOTA	Tramitação conjunta do PLC nº 119/2015 com o PLS nº 169/2016.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 90/2021 DANIELLA RIBEIRO	Tramitação conjunta do PL n ° 11/2021 com o PL nº 13/2021.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 96/2021 ROSE DE FREITAS	Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Saúde, Eduardo Pazuello, informações sobre a vacinação de trabalhadores da educação do ensino básico e de trabalhadores e da educação do superior, no contexto do "Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a covid-19".	Prejudicada em 21/12/2022
PL 305/2021 ALVARO DIAS	Altera a Lei 8.906, de 4 de julho de 1994, para estabelecer eleições diretas para a Diretoria do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e determina outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 419/2021 NILDA GONDIM	Acrescenta § 4º ao art. 58 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a redução da jornada de trabalho da pessoa com deficiência.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PL 485/2021 FERNANDO BEZERRA COELHO	Altera os arts. 129 e 147 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para aumentar as penas previstas para os crimes de lesão corporal e de ameaça, quando praticados em contexto de violência doméstica e familiar; e a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, para prever que a ação penal será pública e incondicionada nos casos de lesão corporal leve praticados no mesmo contexto.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
RQS 373/2021 PAULO ROCHA	Informações ao Ministro da Justiça e Segurança Pública referentes à ação da Polícia Rodoviária Federal de “monitorar redes sociais para identificação de ações adversas que atentem contra os objetivos da missão”, realizada no âmbito da operação de auxílio do Governo Federal para debelar a crise sanitária que se instalou no Estado do Amazonas.	Prejudicada em 21/12/2022
PL 524/2021 NILDA GONDIM	Acrescenta o Capítulo VII-A ao Título IV da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para instituir proteção contra despedidas discriminatórias de empregados com doenças incuráveis ou estigmatizantes e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 525/2021 NILDA GONDIM	Dispõe sobre a inserção de mensagem informativa nas embalagens, frascos e recipientes de alimentos industrializados.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 526/2021 NILDA GONDIM	Altera a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, para assegurar a gratuidade da segunda via de carteira de identidade para idosos que se autodeclararem pobres.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 2/2021 PAULO ROCHA	Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, dispondo sobre o pagamento de auxílio emergencial, e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
RQS 483/2021 PAULO ROCHA	Oitiva da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa sobre o PL 510/2021.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 484/2021 PAULO ROCHA	Oitiva da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor sobre o PL 510/2021.	Prejudicada em 21/12/2022

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
REQ 1/2021 - CAE OTTO ALENCAR	Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Alexandre Barreto, Presidente do CADE, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre o suposto Cartel formado entre as distribuidores de combustíveis, que dominam o mercado. Esse sistema de distribuição prejudica os consumidores e impede soluções que, de fato, diminuam o valor final do combustível.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 2/2021 - CAE OTTO ALENCAR	Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Alexandre Barreto, Presidente do CADE, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre o suposto Cartel formado entre as distribuidores de combustíveis, que dominam o mercado. Esse sistema de distribuição prejudica os consumidores e impede soluções que, de fato, diminuam o valor final do combustível. A Agência Nacional de Petróleo (ANP) não permite a venda direta entre as refinarias e os postos de combustíveis. Em 2018, apresentei um Projeto de Decreto Legislativo, PDS nº 61, de 2018, o qual foi aprovado no Senado e remetido à Câmara. O projeto susta o artigo 6º da Resolução nº 43, de 22 de dezembro de 2009, da ANP, que estabelece que todo combustível deve passar por empresa distribuidora antes de chegar às revendedoras. Precisamos rever o sistema de distribuição no nosso país. O mercado está privilegiando esse segmento econômico e faz-se necessário alterar essa dinâmica e ampliar a concorrência..	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 3/2021 - CAE OTTO ALENCAR	Requer, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Assuntos Econômicos avalie o impacto da pandemia do covid-19 na economia, no exercício de 2021.	Prejudicada em 21/12/2022
PL 634/2021 KÁTIA ABREU	Inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 642/2021 TELMÁRIO MOTA	Altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, que dispõe sobre a organização das ações de Vigilância Epidemiológica, sobre o Programa Nacional de Imunizações, estabelece normas relativas à notificação compulsória de doenças, e dá outras providências, para determinar que a vacinação de idosos contra a covid-19 seja em domicílio.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 713/2021 KÁTIA ABREU	Dispõe sobre a responsabilidade educacional pela universalização da oferta e pela garantia de padrão de qualidade do ensino na educação básica.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 737/2021 KÁTIA ABREU	Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, (Mobilidade Urbana), para regulamentar o transporte remunerado privado de mercadorias, delivery e multidelivery, solicitadas exclusivamente por aplicativo on-line nas plataformas de comunicação em rede.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
RQS 816/2021 PAULO ROCHA	Informações ao Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República sobre as reuniões realizadas naquela pasta e que possam ter sido fonte de informação privilegiada na negociação de ativos da Petrobras na bolsa de valores.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 817/2021 PAULO ROCHA	Informações ao Ministro-Chefe da Casa Civil sobre as reuniões realizadas naquela pasta e que possam ter sido fonte de informação privilegiada na negociação de ativos da Petrobras na bolsa de valores.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 818/2021 PAULO ROCHA	Informações ao Ministro-Chefe da Secretaria de Governo sobre as reuniões realizadas naquela pasta e que possam ter sido fonte de informação privilegiada na negociação de ativos da Petrobras na bolsa de valores.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 4/2021 - CAE VANDERLAN CARDOSO	Requer a realização de Audiências Públicas sob a forma de Ciclo de Debates para Reequilíbrio Econômico para tratar sobre a alta de preços durante a pandemia.	Prejudicada em 21/12/2022
PL 814/2021 ROBERTO ROCHA	Altera a Lei nº 13.188, de 11 de novembro de 2015, que dispõe sobre o direito de resposta ou retificação do ofendido em matéria divulgada, publicada ou transmitida por veículo de comunicação social, para equiparar os blogs que publicam conteúdo noticioso aos veículos de comunicação social.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
RQS 882/2021 JEAN PAUL PRATES	Informações ao Ministro de Estado das Comunicações sobre outorgas para a prestação do serviço de radiodifusão comunitária.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 930/2021 RANDOLFE RODRIGUES	Realização de sessão especial a fim de comemorar o centenário do jornal Folha de São Paulo.	Prejudicada em 21/12/2022
PL 893/2021 TELMÁRIO MOTA	Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências, para incluir a educação profissional, técnica e tecnológica no rol dos cursos a serem financiados, de modo prioritário, pelo referido Fundo.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
REQ 5/2021 - CAE OTTO ALENCAR	Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, o aditamento do Req. nº 1 da CAE, para que seja convidado o Sr. Presidente da Agência Nacional do Petróleo, Rodolfo Henrique de Saboia, a comparecer a esta Comissão para prestar informações sobre o suposto Cartel formado entre as distribuidoras de combustíveis, que dominam o mercado.	Prejudicada em 21/12/2022

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
RQS 1067/2021 PAULO PAIM	Realização de sessão de debates temáticos para debater a viabilidade da suspensão temporária das patentes das vacinas contra a COVID-19.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 1079/2021 JEAN PAUL PRATES	Informações ao Ministro de Estado das Relações Exteriores sobre a viagem a Israel entre os dias 6 e 10 de março de Delegação brasileira chefiada pelo Ministro das Relações Exteriores.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 1139/2021 NELSINHO TRAD	Realização de Sessão de Debates Temáticos, a fim de debater o uso de tratamento precoce no combate à Covid-19.	Prejudicada em 21/12/2022
PL 1015/2021 TELMÁRIO MOTA	Acrescenta o art. 267-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar o crime de criação, divulgação, propagação, compartilhamento ou transmissão de informação falsa sobre epidemia.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
REQ 1/2021 - CSF IZALCI LUCAS	Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o Governo Digital . Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: • o Senhor Caio Paes de Andrade, Presidente do SERPRO; • o Senhor Jackson Venâncio Barros, Diretor DATASUS; • o Senhor Gustavo Canuto, Presidente DATAPREV; • o Senhor Ítalo Nogueira, Presidente da ASSESPRO NACIONAL; • o Senhor Sérgio Paulo Gallindo, Presidente Executivo BRASCOM; • o Senhor Edmar Araújo, Presidente da ABES.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 2/2021 - CSF IZALCI LUCAS	Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o Governo Digital da Estônia. Proponho para a audiência a presença da Exma. Sra. KERSTI KALJULAI, PRESIDENTE DA ESTÔNIA.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 3/2021 - CSF IZALCI LUCAS	Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão Senado do Futuro, com o objetivo de debater sobre gestão pública . Proponho para a audiência a presença do Exmo. Sr. AUGUSTO NARDES, MINISTRO TCU.	Prejudicada em 21/12/2022

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
REQ 6/2021 - CAE OTTO ALENCAR	Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, que sejam convidados a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a venda da refinaria de Mataripe: o Senhor Roberto Castello Branco, Presidente da Petrobrás; e o Exmo. Sr. Almirante de Esquadra Bento Albuquerque, Ministro de Minas e Energia.	Prejudicada em 21/12/2022
PL 1042/2021 ACIR GURGACZ	Altera a Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, para conferir validade nacional ao registro profissional de medicina.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
REQ 2/2021 - CMA JAQUES WAGNER	Requer, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Meio Ambiente avalie a Política Nacional de Mudanças do Clima, instituída pela Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, e também os compromissos assumidos pelo Brasil, no âmbito do Acordo de Paris, durante a 21ª Conferência das Partes da Convenção Quadro de Mudanças Climáticas da ONU em 2015, ratificado pelo Congresso Nacional em agosto de 2016, e promulgado pelo Presidente da República no Dia Mundial do Meio Ambiente, por meio do Decreto Federal nº 9.073 de 5 de junho 2017, com foco especial na avaliação do que estabelece o inciso III do art. 6º da referida lei, que trata dos Planos de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento nos biomas, em face dos aumentos expressivos de desmatamentos e queimadas ilegais nos biomas Cerrado, Amazônia e Pantanal, no exercício de 2021.	Prejudicada em 21/12/2022
PL 1059/2021 LUIZ CARLOS DO CARMO	Altera os arts. 213 e 217-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para agravar a pena do crime de estupro praticado contra pessoas idosas.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 1060/2021 LUIZ CARLOS DO CARMO	Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que "dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)" para determinar a utilização de meios alternativos para realização do Exame de Ordem em face de situação excepcional.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 1076/2021 ROBERTO ROCHA	Altera a Lei nº 9.868, de 10 de novembro de 1999, para estabelecer o quórum referente ao julgamento da ação declaratória de constitucionalidade e a ação direta de inconstitucionalidade de emendas à Constituição Federal.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
REQ 1/2021 - CSP SIMONE TEBET	Requerimento de comparecimento do Ministro da Justiça na Comissão de Segurança Pública, para expor plano do governo federal no combate ao narcotráfico e contrabando nas fronteiras do País.	Prejudicada em 21/12/2022

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
REQ 2/2021 - CSP WELLINGTON FAGUNDES	Requer criação de subcomissão permanente faixa de fonteira	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 1254/2021 ROBERTO ROCHA	Requer, nos termos do art. 89, III, do Regimento Interno, que sejam designadas a mim a relatoria do PLS 258/2016, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 7/2021 - CAE TASSO JEREISSATI	Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Waldery Rodrigues Junior, Secretário Especial de Fazenda do Ministério da Economia, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a LOA 2021 aprovada pelo Congresso Nacional, bem como debater o assunto com o Diretor Executivo da Instituição Fiscal Independente, Felipe Salto.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 8/2021 - CAE WELLINGTON FAGUNDES	Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 5/2021 - CAE, seja incluído o tema sobre fechamento da principal indústria de fertilizantes nitrogenados que é responsável pela produção de toda a ureia pecuária produzida no país e o fechamento da indústria, para a produção do gás essencial no tratamento de pacientes em estágio grave da Covid-19. Propõe, ainda, a inclusão de representante da Petrobrás.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 1268/2021 CID GOMES	Convite ao Sr. General Fernando Azevedo e Silva, ex-Ministro da Defesa, para prestar esclarecimentos ao Senado Federal.	Prejudicada em 21/12/2022
PL 1170/2021 ROSE DE FREITAS	Altera a Lei nº 5.025, de 10 de junho de 1966, que dispõe sobre o intercâmbio comercial com o exterior, cria o Conselho Nacional do Comércio Exterior, e dá outras providências, para vedar a exportação de oxigênio medicinal, kit covid e de vacinas.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
REQ 9/2021 - CAE JEAN PAUL PRATES	Requer a presença do Sr. Paulo Roberto Nunes Guedes em audiência junto à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para esclarecer denúncias sobre ingerências sobre o Banco do Brasil S.A.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 10/2021 - CAE JEAN PAUL PRATES	Requer a presença do Sr. André Brandão em audiência junto à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para esclarecer denúncias sobre ingerências sobre o Banco do Brasil S.A.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 11/2021 - CAE JEAN PAUL PRATES	Requer a presença do Sr. Hélio Lima Magalhães em audiência junto à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para esclarecer denúncias sobre ingerências sobre o Banco do Brasil S.A.	Prejudicada em 21/12/2022

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
REQ 12/2021 - CAE JEAN PAUL PRATES	Requer a presença do Sr. José Guimarães Monforte em audiência junto à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para esclarecer denúncias sobre ingerências sobre o Banco do Brasil S.A.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 13/2021 - CAE CID GOMES	Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado de Economia, Paulo Guedes, informações sobre a criação do Banco Digital da Caixa Econômica Federal - CEF.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 1/2021 - CTFC REGUFFE	Requer ao Plenário da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC), nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para debater: a) a formação dos preços dos combustíveis fornecidos pela Petrobras ao mercado nacional, além da política de reajustes dos combustíveis adotada e implementada pela empresa nos últimos anos, principalmente em relação à gasolina, ao diesel, ao gás de cozinha (GLP) e ao etanol, bem como seus impactos na economia e no custo de vida dos brasileiros; b) os cartéis de combustíveis em todo o Brasil e a atuação das autoridades responsáveis por coibir tal prática criminosa e deletéria aos consumidores.	Prejudicada em 21/12/2022
PL 1235/2021 LUIZ CARLOS DO CARMO	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e família contra a mulher (Lei Maria da Penha), e a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para dispor sobre o uso, no cumprimento de medidas cautelares de proteção, de dispositivo eletrônico de gravação de conversas entre vítima e agressor, associado ao dispositivo "SOS VIDA"	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
RQS 1326/2021 PAULO ROCHA	Destaque para votação em separado da Emenda nº 3-PLEN, apresentada ao PL nº 1058/2021.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 1334/2021 EDUARDO BRAGA	Destaque para votação em separado da Emenda nº 7-PLEN, apresentada ao PL nº 25/2021.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 1336/2021 EDUARDO BRAGA	Destaque para votação em separado da Emenda nº 1-PLEN, apresentada ao PL nº 1058/2021.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 1345/2021 JEAN PAUL PRATES	Informações ao Ministro de Estado das Comunicações referentes à gestão econômico-financeira da Empresa Brasil de Comunicação – EBC e de eventuais resultados de estudos que tenham sido realizados após a inclusão da empresa no Programa de Parcerias de Investimento da Presidência da República (PPI), com vistas à alienação do seu controle societário.	Prejudicada em 21/12/2022

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PL 1356/2021 ROBERTO ROCHA	Altera a Lei nº 8.038, de 28 de maio de 1990, para dispor sobre o pedido de tutela de urgência formulado perante o Supremo Tribunal Federal, relativo à impugnação de ato praticado pelo Poder Executivo ou Legislativo.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
RQS 1368/2021 PAULO ROCHA	Tramitação conjunta do PL 1058/2021 e PL 6/2021	Prejudicada em 21/12/2022
PL 1387/2021 PAULO ROCHA	Suspende, em 2021, os reajustes previstos na Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, em todas as modalidades, relativos às contraprestações pecuniárias dos planos privados de assistência à saúde.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 1388/2021 PAULO ROCHA	Suspende o pagamento de 6 (seis) parcelas relativas aos contratos de financiamento imobiliário no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 1390/2021 ACIR GURGACZ	Dispõe sobre medidas de transparência na realização de seleções públicas federais.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
RQS 1379/2021 PAULO ROCHA	Destaque, para votação em separado, da Emenda nº 16 PLEN ao PL nº 973/2021.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 1383/2021 DANIELLA RIBEIRO	Destaque, para votação em separado, da Emenda nº 17-PLEN ao PL nº 973/2021.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 1386/2021 IZALCI LUCAS	Destaque, para votação em separado, da Emenda nº 11-PLEN ao PL nº 973 de 2021.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 1396/2021 IZALCI LUCAS	Destaque para votação em separado da Emenda nº 7-PLEN, apresentada ao PL nº 1058/2021.	Prejudicada em 21/12/2022

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
RQS 1397/2021 RANDOLFE RODRIGUES	Requeiro, nos termos do art. 50, caput, da Constituição Federal e dos arts. 397, I, e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Ricardo de Aquino Salles, Ministro do Meio Ambiente, para que compareça ao Plenário, a fim de prestar informações relacionadas aos fatos denunciados em notícia-crime ao STF pelo Delegado de Polícia Federal Alexandre Silva Saraiva, Superintendente da Polícia Federal no Amazonas.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 1401/2021 PAULO ROCHA	Informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia sobre a adequação e suficiência das fiscalizações no setor de mineração e a proposta de solicitar ajuda de estados e prefeituras em ações de fiscalização.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 1405/2021 IZALCI LUCAS	Realização de Sessão de Debates Temáticos, para debater o artigo 40, parágrafo único, da Lei de Propriedade Industrial (Lei 9.279/1996), objeto de Ação Direta de Constitucionalidade (ADI) 5529.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 4/2021 - CDH ROMÁRIO	Requer com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal c/c o art. 58, inciso II da Constituição Federal, a realização de Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos - CDH sobre o tema "A pena para crime de injúria em razão de raça, cor, etnia ou procedência nacional: crime de racismo".	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 1413/2021 ROBERTO ROCHA	Institui, no âmbito do Senado Federal, a Comissão Temporária de Superação da Crise Econômica e Social decorrente da Pandemia da COVID-19, destinada à avaliação dos impactos de ordem econômica e social decorrentes da pandemia da COVID-19 e à apresentação de propostas de políticas públicas e medidas legislativas destinadas a mitigá-los.	Prejudicada em 21/12/2022
PL 1536/2021 KÁTIA ABREU	Altera a Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, para proibir a percepção de benefícios financeiros ou qualquer outra vantagem por réus colaboradores, em decorrência da celebração do acordo.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
RQS 1428/2021 EDUARDO BRAGA	Destaque para votação em separado da Emenda nº 1 - PLEN ao PL 1052/2020.	Prejudicada em 21/12/2022
PL 1594/2021 ROSE DE FREITAS	Destina para ações de combate à covid-19 pelo menos 50% (cinquenta por cento) dos valores devidos como contrapartida à União em razão das outorgas da infraestrutura aeroportuária e altera o art. 63 da Lei nº 12.462, de 5 de agosto de 2011, para determinar que somente parte desses valores será destinada ao Fundo Nacional de Aviação Civil.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 1595/2021 ROSE DE FREITAS	Altera a Lei nº 14.124, de 10 de março de 2021, para destinar os recursos públicos recuperados em operações de combate à corrupção e ao crime organizado ao enfrentamento da covid-19.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PL 1597/2021 ROSE DE FREITAS	Acrescenta dispositivo à Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, que dispõe sobre a organização das ações de Vigilância Epidemiológica, sobre o Programa Nacional de Imunizações, estabelece normas relativas à campanha informativa de vacinação em períodos de situação de emergência ou calamidade pública e das outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 1598/2021 ROSE DE FREITAS	Acrescenta art. 372-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a capacitação das empregadas, em empresas que possuem cem ou mais empregados e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 1599/2021 ROSE DE FREITAS	Altera a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), para dispor sobre a segurança de dados.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 1600/2021 ROSE DE FREITAS	Estabelece obrigatoriedade de utilização de energia elétrica proveniente de usina solar fotovoltaica por unidades de saúde e de ensino mantidas pelo Governo Federal no prazo de vinte anos, contado a partir de 2022.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 1601/2021 ROSE DE FREITAS	Altera a Lei nº 14.125, de 10 de março de 2021, que dispõe sobre a responsabilidade civil relativa a eventos adversos pós-vacinação contra a Covid-19 e sobre a aquisição e distribuição de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado, para dispor sobre a formação de consórcio para a aquisição de vacinas, equipamentos, insumos e outros itens necessários ao enfrentamento da covid-19.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 1602/2021 ROSE DE FREITAS	Altera a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), para dispor sobre a segurança de dados.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 1603/2021 ROSE DE FREITAS	Acrescenta art. 452-B à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pela Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para definir como intermitente os contratos firmados entre empregados e empresas que se utilizam de aplicativos ou instrumentos eletrônicos ou informatizados para intermediação de serviços de transporte de pessoas ou entrega de mercadorias e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 1604/2021 ROSE DE FREITAS	Revoga o § 2º do art. 14-A e o §14 do art. 37-B da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, para suprimir a exigência de percentual mínimo de recolhimento da primeira parcela em casos de parcelamento de débitos para com a Fazenda Nacional.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PL 1605/2021 ROSE DE FREITAS	Altera a Lei nº 5.025, de 10 de junho de 1966, que dispõe sobre o intercâmbio comercial com o exterior, cria o Conselho Nacional do Comércio Exterior, e dá outras providências, para vedar a exportação de oxigênio medicinal, kit covid e de vacinas.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 1606/2021 ROSE DE FREITAS	Altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, que dispõe sobre a organização das ações de Vigilância Epidemiológica, sobre o Programa Nacional de Imunizações, estabelece normas relativas à notificação compulsória de doenças, e dá outras providências, para instituir política que preste apoio e incentivo à iniciativas de desenvolvimento de imunizantes no território nacional.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 1607/2021 ROSE DE FREITAS	Altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, que altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências, e a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências, para permitir que seja deduzida da base de cálculo do Imposto sobre a Renda o aporte de capital realizado em startups.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 1608/2021 ROSE DE FREITAS	Regulamenta o § 1º do art. 213 da Constituição Federal, referente à concessão de bolsas de estudo com recursos públicos no âmbito da educação básica.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 1609/2021 ROSE DE FREITAS	Altera a Lei nº 5.025, de 10 de junho de 1966, que dispõe sobre o intercâmbio comercial com o exterior, cria o Conselho Nacional do Comércio Exterior, e dá outras providências, para vedar a exportação de oxigênio medicinal, kit covid e de vacinas.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
REQ 3/2021 - CTFC REGUFFE	Requer ao Plenário da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC), nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para debater a prevenção e o controle dos desmatamentos e queimadas na Amazônia brasileira.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 1445/2021 PAULO ROCHA	Audiência da CE sobre o PL nº 5595/2020.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 1446/2021 PAULO ROCHA	Audiência da CAS sobre o PL nº 5595/2020.	Prejudicada em 21/12/2022

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
RQS 1456/2021 PAULO ROCHA	Destaque para votação em separado da Emenda nº 10-PLEN, apresentada ao PL nº 5595/2020.	Prejudicada em 21/12/2022
PL 1661/2021 PAULO ROCHA	Determina que a União transfira recursos financeiros extraordinários ao Sistema Único de Saúde – SUS, repassando-os aos fundos Estaduais, Distrital e Municipais de Saúde, que serão utilizados exclusivamente no enfrentamento da pandemia do novo coronavírus (COVID-19).	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
RQS 1464/2021 PAULO ROCHA	Informações ao Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública sobre ações do Ministério da Justiça e Segurança Pública, da Fundação Nacional do Índio e do Departamento de Polícia Federal, isoladamente ou em conjunto, inclusive com o Ministério da Defesa e forças policiais estaduais, para prevenir, identificar, reprimir e sancionar a atividade de madeireiros, garimpeiros e agricultores em terras indígenas já homologadas ou em processo de identificação e demarcação.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 1465/2021 ACIR GURGACZ	Solicita, ao Tribunal de Contas da União, a disponibilização do conteúdo dos relatórios técnicos e deliberações constantes do Processo TC 010.222/2019-7.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 4/2021 - CTFC REGUFFE	Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 3/2021, para debater a prevenção e o controle dos desmatamentos e queimadas na Amazônia brasileira, seja convidada mais uma autoridade. Propõe para a audiência a inclusão do Exmo. Sr. Ricardo Salles, Ministro de Estado do Meio Ambiente.	Prejudicada em 21/12/2022
PL 1786/2021 ROSE DE FREITAS	Dispõe sobre a organização da Polícia Ferroviária Federal.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
RQS 1510/2021 ROSE DE FREITAS	Realização de Sessão de Debates Temáticos, em data oportuna, a fim de debater a situação do Mercosul.	Prejudicada em 21/12/2022
PL 1806/2021 TELMÁRIO MOTA	Altera o parágrafo único ao art. 17 da Lei nº 8.245, de 18 de novembro de 1991, para disciplinar o reajuste dos aluguéis residenciais e comerciais.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
RQS 1521/2021 ANTONIO ANASTASIA	Realização de Sessão de Debate Temático sobre a Lei do Governo Digital.	Prejudicada em 21/12/2022
PL 1822/2021 LASIER MARTINS	Altera a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996 para permitir o uso de gravação oriunda de captação ambiental nos casos que especifica.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
REQ 1/2021 - CRE NELSINHO TRAD	Requer o comparecimento do Embaixador da República de Angola Sr Florêncio Mariano.	Prejudicada em 21/12/2022
PL 1841/2021 PAULO ROCHA	Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências, para suspender, de março de 2020 a março de 2022, o pagamento, por beneficiários com renda familiar bruta de até 3 (três) salários mínimos ou comprovadamente desempregados, de valores relativos à amortização do saldo devedor e aos juros incidentes sobre o financiamento no biênio.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
RQS 1533/2021 TELMÁRIO MOTA	Realização de sessão especial, em 07/06/2021, destinada a comemorar os 20 anos do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes -DNIT.	Prejudicada em 21/12/2022
PL 1857/2021 LASIER MARTINS	Altera o art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir sejam deduzidos da base de cálculo do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas os pagamentos a Instituição de Longa Permanência para Idosos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 1858/2021 LASIER MARTINS	Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a movimentação da conta vinculada do trabalhador no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para custear o tratamento de reprodução assistida.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 1861/2021 LUIZ CARLOS DO CARMO	Altera a redação do art. 24-A da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para incrementar a pena para o descumprimento de medida protetiva de urgência, nos casos que especifica.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
RQS 1545/2021 VENEZIANO VITAL DO RÊGO	Realização de auditoria, pelo Tribunal de Contas da União, no Edital nº 03/2021, do Ministério da Justiça, cujo objetivo seria o de contratar o programa de espionagem Pegasus, desenvolvido pela empresa israelense NSO Group,	Prejudicada em 21/12/2022
PL 1888/2021 SIMONE TEBET	Acrescenta o art. 201-A ao Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, para dispor sobre regras de processo e julgamento nos crimes que envolvam violência sexual.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 1903/2021 SIMONE TEBET	Altera a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996 – Lei da Interceptação Telefônica, para dispor sobre as hipóteses de captação ambiental, sem ordem judicial, quando há risco à vida, à liberdade ou à dignidade sexual.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
RQS 1562/2021 JEAN PAUL PRATES	Informações ao Ministro de Estado da Cidadania sobre a organização, estrutura e serviços da Assistência Social, de que trata a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, a partir de dados apurados pelo Censo do Sistema Único da Assistência Social (Censo Suas).	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 15/2021 - CAE JEAN PAUL PRATES	Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir a MPV 1031/2021, que “dispõe sobre a desestatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras e altera a Lei nº 5.899, de 5 de julho de 1973, a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, e a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002”.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 1591/2021 JAQUES WAGNER	Realização de sessão de debates temáticos, em data oportuna, a fim de debater a educação ambiental para uma nova geração ecológica.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 1595/2021 LEILA BARROS	Realização de auditoria pelo Tribunal de Contas da União na Casa da Moeda do Brasil.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 16/2021 - CAE VENEZIANO VITAL DO RÊGO	Requer a realização de Audiência Pública na CAE, para debater a Medida Provisória nº 1.031, de 2021, que dispõe sobre a desestatização Eletrobras.	Prejudicada em 21/12/2022

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PL 1989/2021 ACIR GURGACZ	Altera o art. 12 da Lei nº 13.812, de 16 de março de 2019, para dispor a celebração de convênios para a transmissão de alertas urgentes sobre o desaparecimento de crianças e adolescentes.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 2040/2021 SIMONE TEBET	Altera a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, e a Lei nº 12.153, de 22 de dezembro de 2009, para modernizar o processo nos Juizados Especiais Cível e Criminal e da Fazenda Pública.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 2086/2021 LASIER MARTINS	Altera a Lei nº 8.080, de 1990 para incluir, entre os objetivos da política de recursos humanos do Sistema Único de Saúde (SUS), a criação de programa de qualidade de vida para profissionais da saúde.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 2088/2021 JEAN PAUL PRATES	Altera a Lei nº 14.124, de 10 de março de 2021, que dispõe sobre as medidas excepcionais relativas à aquisição de vacinas e de insumos e à contratação de bens e serviços de logística, de tecnologia da informação e comunicação, de comunicação social e publicitária e de treinamentos destinados à vacinação contra a covid-19 e sobre o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19, para incluir os trabalhadores dos setores de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos no rol dos grupos prioritários e estabelecer os critérios de preferência dentro dos grupos prioritários.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 2089/2021 JEAN PAUL PRATES	Altera a Lei nº 14.124, de 10 de março de 2021, que dispõe sobre as medidas excepcionais relativas à aquisição de vacinas e de insumos e à contratação de bens e serviços de logística, de tecnologia da informação e comunicação, de comunicação social e publicitária e de treinamentos destinados à vacinação contra a covid-19 e sobre o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19, para incluir os trabalhadores dos setores de comércio e serviços no rol dos grupos prioritários e estabelecer os critérios de preferência dentro dos grupos prioritários.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 2097/2021 NILDA GONDIM	Altera o art. 217-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para criar o crime de estupro de vulnerável praticado mediante emprego de violência ou grave ameaça.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 2104/2021 JEAN PAUL PRATES	Regulamenta a profissão de bugueiro turístico; altera a Lei nº 6.094, de 30 de agosto de 1974; e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLP 91/2021 - Complementar PAULO ROCHA	Altera a Lei nº 13.820, de 2 de maio de 2019, para prever que, extraordinariamente, durante o exercício de 2021, parcela do resultado positivo do Banco Central do Brasil e do superávit financeiro das fontes vinculadas a fundos públicos será destinada ao pagamento do auxílio emergencial.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
RQS 1652/2021 LUIS CARLOS HEINZE	Audiência da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária sobre o PL 4422/2019.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 6/2021 - CDH ROMÁRIO	Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos - CDH sobre o tema "Dia nacional de Conscientização da Síndrome do X Frágil, seguindo o Dia Internacional da Conscientização da Síndrome do X Frágil".	Prejudicada em 21/12/2022
PL 2182/2021 LASIER MARTINS	Acrescenta § 2º ao art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para deixar expressa a aplicabilidade da isenção de que tratam os incisos XIV e XXI do mesmo artigo nos casos de resgate de contribuições à previdência privada, a Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) e aos Fundos de Aposentadoria Programada Individual (FAPI), por beneficiários portadores das moléstias arroladas no inciso XIV e no § 2º do art. 30 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 2187/2021 ROSE DE FREITAS	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para aumentar as penas de crimes cometidos contra motoristas de táxi e de serviço de transporte de passageiro por aplicativo.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 2203/2021 NILDA GONDIM	Acrescenta parágrafos ao art. 223-C da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre os assédios moral e sexual nas relações de trabalho.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 2254/2021 ROSE DE FREITAS	Modifica o Decreto Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para aumentar a pena do crime de assédio sexual.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 2271/2021 REGUFFE	Altera a redação do §2º do artigo 122 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1.984 (Lei de Execução Penal), para proibir a saída temporária de condenado por crime hediondo.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PL 2320/2021 SIMONE TEBET	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, e a Lei nº 10.714, de 13 de agosto de 2003, para incluir a ação do terceiro setor como integrante da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 2342/2021 REGUFFE	Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998 (Lei dos Planos de Saúde), para tornar obrigatória a publicação, no site oficial da ANS, da relação completa de todos os hospitais, clínicas e profissionais credenciados pelos planos de saúde no Brasil.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
REQ 6/2021 - CTFC PAULO ROCHA	Requer aditamento do requerimento 1/2021- CTFC	Prejudicada em 21/12/2022
PLP 99/2021 - Complementar LASIER MARTINS	Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para dispor sobre a possibilidade de hospitais filantrópicos e santas casas, sem fins lucrativos, que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS), receberem recursos do Fundo Nacional de Saúde oriundos de emendas parlamentares, individuais e de bancada, para ações de custeio e investimento na saúde especializada independente de pendências referentes à adimplência financeira.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
RQS 1713/2021 MARA GABRILLI	Requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, que seja incluído na Ordem do Dia o Projeto de Lei da Câmara nº 3 de 2017, que confere ao Município de Santa Isabel, no Estado de São Paulo, o título de Capital Nacional das Histórias em Quadrinhos.	Prejudicada em 21/12/2022
PL 2377/2021 KÁTIA ABREU	Dispõe sobre o regime jurídico das sociedades limitadas e sobre suas condições de governança para a emissão de debêntures.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 2396/2021 MARIA DO CARMO ALVES	Altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, que institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação - REPES, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras - RECAP e o Programa de Inclusão Digital; dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica e dá outras providências; para dar prioridade a projetos de pesquisa voltados ao enfrentamento da pandemia de COVID-19.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 2439/2021 NILDA GONDIM	Acrescenta alínea n ao art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a dispensa por justa causa do empregado que se recusar ao recebimento de imunização, mediante vacina, contra doenças endêmicas, epidêmicas ou pandêmicas e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PL 2440/2021 LASIER MARTINS	Institui novo piso da Previdência Social para aposentados e pensionistas com 75 (setenta e cinco) anos ou mais de idade.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
REQ 7/2021 - CTFC PAULO ROCHA	Requerimento aditamento do REQ 03/2021-CTFC de audiência pública.	Prejudicada em 21/12/2022
PL 2474/2021 JEAN PAUL PRATES	Autoriza o Poder Executivo a remanejar emendas de relator à lei orçamentária de 2021 para financiar ações de educação superior e ciência e tecnologia e inovação.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 2477/2021 JEAN PAUL PRATES	Dispõe sobre as medidas de proteção ao trabalhador, em seu retorno, reinserção e continuidade no ambiente de trabalho, durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública internacional decorrente do coronavírus (covid-19).	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 2496/2021 TELMÁRIO MOTA	Altera a Lei nº 14.010, de 10 de junho de 2020, que dispõe sobre o Regime Jurídico Emergencial e Transitório das relações jurídicas de Direito Privado (RJET) no período da pandemia do coronavírus (Covid-19), para suspender o reajuste das contraprestações pecuniárias dos planos de saúde durante a emergência em saúde pública de importância nacional decorrente dessa doença.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 2502/2021 KÁTIA ABREU	Altera a lei 12.973/2014 para tratar da tributação em bases universais das pessoas jurídicas.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
RQS 1754/2021 IZALCI LUCAS	Requer seja incluído na pauta do dia 13 de julho de 2021, a deliberação sobre o Projeto de Lei nº 399, de 2019 que "institui o dia 13 de julho como o Dia Nacional da Música e Viola Caipira".	Prejudicada em 21/12/2022
PL 2548/2021 LUIZ CARLOS DO CARMO	Altera o art. 349-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para criminalizar o ingresso de cartão SIM e demais componentes essenciais de aparelho telefônico de comunicação móvel, de rádio ou similar.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
RQS 1784/2021 IZALCI LUCAS	Destaque para votação em separado da Emenda nº 7 - PLEN apresentada ao PL nº 675/2021.	Prejudicada em 21/12/2022
PL 2562/2021 NILDA GONDIM	Altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir os crimes previstos nos arts. 239, 240, 241, 241-A, 244-A, todos do Estatuto da Criança e do Adolescente, no rol dos crimes hediondos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 2604/2021 MAILZA GOMES	Altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal, para possibilitar o financiamento da prestação de serviços de assistência técnica para assentados e aperfeiçoar os mecanismos de regularização e titulação de lotes em assentamentos da reforma agrária.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 2606/2021 NILDA GONDIM	Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para agravar as penas dos crimes contra a Flora, previstos nos seus arts. 38, 38-A, 39, 41, 50, 50-A.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 2621/2021 LASIER MARTINS	Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para dispor sobre o reajuste dos valores do Fundo Especial de Financiamento de Campanha, bem como sobre os partidos aptos a participar da distribuição desses recursos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
RQS 1807/2021 NILDA GONDIM	Informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia sobre a exclusividade e preço dos combustíveis repassados pelas distribuidoras nos últimos 24 meses.	Prejudicada em 21/12/2022
PL 2727/2021 NILDA GONDIM	Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para obrigar a administradora do cartão de débito ou crédito a informar ao consumidor o motivo para a negativa de autorização de operação financeira, bem como para o cancelamento do contrato de cartão de débito ou crédito.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 2732/2021 NILDA GONDIM	Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), para dispor sobre os compromissos de abrangência associados à exploração do Serviço Móvel Pessoal.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PL 2733/2021 NILDA GONDIM	Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), para dispor sobre os compromissos de abrangência associados à exploração do Serviço Móvel Pessoal.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
REQ 17/2021 - CAE JAQUES WAGNER	Requer audiência pública, tendo por convidados o Senhor Walton Alencar Rodrigues, Ministro do Tribunal de Contas da União, e o Senhor Alexandre Carlos Leite de Figueiredo, Secretário da Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Petróleo e Gás Natural do Tribunal de Contas da União, para que apresentem os achados no âmbito da auditoria operacional objeto do Processo TC 003.245/2020-9, sobre o tema do novo mercado de refino de combustíveis e impactos sobre o abastecimento.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 18/2021 - CAE PAULO PAIM	Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a "Ameaça à democracia e à Ordem Econômica", diante do impacto das políticas públicas na violação aos princípios que norteiam a Ordem Econômica e Financeira prevista na Constituição Federal (art. 170 da CF/88).	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 1849/2021 PAULO ROCHA	Requer audiência da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa sobre o PL 2159/2021.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 1850/2021 PAULO ROCHA	Requer audiência da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre o PL 2159/2021.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 1853/2021 HUMBERTO COSTA	Requer audiência da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa sobre o PL 2159/2021.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 1854/2021 HUMBERTO COSTA	Requer audiência da Comissão Senado do Futuro sobre o PL 2159/2021.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 1856/2021 ELIZIANE GAMA	Requer audiência da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o PL 2159/2021.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 1857/2021 ELIZIANE GAMA	Requer audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o PL 2159/2021.	Prejudicada em 21/12/2022

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PL 2768/2021 KÁTIA ABREU	Altera as Leis nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, e 10.925, de 23 de julho de 2004, para conceder benefícios no âmbito do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF), da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) na aquisição de motocicletas de até 250 CC para utilização no transporte autônomo de passageiros.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
RQS 1858/2021 NÃO INFORMADO	Ementa não informada.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 11/2021 - CSF ANGELO CORONEL	Requer que na Audiência Pública objeto do REQ 9/2021 - CSF, seja incluído o convidado Antônio Márcio Buainain, professor do instituto de Economia da Unicamp.	Prejudicada em 21/12/2022
PL 2819/2021 MARIA DO CARMO ALVES	Altera a Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), para dispor sobre ações específicas nas áreas de educação e capacitação para o trabalho.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
RQS 1883/2021 JAQUES WAGNER	Requer oitiva da CCJ ao PL 591/2021.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 1886/2021 WEVERTON	Convocação do Ministro de Estado da Educação.	Prejudicada em 21/12/2022
PL 2850/2021 KÁTIA ABREU	Dispõe sobre o exercício da profissão de Quiropraxista.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 2867/2021 PAULO ROCHA	Determina a isenção da taxa de inscrição no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) 2021, para os candidatos que a solicitaram, nos termos que especifica.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PEC 24/2021 NILDA GONDIM	Altera os arts. 10 e 19 da Emenda Constitucional nº 103, de 2019, para dispor sobre o tempo de contribuição das mulheres.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
REQ 8/2021 - CTFC FABIANO CONTARATO	Requer, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convocado a comparecer a esta Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, o Exmo. Sr. Ministro de Estado da Defesa, Walter Souza Braga Netto, para prestar esclarecimentos relativos ao provimento da patente de Marechal e equivalentes nas demais forças armadas (de almirante na Marinha e de marechal do ar na Aeronáutica) fora das hipóteses legais.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 19/2021 - CAE FLÁVIO ARNS	Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de discutir a tributação de medicamentos no Brasil e a busca de soluções para tornar os remédios mais acessíveis à população.	Prejudicada em 21/12/2022
PL 2980/2021 FERNANDO COLLOR	Institui a Bolsa de Formação Musical.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
RQS 1946/2021 WEVERTON	Urgência para a PEC nº 76/2019.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 1947/2021 MARCOS DO VAL	Tramitação conjunta do PLS 258/2016 com o PL 2259/2019, o PL 5190/2019, o PL 3693/2019, o PL 2744/2019, o PL 4494/2019, o PL 3675/2019, o PL 6285/2019, o PL 3835/2019, o PL 2970/2019, o PL 3815/2019, o PL 72/2020, o PL 120/2020, o PL 377/2020 e o PLS 444/2018.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 1949/2021 IZALCI LUCAS	Audiência da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o PL 5452/2019.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 1950/2021 IZALCI LUCAS	Audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o PL nº 5452/2019.	Prejudicada em 21/12/2022

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
RQS 1952/2021 ANTONIO ANASTASIA	Tramitação conjunta do PLC 130/2017 com o PLS 485/2011, o PLS 426/2013, o PLS 91/2014, o PLS 275/2015, o PLS 604/2015, o PLS 610/2015, o PLS 268/2016, o PLC 152/2017, o PLS 259/2017, o PLS 121/2018, o PLS 274/2018, o PLS 337/2018, o PLS 397/2018, o PLS 514/2018, o PL 1912/2019, o PL 1916/2019, o PL 2711/2019, o PL 2859/2019 e o PL 3816/2019.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 1953/2021 ANTONIO ANASTASIA	Desapensamento do PLS 284/2017 que tramita com PLS 87/2015, PLS 155/2015 e PLS 165/2015.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 1955/2021 FERNANDO BEZERRA COELHO	Tramitação conjunta do PL 1203/2020 com o PL 1206/2020 (e demais matérias que tramitam em conjunto), o PL 1345/2020, o PL 2602/2020, o PL 3009/2020, o PL 949/2020 (e demais matérias que tramitam em conjunto), o PL 3630/2020, o PL 3973/2020, o PL 5266/2020, o PL 1530/2021, o PL 1858/2021, o PL 1942/2021, o PL 2967/2019, o PL 4855/2019, o PL 4419/2019, o PLS 550/2015, o PL 1540/2019, o PL 3254/2019, o PLS 24/2017, o PL 4812/2019, o PLS 11/2015, o PLS 625/2015, o PL 6045/2019, o PL 5518/2019 e o PL 5521/2019.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 1962/2021 JAQUES WAGNER	Requer audiências da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e da Comissão de Serviços de Infraestrutura sobre o PL 591/2021.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 1963/2021 JAQUES WAGNER	Requer audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o PL 591/2021.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 21/2021 - CAE VENEZIANO VITAL DO RÊGO	Requer a realização de Audiência Pública na CAE, para analisar a Proposta de Emenda nº23, de 2021 — "PEC dos Precatórios".	Prejudicada em 21/12/2022
PL 3055/2021 ACIR GURGACZ	Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 para dispor sobre as relações de trabalho entre as empresas operadoras de aplicativos ou outras plataformas eletrônicas de comunicação em rede e os condutores de veículos de transporte de passageiros ou de entrega de bens de consumo, e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
REQ 9/2021 - CTFC MARCOS DO VAL	Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater a competência legal dos Tribunais Regionais Eleitorais para apurar os resultados referente às eleições para governador, vice-governador, senador, deputado federal e estadual, e a proposta de alteração da sistemática de totalização adotada nas Eleições, promovendo a centralização do processo no Tribunal Superior Eleitoral.	Prejudicada em 21/12/2022

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PL 3084/2021 NILDA GONDIM	Dispõe sobre a implantação de infraestrutura cicloviária de caráter não-municipal.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
REQ 5/2021 - CCT RODRIGO CUNHA	Requer que a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática avalie as políticas públicas relativas à quinta geração de redes móveis (5G) no Brasil, no exercício de 2021.	Prejudicada em 21/12/2022
PL 3145/2021 ACIR GURGACZ	Altera o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, para dispor sobre a veiculação de publicidade institucional, a obtenção de apoio cultural e de patrocínio pelas emissoras de radiodifusão educativa.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
REQ 23/2021 - CAE EDUARDO BRAGA	Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir as mais recentes matérias enviadas pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, em especial, a Medida Provisória nº 1.061, de 2021, que institui os Programas Auxílio Brasil e Alimenta Brasil, e a Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2021, conhecida como PEC dos Precatórios.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 24/2021 - CAE EDUARDO BRAGA	Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL nº 2337, de 2021.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 25/2021 - CAE JAQUES WAGNER	Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater e discutir a renovação da concessão da FCA (Ferrovia Centro Atlântica S/A) e os impactos da conexão ferroviária do NE.	Prejudicada em 21/12/2022
PL 3186/2021 ACIR GURGACZ	Altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, que dispõe sobre a organização das ações de Vigilância Epidemiológica, sobre o Programa Nacional de Imunizações, estabelece normas relativas à notificação compulsória de doenças e dá outras providências, para requerer o comprovante de vacinação contra a covid-19 para admissão no serviço público.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
RQS 2043/2021 PAULO PAIM	Requer audiência da Comissão de Assuntos Sociais sobre o PL 591/2021.	Prejudicada em 21/12/2022

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PL 3202/2021 JOSÉ ANÍBAL	Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para definir critérios para o controle e distribuição de munições.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 3216/2021 TELMÁRIO MOTA	Altera o art. 25 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para vedar a destruição dos instrumentos utilizados nas infrações ambientais e estabelecer que o resultado de sua venda reverterá em favor do município em que ocorreu o ilícito.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
RQS 2048/2021 PAULO PAIM	Realização de Sessão de Debates Temáticos, a ser realizada em data oportuna, a fim de debater o PL 591/2021, e o impacto à população e aos trabalhadores.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 11/2021 - CTFC STYVENSON VALENTIM	Requer, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Exmo. Sr. Rogério Marinho, Ministro do Desenvolvimento Regional, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre matéria veiculada no jornal Estado de São Paulo, datada de 20 de setembro de 2021, cujo conteúdo revela que o Ministro Rogério Marinho direcionou R\$ 1,4 milhão do chamado orçamento secreto, alocado no Ministério do Turismo, para a obra de um mirante turístico que será construído a 300 metros de um terreno de sua propriedade no município de Monte das Gameleiras, no Estado do Rio Grande do Norte.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 28/2021 - CAE ROGÉRIO CARVALHO	Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQE 23/2021, seja incluído mais um convidado com o objetivo de enriquecer o debate. Propõe a inclusão do Senhor Rodrigo Orair, técnico do IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 29/2021 - CAE LUIS CARLOS HEINZE	Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 24/2021 - CAE, com o objetivo de instruir o PL 2337/2021, seja incluído um representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA.	Prejudicada em 21/12/2022
PL 3278/2021 ANTONIO ANASTASIA	Atualiza o marco legal da Política Nacional de Mobilidade Urbana; altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012; a Lei nº 10.636, de 30 de dezembro de 2002; e a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLP 144/2021 - Complementar JOSÉ ANÍBAL	Introduz dispositivos na Lei Complementar nº 101, de 2000, para dispor sobre instrumentos de transparência relativos a despesas com sentenças judiciais e precatórios.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PEC 31/2021 ALVARO DIAS	Modifica o art. 3º da Emenda Constitucional nº 97, de 2017.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
REQ 30/2021 - CAE ORIOVISTO GUIMARÃES	Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL nº 2337, de 2021.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 31/2021 - CAE TASSO JEREISSATI	Requer a realização de Audiência Pública para debater o PL 2337/21 na CAE	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 33/2021 - CAE ELIZIANE GAMA	Requer o aditamento dos RQE 30 e 31/2021 para incluir convidado em audiência pública que irá debater o PL 2337/2021.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 2072/2021 FABIANO CONTARATO	Requer, nos termos do art. 255, II, c, 12, do Regimento Interno do Senado Federal, no tocante ao PL nº 591, de 2021, que dispõe sobre o marco regulatório, a organização e a manutenção do Sistema Nacional de Serviços Postais (SNSP), sejam ouvidas, também, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e a Comissão de Assuntos Sociais (CAS).	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 12/2021 - CTFC RODRIGO CUNHA	Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater de forma clara e transparente os termos do leilão da Companhia de Saneamento de Alagoas - CASAL para concessão dos serviços de distribuição de água e esgotamento sanitário de 13 cidades da região metropolitana de Maceió, bem como para discutir futuras concessões pretendidas pelo Governo de Alagoas.	Prejudicada em 21/12/2022
PL 3327/2021 MARIA DO CARMO ALVES	Altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, para incluir, entre as diretrizes de elaboração e execução dos planos de segurança pública e defesa social, o planejamento e o estabelecimento de medidas restritivas ao consumo de bebidas alcoólicas em regiões com alta incidência de homicídios e a avaliação do impacto dessas medidas.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
REQ 35/2021 - CAE ORIOVISTO GUIMARÃES	Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 2337/2021.	Prejudicada em 21/12/2022

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
REQ 36/2021 - CAE OTTO ALENCAR	Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 2337/2021. Propõe para a audiência a presença dos seguintes convidados: o Senhor Manoel Vitorio da Silva Filho, Secretário da Fazenda da Bahia; o Senhor Henrique Meirelles, Secretário da Fazenda de São Paulo e o Senhor Marco Aurelio Santos Cardoso, Secretário da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 37/2021 - CAE ROGÉRIO CARVALHO	Requer a presença do Sr. Rodrigo Orair, Pesquisador do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), na audiência pública requerida pelo REQ 31/2021-CAE, do Senador Tasso Jereissati.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 38/2021 - CAE JAQUES WAGNER	Requer a realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PLP 33/2021. Propõe para a audiência pública os seguintes convidados: representante dos Estados, representante do SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), representante da CNI (Confederação Nacional da Indústria) e representante do Ministério da Economia.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 2082/2021 EDUARDO BRAGA	Oitiva da CE sobre o PLS nº 9/2017.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 2083/2021 FABIANO CONTARATO	Requer, nos termos do art. 255, II, c, 12, do Regimento Interno do Senado Federal, no tocante ao PL nº 591, de 2021, que dispõe sobre o marco regulatório, a organização e a manutenção do Sistema Nacional de Serviços Postais (SNSP), que seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS).	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 2084/2021 FABIANO CONTARATO	Requer, nos termos do art. 255, II, c, 12, do Regimento Interno do Senado Federal, no tocante ao PL nº 591, de 2021, que dispõe sobre o marco regulatório, a organização e a manutenção do Sistema Nacional de Serviços Postais (SNSP), que seja ouvida, também, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 2104/2021 COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR	Desapensamento dos PLS nº 87/2015 – Complementar; PLS nº 155/2015 – Complementar; PLS nº 165/2015 – Complementar e PLS nº 284/20 - Complementar, para que tenham tramitações autônomas.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 2110/2021 PAULO PAIM	Sessão de Debates Temáticos, a fim de instruir o Projeto de Decreto Legislativo nº 350, de 2020.	Prejudicada em 21/12/2022

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
REQ 39/2021 - CAE ALESSANDRO VIEIRA	Requer a convocação do Ministro de Estado da Economia, senhor Paulo Roberto Nunes Guedes, para explicar as razões e circunstâncias de manutenção da offshore Dreadnoughts International, nas Ilhas Virgens Britânicas, bem como esclarecer a respeito da existência de outras empresas e/ou investimentos similares em instituições financeiras no exterior.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 41/2021 - CAE JEAN PAUL PRATES	Requer a convocação do Exmo. Sr. Ministro de Estado da Economia, Paulo Guedes, a fim de prestar à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) informações sobre uma offshore que o Ministro possui nas Ilhas Virgens Britânicas.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 42/2021 - CAE CID GOMES	Requer inclusão de convidada no Requerimento 38/2021-CAE	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 2121/2021 JAQUES WAGNER	Oitiva da CMA sobre o PL nº 3278/2021.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 13/2021 - CTFC RANDOLFE RODRIGUES	Requeiro, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Roberto de Oliveira Campos Neto, Presidente do Banco Central do Brasil, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a manutenção e eventual movimentação de empresas em paraísos fiscais depois de terem entrado para o governo do presidente Jair Bolsonaro, no início de 2019.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 14/2021 - CTFC RANDOLFE RODRIGUES	Requeiro, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Paulo Roberto Nunes Guedes, Ministro de Estado da Economia, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a manutenção e eventual movimentação de empresas em paraísos fiscais depois de terem entrado para o governo do presidente Jair Bolsonaro, no início de 2019.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 2139/2021 ZEQUINHA MARINHO	Requer audiência da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária sobre o PL 135/2020.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 44/2021 - CAE LASIER MARTINS	Requer aditamento ao RQS 36/2021 CAE para incluir mais nomes para participarem dos debates sobre o PL 2337/2021	Prejudicada em 21/12/2022

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
REQ 45/2021 - CAE WELLINGTON FAGUNDES	Requer aditamento ao REQ 24/2021 - CAE	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 2146/2021 LASIER MARTINS	Requer a tramitação conjunta do PDL 350/2020 com o PDL 558/2020.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 12/2021 - CSF IZALCI LUCAS	Requer a realização de Audiência Pública para debater as novas modalidades da economia colaborativa como instrumentos de inclusão produtiva	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 2154/2021 ACIR GURGACZ	Oitiva da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária sobre o projeto PL nº 2608/2021.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 13/2021 - CSF IZALCI LUCAS	Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a Educação e a covid-19: o desafio da superação das deficiências acumuladas	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 14/2021 - CSF IZALCI LUCAS	Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a organização e a consolidação de uma política pública de Estado para a Agricultura Irrigada no Brasil	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 2155/2021 PAULO PAIM	Requer audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o PL 591/2021.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 2159/2021 ZEQUINHA MARINHO	Requer audiência da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária sobre o PL 5624/2019.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 46/2021 - CAE FLÁVIO ARNS	Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de 2 (duas) audiências públicas, com o objetivo de instruir o PL nº 2337/2021	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 47/2021 - CAE ESPERIDIÃO AMIN	Requer, que na audiência pública objeto do REQ 31/2021-CAE, seja incluído, no rol de convidados, o Senhor Gustavo Brigagão, advogado tributarista e Presidente Nacional do Centro de Estudos das Sociedades de Advogados - CESA.	Prejudicada em 21/12/2022

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PL 3614/2021 ELMANO FÉRRER	Modifica o art. 4º da Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, para permitir o pagamento do vale transporte em espécie, mediante acordo entre empregado e empregador.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
REQ 48/2021 - CAE LUIS CARLOS HEINZE	Inclusão do Presidente da CNC convidada ao RQS 24/2021 da CAE de Audiência Pública sobre o PL 2337/21 (IR).	Prejudicada em 21/12/2022
PL 3620/2021 TELMÁRIO MOTA	Altera dispositivos da Lei nº 13.681, de 18 de junho de 2018, para suprimir a exigência de comprovação de escolaridade para enquadramento de servidores e empregados de ex-Territórios em cargos públicos de quadro em extinção da União.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
REQ 49/2021 - CAE PAULO PAIM	Requer a realização de audiência pública	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 50/2021 - CAE WELLINGTON FAGUNDES	Requer realização de audiência pública para instrução da MSF 40/2021	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 52/2021 - CAE JAQUES WAGNER	Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir os impactos sobre a produção científica e tecnológica depois da aprovação do PLN 12/2021 e do PLN 16/2021 que, conjugados, podem retirar R\$ 2,7 bilhões do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico– FNDCT, afetando, inclusive, o enfrentamento à pandemia e a recuperação da economia brasileira.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 2171/2021 FERNANDO BEZERRA COELHO	Oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o PLS 357/2015.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 53/2021 - CAE ESPERIDIÃO AMIN	Requer ...Audiência Pública para discutir a Política de Teto de Gastos	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 54/2021 - CAE EDUARDO GOMES	Requer inclusão da FENAINFO na audiência pública destinada a instruir o PL 2337/2021.	Prejudicada em 21/12/2022

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
REQ 55/2021 - CAE ZEQUINHA MARINHO	Requer aditamento do REQ 30/2021-CAE - Sindireceita	Prejudicada em 21/12/2022
PL 3713/2021 ALVARO DIAS	Acresce o parágrafo primeiro ao Art. 149-A do Decreto Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal para tipificar o tráfico de atletas.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
RQS 2177/2021 LUIZ CARLOS DO CARMO	Realização de Sessão de Debates Temáticos, a ser realizada em data oportuna, com o objetivo de debater a PEC nº 110/2019, que trata da Reforma Tributária.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 2179/2021 FERNANDO BEZERRA COELHO	Oitiva da CSP sobre o PLC nº 49/2018.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 2181/2021 IZALCI LUCAS	Requer audiência da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o PLS 236/2018.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 15/2021 - CTFC FABIANO CONTARATO	Requer, nos termos regimentais, a convocação do Senhor Roberto de Oliveira Campos Neto, Presidente do Banco Central do Brasil, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre áudio vazado em que o Presidente do Banco BTG Pactual informa influenciar na política da taxa de juros no país.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 2187/2021 LASIER MARTINS	Requer inclusão em Ordem do Dia da PEC 35, de 2015.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 2188/2021 LASIER MARTINS	Requer inclusão em Ordem do Dia do PL 3007, de 2019.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 2189/2021 LASIER MARTINS	Requer desapensamento do PL 3007, de 2019.	Prejudicada em 21/12/2022

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
RQS 2190/2021 LASIER MARTINS	Requer inclusão em Ordem do Dia do PLS 147, de 2017.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 2191/2021 LASIER MARTINS	Requer dispensa de parecer da CCJ sobre o PRS 11, de 2019.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 2192/2021 LASIER MARTINS	Requer inclusão em Ordem do Dia do PLS 443, de 2017.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 2193/2021 LASIER MARTINS	Requer inclusão do PLS 314, de 2018, na Ordem do Dia.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 2194/2021 LASIER MARTINS	Requer inclusão em Ordem do Dia do PL 4229, de 2019.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 56/2021 - CAE ZEQUINHA MARINHO	Requer aditamento SINDIRECEITA	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 2198/2021 IZALCI LUCAS	Requer a tramitação conjunta do PLS 346/2018 com o PLS 357/2015, o PLS 9/2017 e o PL 4501/2020.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 2200/2021 JEAN PAUL PRATES	Requer audiências da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o PL 591/2021.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 2201/2021 JEAN PAUL PRATES	Requer audiências da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo sobre o PL 591/2021.	Prejudicada em 21/12/2022
PL 3796/2021 ROSE DE FREITAS	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para aumentar a penas de crimes cometidos contra motoristas de táxi e de serviço de transporte de passageiro por aplicativo.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PL 3797/2021 ROSE DE FREITAS	Modifica o Decreto Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para aumentar a pena do crime de assédio sexual.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 3798/2021 ROSE DE FREITAS	Altera a Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, para estabelecer bônus tarifário a consumidores que reduzirem consumo de energia elétrica.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 3799/2021 ROSE DE FREITAS	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a obrigatoriedade de profissional de estabelecimento de ensino comunicar informação de que seja sabedor sobre violação, ou iminência de violação, de direito fundamental que possa pôr em risco aluno criança ou adolescente.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 3800/2021 ROSE DE FREITAS	Altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, que altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências, e a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências, para permitir que seja deduzida da base de cálculo do Imposto sobre a Renda o aporte de capital realizado em startups.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PLP 180/2021 - Complementar ROSE DE FREITAS	Altera o art. 2º da Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007, para incluir o município de São Roque do Canaã, situado no Estado do Espírito Santo, na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 3835/2021 FERNANDO COLLOR	Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985 (Lei da Ação Civil Pública), para aperfeiçoar a disciplina das ações coletivas.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 3836/2021 FERNANDO COLLOR	Altera a Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, para ampliar o número de bolsas integrais do Programa Universidade para Todos (PROUNI).	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
REQ 57/2021 - CAE OTTO ALENCAR	Requeiro, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre os sucessivos aumentos dos combustíveis, as pessoas abaixo:• o Exmo. Sr. Bento Albuquerque, Ministro de Minas e Energia;• o Senhor Joaquim Silva e Luna, Presidente da Petrobras. Em 2021, a Petrobras aumentou os preços da gasolina 11 vezes e 9 vezes, os preços do diesel. No ano, a gasolina subiu 74% e o diesel, 64,7%. É primordial a avaliação da política de preços dos combustíveis.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 58/2021 - CAE LUIS CARLOS HEINZE	Requer inclusão de convidados na audiência pública para instruir o PL 2337/21	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 59/2021 - CAE CARLOS FÁVARO	Requer adição de assinatura ao REQ 49/2021 - CAE, de autoria do Senador Paulo Paim.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 60/2021 - CAE PAULO PAIM	Requer a inclusão de convidados	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 2211/2021 WEVERTON	Requer oitiva da CCJ para o Projeto de Lei nº 591, de 2021	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 15/2021 - CRA JEAN PAUL PRATES	Requeremos, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana. Propomos para a audiência a presença dos seguintes convidados: • a Senhora Vanessa Shotz, Representante de entidades que atuam com Segurança Alimentar e Nutricional - SAN; • o Senhor Marcos José de Abreu, Mestre em Agroecossistema, representante de entidades que atuam com Tratamento de Resíduos orgânicos; • representante de Agricultores/as Urbanos/as; • representante de Articulação Nacional de Agroecologia / Movimento Agroecológico.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 17/2021 - CRA PAULO ROCHA	Requeiro, nos termos do art.58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência Pública a fim de debater a produção do cacau na região amazônica e a sustentabilidade. Posteriormente enviaremos relação de convidados da audiência.	Prejudicada em 21/12/2022

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PL 3906/2021 MARIA DO CARMO ALVES	Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, para garantir a reprodução das cheias naturais a jusante dos reservatórios operados por agentes públicos e privados.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
RQS 2227/2021 JAQUES WAGNER	Requer Remessa à CMA_PL 11276/2018_Câmara dos Deputados_Política Manejo Integrado do Fogo MIF	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 16/2021 - CTFC RODRIGO CUNHA	Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a situação atual dos bairros dos bairros do Pinheiro, Mutange, Bebedouro e Bom Parto, no município de Maceió, Alagoas.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 2231/2021 JEAN PAUL PRATES	Requer audiência da Comissão de Serviços de Infraestrutura sobre o PL 591/2021.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 2232/2021 JEAN PAUL PRATES	Requer audiência da Comissão de Assuntos Sociais sobre o PL 591/2021.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 2233/2021 JEAN PAUL PRATES	Requer audiência da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor sobre o PL 591/2021.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 2234/2021 JEAN PAUL PRATES	Requer audiência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática sobre o PL 591/2021.	Prejudicada em 21/12/2022
PL 3978/2021 LUIZ CARLOS DO CARMO	Altera o art. 2º da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para equiparar a consumidor o produtor rural que realiza a aquisição de máquinas e insumos destinados à atividade agrícola.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
REQ 15/2021 - CSF ZEQUINHA MARINHO	Requer realização de audiência pública com o objetivo de debater a implementação de solução tecnológica para cobrança automática de impostos.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 16/2021 - CSF IZALCI LUCAS	Requer a realização de audiência pública com o objetivo de prestar esclarecimentos sobre as recentes exonerações ocorridas no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP.	Prejudicada em 21/12/2022

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PL 3993/2021 FERNANDO COLLOR	Concede isenção do Imposto sobre Operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários (IOF) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para a aquisição de micro-ônibus para utilização no transporte coletivo de passageiros urbano e semiurbano, e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PEC 40/2021 JOSÉ ANÍBAL	Altera a Constituição Federal e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para apresentar o orçamento da emergência social como fonte de custeio para ações de assistência social.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
REQ 17/2021 - CSF IZALCI LUCAS	Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater Políticas e Inovação em Segurança Pública.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 18/2021 - CSF IZALCI LUCAS	Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o Empreendedorismo Digital e as oportunidades oferecidas para a juventude em tempos de transformações na economia e na gestão pública no país.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 19/2021 - CSF IZALCI LUCAS	Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a condição atual e os estímulos necessários para o desenvolvimento do Voluntariado no país.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 20/2021 - CSF IZALCI LUCAS	Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater políticas públicas para a Agricultura Familiar no Brasil.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 17/2021 - CTFC STYVENSON VALENTIM	Requer, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2o, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1o e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Exmo. Sr. Rogério Marinho, Ministro do Desenvolvimento Regional, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre matérias publicadas no Jornal o Estado de São Paulo, datadas de 20 e 24 de setembro de 2021. A primeira, contém a revelação de que o Ministro Rogério Marinho direcionou R\$ 1,4 milhão do chamado orçamento secreto, alocado no Ministério do Turismo, para a obra de um mirante turístico que será construído a 300 metros de uma torre de sua propriedade no Município de Monte das Gameleiras, no Estado do Rio Grande do Norte. A segunda, matéria intitulada "Marinho mira campanha ao Senado e distribui tratores comprados com verba do orçamento secreto".	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 62/2021 - CAE CID GOMES	Requer urgência para a Mensagem do Senado Federal nº 63, de 2021.	Prejudicada em 21/12/2022

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
REQ 63/2021 - CAE JEAN PAUL PRATES	Requer acesso aos autos do TC 028.391/2020-9, que trata da relicitação do Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante/RN, para que se obtenham as informações necessárias ao acompanhamento do assunto por parte desta Casa.	Prejudicada em 21/12/2022
PL 4076/2021 FERNANDO COLLOR	Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências, para instituir Novo Programa Especial de Regularização do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
REQ 18/2021 - CTFC FABIANO CONTARATO	Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 323/2018, que "estabelece normas gerais de proteção e incentivo a pessoas naturais que relatem suspeitas de irregularidades no âmbito de entes públicos ou privados".	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 19/2021 - CTFC RANDOLFE RODRIGUES	Requer, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. Antônio Augusto Brandão de Aras, Procurador-Geral da República, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar esclarecimentos sobre o andamento das providências adotadas frente aos fatos levantados e aos indiciamentos contidos no Relatório da CPI da Pandemia.	Prejudicada em 21/12/2022
PL 4101/2021 NILDA GONDIM	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, Código de Trânsito Brasileiro, para determinar que seja disponibilizado canal para apresentação de defesa prévia e de recursos via internet.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 4102/2021 NILDA GONDIM	Altera a Lei nº 3.795, de 2 de agosto de 1960, para denominar "Governador José Maranhão" o aeroporto localizado no Município de Santa Rita, no Estado da Paraíba.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 4117/2021 TELMÁRIO MOTA	Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que criou o Programa Bolsa Família.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
REQ 64/2021 - CAE LASIER MARTINS	Requer a realização de audiência pública na CAE para debater solução tecnológica que permitirá o recolhimento automático de impostos, combatendo sonegação e aliviando a carga fiscal sobre o consumo.	Prejudicada em 21/12/2022

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
REQ 65/2021 - CAE VENEZIANO VITAL DO RÊGO	Requer a realização de audiência pública na CAE, para discutir a implantação de resorts integrados em todo o território nacional, conforme disposto no Projeto de Lei nº 4495/2020.	Prejudicada em 21/12/2022
PLP 196/2021 - Complementar JOSÉ ANÍBAL	Aperfeiçoamento do art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 2000, com o objetivo de incluir os atos de prorrogação de renúncias fiscais no âmbito dos procedimentos de controle previstos na Lei.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
PL 4152/2021 SIMONE TEBET	Denomina "Rodovia José de Oliveira Santos" o trecho da BR-419 que liga os Municípios de Rio Verde de Mato Grosso, a Rio Negro, no Estado do Mato Grosso do Sul.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
RQS 2298/2021 IZALCI LUCAS	Destaque, para votação em separado, da Emenda nº 2-PLEN ao PL nº 316/2021.	Prejudicada em 21/12/2022
PEC 44/2021 JOSÉ ANÍBAL	Altera os arts. 100 e 166 da Constituição Federal, para prever meios alternativos de utilização dos valores decorrentes de precatórios e vedar a inclusão de emendas ao projeto de lei orçamentária nas hipóteses que especifica, e o art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para excepcionar do Teto de Gastos as despesas que especifica.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
RQS 2303/2021 PAULO PAIM	Requer inclusão de convidado	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 66/2021 - CAE VENEZIANO VITAL DO RÊGO	Requer a retirada do RQS nº 65/2021-CAE	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 21/2021 - CSF IZALCI LUCAS	Requer realização de audiência pública para debater o impacto da PEC 23/2021..	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 20/2021 - CTFC RODRIGO CUNHA	Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa acerca da privatização do serviço de fornecimento de água e tratamento de esgoto da capital alagoana em Maceió.	Prejudicada em 21/12/2022

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PL 4197/2021 ROSE DE FREITAS	Dispõe sobre restrições excepcionais e temporários para entrada de viajantes no País em decorrência da pandemia de covid-19.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
REQ 68/2021 - CAE ROGÉRIO CARVALHO	Requer a retirada da Emenda nº 38, oferecida ao PLP 245/2019.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 2315/2021 FERNANDO BEZERRA COELHO	Requer a tramitação conjunta do PL 1203/2020 com o PL 1206/2020 (e demais matérias que tramitam em conjunto), o PL 1345/2020, o PL 2602/2020, o PL 3009/2020, o PL 949/2020 (e demais matérias que tramitam em conjunto), o PL 3630/2020, o PL 3973/2020, o PL 5266/2020, o PL 1530/2021, o PL 1858/2021, o PL 1942/2021, o PL 2967/2019, o PL 4855/2019, o PL 4419/2019, o PLS 550/2015, o PL 1540/2019, o PL 3254/2019, o PLS 24/2017, o PL 4812/2019, o PLS 11/2015, o PLS 625/2015, o PL 6045/2019, o PL 5518/2019, o PL 5521/2019 e o PL 951/2020.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 2319/2021 LASIER MARTINS	Requer audiência da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o PLC 83/2015.	Prejudicada em 21/12/2022
PL 4255/2021 ROSE DE FREITAS	Dispõe sobre restrições excepcionais e temporários para entrada de viajantes no País em decorrência da pandemia de covid-19.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
RQS 2353/2021 ALVARO DIAS	Informações ao Ministro da Economia sobre suas falas a respeito de investimentos previstos para o Brasil nos próximos anos.	Prejudicada em 21/12/2022
PL 4271/2021 PAULO ROCHA	Dispõe sobre ao registro e coleta de dados pelo Poder Público referentes à prática de violência contra a população LGBTI+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexos).	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
RQS 2355/2021 ROBERTO ROCHA	Requer a tramitação conjunta do PL 2648/2019 com o PL 4495/2020.	Prejudicada em 21/12/2022

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PL 4322/2021 ALVARO DIAS	Estabelece limites máximos para os teores de enxofre e de Hidrocarbonetos Policíclicos Aromáticos (HPA) no óleo diesel de uso rodoviário.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
RQS 2362/2021 ELMANO FÉRRER	Requer a tramitação conjunta do PL 2950/2020 com o PL 911/2020 (e demais matérias que tramitam em conjunto).	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 2363/2021 EDUARDO BRAGA	Oitiva da Comissão de Ciência ,Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática sobre o SCD 6/2016.	Prejudicada em 21/12/2022
PL 4362/2021 PAULO ROCHA	Autoriza o Poder Executivo a transferir recursos, a título de contribuição corrente, para entidades privadas sem fins lucrativos que atuem com estudos e pesquisas sobre trabalho, emprego, renda, qualificação profissional e que subsidiem políticas públicas federais, estaduais e municipais.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
RQS 2370/2021 FERNANDO BEZERRA COELHO	Oitiva da CSP sobre o PLC nº 49/2018.	Prejudicada em 21/12/2022
PL 4393/2021 JEAN PAUL PRATES	Dispõe sobre autorização para o Poder Executivo remanejar recursos de RP9 para pagamento do Auxílio Gás dos Brasileiros.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
RQS 2382/2021 ROSE DE FREITAS	Requer audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o PL 537/2019.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 2383/2021 FABIANO CONTARATO	Requer que, no tocante ao Projeto de Lei nº 3723, de 2019, seja ouvida, também, a Comissão de Segurança Pública do Senado (CSP).	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 19/2021 - CRA PAULO ROCHA	Requeiro, nos termos dos arts. 279, III, do Regimento Interno do Senado Federal, adiamento da discussão do PL 2633/2020, que “altera as Leis nºs 11.952, de 25 de junho de 2009, 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, a fim de ampliar o alcance da regularização fundiária; e dá outras providências”, para o dia 23 de fevereiro de 2022.	Prejudicada em 21/12/2022

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
RQS 2387/2021 CHICO RODRIGUES	Realização de sessão especial para comemoração do Bicentenário da Independência do Brasil.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 2388/2021 CHICO RODRIGUES	Realização de Sessão Especial em Homenagem à Antônio Delfim Netto.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 20/2021 - CRA PAULO ROCHA	Requeiro, nos termos do art. 294 do Regimento Interno do Senado Federal, votação nominal para o PL 2633/2020, que "altera as Leis nºs 11.952, de 25 de junho de 2009, 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, a fim de ampliar o alcance da regularização fundiária; e dá outras providências").	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 2389/2021 CHICO RODRIGUES	Realização de Sessão Especial em Homenagem à Ozires Silva.	Prejudicada em 21/12/2022
PL 4432/2021 FERNANDO COLLOR	Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, para tornar obrigatória a sinalização turística ao longo das rodovias federais.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
RQS 2396/2021 ROGÉRIO CARVALHO	Tramitação conjunta do PL nº 3823/2021 com o PL nº 1746/2019.	Prejudicada em 21/12/2022
PL 4482/2021 NILDA GONDIM	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, para impor as penalidades de multa, cassação do direito de dirigir e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir, bem como determinar a realização de exames como condição para que o condutor volte a dirigir, nos casos de cometimento dos crimes que menciona.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
REQ 2/2021 - CMO HUGO LEAL	Requer a criação de Grupo de Trabalho Conjunto com o Tribunal de Contas da União com vistas a estudar o aperfeiçoamento e a intensificação da atividade de fiscalização por parte desta Comissão nas diferentes dimensões de gestão fiscal, infraestrutura e obras.	Prejudicada em 21/12/2022
PL 4485/2021 ROSE DE FREITAS	Altera a Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007, para dispor sobre a prorrogação do prazo de vigência de incentivos do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores (Padis); e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PL 4603/2021 ROSE DE FREITAS	Altera a Lei nº 12.305, de 2 agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, para incentivar a recuperação energética dos resíduos sólidos como forma de destinação e disposição ambientalmente adequada de resíduos sólidos e de rejeitos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
RQS 3/2022 ELIZIANE GAMA	Realização de Sessão Especial, no dia 08/03/2022, a fim de comemorar o Dia Internacional das Mulheres.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 3/2022 - CTFC RANDOLFE RODRIGUES	Requer, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Anderson Gustavo Torres, Ministro da Justiça, à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, a fim de que preste as informações devidas sobre as conclusões da Polícia Federal sobre as condutas do Presidente da República, Sr. Jair Bolsonaro, em relação ao caso Covaxin, denunciado pela CPI da Pandemia.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 4/2022 - CTFC RANDOLFE RODRIGUES	Requer, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Paulo Gustavo Maiurino, Diretor-Geral da Polícia Federal, à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, a fim de que preste as informações devidas sobre as conclusões da Polícia Federal sobre as condutas do Presidente da República, Sr. Jair Bolsonaro, em relação ao caso Covaxin, denunciado pela CPI da Pandemia.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 49/2022 PAULO ROCHA	Audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o PLS nº 272/2016.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 50/2022 PAULO ROCHA	Audiência da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa sobre o PLS nº 272/2016.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 51/2022 PAULO ROCHA	Audiência da Comissão de Segurança Pública sobre o PLS nº 272/2016.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 58/2022 ALESSANDRO VIEIRA	Retirada do PLS nº 272/2016 da pauta da Ordem do Dia.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 76/2022 PAULO ROCHA	Requer audiência da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa sobre o PLS 540/2018.	Prejudicada em 21/12/2022

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
RQS 91/2022 VANDERLAN CARDOSO	Aditamento ao RQS nº 70/2022.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 105/2022 PLÍNIO VALÉRIO	Requer a tramitação conjunta do PLP 3/2022 com o PLS 407/2016, o PLS 412/2016 e o PLS 245/2016.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 4/2022 - CE JEAN PAUL PRATES	Requer o convite do Senhor Mário Luís Frias, Secretário Especial de Cultura, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre gastos exorbitantes em suas viagens e de sua equipe.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 117/2022 ROSE DE FREITAS	Requer a tramitação conjunta do PL 145/2020 com o PLS 263/2018 e o PLS 382/2018.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 129/2022 MARCOS ROGÉRIO	Requer a realização de Sessão de Debate Temático sobre a campanha de vacinação obrigatória da Covid-19 em crianças entre 5 e 11 anos.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 134/2022 ZEQUINHA MARINHO	Tramitação conjunta do PLS nº 520/2015 com o PLC nº 84/2015.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 139/2022 JAQUES WAGNER	Requer a tramitação conjunta do PLS 361/2018 com o PL 3216/2021.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 141/2022 ROSE DE FREITAS	Requer a tramitação conjunta do PL 145/2020 com o PLS 263/2018 e o PLS 382/2018.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 4/2022 - CRE RANDOLFE RODRIGUES	Requer, nos termos dos arts. 50, caput , e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Carlos Alberto Franco França, Ministro das Relações Exteriores do Brasil, para que preste informações sobre a aparente mobilização tardia para retirada de brasileiros do solo ucraniano antes do início do ataque russo.	Prejudicada em 21/12/2022

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
REQ 5/2022 - CRE RANDOLFE RODRIGUES	Requer, nos termos dos arts. 50, caput , e 58, § 2º, III e V, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Norton de Andrade Mello Rapesta, embaixador do Brasil na Ucrânia, para que preste informações sobre a aparente mobilização tardia para retirada de brasileiros do solo ucraniano antes do início do ataque russo.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 147/2022 HUMBERTO COSTA	Requer audiência da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa sobre o PLS 220/2014.	Prejudicada em 21/12/2022
ATS 3/2022 RODRIGO PACHECO	Institui Comissão de Juristas responsável pela elaboração de anteprojeto de lei para atualização da Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, que define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo
REQ 7/2022 - CTFC REGUFFE	Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre o acesso e a qualidade da atenção à saúde e o financiamento e a transferência de recursos federais para ações e serviços públicos de saúde no Distrito Federal.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 184/2022 ACIR GURGACZ	Requerimento para exame do PLS 376 de 2017 na Comissão de Desenvolvimento Regional.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 185/2022 MARCOS DO VAL	Requer a tramitação conjunta do PL 3723/2019 com o PL 513/2022 e o PL 579/2022.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 191/2022 EDUARDO GIRÃO	Sessão de Debates Temáticos sobre o PL nº 3723/2019.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 9/2022 - CTFC PAULO ROCHA	Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 7/2022 - CTFC, sejam incluídos dentre os convidados, os seguintes nomes, para abordar o tema da Audiência, que trata do acesso e a qualidade da atenção à saúde, o financiamento e a transferência de recursos federais para ações e serviços públicos de saúde no DF. Propõe para a audiência a inclusão dos seguintes convidados: a Exma. Sra. ARLETÉ AVELAR SAMPAIO, Deputada Distrital - Presidente da Comissão de Educação Saúde e Cultura; a Senhora JOVÂNIA RODRIGUES DA SILVA, Presidente - Conselho de Saúde do DF.	Prejudicada em 21/12/2022

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
RQS 204/2022 EDUARDO GIRÃO	Realização de Sessão de Debates Temáticos, em data oportuna, a fim de debater o PL nº 3723/2019 e suas implicações.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 212/2022 FLÁVIO BOLSONARO	Requer a tramitação conjunta do PLS 418/2013 com o PLS 419/2013, o PLS 488/2013 e o PLS 420/2013.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 213/2022 FLÁVIO BOLSONARO	Oitiva da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo sobre o PLS nº 418/2013.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 214/2022 FLÁVIO BOLSONARO	Requer audiência da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo sobre o PLS 419/2013.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 215/2022 FLÁVIO BOLSONARO	Requer audiência da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo sobre o PLS 488/2013.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 216/2022 FLÁVIO BOLSONARO	Requer audiência da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo sobre o PLS 420/2013.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 15/2022 - CE CONFÚCIO MOURA	Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer-se a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater o tema "Como Enfrentar os Problemas da Violência nas Escolas Agravados pela Pandemia".	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 18/2022 - CE RANDOLFE RODRIGUES	Em complemento ao Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte nº 11, de 2022, requer, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal e do art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, a presença dos seguintes Senhores para oitiva a título de depoimento para prestação de esclarecimentos sobre o aparente beneficiamento indevido na destinação de verbas públicas afetas ao Ministério da Educação: Prefeito de Rosário (MA), Sr. Calvet Filho; Prefeito de Luís Domingues (MA), Gilberto Braga; Prefeito de Boa Esperança do Sul (SP) José Manoel de Souza; Prefeito de Guarani D'Oeste (SP) Nilson Caffer; Prefeito de Três Corações (MG) - Reinaldo Vilela Paranaíba Filho; Prefeito de Anajatuba (MA), Sr. Helder Aragão; Prefeito de Centro Novo (MA), Sr. Junior Garimpeiro; e Prefeita de Bom Lugar (MA), Sra. Marlene Miranda.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 234/2022 JEAN PAUL PRATES	Requer audiência da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa sobre o PL 3723/2019.	Prejudicada em 21/12/2022

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
RQS 235/2022 JEAN PAUL PRATES	Requer audiência da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre o PL 3723/2019.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 23/2022 - CE ALESSANDRO VIEIRA	Nos termos do art. 71, inciso VII, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, requer que seja solicitado, ao Tribunal de Contas da União, de acordo ainda com o art. 264, IV de seu Regimento Interno (Resolução-TCU nº 246, de 30 de novembro de 2011), que informe sobre a aplicação da Lei nº 14.172, de 10 de junho de 2021 e o uso dos recursos da União pelos Estados, especificamente sobre os seguintes pontos: 1. O § 6º do art. 3º da Lei nº 14.172/2021 prevê a aplicação excepcional dos recursos de contratação de soluções de conectividade móvel para contratação de serviços de conectividade para as escolas da rede pública de ensino. Considerando a mudança de cenário da pandemia, com o retorno gradual dos estudantes para o ensino presencial, há possibilidade de flexibilização da exceção para que os recursos sejam aplicados prioritariamente para a conectividade das escolas e como deve ser realizada a prestação de contas de estados e municípios para justificar essa flexibilização? 2. Os recursos recebidos em decorrência das transferências previstas na Lei poderão ser utilizados para ampliação de contratos já em andamento para conectividade móvel e conectividade das escolas? 3. Os planos de trabalho fornecidos ao FNDE podem ser alterados após a transferência do recurso, por exemplo, modificando os percentuais de despesas de custeio e capital? 4. Considerando que a lei não definiu os critérios para transferência dos recursos dos estados para os municípios, cada ente federado poderá definir seus parâmetros de transferência? Existe óbice para que o Estado opte por não transferir o recurso para os seus municípios? 5. Considerando a dificuldade em identificar os beneficiados por meio da lista do CadÚnico, uma vez que está desatualizada, existe alternativa para definir os beneficiários das ações ou poderá ser utilizada a lista com os dados desatualizados? 6. Diante do silêncio do Decreto nº 10.952, de 2022, sobre o prazo para que os recursos e os rendimentos não aplicados, os saldos remanescentes e os seus rendimentos sejam restituídos à Conta Única do Tesouro Nacional, como estados e municípios deverão proceder para realizar a restituição?	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 246/2022 PAULO ROCHA	Requer audiência da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa sobre o PL 5983/2019.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 7/2022 - CRE MARCOS DO VAL	Requer a realização de Audiência Pública com o objetivo de receber o Presidente da Ucrânia.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 8/2022 - CRE KÁTIA ABREU	Requer, com fundamento no disposto no Art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o Art. 90, inciso II, do RISF, audiência pública nesta Comissão em conjunto com a CMA e CRA para tratar sobre os principais desafios, restrições e condicionantes ambientais da produção doméstica e importação de fertilizantes por parte do Brasil.	Prejudicada em 21/12/2022

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
REQ 9/2022 - CRE KÁTIA ABREU	Requer, com fundamento no disposto no Art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o Art. 90, inciso II, do RISF, audiência pública para tratar do anexo C do Tratado de Itaipu	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 10/2022 - CRE KÁTIA ABREU	Requer, com fundamento no disposto no Art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o Art. 90, inciso II, do RISF, audiência pública para atualizar o cenário mais recente sobre o conflito entre Rússia e Ucrânia e os seus desdobramentos no âmbito nacional e internacional.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 11/2022 - CRE CHICO RODRIGUES	Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de tratar da retomada das relações diplomáticas do Brasil com a Venezuela	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 24/2022 - CE RANDOLFE RODRIGUES	Requer, nos termos do art. 58, § 2º, da Constituição Federal e do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, a tomada de depoimento dos seguintes senhores no bojo desta Comissão, a fim de que prestem as informações devidas sobre o aparente beneficiamento indevido na destinação de verbas públicas afetas ao Ministério da Educação e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação: Garigham Amarante Pinto - Diretor de Ações Educacionais (Dirae) do FNDE; Gabriel Vilar - Diretor de Gestão, Articulação e Projetos Educacionais (Digap) do FNDE; Odimar Barreto; Nely Carneiro da Veiga Jardim; Luciano de Freitas Musse; Crezus Ralph Lavra Santos; Darwin Einstein Arruda Nogueira Lima; e Jorge Guilherme da Silva Souza.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 25/2022 - CE JEAN PAUL PRATES	Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a execução de programas do Ministério da Educação destinados à assistência a estudantes do ensino médio e do ensino superior. Propõe para a audiência a presença dos seguintes convidados: representante do Ministério da Educação (MEC); representante da União Nacional de Estudantes (UNE); representante da Federação Nacional dos Estudantes em Ensino Técnico (FENET); representante da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES); representante do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF); representante do Fórum Nacional dos Pró-Reitores de Assuntos Estudantis (FONAPRACE); representante União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES).	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 265/2022 ACIR GURGACZ	Requerimento de retirada da emenda nº 025 do PL 510 de 2021	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 266/2022 FLÁVIO ARNS	Requeiro, nos termos do art. 255, II, "c", 12, do Regimento Interno do Senado Federal, no tocante ao PL nº 591, de 2021, que dispõe sobre o marco regulatório, a organização e a manutenção do Sistema Nacional de Serviços Postais (SNSP), além do constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).	Prejudicada em 21/12/2022

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
RQS 269/2022 CARLOS PORTINHO	Requer audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o PL 2788/2019.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 12/2022 - CRE FLÁVIO ARNS	Requer que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE, nos termos do art. 224, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, apresente Indicação sugerindo ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República a convocação de Cúpula Extraordinária dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), com participação de representante da Ucrânia como convidado(a), podendo ser realizada inclusive por videoconferência, a fim de discutir medidas concretas para se alcançar imediato cessar-fogo entre Rússia e Ucrânia, bem como o estabelecimento de meios diplomáticos ou políticos efetivos capazes de superar as divergências e garantir a paz no longo prazo.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 272/2022 ELMANO FÉRRER	Requer audiência da Comissão de Assuntos Sociais sobre o PL 4290/2019.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 12/2022 - CTFC RANDOLFE RODRIGUES	Requer, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, da Constituição Federal e dos arts. 90, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a prestação de informações e a remessa de documentos pela Presidência da República sobre as visitas feitas pelos Srs. Gilmar Santos e Arilton Moura ao Palácio do Planalto.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 14/2022 - CTFC EDUARDO GIRÃO	Requer, nos termos dos arts. 50 e 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 90, III, do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor André Pepitone da Nóbrega - Diretor Geral da ANEEL e de representante da ENEL Ceará, para que prestem esclarecimentos sobre o percentual do reajuste tarifário anual nas contas de energia elétrica.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 281/2022 LUIZ CARLOS HEINZE	Requer audiência da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária sobre o PL 2183/2019.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 289/2022 SÉRGIO PETECÃO	Requer oitiva da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária sobre o PLS 13/2015.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 292/2022 SIMONE TEBET	Oitiva a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o PL nº 2633/2020 (que tramita com o PL nº 510/2021).	Prejudicada em 21/12/2022

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
REQ 33/2022 - CE RANDOLFE RODRIGUES	Requer, nos termos dos arts. 127, caput, e 129, VII e VIII, da Constituição Federal, a prestação de informações e a remessa, pelo Ministério Público Federal, a título de cooperação com esta Comissão, dos documentos entregues pelo Sr. Abraham Weintraub, ex-Ministro da Educação, sobre indícios de irregularidades no Ministério da Educação durante a sua gestão.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 296/2022 ELIZIANE GAMA	Requer audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o PL 2159/2021.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 301/2022 LASIER MARTINS	Convite ao Ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal, a comparecer ao Plenário do Senado Federal a fim de esclarecer eventuais manifestações de cunho político, de modo a elucidar fatos e evitar o conflito entre os Poderes.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 302/2022 ELIZIANE GAMA	Criação de Comissão Temporária Externa composta de 10 (dez) membros titulares para, no prazo de 90 (noventa) dias, destinada a acompanhar in loco as denúncias de invasões de terras indígenas e de violência contra povos indígenas na região amazônica.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 15/2022 - CTFC NELSINHO TRAD	Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a respeito das recentes denúncias feitas no Procon do DF que constatam publicidade enganosa na comercialização de sanduíches por duas redes de redes de fast food com sede no Distrito Federal.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 16/2022 - CTFC EDUARDO GIRÃO	Requer a adição de novos nomes ao REQ 14/ 2022	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 17/2022 - CTFC EDUARDO GIRÃO	Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 14/2022 - CTFC, seja incluído os seguintes convidados	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 313/2022 CONFÚCIO MOURA	Requer a tramitação conjunta do PL 4688/2019 com o PL 3735/2021.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 320/2022 PAULO ROCHA	Requer audiência da Comissão de Meio Ambiente sobre o PL 2374/2020.	Prejudicada em 21/12/2022

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
RQS 324/2022 ELIZIANE GAMA	Requer nos termos do art. 255, II, "c", 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que sobre o PL 2374/2020, que "altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, para prever a compensação em dobro de déficit de Reserva Legal", além do constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Meio Ambiente.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 326/2022 RANDOLFE RODRIGUES	Requer audiência da Comissão de Meio Ambiente sobre o PL 2374/2020.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 327/2022 CONFÚCIO MOURA	Requer a tramitação conjunta do PLS 361/2018 com o PL 3216/2021 e o PL 3217/2021.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 332/2022 OTTO ALENCAR	Urgência para o PLC 180/2017.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 13/2022 - CRE RENAN CALHEIROS	Requer o convite ao Exmo Sr. Carlos Alberto Franco França, Ministro das Relações Exteriores, para comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre os critérios de promoção para os diplomatas no Brasil.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 14/2022 - CRE KÁTIA ABREU	Requer, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, que seja convocada a audiência pública, com os convidados que indica, sobre o potencial agrícola dos países do continente africano e a importância da agricultura brasileira, bem como a trajetória do país na agricultura tropical ao longo das últimas décadas.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 353/2022 ROGÉRIO CARVALHO	Realização de Sessão Especial, destinada a comemorar os 47 anos de fundação da TV Atalaia.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 355/2022 EDUARDO BRAGA	Requer a tramitação conjunta do PLP 91/2019 com o PLP 269/2019.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 356/2022 SÉRGIO PETECÃO	Requer audiência da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o PL 4315/2019.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 357/2022 SÉRGIO PETECÃO	Requer audiência da Comissão de Assuntos Sociais sobre o PL 4315/2019.	Prejudicada em 21/12/2022

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
RQS 358/2022 JAQUES WAGNER	Requer audiência da Comissão de Meio Ambiente sobre o PL 2374/2020.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 43/2022 - CE ROSE DE FREITAS	Requer, nos termos do art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o PLS 68/2017, que dispõe sobre a Lei Geral do Esporte.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 44/2022 - CE CID GOMES	Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao REQ 2/2022-CE, que na Audiência Pública destinada a instruir o PLC 158/2017, que "Permite a criação de fundo patrimonial nas instituições federais de ensino superior", sejam incluídos os seguintes convidados: - José Cândido Lustosa Bittencourt de Albuquerque, Presidente da Associação dos Reitores das Universidades Federais do Brasil - AFEBRAS e Reitor da Universidade Federal do Ceará; e Edson da Costa Bortoni, Reitor da Universidade Federal de Itajubá, em Minas Gerais.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 18/2022 - CTFC EDUARDO GIRÃO	Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 2842/2021, que "estabelece critérios para configuração de relação de emprego a trabalhadores que realizam atividades por meios de aplicativos, bem como estabelece normas protetivas ao consumidor".	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 46/2022 - CE RANDOLFE RODRIGUES	Requer, nos termos do art. 50, § 2o, da Constituição Federal, bem como do art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, a prestação de informações pelo Ministro da Educação, Exmo. Sr. Victor Godoy, acerca de problemas relatados no procedimento de revalidação de diplomas estrangeiros de Medicina no Brasil, nos termos da justificativa a seguir, em especial sobre as atualizações das listas e sistemas de instituições estrangeiras credenciadas para o revalida simplificado e sobre as atualizações necessárias empreendidas pelas próprias instituições de ensino nacionais.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 387/2022 PAULO ROCHA	Oitiva da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o PL 6204/2019.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 19/2022 - CTFC PAULO ROCHA	Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 18/2022 sejam incluídos os seguintes convidados: Doutor Tadeu Henrique Lopes da Cunha, Procurador do Trabalho e Coordenador da Coordenadoria Nacional de Combate as Fraudes nas Relações de Trabalho - CONAFRET - Ministério Público do Trabalho; Doutor Martin Georg Hahn, Diretor do Escritório de Brasília da Organização Internacional do Trabalho - OIT; Doutor Ricardo Abramovay, Instituto de Energia e Ambiente da Universidade São Paulo.	Prejudicada em 21/12/2022

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
REQ 47/2022 - CE JEAN PAUL PRATES	Requer a realização de um ciclo com 8 (oito) audiências públicas para instrução do Projeto de Lei nº 1338, de 2022, que dispõe sobre a possibilidade de oferta domiciliar da educação básica.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 403/2022 RANDOLFE RODRIGUES	Requer audiência da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa sobre o PL 3228/2019.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 416/2022 ELIZIANE GAMA	Requer, nos termos do art. 255, II, "c", 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que o PL 1459/2022 (Substitutivo-CD ao PLS 526-1999) tramite na CMA	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 420/2022 RANDOLFE RODRIGUES	Requer audiência da Comissão de Meio Ambiente sobre o PL 1459/2022 (Substitutivo-CD).	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 421/2022 HUMBERTO COSTA	Requer audiência da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa sobre o PL 1459/2022 (Substitutivo-CD).	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 21/2022 - CTFC EDUARDO GIRÃO	Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a qualidade dos serviços prestados pela Enel Distribuição Ceará ante o altíssimo valor de suas tarifas. Requer ainda que esta reunião seja realizada na cidade de Fortaleza / CE no dia 01/07/2022, às 10:00 da manhã.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 22/2022 - CTFC PAULO ROCHA	Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 18/2022, com o objetivo de instruir o PL 2842/2021, que estabelece critérios para a configuração de relação de emprego a trabalhadores que realizam atividades por meios de aplicativo, bem como estabelecer normas protetivas ao consumidor seja incluído o Senhor Luiz Antonio Colussi, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho-Anamatra.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 23/2022 - CTFC NELSINHO TRAD	Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 3221/2021, que "altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para vedar as ligações telefônicas excessivas ao consumidor inadimplente".	Prejudicada em 21/12/2022

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
REQ 24/2022 - CTFC RANDOLFE RODRIGUES	Requer, nos termos do art. 96-A do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de reunião com a presença do Sr. PAULO REBELLO, Diretor-Presidente da ANS, para prestação de contas sobre o exercício de suas atribuições e o desempenho da agência, bem como para apresentar avaliação das políticas públicas no âmbito de suas competências, em especial para justificar ao povo brasileiro a autorização de reajuste absurdo de 15,5% nos planos de saúde em decisão publicada no DOU de 27 de maio de 2022.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 25/2022 - CTFC EDUARDO GIRÃO	Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 18/2022 - CTFC, seja incluído o nome do Sr. Raimundo Nonato Alves da Silva, Presidente da Federação Nacional dos Mototaxistas e Motoboys - FENAMOTO.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 431/2022 JAQUES WAGNER	Requer audiência da Comissão de Meio Ambiente sobre o PL 1459/2022 (Substitutivo-CD).	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 433/2022 SÉRGIO PETECÃO	Requer audiência da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária sobre o PL 3668/2021.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 26/2022 - CTFC EDUARDO GIRÃO	Requer nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 18/2022 - CTFC, com o objetivo de instruir o PL 2842/2021, que “estabelece critérios para configuração de relação de emprego a trabalhadores que realizam atividades por meios de aplicativos, bem como estabelece normas protetivas ao consumidor” seja incluído o seguinte convidado: Doutor André Gonçalves Zipperer, Mestre, Doutor em Direito Econômico e Socioambiental PUC-PR, sendo bolsista da CAPES com pesquisa voltada ao trabalho por plataforma.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 1/2022 - CSF ZEQUINHA MARINHO	Requer realização de audiência pública com o objetivo de debater a adoção de medidas públicas que estimulem o aumento do consumo de produtos derivados de cacau.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 444/2022 HUMBERTO COSTA	Urgência para o PL nº 1388/2022.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 445/2022 ROMÁRIO	Urgência para o PL nº 1575/2022.	Prejudicada em 21/12/2022

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
RQS 446/2022 RANDOLFE RODRIGUES	Requer audiência da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor sobre o PL 1293/2021.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 447/2022 JORGE KAJURU	Urgência para o PL nº 1579/2022.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 448/2022 FABIANO CONTARATO	Urgência para o PL nº 1557/2022.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 449/2022 EDUARDO GIRÃO	Urgência para o PL nº 1592/2022.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 15/2022 - CRE RANDOLFE RODRIGUES	Requer, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Ministro da Defesa, General Paulo Sergio Nogueira de Oliveira, a comparecer a esta Comissão, a fim de que preste as informações devidas sobre o ofício enviado ao Tribunal Superior Eleitoral a respeito do processo eleitoral no Brasil.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 450/2022 MECIAS DE JESUS	Urgência para o PL nº 1570/2022.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 451/2022 RANDOLFE RODRIGUES	Urgência para o PL nº 396/2022.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 452/2022 ROGÉRIO CARVALHO	Urgência para o PL nº 1571/2022.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 460/2022 RANDOLFE RODRIGUES	Constituição de uma Comissão Temporária Externa composta de 5 (cinco) membros titulares para, no prazo de 60 (sessenta) dias, acompanhar as buscas e investigar "in loco" as causas e as providências adotadas diante do desaparecimento do indigenista Bruno Araújo e do jornalista Dom Phillips, servindo como subsídio para eventual pedido de Comissão Parlamentar de Inquérito.	Prejudicada em 21/12/2022

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
RQS 462/2022 PAULO PAIM	Urgência para o PL nº 1594/2022.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 471/2022 RANDOLFE RODRIGUES	Comissão Temporária Externa composta de 9 (nove) membros titulares para, no prazo de 60 (sessenta) dias, investigar in loco as causas do aumento da criminalidade e de atentados contra povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos e jornalistas na região Norte e em outros estados, assim como fiscalizar as providências adotadas diante do desaparecimento do indigenista Bruno Araújo e do jornalista Dom Phillips, servindo como subsídio para eventual pedido de Comissão Parlamentar de Inquérito.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 1/2022 - CDR ROBERTO ROCHA	Requeiro, nos termos do art. 93, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, a dispensa da Audiência Pública, proposta pelo REQ 35/2019 - CDR, destinada a instruir o PLS 465/2018, que “altera os limites do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses”.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 477/2022 JEAN PAUL PRATES	Requer audiência da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o PL 442/91- CD.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 478/2022 JEAN PAUL PRATES	Requer audiência da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor sobre o PL 442/91- CD.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 479/2022 JEAN PAUL PRATES	Requer audiência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática sobre o PL 442/91- CD.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 480/2022 JEAN PAUL PRATES	Requer audiência da Comissão de Assuntos Sociais sobre o PL 442/91- CD.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 2/2022 - CSF ZEQUINHA MARINHO	Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a política de Importação do Cacau via DRAWBACK.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 28/2022 - CTFC EDUARDO GIRÃO	Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de que o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Kassio Nunes Marques, preste esclarecimentos sobre viagem à cidade de Paris na França, em jatinho de luxo particular, para assistir a final da Champions League.	Prejudicada em 21/12/2022

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
REQ 3/2022 - CSF IZALCI LUCAS	Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os Estudos sobre o Futuro.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 5/2022 - CSF IZALCI LUCAS	Requer realização de audiência pública, com o objetivo de debater as perspectivas para o desenvolvimento da conectividade no padrão 5G no país.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 6/2022 - CSF IZALCI LUCAS	Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o mercado digital e os novos perfis profissionais emergentes.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 7/2022 - CSF IZALCI LUCAS	Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a prevenção e o combate aos incêndios florestais no Brasil.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 493/2022 PAULO ROCHA	Oitiva da Comissão de Assuntos Sociais sobre o PL nº 1459/2022 (Substitutivo-CD).	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 494/2022 PAULO ROCHA	Oitiva da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o PL nº 1459/2022 (Substitutivo-CD).	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 495/2022 JORGE KAJURU	Requer, nos termos do art. 71 da Constituição Federal, que o Tribunal de Contas da União informe acerca dos contratos de licitação para a contratação de serviços publicitários institucionais pelas entidades do Sistema S.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 499/2022 PAULO ROCHA	Requer audiência da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa sobre o PL 26/2020.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 29/2022 - CTFC FABIANO CONTARATO	Requer, nos termos regimentais, a convocação do Senhor Anderson Gustavo Torres, Ministro da Justiça e Segurança Pública para prestar informações sobre os motivos que levaram à Polícia Rodoviária Federal negar acesso aos procedimentos administrativos dos agentes envolvidos na morte do Sr. Genivaldo de Jesus Santos, em Umbaúba, Sergipe	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 59/2022 - CE FABIANO CONTARATO	Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Ministro da Educação, Victor Godoy Veiga, informações sobre os motivos que levaram o Ministério da Educação a cortar cerca de R\$ 619 milhões das instituições federais de ensino, bem como as medidas que estão sendo tomadas para reverter essa situação.	Prejudicada em 21/12/2022

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
REQ 60/2022 - CE FABIANO CONTARATO	Requer, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Victor Godoy Veiga, Ministro da Educação, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre os motivos que levaram o Ministério da Educação a cortar cerca de R\$ 619 milhões das instituições federais de ensino, bem como as medidas que estão sendo tomadas para compensar essa situação.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 30/2022 - CTFC FABIANO CONTARATO	Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 18/2022 - CTFC seja incluído o nome do Senhor Bob Everson Carvalho Machado, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – SINAIT.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 31/2022 - CTFC EDUARDO GIRÃO	Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater as recomendações dadas pelo Ministério da Defesa ao TSE para o aprimoramento do processo eleitoral.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 32/2022 - CTFC ROGÉRIO CARVALHO	Requer, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Roberto Castello Branco, ex-presidente da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre notícia veiculada no portal de notícias G1, publicada no dia 27 de junho de 2022, com alegações de que o celular corporativo da Petrobras, por ele utilizado, conteria mensagens e áudios que poderiam incriminar o atual Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 33/2022 - CTFC MARGARETH BUZETTI	Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o Projeto de Lei nº 4.315, de 2019, que "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para determinar que a aquisição de produto alimentício industrializado contendo em seu interior corpo estranho enseja a compensação por dano moral, ainda que não tenha havido a ingestão do produto pelo consumidor, e dá outra providência".	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 512/2022 CARLOS PORTINHO	Tramitação conjunta do PL 5691/2019 com o PL 21/2020 (e demais matérias que tramitam em conjunto).	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 516/2022 PAULO ROCHA	Destaque para votação em separado da Emenda nº 7-PLEN, apresentada ao PL nº 6204/2019.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 521/2022 LUIS CARLOS HEINZE	Oitiva da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática sobre o PL nº 3668/2021.	Prejudicada em 21/12/2022

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
RQS 522/2022 LUIS CARLOS HEINZE	Oitiva da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária sobre o PL nº 3668/2021.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 36/2022 - CTFC ROGÉRIO CARVALHO	Requer que na Audiência Pública objeto do REQ 33/2022 - CTFC seja incluído convidado representante do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec).	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 526/2022 LUIS CARLOS HEINZE	Requer a tramitação conjunta do PLS 215/2017 com o PLS 510/2017.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 37/2022 - CTFC NELSINHO TRAD	Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Guilherme Gastaldello Pinheiro Serrano, Presidente do INSS, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a fila de espera do INSS para concessão de benefícios.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 534/2022 ESPERIDIÃO AMIN	Tramitação conjunta da PEC nº 34/2021 com a PEC nº 118/2019.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 535/2022 MARCELO CASTRO	Retirada da Emenda nº 1-PLEN, apresentada ao PL nº 196/2020.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 536/2022 CARLOS PORTINHO	Audiência da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o PL 4196/2019.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 537/2022 PAULO PAIM	Realização de Sessão de Debates Temáticos a fim de debater a importância das normas regulamentadoras para a saúde e segurança no trabalho.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 38/2022 - CTFC ROGÉRIO CARVALHO	Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de analisar sugestões do setor da construção civil e de especialistas em licitações e contratos administrativos, visando ao aperfeiçoamento da atuação institucional do Tribunal de Contas da União em seu papel de fiscalização das obras públicas (com ênfase na supervisão de preços contratuais, cf. Acórdão nº 2.622/2013 – Plenário); e avaliar possíveis soluções para o problema das obras paralisadas por determinação da Corte de Contas.	Prejudicada em 21/12/2022

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
RQS 540/2022 EDUARDO GIRÃO	Requer, nos termos do art. 58, §3º, da Constituição Federal e dos arts. 74, III, e 145 do Regimento Interno do Senado Federal, a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 (onze) membros titulares e número de membros suplentes igual à metade dos titulares mais um, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, com limite de despesas de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), apurar: a) a relação entre a ampliação dos índices de homicídios de jovens e adolescentes, no território nacional, entre os anos de 2016 a 2020, com a atividade do narcotráfico; b) levantar dados acerca da expansão da atuação de Organizações Criminosas e/ou Associações Criminosas no narcotráfico nos últimos anos nas regiões Norte e Nordeste; c) reunir informações sobre a estrutura e funcionamento de tais organismos criminosos, dentro e fora dos estabelecimentos prisionais do País.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 541/2022 CARLOS PORTINHO	Requeremos, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal e dos arts. 74, III, e 145 do Regimento Interno do Senado Federal, a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 (onze) membros titulares e número de membros suplentes igual à metade dos titulares mais um, para, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, com limite de despesas de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), apurar eventual irregularidade e crimes na condução de obras e edificações, bem como responsabilidade de agentes e ex-agentes públicos relativamente às ações e omissões que resultaram na existência de obras públicas iniciadas e não-concluídas, no período de 2006 até o ano de 2018, e, ainda, possíveis irregularidades no Programa de Financiamento Estudantil - Fies, no mesmo período.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 542/2022 RANDOLFE RODRIGUES	Requeremos, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal e dos arts. 74, III, e 145 do Regimento Interno do Senado Federal, a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 (onze) membros titulares e 11 (onze) membros suplentes, para, no prazo de 90 (noventa) dias, com limite de despesas de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), apurar as irregularidades e crimes praticados na destinação das verbas públicas do Ministério da Educação e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 9/2022 - CSF IZALCI LUCAS	Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater aspectos relacionados à tecnologia e à segurança da certificação digital.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 544/2022 PAULO ROCHA	Oitava da Comissão de Assuntos Sociais sobre o PL nº 196/2020.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 546/2022 EDUARDO BRAGA	Destaque para votação em separado da Emenda nº 5-PLN, apresentada ao PL nº 196/2020.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 548/2022 JOSÉ SERRA	Oitava da Comissão de Assuntos Sociais sobre o PL nº 196/2020.	Prejudicada em 21/12/2022

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
RQS 549/2022 JOSÉ SERRA	Oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o PL nº 196/2020.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 550/2022 JOSÉ SERRA	Oitiva da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o PL nº 196/2020.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 551/2022 MARCELO CASTRO	Retirada da Emenda nº 5-PLN, apresentada ao PL nº 196/2020.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 41/2022 - CTFC EDUARDO GIRÃO	Requer, nos termos do art. 58, § 2o, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de que sejam esclarecidas as declarações dadas pelo Senhor Marcos Valério em depoimento à Polícia Federal.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 559/2022 ALEXANDRE SILVEIRA	Tramitação conjunta do PL nº 1961/2022 com o PL nº 1962/2022 e o PL nº 1997/2022.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 563/2022 ROBERTH BRINGEL	Tramitação conjunta do PL nº 6204/2019 com o PLS nº 478/2017, por tratarem da mesma matéria.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 567/2022 FABIANO CONTARATO	Requer, nos termos regimentais, o desapensamento do Projeto de Lei nº 502, de 2020, da tramitação conjunta com o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012, a fim de que tenha tramitação autônoma.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 568/2022 FABIANO CONTARATO	Requeiro, nos termos regimentais, o desapensamento do Projeto de Lei nº 1545, de 2019, da tramitação conjunta com o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012, a fim de que tenha tramitação autônoma.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 569/2022 FABIANO CONTARATO	Requer, nos termos regimentais, o desapensamento do Projeto de Lei nº 1544, de 2019, da tramitação conjunta com o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012, a fim de que tenha tramitação autônoma.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 16/2022 - CRE FABIANO CONTARATO	Requer, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Carlos Alberto Franco França, Ministro das Relações Exteriores, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a reunião ocorrida no Palácio do Planalto, no dia 18 de julho, entre o Presidente da República e diversos embaixadores.	Prejudicada em 21/12/2022

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
REQ 42/2022 - CTFC EDUARDO GIRÃO	Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de que o Ministro do Supremo Tribunal Federal Ricardo Lewandowski, e os 8 Ministros do Superior Tribunal de Justiça que participaram de viagem para evento em Portugal, custeada por empresas com litígios bilionários na área de falência, pendentes de julgamento por esses magistrados convidados para o evento, prestem esclarecimentos sobre esse fato.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 577/2022 FABIANO CONTARATO	Requer, nos termos regimentais, o desapensamento do Projeto de Lei nº 1521, de 2019 para tramitação autônoma.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 44/2022 - CTFC EDUARDO GIRÃO	Requer a retirada de tramitação do REQ 41/2022 - CTFC.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 45/2022 - CTFC EDUARDO GIRÃO	Requer, nos termos do art. 58, § 2o, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de que sejam esclarecidas as declarações dadas pelo Senhor Marcos Valério em depoimento à Polícia Federal.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 590/2022 IZALCI LUCAS	Sessão Especial em Comemoração aos 60 anos de profissão regulamentada para os corretores de imóveis.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 594/2022 ELIANE NOGUEIRA	Requer audiência da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o PL 5544/2019.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 605/2022 PAULO PAIM	Requer a tramitação conjunta do PL 737/2021 com o PL 800/2022.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 46/2022 - CTFC EDUARDO GIRÃO	Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 40/2022 - CTFC seja incluído o seguinte convidado: Exmo. Sr. Rodrigo Janot, ex Procurador Geral da República.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 613/2022 ELIZIANE GAMA	Requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, com a finalidade de ampliar em mais 6 (seis) vagas, totalizando 9 (nove) membros titulares, com a mesma quantidade de membros suplentes, a composição da CTEFBOAT - Comissão Temporária Externa para verificar, "in loco", no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a situação da travessia de Ferry Boat que conecta a região ocidental do Estado do Maranhão à ilha de São Luís.	Prejudicada em 21/12/2022

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
REQ 67/2022 - CE ALESSANDRO VIEIRA	Requer, nos termos do art. 58, § 2o, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a "Formação de professores e o papel do curso de pedagogia no século 21". Propõe-se para a audiência a presença dos seguintes convidados: • o Senhor Mozart Neves Ramos, do Conselho Nacional de Educação; • o Senhor Luiz Miguel Garcia, Presidente da Undime; • a Senhora Bernardete Gatti, da Fundação Carlos Chagas; • o Senhor Luís Carlos de Menezes, Coordenador Acadêmico da Cátedra de Educação Básica da USP.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 626/2022 LUIZ CARLOS HEINZE	Oitiva da CDH sobre o PLS nº 81/2015.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 69/2022 - CE FLÁVIO ARNS	Requer, nos termos do art. 58, § 2o, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre a felicidade nas políticas públicas e a Felicidade Interna Bruta (FIB) de um país, como índice aferidor de qualidade de vida da população. Propõe-se para a audiência a presença do Senhor THAKUR S. POWDYEL, ex-ministro da educação do Butão (2008-2013).	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 47/2022 - CTFC EDUARDO GIRÃO	Requer, nos termos do art. 58, § 2o, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 45/2022 - CTFC, seja incluído o tema do combate à corrupção numa visão mais ampla no sentido de enfrentar o sistema político-administrativo-empresarial corrompido. Propõe para a audiência a inclusão dos seguintes convidados: o Exmo. Sr. Wagner de Campos Rosário, ministro-chefe da Controladoria-geral da União; representante do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI), vinculado à Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública; a Senhora Amanda Faria Lima, representante do Transparência Internacional Brasil; a Doutora Janaina Conceição Paschoal, Advogada e Deputada Estadual - SP; representante da Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado – DICOR (Polícia Federal); a Doutora Eliana Calmon, jurista e ex-magistrada brasileira.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 48/2022 - CTFC EDUARDO GIRÃO	Requer, nos termos do art. 58, § 2o, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de tratar do julgamento das supostas irregularidades com viagens e diárias de membros da força-tarefa da Lava Jato.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 632/2022 JAQUES WAGNER	Requer audiência da Comissão de Meio Ambiente sobre o PDL 201/2020.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 633/2022 JAQUES WAGNER	Requer audiência da Comissão de Meio Ambiente sobre o PL 1282/2019.	Prejudicada em 21/12/2022

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
RQS 653/2022 STYVENSON VALENTIM	Oitiva da CCJ sobre o PL nº 5512/2019.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 654/2022 STYVENSON VALENTIM	Oitiva da CAE sobre o PL nº 5512/2019.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 671/2022 PAULO PAIM	Realização de Sessão Especial a fim de homenagear os 50 anos do Sindicato dos Enfermeiros do Rio grande do Sul.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 49/2022 - CTFC CARLOS PORTINHO	Requer, nos termos do art. 58, § 2o, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a metodologias e sistemas de realização de pesquisas eleitorais de intenção de voto, com a presença dos representantes dos principais institutos de pesquisa do país, de cientistas políticos e de outros especialistas na área.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 50/2022 - CTFC TELMÁRIO MOTA	Requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, que após ter ciência dos termos dos Requerimentos nº 45/2022 e 47/2022, de autoria do Senador Eduardo Girão, apresentados e aprovados nessa Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, que tratam de audiências públicas, sejam realizadas em data posterior ao decurso das eleições nacionais.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 51/2022 - CTFC EDUARDO GIRÃO	Requer a adição de novos convidados aos REQ`s 45 e 47 da CTFC	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 52/2022 - CTFC EDUARDO GIRÃO	Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 45/2022 - CTFC e do REQ 47/2022 - CTFC sejam incluídos os seguintes convidados: o Exmo. Sr. Anderson Gustavo Torres, Ministro da Justiça e Segurança Pública; o Exmo. Dr. João Pedro Gebran Neto, Desembargador do Tribunal Regional Federal da 4ª Região; o Exmo. Dr. João Vicente Beraldo Romão, Procurador da República; a Ex juíza Denise Frossard; o Sr. Gil Castelo Branco, da Associação Contas Abertas; o Sr. Silvio Navarro, Jornalista.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 704/2022 CARLOS PORTINHO	Urgência para o PDL 371/2022, nos termos dos arts. 336, III, e 338, III, do Regimento Interno do Senado Federal,.	Prejudicada em 21/12/2022

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
REQ 1/2022 - CSP JEAN PAUL PRATES	Requer a convocação do Ministro da Justiça, Sr. Anderson Torres, para prestar informações sobre medidas tomadas pela Polícia Rodoviária Federal (PRF) durante o processo eleitoral de 2022.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 53/2022 - CTFC MARCELO CASTRO	Nos termos do art. 71, inciso VII, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, requer que seja solicitado, ao Tribunal de Contas da União, providências e informações acerca da omissão da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) na fiscalização e controle dos repasses devidos aos Fundo de Desenvolvimento Educacional do Seguro (FDES).	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 54/2022 - CTFC ROGÉRIO CARVALHO	Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública, objeto do REQ 38/2022 - CTFC, com o objetivo de analisar sugestões do setor da construção civil e de especialistas em licitações e contratos administrativos, visando ao aperfeiçoamento da atuação institucional do Tribunal de Contas da União em seu papel de fiscalização das obras públicas (com ênfase na supervisão de preços contratuais, cf. Acórdão nº 2.622/2013 – Plenário); e avaliar possíveis soluções para o problema das obras paralisadas por determinação da Corte de Contas, seja incluído o seguinte convidado: Representante do SINICON - Sindicato Nacional da Indústria Pesada.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 55/2022 - CTFC JEAN PAUL PRATES	Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os indícios de corrupção, prevaricação e advocacia administrativa associados à operação policial em desfavor de Roberto Jefferson, motivada por descumprimento de condicionantes para gozo do benefício da prisão domiciliar.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 722/2022 LUIS CARLOS HEINZE	Requer audiência da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária sobre o PL 412/2022.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 2/2022 - CSP ROGÉRIO CARVALHO	Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Anderson Gustavo Torres, informações, bem como seja realizada remessa de documentos sobre as circunstâncias do assassinato de Genivaldo de Jesus Santos, morto por asfixia por policiais rodoviários federais no dia 25 de maio de 2022, no quilômetro 180 da rodovia BR-101, em Umbaúba, Sergipe.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 730/2022 PAULO PAIM	Realização de sessão especial a fim de celebrar o primeiro centenário da Lei Eloy Chaves, considerada a origem da previdência social no Brasil.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 731/2022 CARLOS PORTINHO	Requeiro, com fundamento no art. 154, inciso IV e § 7º do Regimento Interno do Senado Federal, que o Excelentíssimo Senhor Alexandre de Moraes, ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), seja respeitosamente convidado a comparecer a sessão do Plenário do Senado Federal, a fim de esclarecer aos senadores, questões atinentes às Eleições Gerais de 2022.	Prejudicada em 21/12/2022

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
REQ 56/2022 - CTFC IZALCI LUCAS	Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 18/2022, com o objetivo de instruir o PL 2842/2021, que "estabelece critérios para configuração de relação de emprego a trabalhadores que realizam atividades por meios de aplicativos, bem como estabelece normas protetivas ao consumidor" seja incluído o seguinte convidado: a Senhora Vanessa Cardone, Gerente de Grupo de Trabalho - Relações Laborais e Sindicais - BRASSCOM.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 17/2022 - CRE MARA GABRILLI	Requer, nos termos do parágrafo 2º, do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de solidariedade ao povo iraniano, em particular às mulheres do Irã, pela luta em favor da liberdade e dos direitos humanos no país.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 57/2022 - CTFC RANDOLFE RODRIGUES	Requer a convocação do Ministro do TCU Augusto Nardes.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 58/2022 - CTFC HUMBERTO COSTA	Requer adição de assinatura ao requerimento registrado no SEDOL nº SF/22179.40131-68, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 60/2022 - CTFC EDUARDO GIRÃO	Requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao STF sobre viagem de ministros da Corte para participar da 1ª edição do "Lide Brazil Conference", no HCNV (Harvard Club of New York), nos Estados Unidos.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 752/2022 EDUARDO GOMES	Realização de Sessão Especial a fim de homenagear os 80 anos da Jovem Pan.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 754/2022 PLÍNIO VALÉRIO	Requer a tramitação conjunta do PLS 401/2016 com o PL 2837/2022.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 755/2022 SIMONE TEBET	Convocação do Senhor Anderson Gustavo Torres, Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, para que compareça ao Plenário, a fim de prestar informações sobre as medidas efetivas que estão sendo tomadas para desobstruir as rodovias interditadas por manifestantes após o 2º turno das eleições.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 758/2022 JEAN PAUL PRATES	Requer a tramitação conjunta do PDS 112/2018 com o PDL 691/2021.	Prejudicada em 21/12/2022

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
REQ 20/2022 - CRA PAULO ROCHA	Requer ...Destaque liderança do PT- item 1 CRA	ARQUIVADA AO FINAL DA LEGISLATURA
REQ 10/2022 - CSF ZEQUINHA MARINHO	Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 1/2022 - CSF seja incluído o seguinte convidado: • o Senhor Valnei Luciano Pereira Pestana, Produtor de cacau e chocolate.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 62/2022 - CTFC EDUARDO GIRÃO	Requer, nos termos do Art. 102-A, Inc. II,c do Regimento Interno do Senado Federal, que seja solicitado ao Tribunal Superior Eleitoral que encaminhe por escrito à esta Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, as seguintes informações relacionadas a contratação da empresa "Partners Comunicação Integrada" para monitorar as redes sociais: valor total que será gasto, critérios utilizados para a escolha da empresa, metodologia que será aplicada na identificação de publicações, detalhes dos objetivos pretendidos com esta fiscalização e de que forma estes dados obtidos serão utilizados, bem como outras que achar pertinente.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 770/2022 PAULO ROCHA	Realização de Sessão Temática para debater o PL 5983, de 2019, que regulamenta o exercício profissional de acupuntura.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 18/2022 - CRE MARA GABRILLI	Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 367/2018, que "altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento), a fim de aumentar para 10 (dez) anos o prazo mínimo para renovação do Certificado de Registro de Arma de Fogo".	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 772/2022 ORIOVISTO GUIMARÃES	Destaque para votação em separado da expressão "não sujeita ao limite previsto no art. 37, XI", constante da redação dada ao § 1º do art. 93 e pelo § 7º do art. 128 da CF pelo art. 1º do Substitutivo da PEC nº 63/2013.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 774/2022 NELSINHO TRAD	Destaque para votação em separado da Emenda nº 4-PLEN, apresentada à PEC nº 63/2013.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 777/2022 PAULO ROCHA	Destaque para votação em separado da expressão "e na advocacia", constante da redação dada ao § 2º do art. 93, ao § 8º do art. 128 e ao § 6º do art. 134 da CF pelo art. 1º do Substitutivo da PEC nº 63/2013.	Prejudicada em 21/12/2022

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
RQS 778/2022 IZALCI LUCAS	Destaque para votação em separado do § 10 do artigo 39 da Constituição Federal na forma da Emenda nº 7-PLEN, apresentada à PEC nº 63/2013.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 779/2022 NELSINHO TRAD	Destaque para votação em separado da Emenda nº 14-PLEN, apresentada à PEC nº 63/2013.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 11/2022 - CSF IZALCI LUCAS	Requer a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, com o objetivo de debater a segurança e transparência do sistema eleitoral brasileiro e a confiabilidade das urnas eletrônicas.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 781/2022 ORIOVISTO GUIMARÃES	Destaque para votação em separado da expressão "não sujeita ao limite previsto no art. 37, XI", constante da redação dada ao § 1º do art. 93 e pelo § 7º do art. 128 da CF pelo art. 1º do Substitutivo da CCJ e da redação dada ao art. 134, §5º, pela subemenda do relator da PEC nº 63/2013.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 12/2022 - CSF ZEQUINHA MARINHO	Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 1/2022 - CSF seja incluído o seguinte convidado: • o Senhor Almir Vieira Silva, Assessor Técnico Especializado do Ministério da Agricultura/CEPLAC.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 64/2022 - CTFC ROGÉRIO CARVALHO	Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Regional, Daniel de Oliveira Duarte Ferreira, informações sobre os motivos para suspensão da Operação Carro-Pipa no Estado de Sergipe em novembro de 2022, bem como valores financeiros destinados à operação e os cortes realizados.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 65/2022 - CTFC LUIS CARLOS HEINZE	Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de dar prosseguimento as discussões iniciadas por esta comissão, por meio do requerimento 59/2022, de autoria do Senador Eduardo Girão, sobre o processo eleitoral brasileiro no que refere-se a veiculação de propaganda eleitoral em emissoras de rádio e as recentes denúncias apresentadas pelo Partido Liberal - PL.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 19/2022 - CRE FABIANO CONTARATO	Requer a inclusão de convidado na Audiência Pública objeto do REQ 18/2022 de autoria da Senador Mara Gabrilli.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 66/2022 - CTFC LUIS CARLOS HEINZE	Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutirmos os dispositivos constitucionais e infraconstitucionais que tratam da aplicação do Artigo 142 da Constituição Federal, bem como da Garantia da Lei e da Ordem - GLO.	Prejudicada em 21/12/2022

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
RQS 795/2022 JADER BARBALHO	Requer a retirada de tramitação do PLS 371/2017.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 801/2022 PAULO ROCHA	Oitiva da Comissão de Serviços de Infraestrutura sobre o PL nº 2703/2022.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 802/2022 PAULO ROCHA	Oitiva da Comissão de Meio Ambiente sobre o PL nº 2703/2022.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 803/2022 PAULO ROCHA	Oitiva da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa sobre o PL nº 2703/2022.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 808/2022 ROBERTO ROCHA	Requer audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o PLS 152/2016.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 812/2022 IZALCI LUCAS	Requeiro, nos termos do art. 312, II, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque, para votação em separado, da Emenda nº 04 ao PL 2896/2022, que "altera a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, para dispor sobre as vedações a serem observadas na indicação de pessoas para o conselho de administração e para a diretoria das estatais e sobre os gastos com publicidade e patrocínio da empresa pública e da sociedade de economia mista e suas subsidiárias, e a Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, para dispor sobre as vedações a serem observadas na indicação de pessoas para o conselho diretor ou a diretoria colegiada das agências reguladoras".	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 813/2022 FLÁVIO BOLSONARO	Destaque para votação em separado da Emenda nº 5-PLEN.	Prejudicada em 21/12/2022
REQ 71/2022 - CE EDUARDO GIRÃO	Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a instituição do "Dia Nacional do Esperanto"	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 817/2022 PAULO ROCHA	Preferência para o PLS 526/1999, a fim de que seja votado antes de seu Substitutivo, nos termos do art. 311, III, do Regimento Interno do Senado Federal.	Prejudicada em 21/12/2022

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
RQS 818/2022 PAULO ROCHA	Retirada do PL 1459/2022 (Substitutivo-CD) da pauta da Ordem do Dia.	Prejudicada em 21/12/2022
RQS 819/2022 PAULO ROCHA	Adiamento da votação do PL 1459/2022 (Substitutivo-CD), por 30 (trinta) dias úteis, nos termos dos arts. 279, III, e 315 do Regimento Interno do Senado Federal.	Prejudicada em 21/12/2022
R.S 5/2022 ELIANE NOGUEIRA	Requer a apreciação do PL 1057/2019 pelo Plenário do Senado Federal.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022
R.S 3/2022 LUIS CARLOS HEINZE	RQS Recurso Plenário PL 581-2019	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022
PLS 169/2005 PAULO PAIM	Altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 214/2007 PAULO PAIM	Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o benefício adicional a ser concedido ao aposentado do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, que permanecer em atividade ou a ela retornar, e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 260/2008 ALVARO DIAS	Altera o § 1º do art. 12 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e o § 1º do art. 11 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, acrescentando-lhe § 6º, para permitir a contratação eventual de empregados, pelos segurados especiais, e dá outras providências.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 413/2008 PAULO PAIM	Altera a Lei Nº 8.213 de 24 de junho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para concessão de aposentadoria especial ao segurado que tiver trabalhado em atividade penosa, insalubre ou perigosa, que coloque em risco a saúde e a integridade física.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 230/2009 - Complementar ALVARO DIAS	Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, para exigir compensações no caso de atos de concessão ou ampliação de incentivos ou benefícios de natureza tributária que impliquem redução dos montantes financeiros repartidos com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PLS 91/2010 PAULO PAIM	Acrescenta § 9º e § 10º ao art. 57, da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 (permite a renúncia do benefício da aposentadoria; prevê a possibilidade de solicitação de aposentadoria com fundamento em nova contagem de tempo de contribuição).	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLC 31/2010 CÂMARA DOS DEPUTADOS	Dispõe sobre a regulamentação do exercício da atividade de Psicopedagogia.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 12/2011 CIRO NOGUEIRA	Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que dispõe sobre o imposto de renda das pessoas físicas, para permitir a dedução de despesa com medicamentos controlados.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 53/2011 PAULO PAIM	Altera o art. 15 da Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, para dispor sobre o posicionamento dos aposentados e pensionistas nas tabelas remuneratórias constantes do Anexo I da lei.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 69/2011 PAULO PAIM	Altera a Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, e a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, para permitir que operações de crédito com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) destinadas aos entes públicos para investimentos em saneamento e habitação sejam excluídas do cálculo do limite de endividamento.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 89/2011 CIRO NOGUEIRA	Altera a Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, que dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo e dá outras providências, para prorrogar a validade da norma e alterar o limite de dedução relativo à pessoa jurídica.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 90/2011 CIRO NOGUEIRA	Altera dispositivos da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para agravar o regime de cumprimento de pena do condenado pela prática de crime hediondo.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 101/2011 CIRO NOGUEIRA	Altera o Código Penal para criminalizar a criação de identidade ou perfil falsos na internet e outras condutas equiparadas.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo

Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

Matéria/Autor	Ementa	Situação da matéria
PDS 82/2011 CIRO NOGUEIRA	Para sustar os efeitos normativos do ato da Diretoria da ANEEL, que negou o direito dos consumidores brasileiros de serem ressarcidos do erro da metodologia de cálculo que elevou ilegalmente as tarifas de energia elétrica, e obrigar as concessionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica a restituir o que receberam indevidamente dos consumidores, no período de 2002 a 2009.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 107/2011 KÁTIA ABREU	Altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, para dispor sobre a fixação e o ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 118/2011 CIRO NOGUEIRA	Acrescenta o art. 431-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e altera o caput do art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o preenchimento de quotas para pessoas com deficiência.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 125/2011 CIRO NOGUEIRA	Altera o Código Penal para aumentar a pena para os crimes de roubo e de receptação de cargas.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 133/2011 HUMBERTO COSTA	Altera a redação dos artigos 60, 69, 73 e 74, da Lei nº. 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, possibilitando a composição preliminar dos danos oriundos de conflitos decorrentes dos crimes de menor potencial ofensivo.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 140/2011 ALVARO DIAS	Acrescenta artigo à Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, para dispor sobre o rito da assembléia geral de credores que delibera sobre o plano de recuperação judicial.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 143/2011 CIRO NOGUEIRA	Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal de Oeiras (UFO), no Estado do Piauí.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo
PLS 163/2011 HUMBERTO COSTA	Estabelece a obrigatoriedade de identificação do apostador nas loterias administradas pela Caixa Econômica Federal e proíbe a revelação da identidade dos ganhadores de prêmios lotéricos.	Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo

	ATS	AVS	ECD	INS	PDS	PEC	PFS	PL	PLC
2005									
2007									
2008									
2009									
2010									1
2011					1	9			3
2012						3			2
2013						7	1		4
2014						5			9
2015			2	1	13	81	1		96
2016		1	1		4	32	1		18
2017			2		13	19	1		82
2018			1		29	19	1		69
2019						27		124	
2020						5		193	
2021						5		120	
2022	1								
Soma:	1	1	6	1	60	212	5	437	284

PLP	PLS	PRN	PRS	RCE	REQ	RQS	R.S	SCD	SUG	Soma:
	1									1
	1									1
	2									2
	1									1
	1									2
	44		1							58
	22									27
	27		1							40
	31									45
	293	3	28			3		6		527
	202		13			1		2		275
	213	2	15	1		2		4	1	355
	439		27					3	2	590
15					117	67				350
17					62	84				361
5					99	119				348
					93	133	2			229
37	1277	5	85	1	371	409	2	15	3	3212